



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO DOS RECURSOS
(INFRARRELACIONADOS)

I
DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos infrarrelacionados concorrentes ao provimento de vagas existentes em cargos do quadro de pessoal e das que vierem a existir dentro do prazo de sua validade, que insurgem contra a divulgação do gabarito preliminar das provas aplicadas nos dias **08 e 15 de dezembro de 2019**, conforme disposto no **EDITAL Nº 01 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**.

RECURSOS INTERPOSTOS À COMISSÃO EXAMINADORA

Inscrição	Nome	Cargo
973010041	Ingrid Bento De Almeida	Agente Cultural
973012992	Josué Ivan Gomes Da Silva	Agente Cultural
973014298	Katia Cilene Rogerio Vitorino	Agente Cultural
973018524	Igor Veríssimo Dos Reis	Agente Cultural
973030687	Evelyn Motta De Souza	Agente Cultural
973033316	Ana Luisa Negri	Agente Cultural
973045151	Samara Oliveira Marques Da Silva	Agente Cultural
973051986	Bruna Chamas Biondi	Agente Cultural
973060762	Erica Sasaki Hoçoya Aguiar	Agente Cultural
973067657	Salomão Pôlegar Alves Silva	Agente Cultural
973000212	Evelyn Agnes Bezerra Souza	Agente de Gestão Administrativa
973000517	Pamela Mancini Cardoso Merizio	Agente de Gestão Administrativa
973000749	Letícia Lie Onishi	Agente de Gestão Administrativa
973001696	Mayara Aparecida Neves	Agente de Gestão Administrativa
973001753	Kesse Cristina Miranda De Oliveira	Agente de Gestão Administrativa
973003906	Quéli Oliveira De Jesus	Agente de Gestão Administrativa
973008095	Nathalia Thais Silva Santos	Agente de Gestão Administrativa
973008703	Franciele Lopes Virmieiro	Agente de Gestão Administrativa
973009356	Gabriela Rodrigues Dos Santos	Agente de Gestão Administrativa
973012282	Michelle Da Silva Oliveira Motta	Agente de Gestão Administrativa
973018263	Dina Aparecida Vasconcellos Da Silva	Agente de Gestão Administrativa
973022808	Cristiane Sá Teles Da Silva	Agente de Gestão Administrativa
973027654	Viviane Fernanda Pereira Da Silva	Agente de Gestão Administrativa

973029250	Lavinia Cristine Aparecido Rosa	Agente de Gestão Administrativa
973032306	Brenda Virginia Oliveira Gonçalves	Agente de Gestão Administrativa
973033438	Roseli Fanti	Agente de Gestão Administrativa
973037894	Iasmim Maria Da Silva	Agente de Gestão Administrativa
973039057	Clayton Dos Santos	Agente de Gestão Administrativa
973041700	Ariane Ramos	Agente de Gestão Administrativa
973043193	Veronica Bonfim Da Costa Silva	Agente de Gestão Administrativa
973043831	Abel Do Carmo Barbosa	Agente de Gestão Administrativa
973045430	Stefanie Caroline Monteiro Da Silva	Agente de Gestão Administrativa
973045889	Mateus Gabriel Rodrigues Da Silva	Agente de Gestão Administrativa
973049888	Priscila De Sá Frazão	Agente de Gestão Administrativa
973050071	Rodrigo Teixeira Messias Rodrigues	Agente de Gestão Administrativa
973052980	Claudinei Manoel Barea Do Nascimento	Agente de Gestão Administrativa
973053254	Lucas Francisco De Campos	Agente de Gestão Administrativa
973059204	Maria Cristina Dantas	Agente de Gestão Administrativa
973061663	Samuel Nogueira Da Silva Júnior	Agente de Gestão Administrativa
973062804	Talita Gonçalves Dos Santos	Agente de Gestão Administrativa
973063022	Jessica Batista	Agente de Gestão Administrativa
973064595	Guilherme De Oliveira Correa	Agente de Gestão Administrativa
973065283	Amanda Salveano Azevedo	Agente de Gestão Administrativa
973065829	Carmelinda Judite Do Nascimento	Agente de Gestão Administrativa
973067096	Luciana Andreia Rodrigues Da Silva	Agente de Gestão Administrativa
973004496	Fernando Nakamura Ishino	Agente de Orçamento
973004662	Larissa Oliveira Reis	Agente de Orçamento
973005776	Josianne De Castro	Agente de Orçamento
973011592	Carla Janaina Da Silva Rocha	Agente de Orçamento
973014072	Edvando Gomes Da Silva	Agente de Orçamento
973022069	Nathalia Caroline Celso	Agente de Orçamento
973033327	Ana Luisa Negri	Agente de Orçamento
973038638	Caroline Vilas Boas Correa	Agente de Orçamento
973041048	Vinícius Ribeiro Garcia	Agente de Orçamento
973041576	Cleide Silva Santos	Agente de Orçamento
973046415	Roberta Ellen Da Rocha Silva Meira	Agente de Orçamento
973048211	Flávio Henrique Nunes Da Silva	Agente de Orçamento
973050968	Thalia Fernanda Da Silva Paravani	Agente de Orçamento
973052012	Aldovrando Casabona Neto	Agente de Orçamento
973057289	Jonatas Da Silva Botelho	Agente de Orçamento
973058072	Wellington Galvão De Moraes	Agente de Orçamento
973065054	Vitor De Oliveira Vieira	Agente de Orçamento
973067205	Cinthia Ireno Desiderio	Agente de Orçamento
973000692	Alexsandro Pacheco Dos Santos	Agente de Trânsito
973000961	Patricia Ribas Calumbi	Agente de Trânsito
973004502	Fabricio Rafael Antunes Garcia Tortelli	Agente de Trânsito
973004610	Douglas Diego Bruno De Souza	Agente de Trânsito
973009680	Gilberto Pereira Guedes	Agente de Trânsito
973011218	Dolglas Da Silva Souza	Agente de Trânsito
973014741	Jackson Redelval De Santana	Agente de Trânsito

973021052	André Luis Gambale	Agente de Trânsito
973025440	Pedro Rodrigues Neto	Agente de Trânsito
973029721	Dionemarti De Carvalho	Agente de Trânsito
973030056	Jeferson Nascimento De Jesus	Agente de Trânsito
973035181	Eduardo De Oliveira Saraiva	Agente de Trânsito
973041315	Davi Dos Santos Lima	Agente de Trânsito
973041809	Renato Adriano De Souza	Agente de Trânsito
973049231	Tiago Santos Dos Anjos	Agente de Trânsito
973055116	Edipo Silva	Agente de Trânsito
973058476	Marinho Celestino Da Silva Neto	Agente de Trânsito
973061320	Rafael Alves Cortes	Agente de Trânsito
973009457	Jeane Oliveira Silva	Agente Fiscal Ambiental
973028172	Daniel Carvalho De Lima	Agente Fiscal Ambiental
973037833	Beatriz Félix Da Silva	Agente Fiscal Ambiental
973054852	Claudio Fernando Pereira	Agente Fiscal Ambiental
973065492	Leticia Alves De Oliveira Diniz	Agente Fiscal Ambiental
973036205	Andrey Renato Soares Uemura	Agente Fiscal de Obras
973046990	Leonardo Guedes De Andrade Pereira	Agente Fiscal de Obras
973047114	Régis Dimitrov Alves Ferreira	Agente Fiscal de Obras
973010638	Diego Cristian José De Oliveira	Agente Fiscal de Posturas
973024955	Adailton Camara Da Silva	Agente Fiscal de Posturas
973052737	Radamés Brito De Souza Aguiar	Agente Fiscal de Posturas
973065638	João Domingues Prates Neto	Agente Fiscal de Posturas
973070588	Junio Faria Pereira	Agente Fiscal de Posturas
973028537	Wesley Pereira Barreto	Agente Fiscal de Transporte
973029988	Thiago Kazuo Da Silva	Agente Fiscal de Transporte
973030162	Raquel Lisboa Craveiro Fernandes	Agente Fiscal de Transporte
973036233	Douglas Expedito Ferreira	Agente Fiscal de Transporte
973042214	Flavia Cristine Guerra Da Fonseca	Agente Fiscal de Transporte
973045319	Jornes Couto Feitoza Junior	Agente Fiscal de Transporte
973051723	Rayane Lima Santiago	Agente Fiscal de Transporte
973052910	João Vitor Mendes	Agente Fiscal de Transporte
973057645	Carlos Eduardo Magalhães Dos Santos	Agente Fiscal de Transporte
973058474	Emerson Francisco Ciebra	Agente Fiscal de Transporte
973066227	Bruna Aparecida De Oliveira Correa	Agente Fiscal de Transporte
973070824	Francisco Das Chagas Martins De Sousa	Agente Fiscal de Transporte
973002369	Luis Fernando Melo Ruiz	Agente Fiscal Patrimonial
973005169	Felipe Antonio Zimmermann De Miranda Santos	Agente Fiscal Patrimonial
973044506	Graziela Silva Santos	Agente Fiscal Patrimonial
973047377	Luana Matias	Agente Fiscal Patrimonial
973064359	Felipe Passinato De Oliveira	Agente Fiscal Patrimonial
973000173	Rosemeire Pereira De Macedo	Ajudante Geral
973001497	Elizabete Urbano Barbosa	Ajudante Geral
973001692	Elenilda Tenorio De Araujo	Ajudante Geral
973015682	Rubens William Daniel Da Costa	Ajudante Geral
973023670	Lucas Samuel Costa Reis	Ajudante Geral
973027126	Rodrigo Da Silva Benedito	Ajudante Geral

973035047	Joyce Andrielli Batista	Ajudante Geral
973037242	Eduardo Cardoso	Ajudante Geral
973038080	Marcelo Hideki Shimada De Castro	Ajudante Geral
973039219	Tatiane Martins Dos Santos	Ajudante Geral
973043866	Edmilson De Mello Lucio	Ajudante Geral
973044274	Victor Hugo dos Santos Leite	Ajudante Geral
973047653	Jean Carlos Saraiva	Ajudante Geral
973048925	Felipe Botelho Da Silva	Ajudante Geral
973058371	Kleber Dias Silva	Ajudante Geral
973059812	Luciana Dos Santos Vitorino Nascimento	Ajudante Geral
973066075	Guilherme Sampaio De Paiva	Ajudante Geral
973067704	Isabel De Macedo Souza	Ajudante Geral
973069887	Maria Célia Borges Da Motta	Ajudante Geral
973001958	José Roberto Junqueira	Almoxarife
973005350	Bruno Henrique Claro De Souza	Almoxarife
973013246	Cristiano Leme De Almeida	Almoxarife
973016057	Rogério De Oliveira Sotero	Almoxarife
973024200	Rafael Santana De Faria	Almoxarife
973025432	Edilson De Sousa Lima	Almoxarife
973033557	William Da Rocha Fernandes	Almoxarife
973041422	Carlos Alberto Santos Duarte	Almoxarife
973041578	Cleide Silva Santos	Almoxarife
973059433	Carol Ramos Da Silva	Almoxarife
973013401	Cristianne Kayoko Matsumoto	Analista Ambiental
973013503	Carlos Diego Neves Ananias	Analista Ambiental
973019840	José Roberto Jonas De Magalhães	Analista Ambiental
973022405	Juliano Maciel De Camargo	Analista Ambiental
973022975	Claudio Miashita	Analista Ambiental
973026108	Francislene Figueredo Lednik Mesquita	Analista Ambiental
973026396	Felipe Quintiere Maia	Analista Ambiental
973026536	Eduardo Ferreira Abrahão	Analista Ambiental
973030852	José Erinaldo De Jesus Santos	Analista Ambiental
973033073	Jeferson Tiago Da Silva	Analista Ambiental
973034392	Beatriz Wardzinski Barbosa	Analista Ambiental
973037210	Lidimara Souza Da Silveira	Analista Ambiental
973039399	Larissa Alves Fernandes Xavier	Analista Ambiental
973043995	Alberto Kirilauskas Rodrigues Dos Santos	Analista Ambiental
973046380	Paulo Cesar Galdino	Analista Ambiental
973047987	Marina Souto Gonçalves	Analista Ambiental
973050095	Renan Wesley Fernandes	Analista Ambiental
973053029	Gustavo Henrique Oliveira	Analista Ambiental
973055671	Henrique Capati Ricci	Analista Ambiental
973065373	Laisa Das Virgens Amorim	Analista Ambiental
973006816	Marcel Shindy Ichie	Analista de Sistemas
973021729	Luis Fernando Santos Toledo	Analista de Sistemas
973023445	Fretz Sievers Junior	Analista de Sistemas
973064999	Jose Batista Lira Junior	Analista de Sistemas

973013003	Josué Ivan Gomes Da Silva	Analista de Suporte
973021731	Luis Fernando Santos Toledo	Analista de Suporte
973056208	Anderson Peireira Da Silva	Analista de Suporte
973066181	Filipe Prado De Sousa	Analista de Suporte
973008082	Ricardo Fernandes	Analista em Gestão, Orçamentária e Financeira
973053628	Diego Lima De Melo	Analista em Gestão, Orçamentária e Financeira
973064467	Caio Martins Lo Brex Santana	Analista em Gestão, Orçamentária e Financeira
973002775	Luciana Da Silva Aliotti	Arquiteto
973003351	Marcello Ramos Ferreira Dos Santos	Arquiteto
973010383	Mariana De Castro Freitas	Arquiteto
973012274	Samira Manoel Dos Santos Lima	Arquiteto
973013042	Ana Lucia De Lima Fiorotti	Arquiteto
973015720	Pedro Desgualdo Pereira	Arquiteto
973015904	Adriana Shizue Murate	Arquiteto
973020402	Daniel Agostinho	Arquiteto
973020439	Tarsilla Giaretta Endres	Arquiteto
973021467	Elisa Sayaka Ito	Arquiteto
973021497	Diego Ferretto	Arquiteto
973025284	Weberson Wagner De Carvalho	Arquiteto
973031464	Luiz Henrique Padovani	Arquiteto
973032829	Gabriela Simão Pereira	Arquiteto
973038200	Fernanda Cristina Sumitani Kamimura	Arquiteto
973039731	Alexandre Fortuna Leitão Silva	Arquiteto
973040141	Tiago Nicácio Pereira	Arquiteto
973042356	Karine Kelen Soares De Melo	Arquiteto
973045512	Caroline Cabral Rocha Bertol	Arquiteto
973045915	Aline Massari	Arquiteto
973046615	Juliana Eiko Hiroki	Arquiteto
973047610	Rodrigo Fontes Sá	Arquiteto
973047763	Carolina Massari	Arquiteto
973050010	Wagner Kubota	Arquiteto
973052770	Natália Campos Camargo	Arquiteto
973053059	Fernando Roberto Da Silva	Arquiteto
973055725	Fabrinny de Sena Rosa Ribeiro	Arquiteto
973056326	Luan Santana Bento Crespo	Arquiteto
973066410	Ana Maria Furtado Cardoso	Arquiteto
973066599	Nunes Lopes Dos Reis	Arquiteto
973009099	Bruno Henrique Claro De Souza	Assistente de Suprimentos
973020550	Felipy William Ferreira	Assistente de Suprimentos
973000595	Ananda Força	Auxiliar Administrativo
973000980	Leonardo Tenório Gomes De Moura	Auxiliar Administrativo
973002938	Agata Cristina Sales Martins	Auxiliar Administrativo
973003662	Mayssa De Jesus Sousa Da Silva	Auxiliar Administrativo
973003899	Kethelyn Pereira	Auxiliar Administrativo
973006174	Thais Bernardino Da Silva Pereira	Auxiliar Administrativo
973006760	Bruno Henrique Claro De Souza	Auxiliar Administrativo
973007423	Tallita Almeida Cruz	Auxiliar Administrativo

973009928	Gustavo Procopio Fernandes	Auxiliar Administrativo
973018374	Odair Martins Da Silva	Auxiliar Administrativo
973019733	André Curvelo Costa	Auxiliar Administrativo
973020019	Isis Da Silva Neris	Auxiliar Administrativo
973021372	Robson Alves Faria	Auxiliar Administrativo
973022494	Mônica Silva Dos Santos	Auxiliar Administrativo
973022792	Valeria Bellizario Belarmino	Auxiliar Administrativo
973024195	Rafael Santana De Faria	Auxiliar Administrativo
973024627	Gabriela Paula De Andrade	Auxiliar Administrativo
973026243	Felipe Pereira Guedes	Auxiliar Administrativo
973026649	Samuel Martins Da Silva	Auxiliar Administrativo
973031409	Matheus Pontes Moreira Reis	Auxiliar Administrativo
973032909	Stive Vicente Ferreira	Auxiliar Administrativo
973036329	Michele Rodrigues Silva	Auxiliar Administrativo
973036516	Hilton Galassi Ribeiro	Auxiliar Administrativo
973037638	Thiago Aparecido Alves Cardoso De Almeida	Auxiliar Administrativo
973038195	Igor Henrique Dos Santos	Auxiliar Administrativo
973038797	Maria Da Conceição Henriques Pedroso	Auxiliar Administrativo
973040667	Tais Kelly Da Cruz Alves	Auxiliar Administrativo
973041282	Thiago Lara Pereira	Auxiliar Administrativo
973042288	Simone Yumi Nakashima Hayama	Auxiliar Administrativo
973043695	Fernanda Gomes De Souza Cavalcante	Auxiliar Administrativo
973044677	Bruna Aguiar Pires	Auxiliar Administrativo
973044822	Antonia Feitosa Onerio	Auxiliar Administrativo
973050507	Fernanda Bajtalo Arias	Auxiliar Administrativo
973050663	Angelica Matias Dos Santos Coutinho	Auxiliar Administrativo
973051184	Franciele Esteves Vieira	Auxiliar Administrativo
973052869	Carolina Miyuki Maeda	Auxiliar Administrativo
973056061	Caio Henrique De Oliveira	Auxiliar Administrativo
973058994	Josefa Messias Ribeiro Silva	Auxiliar Administrativo
973063879	Sergio Aleksandr Fernandes Doncev Claro	Auxiliar Administrativo
973065354	Juliana Kelly Gomes Pereira	Auxiliar Administrativo
973066334	Cintia Margarida De Paula Dos Santos	Auxiliar Administrativo
973067228	Andressa Helena Moreira	Auxiliar Administrativo
973067720	Maria Julia De Faria	Auxiliar Administrativo
973002462	Josimar Queiroz De Sousa	Auxiliar de Topógrafo
973007694	Elias Damasceno Junior	Auxiliar de Topógrafo
973027037	Nickolas Victor Ferreira Da Silva	Auxiliar de Topógrafo
973041309	Simone Pires Mendes	Auxiliar de Topógrafo
973049079	Patrick Pereira Gonçalves	Auxiliar de Topógrafo
973050710	Michele Aparecida Damião	Auxiliar de Topógrafo
973067895	Lucivaldo Assunção Silva	Auxiliar de Topógrafo
973069588	Thiago Aparecido Alves Cardoso De Almeida	Auxiliar de Topógrafo
973003629	Janaine Aparecida Ferreira De Sá	Bibliotecário
973063887	Renan Vieira Dos Santos	Contador
973009764	Raila Leite Amancio	Desenhista Projetista
973038812	Gustavo Rodrigues Carvalho Melo	Desenhista Projetista

973044359	Thais Aparecida Soares Bento	Desenhista Projetista
973065633	João Domingues Prates Neto	Desenhista Projetista
973066291	Renato Soares Santos	Desenhista Projetista
973069622	Samira Manoel Dos Santos Lima	Desenhista Projetista
973000383	Marlei Terencio Da Silva	Educador Social
973002936	Leticia Carla Martins	Educador Social
973003422	Simone Magaly Praxedes De Goes	Educador Social
973005760	Fabio Alexandre Anjos Dos Santos	Educador Social
973008716	Mariane Santos De Jesus Vicente	Educador Social
973011017	Rosemeire Santos De Souza Melo	Educador Social
973012067	Patricia Lacerda Pereira	Educador Social
973012091	Denise De Souza Martins	Educador Social
973014317	Eliane Cassimiro	Educador Social
973016122	Deise Mara Nascimento Otaviano	Educador Social
973021216	Erica Rosendal Leite	Educador Social
973022579	Sarah Brito De Paula	Educador Social
973028370	Larissa Lorrana Da Silva	Educador Social
973029481	Marcelo Fernandes Da Silva	Educador Social
973029507	Andreia Augusta Mardegan	Educador Social
973044940	José Ricardo Rocha	Educador Social
973045908	Cirlene Maria Duarte Reis	Educador Social
973047972	Elis Fabiana Sória Cordeiro	Educador Social
973048627	Maraiza Pereira Do Nascimento	Educador Social
973054096	Geisa Calixto Cavicchia	Educador Social
973054884	Meire Gomes Santana Lima	Educador Social
973055008	Andreza Teixeira Da Silva	Educador Social
973057632	Cristina Aparecida De Oliveira	Educador Social
973062621	Joyce Lopes Neri De Sousa	Educador Social
973063944	Cíntia Gomes De Jesus	Educador Social
973068113	Silvia De Fátima Miguel França	Educador Social
973068930	Eva Vilma De Jesus	Educador Social
973069883	Sandra Cristina Estevão Passos	Educador Social
973029814	Wellington Cristovao Lira Dos Santos	Eletricista
973041052	Marcelo Galvão E Anderi Silva	Eletricista
973044286	Patrick Eduardo Elias De Jesus	Eletricista
973067772	Elson Lima De Jesus	Eletricista
973070222	Luebsom Martins De Oliveira	Eletricista
973068494	Luebsom Martins De Oliveira	Eletricista de Veículos
973031843	Fernando Pamphilo De Christo Batista Da Silva	Engenheiro Agrônomo
973032586	Nemilson Bastos De Souza	Engenheiro Agrônomo
973038943	Jhonatan Diego Cavalieri	Engenheiro Agrônomo
973053988	Wedis Martins Ferreira	Engenheiro Agrônomo
973010588	Inaê Alves	Engenheiro Ambiental
973013322	Paula Do Nascimento Ferreira	Engenheiro Ambiental
973019044	José Roberto Jonas De Magalhães	Engenheiro Ambiental
973026401	Felipe Quintiere Maia	Engenheiro Ambiental
973026497	Arnaldo Mailles Neto	Engenheiro Ambiental

973026538	Eduardo Ferreira Abrahão	Engenheiro Ambiental
973028077	Matheus Dos Santos Costa	Engenheiro Ambiental
973029741	André Aukar Britschgy De Camargo	Engenheiro Ambiental
973032311	Pedro Luís De Lucca Gattás	Engenheiro Ambiental
973039401	Larissa Alves Fernandes Xavier	Engenheiro Ambiental
973042416	Lucas Alves Maroubo	Engenheiro Ambiental
973047974	Nilo Portero Da Silva	Engenheiro Ambiental
973048738	Rodrigo Rezende De Oliveira	Engenheiro Ambiental
973050092	Renan Wesley Fernandes	Engenheiro Ambiental
973002211	Silvio Quirino Da Silva	Engenheiro Civil
973002439	Denis Henrique Da Silva	Engenheiro Civil
973002610	Leandro De Oliveira Stoyan	Engenheiro Civil
973003597	Levi Pinto Rocha	Engenheiro Civil
973007250	Matheus Nery Pacheco	Engenheiro Civil
973008473	Janaina De Melo Oliveira	Engenheiro Civil
973010612	Rodrigo Mendes De Barros	Engenheiro Civil
973012385	Michele Vasconcelos Laranjeira	Engenheiro Civil
973015006	Ivando Dos Santos Neto	Engenheiro Civil
973018902	Vinicius Dantas De Moraes	Engenheiro Civil
973019156	Alessandra Kiyoko Da Rosa	Engenheiro Civil
973019215	Luiz Carlos De Sousa Filho	Engenheiro Civil
973021077	Pamela Emili Pereira Valejo	Engenheiro Civil
973022098	Nathalia Aparecida Chaves Rodrigues	Engenheiro Civil
973022558	Priscila Carvalho Oliva Campos	Engenheiro Civil
973024952	Adailton Camara Da Silva	Engenheiro Civil
973025617	Barbara Cesar Martins	Engenheiro Civil
973029382	Adriano Junio Dos Santos	Engenheiro Civil
973030217	Fábio Oliveira	Engenheiro Civil
973033479	Lineker Bruno Camargo Sobrinho	Engenheiro Civil
973035761	Diellen Osório Silva	Engenheiro Civil
973035903	Carlos Eduardo Pifer	Engenheiro Civil
973036737	Alex Baldessin Mori	Engenheiro Civil
973036923	Rafael Ganzella Machado Pedrosa	Engenheiro Civil
973037243	Raquel Carvalho Franklin	Engenheiro Civil
973039222	Marcos José Santos Rocha	Engenheiro Civil
973039243	Lucas Alencar Lacerda	Engenheiro Civil
973045118	William Mendes Araujo De Gois	Engenheiro Civil
973045417	Eduardo Aguiar Mendes	Engenheiro Civil
973047585	Marcel Nascimento Vacaro	Engenheiro Civil
973051065	Arthur Chiaramonte Scheffer	Engenheiro Civil
973051414	Deyvis De Paula Narciso	Engenheiro Civil
973067310	Christine De Oliveira Silva Alfradique	Engenheiro Civil
973068046	Ricardo Ribeiro Ferreira	Engenheiro Civil
973070566	Junio Faria Pereira	Engenheiro Civil
973000435	Gildo Samuel Pereira	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973001382	Gabriel Greco De Almeida	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973002393	Raí Hideki Ribeiro Hanashiro	Engenheiro de Segurança do Trabalho

973006033	Marco Henrique Oliveira Luz Alcântara	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973007451	Marinho Celestino Da Silva Neto	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973013119	Nelson Teago Ezequiel	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973019137	Alessandra Kiyoko Da Rosa	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973020506	Rafael Gomes De Paula	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973024250	Renan Semensato Carloni	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973027150	Aduile Rocha Farias	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973028244	José Vítor Dos Santos Fioravante	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973029092	José Carlos De Aguiar	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973029970	Bruna Costa Guerra Vainauskas	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973033910	Guilherme Henrique Balbino	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973041051	Patrick Fernando Miyamoto Yanagiya	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973045393	Gilmar Bento Albuquerque	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973046493	Rodrigo Da Silva Maia	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973046946	Thiago Angotti Dalceno	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973068357	Danilo José Santana Couto	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973070004	Jessé Da Silva Barros	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973070641	Vinicius Rodrigues Leal	Engenheiro de Segurança do Trabalho
973019886	Marina Urano De Carvalho Caldas	Engenheiro de Tráfego
973025313	Rodrigo De França Cunha	Engenheiro de Tráfego
973031978	Francisco Marchet Dalosto	Engenheiro de Tráfego
973033238	Rafael Rodrigues Lima Pascoalino	Engenheiro de Tráfego
973033290	Renan Favero	Engenheiro de Tráfego
973035629	Rafael Sigrist Pontes Martins	Engenheiro de Tráfego
973038716	Cleber De Fátima Pagano	Engenheiro de Tráfego
973038723	Julio Cesar Del Penho De Souza	Engenheiro de Tráfego
973040529	Juliana Ferreira Da Silva	Engenheiro de Tráfego
973057999	Jefferson Hishiyama Da Silva	Engenheiro de Tráfego
973062009	Renan César Silva Caldas	Engenheiro de Tráfego
973064188	Lorrayne Caroline Rodrigues Cardoso	Engenheiro de Tráfego
973003543	Humberto Tadeu Menecheli Filho	Engenheiro Florestal
973007845	Ítalo Favoreto Campanharo	Engenheiro Florestal
973012851	Matheus Felipe Freire Pego	Engenheiro Florestal
973016371	Gustavo Cardoso Fernandes	Engenheiro Florestal
973025407	Mário César De Aguiar	Engenheiro Florestal
973036097	Regina Maria Gomes	Engenheiro Florestal
973037109	Nikolas De Souza Mateus	Engenheiro Florestal
973041618	Vagno Gomes Freitas	Engenheiro Florestal
973043972	Ana Helena De Souza Dias	Engenheiro Florestal
973043982	Eduardo Pinheiro Sampaio Risso	Engenheiro Florestal
973044632	Rafaela Nicacio Abade Marin	Engenheiro Florestal
973047531	Lucas De Siqueira Cardinelli	Engenheiro Florestal
973050723	Amanda Arantes Junqueira	Engenheiro Florestal
973051756	Rafael Costa Pinheiro	Engenheiro Florestal
973053838	Izabel Klug	Engenheiro Florestal
973056272	Thuany Araujo Silva	Engenheiro Florestal
973056380	Bruna Goulart Duarte	Engenheiro Florestal

973000255	Caio Shoiti Senzaki	Entrevistador Social
973005552	Bruna Ferreira De Sousa	Entrevistador Social
973020257	Joyce Soares Sampaio	Entrevistador Social
973032082	Luzia Silva De Santana	Entrevistador Social
973043277	Sueleide Pereira Serafim Cirino De Oliveira	Entrevistador Social
973047157	Stela Silva Valim	Entrevistador Social
973001602	Igor Fernando Da Silva Cruz	Fisioterapeuta
973003114	Ariele Dos Santos Costa	Fisioterapeuta
973008711	Henry Cesare Alves De Lima	Fisioterapeuta
973009949	Alexandre Borges	Fisioterapeuta
973012160	Claudete Silva Oliveira	Fisioterapeuta
973030172	Graziela Gorzoni Fioratti	Fisioterapeuta
973032260	Marcia Luana Aires De Sousa	Fisioterapeuta
973051873	Barbarah Tanios Ugucioni	Fisioterapeuta
973059709	Sara Da Silva Santos	Fisioterapeuta
973069669	David Do Nascimento Pereira	Fisioterapeuta
973038869	Lucas Emanuel Pereira Cordeiro	Gestor Ambiental
973012436	Gessica Dos Santos Ribeiro	Gestor de Contratos
973019745	Thabata De Oliveira Lameiras	Gestor de Contratos
973021358	Lia Mires Amorim De Souza	Gestor de Contratos
973026395	Nailton De Jesus Lima	Gestor de Contratos
973033766	Anderson Leandro Dos Anjos	Gestor de Contratos
973036239	Wandre Tiago De Sá	Gestor de Contratos
973045310	Jornes Couto Feitoza Junior	Gestor de Contratos
973052808	Melquizedeque Tahan Lopes De Souza Barros	Gestor de Contratos
973053533	Lucas Lima De Melo	Gestor de Contratos
973061714	Shirley Silva E Oliveira	Gestor de Contratos
973064905	Magale Dolores Quinzani Matsui	Gestor de Contratos
973001871	Welington Donizete Gonzaga	Jornalista
973028425	Layanna Caline Santos Machado	Jornalista
973032461	Arthur Roman Lins	Jornalista
973034741	Edson Luiz Portella	Jornalista
973048741	Bernardo Staviski	Jornalista
973054686	Elaine Aparecida Manini	Jornalista
973065733	Marina Meira Schmidt	Jornalista
973068965	Edison Vitoretti Junior	Jornalista
973002897	Renato Saito Siqueira	Médico Veterinário 20h
973004455	Amanda Lumy Kawanami	Médico Veterinário 20h
973007802	Helton Oliveira Ferreira	Médico Veterinário 20h
973008515	Mônica De Cássia Silva	Médico Veterinário 20h
973015860	Carolina Desgualdo Pereira	Médico Veterinário 20h
973022105	Mariana Moraes Dionysio De Souza	Médico Veterinário 20h
973044527	Marleth Nunes Da Costa	Médico Veterinário 20h
973047305	Rodrigo Santos Guimarães	Médico Veterinário 20h
973059667	Camila Falbo Lopes Ramos	Médico Veterinário 20h
973062277	Camila De Abreu Gir	Médico Veterinário 20h
973065523	Willian Guedes Pinto	Médico Veterinário 20h

973065574	Edgard Onoda Luiz Caldas	Médico Veterinário 20h
973069667	Tatiane Tokumo	Médico Veterinário 20h
973000900	Gilmar Cardoso Almeida	Motorista
973002504	Ricardo Augusto Bello	Motorista
973005119	Erika De Lima Jordano	Motorista
973007646	Edivan Coelho Lima	Motorista
973007705	Elias Damasceno Junior	Motorista
973008738	Henrique Aparecido Dos Santos Monteiro	Motorista
973010528	Carlos Alves Dos Santos	Motorista
973011316	Fabio Hissatoshi Kai	Motorista
973012116	Israel Dos Santos Lima	Motorista
973012619	Rafael Ribeiro Dos Santos	Motorista
973014596	Robson Antonio Silva	Motorista
973015164	Mauricio Farias Antoniassi	Motorista
973018152	Enéias Moraes Mendes	Motorista
973021818	Wagner Luis Da Silva	Motorista
973028786	Paulo Egídio Cunha Do Rosário	Motorista
973029723	Dionemarti De Carvalho	Motorista
973030024	Alexssandro Oliveira Dos Santos	Motorista
973030034	Jeferson Nascimento De Jesus	Motorista
973031960	Wender Mendes Batista	Motorista
973035810	Felipe Tadeu Oliveira Adao	Motorista
973035898	Guilherme Fontana Moraes	Motorista
973038526	Fabiano Alexandre Luciano Martins	Motorista
973040087	Maurício Raimundo Da Silva Junior	Motorista
973046711	Josemi De Espíndola Ferreira	Motorista
973050780	Irenaldo Bandeira De França Filho	Motorista
973051040	Bruno Barbosa	Motorista
973051098	Claudinei Augusto Da Silva Júnior	Motorista
973051981	Aldovrando Casabona Neto	Motorista
973055832	Claudio Rogerio De Lima	Motorista
973059402	Erinaldo Luiz Furtado	Motorista
973063348	Danilo De Paula Siqueira	Motorista
973063473	Neemias Gomes Maia Junior	Motorista
973001412	Edmar Ribeiro	Motorista de Ambulância
973003596	Michael William Delfino	Motorista de Ambulância
973014320	Renato Bettoni	Motorista de Ambulância
973024601	Felipe Tadeu Oliveira Adao	Motorista de Ambulância
973028788	Paulo Egídio Cunha Do Rosário	Motorista de Ambulância
973030434	Israel Dos Santos Lima	Motorista de Ambulância
973033903	Marcos De Miranda	Motorista de Ambulância
973040189	Rogério Martins	Motorista de Ambulância
973060437	Guilherme Fontana Moraes	Motorista de Ambulância
973006167	Jefferson Soares Quinaya	Operador de Máquinas Pesadas
973032927	Gabriel Moraes Da Rocha	Operador de Máquinas Pesadas
973064728	Maratham Meireles Santana	Operador de Máquinas Pesadas
973045686	Pedro Celio Ribeiro De Lima	Pedreiro

973000008	Guilherme Achilles Gomes Pommer	Procurador Jurídico
973006069	Marisa Conceição Rodrigues Leocádio	Procurador Jurídico
973006699	Rafael Mendes Fonseca	Procurador Jurídico
973007575	Valéria Pereira De Melo	Procurador Jurídico
973009050	Karoline Macedo Geiger De Melo	Procurador Jurídico
973011110	Leonardo Minari De Oliveira	Procurador Jurídico
973014416	Arthur Cesar Albuquerque De Sousa	Procurador Jurídico
973018758	Rafael Vasconcelos Oliveira	Procurador Jurídico
973019238	Carlos Eduardo Buosi	Procurador Jurídico
973020378	Christian Souza Cruz	Procurador Jurídico
973022368	Ivan Nunes De Oliveira	Procurador Jurídico
973022508	Lucas Ramos Gasparini	Procurador Jurídico
973022640	Thayane Maio Benevides Dos Santos	Procurador Jurídico
973022755	Michel Rodrigues De Abreu	Procurador Jurídico
973023341	Lorival Allan Furucho Fernandes	Procurador Jurídico
973023917	Rafael Mesquita Zampolli	Procurador Jurídico
973024260	Gustavo Costa Nogueira	Procurador Jurídico
973024321	Danilo Martins Fontes	Procurador Jurídico
973026067	Daniele Ferreira Silva	Procurador Jurídico
973027423	Eduardo Vergara Ferraz De Souza	Procurador Jurídico
973027830	Eliete Severiana de Souza Molinari	Procurador Jurídico
973028378	Stéfanie Sant Ana De Andrade	Procurador Jurídico
973033907	Manoel Antonio De Santana	Procurador Jurídico
973035312	Bernardo Bravo Goes	Procurador Jurídico
973036975	Cintia Cristina Rodrigues Pretel	Procurador Jurídico
973039078	Lucas Almeida	Procurador Jurídico
973039289	Suelane Ferreira Da Silva	Procurador Jurídico
973039722	Carlos Moacyr Ferreira Neto	Procurador Jurídico
973039914	Thiago Resende Lima Castro E Barbosa	Procurador Jurídico
973040106	Sergio Gomes Ayala Filho	Procurador Jurídico
973040889	Fábio Galvão De Oliveira	Procurador Jurídico
973041057	Izamara Cavalcante Da Silva	Procurador Jurídico
973041882	Everaldo Nunes Da Silva	Procurador Jurídico
973041944	Thayane De Souza Sa Cardoso	Procurador Jurídico
973042278	Taina Vivian Alves De Araujo	Procurador Jurídico
973042584	Cleber Ferreira Nunes	Procurador Jurídico
973042801	Walner Pope Missalia	Procurador Jurídico
973042890	Marco Aurélio Gonçalves Do Carmo	Procurador Jurídico
973043296	Fabricio Pereira De Melo	Procurador Jurídico
973043465	Victor Mangabeira Cruz Dos Santos	Procurador Jurídico
973044507	Monica Olinda Oliveira Figueira	Procurador Jurídico
973044676	Kariane Lucimar De Andrade Magnoni	Procurador Jurídico
973047068	Viviane Macedo Sousa	Procurador Jurídico
973047228	Margarida De Mendonça Rezende	Procurador Jurídico
973048433	Francinildo Gomes Da Silva	Procurador Jurídico
973049651	Carlos Tinen Lores Meis	Procurador Jurídico
973050736	Regina Magalhães	Procurador Jurídico

973051590	Jéssica Serejo Luglio De Oliveira	Procurador Jurídico
973051634	Ana Calhau Drummond	Procurador Jurídico
973051849	Larissa Souza Ramos	Procurador Jurídico
973054209	Thiago Apostolico Calviti	Procurador Jurídico
973054493	André De Mesquita Duarte	Procurador Jurídico
973054980	Nicole Tortorelli Esposito	Procurador Jurídico
973055503	Lucas Oliveira Faria	Procurador Jurídico
973055523	Daniele Zilioti De Sousa	Procurador Jurídico
973056985	Anna Carolina Andreatta	Procurador Jurídico
973059491	Marcio Antonio So Ferreira Da Silva	Procurador Jurídico
973059501	Diego Moscardini De Oliveira Vilar Gilberto	Procurador Jurídico
973059762	Thais Laguna De Oliveira	Procurador Jurídico
973062882	Juliana Teixeira Machado	Procurador Jurídico
973067874	Isabel Alves De Souza	Procurador Jurídico
973070244	Ellen Cristina Pacheco	Procurador Jurídico
973002598	Caio Cesar Santos De Moura	Psicólogo Social
973004301	Tiago Cosme Lucas	Psicólogo Social
973004717	Paulo Rogério Cordeiro	Psicólogo Social
973025535	Jamile Carla Dias Da Silva	Psicólogo Social
973026436	Rosiane Maria De Lima	Psicólogo Social
973026851	Marcos Tamaki	Psicólogo Social
973034283	Robson Da Silva Ramos	Psicólogo Social
973037831	Edilaine De Siqueira	Psicólogo Social
973038940	Daniel Barbosa De Carvalho	Psicólogo Social
973053849	Sarah Arruda Sampaio Rezende	Psicólogo Social
973020473	Bruna Cardoso De Melo Silva	Técnico em Segurança do Trabalho
973025059	Raimundo Nonatô Marques De Araujo	Técnico em Segurança do Trabalho
973034095	Cristiano Da Conceição Ramos	Técnico em Segurança do Trabalho
973034126	Arnaldo Torres Magalhaes Filho	Técnico em Segurança do Trabalho
973041534	Paulo Jose Cavalcanti	Técnico em Segurança do Trabalho
973043415	Alexandre Felix Da Silva	Técnico em Segurança do Trabalho
973047233	Nelio França Braga	Técnico em Segurança do Trabalho
973025866	Osiel Dos Santos Pedro	Técnico em Suprimentos
973032540	Gabriel Marcos De Sousa Motta	Técnico em Suprimentos
973032640	Wilian Kevin Alves Viana	Técnico em Suprimentos
973033717	Jacqueline Aparecida Cardoso	Técnico em Suprimentos
973008908	Matheus Venâncio Camargo	Topógrafo

II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS

As questões suscitadas pelos recorrentes são a seguir analisadas:

Cargo: Agente Cultural

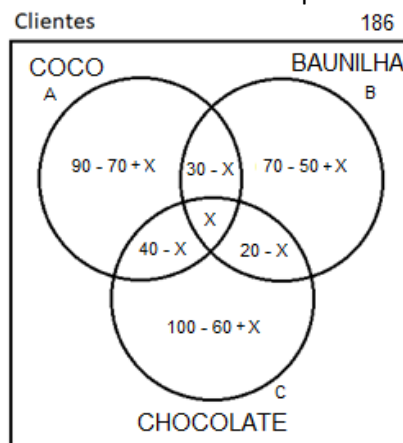
Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que a resposta da questão seria 20 ou que não existe resposta para essa questão, porém não é verdade, visto que se faz necessário considerar o quantitativo de pessoas que gostam dos três bolos e as interseções dos conjuntos.

Construindo-se o diagrama de Venn tem-se:

A quantidade de pessoas que gostam dos três bolos será indicada por x.



$$n(A \cup B \cup C) = 90 - 70 + x + 70 - 50 + x + 100 - 60 + x + 20 - x + 30 - x + 40 - x + x = 186$$

$$x = 186 - 170$$

$$x = 16$$

Pode-se resolver a questão também pela definição de união de conjuntos.

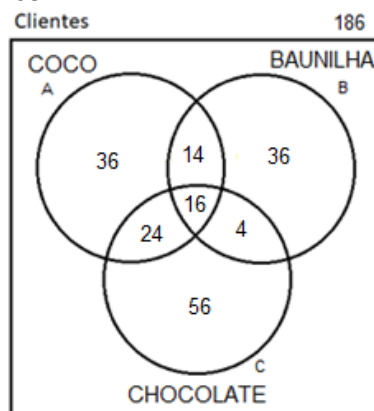
Pela União de três conjuntos tem-se que:

$$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C) + n(A \cap B \cap C)$$

$$186 = 90 + 70 + 100 - 30 - 40 - 20 + x$$

$$x = 16$$

Substituindo o valor de x no diagrama tem-se:



Desta forma, o total de pessoas que gostam somente coco é de:

$$90 - 70 + x = 90 - 70 + 16 = 36$$

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

Questão: 25

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve inconsistência do enunciado quanto ao correto texto legal, propiciando a ocorrência de mais de uma resposta possível, inviabilizando a questão como um todo.

Questão: 29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não tinha o condão de avaliar o conteúdo *ipsis literis* da lei. A informação contida é verdadeira, pois a modificação anotada nas razões recursais não modificou no seu contexto e pretensão. Mantém-se o gabarito.

Questão: 30

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão foi anulada porque as alternativas se mostraram inconsistentes, o que inviabiliza a questão.

Questão: 31

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por ausência de fundamentação no pedido.

Questão: 34

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As razões recursais estão corretas, a palavra “se” colocada na frase “O pai submetia a esposa” muda totalmente o sentido da frase, pois na sociedade patriarcal o pai submetia a esposa e não SE submetia.

Fazendo com que a alternativa (D) esteja também errada, assim como a (A), e, como o enunciado da questão afirma que as alternativas estariam corretas EXCETO uma, dessa maneira há duas afirmativas INCORRETAS.

Sendo assim a questão foi anulada.

Cargo: Agente de Gestão Administrativa

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a letra C, ou seja, as afirmativas II e III. Em II, afirma-se que “O autor apresenta uma situação hipotética para introduzir o tema a ser discutido no texto”. Esta afirmativa está correta porque André Biernath introduz o seu texto utilizando o seguinte enunciado: “Imagine que, em algumas horas, você fará a entrevista de emprego para a vaga dos seus sonhos”. Em III, afirma-se que “Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), não estamos na era mais ansiosa da história. No 7º§, o autor explica que: “Apesar de os achados da OMS assustarem, é um erro considerar que estamos na era mais ansiosa da história – muitos estudos sugerem justamente o contrário.”. As afirmativas I e IV estão incorretas. Em I, afirma-se que “O Brasil e o Paraguai apresentam os mesmos percentuais de distúrbios de ansiedade. Porém, o texto informa que o Brasil possui 9,3% da população afetada, enquanto que o Paraguai apresenta uma taxa de 7,6%. Portanto, eles não apresentam os mesmos percentuais de distúrbios de ansiedade. Em IV, afirma-se que “A partir da década de 80, a ansiedade só passou a ser encarada com mais coerência por causa dos escritos de Sigmund Freud”. Entretanto, no 7º§, é possível ler que “a ansiedade só passou a ser encarada com mais coerência a partir [e não por causa] dos escritos de Sigmund Freud (1856-1939) e foi aceita nos manuais médicos como um problema de saúde digno de nota a partir da década de 1980”. Logo, os escritos de Freud também não foram na década de 80.

Fonte: BERNATH, André. Transtorno de ansiedade: sem tempo para o agora. Texto adaptado. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/ansiedade-afeta-o-organismo-e-pode-paralisar-sua-vida/> Acesso em 28/10/2019

Questão: 04**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A resposta correta é a letra A, ou seja, um aposto. Segundo Terra e Nicola (2008, p. 289), aposto é o termo acessório da oração que tem a função de esclarecer, identificar ou explicar um nome. Logo, em “Ao contrário do medo, que é uma reação a ameaças concretas, a ansiedade está mais para um mecanismo de antecipação dos aborrecimentos futuros.” (2º§), o trecho destacado corresponde a um aposto, pois explica o que é o medo (um nome). Cunha e Cintra (2016, p. 170) informam que o aposto pode ser representado por uma oração, como ocorre nesse caso.

De acordo com Cunha e Cintra, as demais informações não podem ser consideradas como corretas porque o vocativo serve apenas para invocar, chamar ou nomear, com ênfase maior ou menor, uma pessoa ou coisa personificada e não está subordinado a nenhum outro termo da frase (p. 175). O adjunto adverbial é o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio (p. 165). O complemento verbal, por sua vez, servirá como complemento de verbos transitivos diretos e/ou indiretos (p. 154). Sendo assim, embora as alternativas estejam na sequência A, B, D e C, isto não foi prejudicial aos candidatos no momento de repassar as respostas para a folha porque a resposta correta é a alternativa A.

Fontes:

- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 7. ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. Gramática de hoje. São Paulo: Scipione, 2008.

Questão: 10**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme mostra o enunciado da questão, “Isso lesa a autonomia e prejudica a realização de atividades simples e corriqueiras (...)” (3º§), pode-se identificar três palavras destacadas (isso, e, corriqueiras) que são classificadas, respectivamente, como pronome, conjunção e adjetivo. Logo, a resposta correta está na alternativa A. sendo assim, Terra e Nicola (2008) explicam que a palavra “isso” corresponde a um pronome demonstrativo, “e” corresponde a uma conjunção aditiva e “corriqueiras” a um adjetivo que modifica o substantivo “atividades”.

Fonte: TERRA, Ernani; NICOLA, José de. Gramática de hoje. São Paulo: Scipione, 2008.

Questão: 23**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. O comando da questão determina o assinalamento da única alternativa que não constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, consagrados pelo artigo 3º da Carta Magna. O pequeno erro de grafia verificado na palavra “construção” não impede o bom entendimento da alternativa, tampouco afeta a resolução da questão. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...)

VI - defesa da paz;

Fonte: Constituição Federal de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Questão: 24**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recurso prejudicado por não corresponder à fase ora instaurada, destinada ao gabarito preliminar divulgado.

Questão: 27**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. A questão guerreada solicita a aplicação do conhecimento sobre o adicional por serviço extraordinário, previsto na Lei Municipal nº 190 de 2010, devendo-se assinalar a única alternativa incorreta. Não há de se falar em duas alternativas incorretas, visto que somente a alternativa B está incorreta. Isso porque, conforme disposto no artigo 60 da Lei Municipal nº 190/10, inciso I, o serviço extraordinário realizado aos sábados será remunerado com acréscimo de 50%, em relação à hora normal de trabalho, e não 100% conforme disposto na alternativa “B”. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 31**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “C”.**

A razão recursal defende que a afirmativa III é verdadeira, pois define corretamente o método soundex de arquivamento, método este que organiza os documentos pela fonética dos nomes e não pela grafia. Assiste razão à alegação. O gabarito é a letra “C – I e III”, onde se lê: “A”, leia-se “C”.

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. Subsídio para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf

Questão: 32**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal questiona não haver diferença de gravidade entre as condutas descritas nos itens da questão. Todas as condutas são moralmente vedadas no âmbito do ambiente de trabalho, porém, no âmbito da vida privada, não há problema em se ouvir música ou navegar nas redes sociais. As condutas de dirigir embriagado ou praticar jogos de azar são condutas vedadas, constituindo-se, inclusive, ilícito penal.

Fonte: Noções de ética. Interpretação do enunciado.

Questão: 33**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O método de alfabetação utiliza como critério o último sobrenome e não o primeiro nome. Assim, não se confunde com a mera ordenação alfabética dos nomes.

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. Subsídio para um dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em:

http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf

Questão: 38**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que o conteúdo não está previsto no edital, no que se equivoca, pois, a temática da gestão de pessoas está compreendida no conteúdo “A organização e as pessoas que nela trabalham”.

Fonte: Edital – conteúdo programático – Agente de Gestão Administrativa

Questão: 40**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que o conteúdo não está previsto no edital, no que se equivoca, pois, a temática da gestão de pessoas está compreendida no conteúdo “A organização e as pessoas que nela trabalham”.

Fonte: Edital – conteúdo programático – Agente de Gestão Administrativa

Cargo: Agente de Orçamento**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As palavras “*início*” e “*possível*” são paroxítonas, a primeira terminada em ditongo e a segunda terminada em “l”. Lembrando que, conforme Cegalla (2010, p. 36), “*não se separam letras que representam ditongos*”. A palavra “*eletrônica*” é proparoxítona e “*bebês*” é oxítona, estando correta a letra D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 36 e 71.

Questão: 02**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “*Eu nunca tinha parado para enxergar o mundo de Leniro*”, caso substituíssemos o “eu” pelo pronome “nós”, ela ficaria assim: “Nós nunca tínhamos parado para enxergar o mundo de Leniro”. Assim, duas palavras ao todo (ou seja, incluindo na contagem a alterada por determinação do enunciado) precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal, estando correta a alternativa B. Lembrando que, ao figurar na forma infinitiva, o verbo “enxergar” permanece invariável.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 438-472.

Questão: 10**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “naquele momento, as opções existentes eram bastante precárias” (2º§), o termo sublinhado poderia ser corretamente substituído pelo seu sinônimo “escassas”, estando correta a alternativa A. As palavras “longevas”, “anódinas” e “modorrentas” não têm relação de sinonímia com o termo “precárias”. Para que se possa substituir corretamente uma palavra por seu sinônimo, é preciso, antes de tudo, conhecer a sua significação, sendo que a significação das palavras no texto constitui um dos conteúdos programáticos do concurso.

Fonte: Dicionário Aulete digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/prec%C3%A1rio>.

Questão: 12**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente, por não encontrar elementos que inviabilizem a questão, uma vez que se encontra dentro do conteúdo apresentado.

O modelo relacional foi desenvolvido para simplificar os sistemas gerenciadores de bancos de dados, permitindo que acontecesse uma modelagem (projetos dos bancos de dados) mais próximos da realidade.

Fonte: MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. – **Informática: conceitos e aplicações** – 5ª ed. – São Paulo: Érica, 2019. – Pág.: 186.

Questão: 14**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente, por não encontrar elementos que inviabilizem a questão, uma vez que se encontra dentro do conteúdo apresentado.

PPP – (*Point-to-Point Protocol*) - Trata-se de um padrão voltado à conexão direta de computadores à Internet, através de linhas telefônicas discadas. O PPP oferece recursos mais avançados em relação ao antigo protocolo SLIP (*Serial Line Internet Protocol*), de mesmo propósito.

Fonte: VELLOSO, F. **Informática: conceitos básicos**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. – Pág.: 210

Questão: 22**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão apresenta apenas uma alternativa correta, opção “A”, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 190/2010:

Art. 14. Posse é a aceitação expressa das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em Lei.

§ 1º. A posse será efetivada pela assinatura do respectivo termo pelo empossado e pela autoridade competente.

§ 2º. A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

§ 3º. Em se tratando de servidor que esteja na data de publicação do ato de provimento em licença ou afastado por qualquer motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

Art. 15. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além do exame relativo à aptidão psicológica e psiquiátrica, nos casos específicos.

Fonte: Lei Complementar Municipal nº 190/2010

Questão: 25**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 21 da Lei 4.392/2010 e suas alterações dispõem da seguinte forma sobre os impedimentos de usufruir dos benefícios da evolução funcional os servidores:

Art. 21. Ficam impedidos de usufruir dos benefícios da evolução funcional os servidores:

I - afastados para ocupar cargos de provimento em comissão neste ou em outro órgão;

II - que sofreram pena de suspensão, após processo administrativo transitado em julgado, no interstício da evolução corrente;

III - que tiveram apontamentos de 02 (duas) ou mais advertências em seu prontuário, no interstício da evolução corrente;

IV - que tiveram 05 (cinco) ou mais faltas injustificadas, no interstício da evolução corrente;

V - que estiverem licenciados, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, no interstício da evolução corrente,

salvo em virtude de acidente de trabalho ou para tratamento de doença profissional.

VI - que estejam em período de estágio probatório. (Inciso acrescentado pela Lei Municipal Nº 4.584/12)

Fonte: Lei Municipal nº 4.392, de 08 de julho de 2010

Questão: 26

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos recursais se referem a tema não tratado na questão. Gabarito mantido.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O que se faculta não se obriga. O art. 10 da Constituição assegura, - e não faculta – a participação dos trabalhadores nos colegiados. Ao assegurar, impõe uma norma que deve ser seguida independentemente da vontade dos interessados, sendo certo que, se fosse mera faculdade, colocaria à mercê dessa vontade a inclusão ou não.

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado menciona que a questão deve ser respondida à luz da Constituição. A assertiva decreta que todo poder emana do povo, sendo exercido pelos seus representantes, tendo sido aí encerrada a afirmação. A assertiva, à luz do contido na Constituição da República, está incorreta, uma vez que o poder pode ser exercido pelos representantes e pela iniciativa popular.

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razões recursais sustentam que o conteúdo não tem previsão editalícia, o que está equivocado, pois o tema está compreendido em “Conhecimentos sobre relatórios de execução orçamentária”. O tema Execução Orçamentária tem sua previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal, norma de conhecimento basilar e fundamental para o desempenho do cargo de agente de orçamento.

Fonte: Conhecimentos sobre relatórios de execução orçamentária.

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razões recursais sustentam que o conteúdo não tem previsão editalícia, o que está equivocado, pois o tema está compreendido em “Conhecimentos sobre relatórios de execução orçamentária”. O tema Execução Orçamentária tem sua previsão na Lei de Responsabilidade Fiscal, norma de conhecimento basilar e fundamental para o desempenho do cargo de agente de orçamento.

Fonte: Conhecimentos sobre relatórios de execução orçamentária.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme prevê o edital 01/2019 – Prefeitura Municipal de Suzano Secretaria Municipal de Administração, em seu inciso IV – DAS PROVAS; no item 4. Dos programas das provas objetivas e discursivas; no subitem 4.2 O Anexo II, integrante deste Edital, contempla apenas o Conteúdo Programático, o qual **poderá ser buscado em qualquer bibliografia sobre o assunto solicitado**. No anexo II, na parte de conhecimentos específicos que contempla este cargo informa o seguinte conteúdo programático: AGENTE DE ORÇAMENTO - Conhecimentos sobre como elaborar reservas orçamentárias, **controle dos saldos orçamentário por dotação**; conhecimentos sobre relatórios de execução orçamentária. Conhecimento em informática: Word e Excel. Lei Federal 4.320/64.

Assim sendo, o conteúdo da questão está sim, previsto e amparado pelo edital.

Fonte: Edital de Abertura de Inscrições nº. 01/2019 – Administração – Prefeitura Municipal de Suzano Secretaria Municipal de Administração.

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras “início” e “possível” são paroxítonas, a primeira terminada em ditongo e a segunda terminada em “l”. Lembrando que, conforme Cegalla (2010, p. 36), “*não se separam letras que representam ditongos*”. A palavra “eletrônica” é proparoxítona e “bebês” é oxítona, estando correta a letra D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 36 e 71.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O verbo “assistir” quando significa “ver, presenciar” é transitivo indireto, requisitando o uso da preposição “a”. Neste caso, a frase ficaria correta da seguinte forma: “Quando acordamos, a cada manhã, e as cenas da nossa vida se repetem como se assistíssemos sempre ao mesmo filme”. O verbo “arriscar”, na sua forma reflexiva, também é transitivo indireto, requisitando o uso da preposição “a”. Assim, a frase ficaria correta da seguinte forma: “Em nome da segurança, abrimos mão de experimentar novos enredos, tememos nos arriscar à possibilidade do diferente, temos tanto medo que fechamos os olhos ao espanto do mundo”. Dessa forma, está correta a alternativa D.

Fonte: LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, p. 73 e 79.

Questão: 13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente. A questão não apresenta elementos que a inviabilizem, pois apresenta no enunciado: Tecla logotipo Windows (Tecla Win – “Separada por hífen” e o comando Win + ____, que é o comando a ser executado).

A combinação de teclas Win + Z, quando acionadas em conjunto, mostra comandos disponíveis em um aplicativo no modo de tela inteira.

Fonte: LAMBERT, J.; LAMBERT, S. – Windows 10 passo a passo – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 552

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que a resposta correta deveria ser 27 anos e 1 mês, pois a pessoa mais velha tem 16 anos e 3 meses que corresponde a 195 meses e que segundo a proporção 3/5, levaria a outra pessoa mais nova a ter 130 meses, mas a proporção feita não está correta. Para encontrar a idade da pessoa mais nova deve-se montar uma proporção da seguinte forma:

16 anos e 3 meses = 192 + 3 = 195 meses.

Sendo a idade da pessoa mais nova x, tem-se:

$$\begin{aligned}\frac{3}{5} &= \frac{x}{195} \\ 5x &= 585 \\ x &= \frac{585}{5} \\ x &= 117\end{aligned}$$

Portanto a pessoa mais nova tem 117 meses = 9 anos e 9 meses

Desta forma pode-se afirmar que a soma das idades dessas duas pessoas é:

16 anos e 3 meses + 9 anos e 9 meses = 26 anos.

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D”, traz os termos do art. 62 da Lei Complementar nº 190/2010, não sendo necessário descrever na questão que o trabalho noturno compreende do serviço prestado entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco)

horas do dia seguinte, pois isto vem expresso na lei. Já a gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício no ano, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente, conforme Art. 57. § 1º, da referida lei, e não 1/12 (um doze avos) da remuneração devida **em dezembro**.

Fonte: Lei Complementar nº 190/2010

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado menciona que a questão deve ser respondida à luz da Constituição. A assertiva decreta que todo poder emana do povo, sendo exercido pelos seus representantes, tendo sido aí encerrada a afirmação. A assertiva, à luz do contido na Constituição da República, está incorreta, uma vez que o poder pode ser exercido pelos representantes e pela iniciativa popular.

Questão: 31

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “B”.

As razões recursais sustentam que houve equívoco na divulgação do gabarito, o que é plenamente procedente. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, art. 29, VII, “a”, os condutores devem deixar livre a faixa da ESQUERDA. Nesse sentido, o GABARITO FOI ALTERADO. A RESPOSTA CORRETA É “B) deixar livre a faixa da esquerda”.

Fonte: Código de Trânsito Brasileiro

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que não há uma ordem de prevalência das normas e ou sinalizações de trânsito, contudo, referida ordem está expressamente estabelecida no art. 89 do CTB que assim dispõe: “Art. 89. A sinalização terá a seguinte ordem de prevalência: I - as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais; II - as indicações do semáforo sobre os demais sinais; III - as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito.” Assim, não assiste razão ao recurso.

Fonte: Código de Trânsito Brasileiro

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nos termos do art. 131 do Código de Trânsito Brasileiro, a assertiva I está correta. A assertiva II é FALSA, pois, nos termos do art. 132, os veículos novos não estão sujeitos ao licenciamento. A assertiva III é FALSA, pois não será exigido o porte do documento se, no momento da fiscalização, for possível aferir o licenciamento em sistema informatizado, nos termos do art. 133.

Fonte: Código de Trânsito Brasileiro

Cargo: Agente Fiscal Ambiental

Questão: 01

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que a questão deve ser resolvida como arranjo, porém deve-se lembrar que os arranjos são os agrupamentos nos quais a ordem de seus elementos faz diferença, ou seja, mesmo que os elementos de dois arranjos sejam os mesmos, esses arranjos podem ser diferentes. Como os contratados terão a mesma função, tem-se uma combinação simples, onde a ordem dos elementos no agrupamento não interfere.

Combinação dos 20 candidatos em 3 vagas

$$C_{20,3} = \frac{20!}{3! \cdot 17!} = 1140$$

Essas 3 vagas poderão ser preenchidas de 1140 formas distintas.

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que não existe resposta correta para a presente questão e que as horas e a quantidade de caminhões são grandezas diretamente proporcionais, o que não é verdade, a relação é inversamente proporcional, portando precisa-se inverter a razão. $\left(\frac{5}{2}\right) \rightarrow \left(\frac{2}{5}\right)$.

Montando a tabela, colocando em cada coluna as grandezas de mesma espécie e, em cada linha, as grandezas de espécies diferentes que se correspondem:

Horas	Caminhões	Volume
5	4	30
2	x	24

A seguir, devemos comparar cada grandeza com aquela onde está o x.

Razão de caminhões: $\left(\frac{4}{x}\right)$

Razão de horas: Aumentando o número de horas de trabalho, pode-se diminuir o número de caminhões. Portanto a relação é inversamente proporcional, precisa-se inverter a razão. $\left(\frac{5}{2}\right) \rightarrow \left(\frac{2}{5}\right)$

Razão do concreto: Aumentando o volume de concreto, deve-se aumentar o número de caminhões. Portanto, a relação é diretamente proporcional, não precisa inverter a razão. $\left(\frac{30}{24}\right) \rightarrow \left(\frac{30}{24}\right)$

Deve-se igualar a razão que contém o termo x com o produto das outras razões.

Montando a proporção e resolvendo a equação, tem-se:

$$\begin{aligned}\frac{4}{x} &= \frac{30}{24} \times \frac{2}{5} \\ \frac{4}{x} &= \frac{60}{120} \\ x &= 8\end{aligned}$$

Logo, serão necessários **8 caminhões**.

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

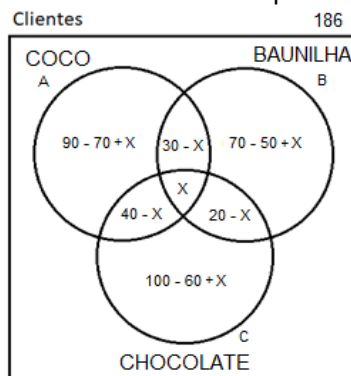
Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que não existe resposta correta para a presente questão, porém não é verdade, visto que se faz necessário considerar as interseções dos conjuntos.

Construindo-se o diagrama de Venn tem-se:

A quantidade de pessoas que gostam dos três bolos será indicada por x.



$$n(A \cup B \cup C) = 90 - 70 + x + 70 - 50 + x + 100 - 60 + x + 20 - x + 30 - x + 40 - x + x = 186$$

$$x = 186 - 170$$

$$x = 16$$

Pode-se resolver a questão também pela definição de união de conjuntos.

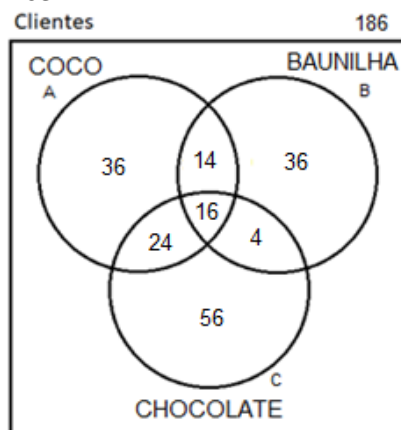
Pela União de três conjuntos tem-se que:

$$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C) + n(A \cap B \cap C)$$

$$186 = 90 + 70 + 100 - 30 - 40 - 20 + x$$

$$x = 16$$

Substituindo o valor de x no diagrama tem-se:



Desta forma, o total de pessoas que gostam somente coco é de:

$$90 - 70 + x = 90 - 70 + 16 = 36$$

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

Questão: 25

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve inconsistência do enunciado quanto ao correto texto legal, propiciando a ocorrência de mais de uma resposta possível, inviabilizando a questão como um todo.

Questão: 30

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão foi anulada porque as alternativas se mostraram inconsistentes, o que inviabiliza a questão.

Questão: 32

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra "C".

A letra correta a ser assinalada no gabarito é a 'C', uma vez que 'Os Municípios' têm a competência exclusiva de elaborar o Plano Diretor, conforme o Art. 9 da Lei Complementar 140/2011.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp140.htm

Questão: 35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

"Promover a fiscalização intensiva a fim de evitar usos incompatíveis, desmatamento, assoreamento de cursos d'água, deposição de resíduos sólidos e efluentes líquidos, despejo de agrotóxicos e demais atividades causadoras de degradação ambiental" realmente são objetivos em comum entre a MAPAT [A] e a MPRM [D].

Fonte: <http://www.suzano.sp.gov.br/web/wp-content/uploads/2017/12/312-17-Plano-Diretor.pdf>

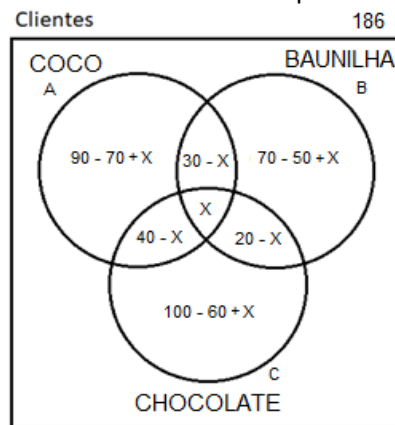
Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que não existe resposta correta para a presente questão, porém não é verdade, visto que se faz necessário considerar as interseções dos conjuntos.

Construindo-se o diagrama de Venn tem-se:

A quantidade de pessoas que gostam dos três bolos será indicada por x .



$$n(A \cup B \cup C) = 90 - 70 + x + 70 - 50 + x + 100 - 60 + x + 20 - x + 30 - x + 40 - x + x = 186$$

$$x = 186 - 170$$

$$x = 16$$

Pode-se resolver a questão também pela definição de união de conjuntos.

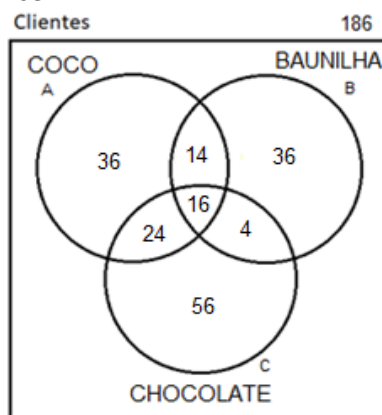
Pela União de três conjuntos tem-se que:

$$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C) + n(A \cap B \cap C)$$

$$186 = 90 + 70 + 100 - 30 - 40 - 20 + x$$

$$x = 16$$

Substituindo o valor de x no diagrama tem-se:



Desta forma, o total de pessoas que gostam somente coco é de:

$$90 - 70 + x = 90 - 70 + 16 = 36$$

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

Questão: 25**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Houve inconsistência do enunciado quanto ao correto texto legal, propiciando a ocorrência de mais de uma resposta possível, inviabilizando a questão como um todo.

Questão: 30**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão foi anulada porque as alternativas se mostraram inconsistentes, o que inviabiliza a questão.

Questão: 31**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 34**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “C”.**

As razões recursais sustentam que o chapisco está normatizado pela NBR 7.200/1998 (Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Procedimento), qual a cura do chapisco se dá em 3 dias (72 h) e no mínimo 2 dias (48 h). O recurso se sustenta, eis que a idade mínima do chapisco para a aplicação do emboço é de 2 dias (48 h).

Altera-se o gabarito da letra A para a letra C.

Fonte: NBR 7.200/1998 (Execução de revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas – Procedimento), item 5.2.1

Questão: 37**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que “... vale ressaltar que segundo o Tribunal de Contas de União que regulariza os orçamentos da construção de obras públicas do Brasil indica segundo Já o acórdão de nº 2622/2013 a forma a ser utilizada como uso do BDI, o Lucro Real ou Lucro Presumido devem ser calculados para a obra de acordo com o porte da empresa. Logo o Lucro presumido é um componente de cálculo da obra uma vez que é necessário para a execução e elaboração da proposta orçamentária de uma licitação pública.”. As razões recursais não se sustentam, eis que na alternativa A, qual está escrito que o “Cálculo do lucro presumido: está relacionado diretamente com o custo direto da construção, bem como os seus materiais e serviços.”, o que é errado, pois o lucro presumido é componente do BDI (Benefícios de Despesas Indiretas), conforme explicitado pelo próprio recurso, que é a parte indireta do orçamento de obras, ou seja, o BDI não faz parte dos custos indiretos, mas sim, dos custos diretos da obra. Lembrando que o valor global de uma obra é o custo direto mais o custo indireto.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Tisaka, Maçahiko Orçamento na construção civil: consultoria, projeto e execução / Maçahiko Tisaka. — São Paulo : Editora Pini, 2006, página 39.

Cargo: Agente Fiscal de Posturas**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As palavras “*início*” e “*possível*” são paroxítonas, a primeira terminada em ditongo e a segunda terminada em “l”. Lembrando que, conforme Cegalla (2010, p. 36), “*não se separam letras que representam ditongos*”. A palavra “*eletrônica*” é proparoxítona e “*bebês*” é oxítona, estando correta a letra D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 36 e 71.

Questão: 10**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “*naquele momento, as opções existentes eram bastante precárias*” (2º§), o termo sublinhado poderia ser corretamente substituído pelo seu sinônimo “*escassas*”, estando correta a alternativa A. As palavras “*longevas*”, “*anódinas*” e “*modorrentas*” não têm relação de sinonímia com o termo “*precárias*”. Para que se possa substituir

corretamente uma palavra por seu sinônimo, é preciso, antes de tudo, conhecer a sua significação, sendo que a significação das palavras no texto constitui um dos conteúdos programáticos do concurso.

Fonte: Dicionário Aulete digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/prec%C3%A1rio>.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

O modelo relacional foi desenvolvido para simplificar os sistemas gerenciadores de bancos de dados, permitindo que acontecesse uma modelagem (projetos dos bancos de dados) mais próximos da realidade.

Fonte: MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. – **Informática: conceitos e aplicações** – 5ª ed. – São Paulo: Érica, 2019. – Pág.: 186.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que: “Planta Baixa é uma peça gráfica, apresentada de acordo com o modelo a ser adotado pela prefeitura para cada tipo de construção (art 53 IV da Lei Complementar 025/96 do município de Suzano - lei do uso e ocupação do solo). É parte integrante do projeto, e condição mínima para sua aprovação. Neste projeto devem constar necessariamente a identificação e assinatura do autor do projeto, profissional habilitado (art. 53 V da mesma lei). Ao menos no município de Suzano, local onde foi feito a prova e para a qual ela foi realizada, é legalmente obrigatório o nome do projetista responsável técnico. Ainda que noutros municípios talvez não seja obrigatório, no de Suzano é, não se pode portanto excluir dos itens necessários ao projeto onde está impresso a planta baixa. Trata-se de uma questão de exigência legal portanto, o que é feito no município de Suzano, ou seja, deve-se agregar o nome do profissional responsável junto a planta baixa neste município (é exigência legal, ainda que não seja uma exigência técnica inerente a planta).”. O recurso não se sustenta, eis que o enunciado da questão é bastante claro e refere-se apenas à Planta Baixa e não ao projeto completo, conforme explicitado na Lei Complementar 25/1996 do Município de Suzano/SP, pois se fosse o alegado pelas razões recursais, os cortes, fachada, planta de cobertura, etc., também deveriam ter a assinatura do autor do projeto, o que não existe em nenhuma norma técnica. A referida lei é bem clara e se refere a peças gráficas, ou seja, o projeto por completo.

As razões recursais sustentam que na “Resposta D também atende ao enunciado, não se coloca em planta baixa as dimensões das aberturas de portas e janelas, essas informações são colocadas em tabelas e quadros separados por colunas e linhas, e não no corte da planta baixa. O recurso não se sustenta, eis que a NBR 6.492/1994 (Representação de projetos de arquitetura), em seu anexo A-9 e A-16, trazem as informações, bem como detalhes de desenho de projetos em que as cotas de portas e janelas podem sim ser representadas na planta baixa.

Mantém-se o gabarito.

Fontes:

- A resposta está em AMBROZEWICS, Paulo Henrique Laporte. Construção de Edifícios: do início ao fim da obra. São Paulo: PINI, 2015, página 39.
- NBR 6.492/1994 (Representação de projetos de arquitetura), anexos A-9 e A-16

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que “A questão fala de fator de potência de eletrodomésticos que não está presente no edital para ser estudado, o edital pede conhecimentos de noções básicas sobre projetos de edificações, sistemas estruturais, instalações prediais e o fator potência de eletrodomésticos é algo que não está diretamente ligado a isso.”. O recurso não se sustenta, pois para um ótimo projeto elétrico deve-se considerar a demanda de carga de possíveis aparelhos eletrodomésticos a serem utilizados em uma residência, para que não ocorra a sobrecarga. Qualquer projeto elétrico bem feito deve-se prever tais demandas.

As razões recursais sustentam que “A potência de cada aparelho, depende do seu desempenho e descrição dado por cada fabricante, não sendo um fator padrão para efeito de cálculos...”. O recurso não se sustenta, eis que a referência bibliográfica utilizada pela banca é bastante conhecida no meio acadêmico, bem como em profissões correlatas, como a de Fiscal de Posturas. A referência traz valores médios de potências de aparelhos, bem como o próprio recurso traz em suas argumentações um intervalo de 600 w a 1.400 w, ou seja, o valor adotado pela banca (retirado de referência bibliográfica conhecida e renomada) traz um valor que está dentro deste intervalo, ou seja, com seus valores médio corretos.

Mantém-se o gabarito.

Cargo: Agente Fiscal de Transporte

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras “*início*” e “*possível*” são paroxítonas, a primeira terminada em ditongo e a segunda terminada em “l”. Lembrando que, conforme Cegalla (2010, p. 36), “*não se separam letras que representam ditongos*”. A palavra “*eletrônica*” é proparoxítona e “*bebês*” é oxítona, estando correta a letra D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 36 e 71.

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na frase “*Eu nunca tinha parado para enxergar o mundo de Leniro*”, caso substituíssemos o “eu” pelo pronome “nós”, ela ficaria assim: “*Nós nunca tínhamos parado para enxergar o mundo de Leniro*”. Assim, duas palavras ao todo (ou seja, incluindo na contagem a alterada por determinação do enunciado) precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal, estando correta a alternativa B. Lembrando que, ao figurar na forma infinitiva, o verbo “enxergar” permanece invariável.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 438-472.

Questão: 13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente. A questão não apresenta elementos que a inviabilizem.

A combinação de teclas Win + Z, quando acionadas em conjunto, mostra comandos disponíveis em um aplicativo no modo de tela inteira.

Fonte: LAMBERT, J.; LAMBERT, S. – Windows 10 passo a passo – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 552

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D”, traz os termos do art. 62 da Lei Complementar nº 190/2010, não sendo necessário descrever na questão que o trabalho noturno compreende do serviço prestado entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, pois isto vêm expresso na lei. Já a gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício no ano, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente, conforme Art. 57. § 1º, da referida lei, e não 1/12 (um doze avos) da remuneração devida **em dezembro**.

Fonte: Lei Complementar nº 190/2010

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O art. 21 da Lei 4.392/2010 e suas alterações dispõem da seguinte forma sobre os impedimentos de usufruir dos benefícios da evolução funcional os servidores:

Art. 21. Ficam impedidos de usufruir dos benefícios da evolução funcional os servidores:

I - afastados para ocupar cargos de provimento em comissão neste ou em outro órgão;

II - que sofreram pena de suspensão, após processo administrativo transitado em julgado, no interstício da evolução corrente;

III - que tiveram apontamentos de 02 (duas) ou mais advertências em seu prontuário, no interstício da evolução corrente;

IV - que tiveram 05 (cinco) ou mais faltas injustificadas, no interstício da evolução corrente;

V - que estiverem licenciados, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, no interstício da evolução corrente, salvo em virtude de acidente de trabalho ou para tratamento de doença profissional.

VI - que estejam em período de estágio probatório. (Inciso acrescentado pela Lei Municipal Nº 4.584/12)

Fonte: Lei Municipal nº 4.392, de 08 de julho de 2010

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado menciona que a questão deve ser respondida à luz da Constituição. A assertiva decreta que todo poder emana do povo, sendo exercido pelos seus representantes, tendo sido aí encerrada a afirmação. A assertiva, à luz do contido na Constituição da República, está incorreta, uma vez que o poder pode ser exercido pelos representantes e pela iniciativa popular.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão 32 diz: “O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) ordena e regulamenta a atividade de transporte coletivo regular de passageiros na circulação em faixas próprias a eles destinadas, aumentando, assim, **A QUALIDADE DO TRANSPORTE**, sendo detalhado, em seu Art. 40, que impõe que:” detalhe em negrito.

Conforme indicado nas razões recursais o conteúdo programático do edital cobre: “**QUALIDADE NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO. ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.** A importância da atividade de fiscalização no transporte coletivo urbano. Objetivos e metas da fiscalização do coletivo. **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA FISCALIZAÇÃO.** Equipamentos e tecnologias utilizados para fiscalização do transporte coletivo urbano. Competências e características pessoais necessárias ao fiscal do transporte coletivo urbano. A fiscalização e os benefícios produzidos para os usuários do transporte e para a sociedade. Processo administrativo. Ética profissional.”

Em negrito apontam-se os elementos do conteúdo programático cobertos pela questão 32. Infelizmente, conforme a legislação nacional, há aspectos objetivos que um fiscal de transportes deve saber para bem exercer sua função. Desta feita, a questão tem como objetivo avaliar o conhecimento do candidato quanto aos aspectos objetivos de avaliação de qualidade do serviço prestado aos usuários de transporte coletivo urbano.

Ademais, de forma basilar: o princípio da legalidade está previsto no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Isso posto, o princípio da obrigatoriedade da lei é condição de eficácia do princípio da legalidade, havendo presunção absoluta de que o destinatário da lei a conhece e não pode se escusar de seu cumprimento alegando ignorância ou erro. Assim, está disposto no Art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657 de 1942, alterado na Lei 12 376, de 30 de dezembro de 2010. Toda Lei, uma vez publicada no Diário Oficial e passando a vigorar, tem fixado o momento em que a lei entra em vigor, portanto, sendo obrigatória e tendo efeito quando do seu descumprimento, ou seja, passa a ser eficaz.

Uma vez que o código de trânsito é o instrumento de apoio para a fiscalização de qualidade do serviço, pois em seu Art. 40 indica objetivamente características de qualidade para a prestação do serviço de transporte coletivo, e tendo em vista que a questão foi desenhada para testar a conduta do fiscal no descumprimento da norma, exigindo para tal sapiência de como proceder legalmente, então a questão apresenta os quesitos exigidos e está dentro do conteúdo programático apontado no edital.

Fonte: Art. 40 do CTB no seu Parágrafo único indica que os *veículos de transporte coletivo regular de passageiros, quando circularem em faixas próprias a eles destinadas, e os ciclos motorizados deverão utilizar-se de farol de luz baixa durante o dia e a noite*

Questão: 33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão 33 indica: “O serviço público deve ser prestado de forma ubíqua e regular, a um preço acessível, sendo permanentemente atualizado. Sua execução imediata pode ser realizada tanto por entidade pública quanto privada, contratada mediante um contrato administrativo que preza pela qualidade no transporte coletivo urbano, no qual o contratado é obrigado a realizar o serviço, conforme as orientações e planejamento do Poder Público. Considerando as possibilidades de contratação relacionadas NÃO é utilizada no Brasil para transporte coletivo urbano:”.

As razões recursais argumentam a mudança de gabarito da questão 33 nos seguintes termos: “A questão 33 pede a alternativa em que haja uma possibilidade de contratação que NÃO seja utilizada no Brasil para transporte coletivo urbano. A alternativa B (Concessão), dada como correta pela Banca, é sim, uma possibilidade de contratação utilizada no Brasil para transporte coletivo urbano, assim como a Permissão e a Autorização. Isso pode ser verificado na Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002, em seu art. 1: “A Agência Reguladora de serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP possui a finalidade de regulamentar e fiscalizar todas as

modalidades de serviços públicos de transportes AUTORIZADOS, PERMITIDOS ou CONCEDIDOS... Portanto, peço a mudança de gabarito para a alternativa D (Contrato Simples)."

Observa-se um equívoco de leitura. A questão pergunta qual o regime **NÃO É UTILIZADO NO BRASIL**. A legislação indica as modalidades de serviços públicos de transporte que podem ser fiscalizadas. Serviços de transporte podem ser: construção, manutenção, operação de rodovias, ferrovias, companhias aéreas, etc. A questão se remete ao serviço específico de transporte coletivo urbano e pergunta quanto a utilização, não quanto ao que a legislação indica de possibilidade, mas do efetivamente utilizado, desta feita, a literatura especializada desde 1999 afirma que os contratos de prestação de serviço brasileiro de transporte coletivo, seja municipal, estadual ou nacional são contratados ou por regimes de permissão e autorização segundo explica Aragão, J.J.G, Brasileiro, A.F.D, Lima Neto, O. C., Santos, E.M., Orrico Filho, R.D. (1999): Construindo modelos de relações institucionais e regulatórias no transporte público urbano: algumas considerações metodológicas. Brasília: RESET. O que foi mais flexibilizado ainda com a Deliberação ANTT nº 955/2019 há possibilidade contratos mais simples, essencialmente autorizações, pensando na abertura de mercado de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros com base na Lei nº 12.996/2014.

Pelo exposto o recurso não sustenta o pedido de mudança de gabarito.

Fonte: Os contratos de prestação de serviço brasileiro de transporte coletivo, seja municipal, estadual ou nacional são contratados ou por regimes de permissão e autorização segundo explica Aragão, J.J.G, Brasileiro, A.F.D, Lima Neto, O. C., Santos, E.M., Orrico Filho, R.D. (1999): Construindo modelos de relações institucionais e regulatórias no transporte público urbano: algumas considerações metodológicas. Brasília: RESET. Contudo, recentemente, em consideração a Deliberação ANTT nº 955/2019 há possibilidade contratos mais simples, pensando na abertura de mercado de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros com base na Lei nº 12.996/2014.

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão diz: *"Os requisitos específicos de segurança para veículos de transporte coletivo estão previstos nas Resoluções nº 416/12 (alterada pela Resolução nº 505/14) e nº 445/13, garantindo benefícios aos usuários do transporte e para a sociedade, as quais contemplam regras específicas, conforme a categoria do veículo (M2 e M3). Representam as especificações das categorias M2 e M3:"*

As razões recursais pedem anulação ou revisão da questão 35 nos seguintes termos: *"Não constar em edital e conteúdo programático a resolução 416/12 alterada pela resolução 505/14, e não constar a resolução 445/13. Segue conteúdo programático do cargo, presente em edital, no qual não consta referida lei supracitada:*

AGENTE FISCAL DE TRANSPORTE Qualidade no transporte coletivo urbano. Acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização. A importância da atividade de fiscalização no transporte coletivo urbano. Objetivos e metas da fiscalização do coletivo. Atividades desenvolvidas para fiscalização. Equipamentos e tecnologias utilizados para fiscalização do transporte coletivo urbano. Competências e características pessoais necessárias ao fiscal do transporte coletivo urbano. A fiscalização e os benefícios produzidos para os usuários do transporte e para a sociedade. Processo administrativo. Ética profissional."

O princípio da legalidade está previsto no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal: *"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei"*. Isso posto, o princípio da obrigatoriedade da lei é condição de eficácia do princípio da legalidade, havendo presunção absoluta de que o destinatário da lei a conhece e não pode se escusar de seu cumprimento alegando ignorância ou erro. Assim, está disposto no Art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657 de 1942, alterado na Lei 12.376, de 30 de dezembro de 2010. Toda Lei, uma vez publicada no Diário Oficial e passando a vigorar, tem fixado o momento em que a lei entra em vigor, portanto, sendo obrigatória e tendo efeito quando do seu descumprimento, ou seja, passa a ser eficaz.

Uma vez que o código de trânsito é o instrumento de apoio a atividade fiscalizatória e os veículos devem atender a questões de peso e comprimento, e que as Resoluções nº 416/12 (alterada pela Resolução nº 505/14) e nº 445/13, materializam as características de segurança que os veículos devem possuir e como a fiscalização deve ser executada. Cabe ao fiscal, de acordo com conteúdo programático apontado na defesa aqui destacadas: *"Equipamentos e tecnologias utilizados para fiscalização do transporte coletivo urbano. Competências e características pessoais necessárias ao fiscal do transporte coletivo urbano. A fiscalização e os benefícios produzidos para os usuários do transporte e para a sociedade."* Compreender o instrumento de trabalho e CTB e tendo em vista os benefícios produzidos a sociedade, reduzir riscos decorrentes do transporte executado em desacordo com a norma.

Desta feita, as razões recursais equivocam-se ao pedir a anulação, pois não cabe tal pedido, uma vez que é exigência do edital conhecimento dos equipamentos e tecnologias utilizadas para a fiscalização do transporte coletivo urbano, incluso o CTB e seus dispositivos que prezem pela qualidade, segurança ou qualquer outro atributo que gere benefícios aos usuários.

Fontes: As categorias M2 e M3 são definidas em norma metrológica, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO (Portaria n. 30/04), na seguinte conformidade:

- M2: veículo rodoviário automotor com mais de 8 (oito) lugares, além do lugar do condutor, e com Peso Bruto Total menor ou igual a 5.000 kg; e

- M3: veículo rodoviário automotor com mais de 8 (oito) lugares, além do lugar do condutor, e com Peso Bruto Total maior que 5.000 kg.

Também existem normas voltadas à acessibilidade para os veículos de transporte coletivo, a fim de atender padrões internacionais que propiciem maior conforto e segurança às pessoas com deficiência (Resolução do Contran n. 402/12, com alterações da 469/13).

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão diz: “Cada órgão e cada entidade executiva de trânsito dos municípios de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) possuem atribuições referentes ao transporte coletivo. Em relação à atividade de transporte coletivo de passageiro, cabe a esses órgãos acompanhar, monitorar, controlar e fiscalizar. De acordo com o Art. 107 do CTB, sobre o dever da fiscalização, assinale a alternativa correta.”

As razões recursais pedem revisão ou anulação da questão 36 pois, de acordo com o edital de AGENTE FISCAL DE TRANSPORTE, e em análise do que se pediu para conhecimentos do cargo, em nenhum momento foi citado no edital: “CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO” e “RESOLUÇÕES DO CONTRAN”.

O conteúdo programático para o cargo de AGENTE FISCAL DE TRANSPORTE consta: “Qualidade no transporte coletivo urbano. Acompanhamento, monitoramento, controle e fiscalização. A importância da atividade de fiscalização no transporte coletivo urbano. Objetivos e metas da fiscalização do coletivo. **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA FISCALIZAÇÃO. EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS UTILIZADOS PARA FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO. COMPETÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS NECESSÁRIAS AO FISCAL DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO. A FISCALIZAÇÃO E OS BENEFÍCIOS PRODUZIDOS PARA OS USUÁRIOS DO TRANSPORTE E PARA A SOCIEDADE. PROCESSO ADMINISTRATIVO. ÉTICA PROFISSIONAL.**”

O princípio da legalidade está previsto no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Isso posto, o princípio da obrigatoriedade da lei é condição de eficácia do princípio da legalidade, havendo presunção absoluta de que o destinatário da lei a conhece e não pode se escusar de seu cumprimento alegando ignorância ou erro. Assim, está disposto no Art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657 de 1942, alterado na Lei 12.376, de 30 de dezembro de 2010. Toda Lei, uma vez publicada no Diário Oficial e passando a vigorar, tem fixado o momento em que a lei entra em vigor, portanto, sendo obrigatória e tendo efeito quando do seu descumprimento, ou seja, passa a ser eficaz.

Na questão salienta-se: “Em relação à atividade de transporte coletivo de passageiro, cabe a esses órgãos acompanhar, monitorar, controlar e fiscalizar. De acordo com o Art. 107 do CTB, sobre o dever da fiscalização” ou seja, objetiva-se atender aos itens destacados em negrito no conteúdo programático supracitado.

Desta feita, as razões recursais equivocam-se ao pedir a anulação ou revisão da questão, pois, uma vez que é exigência do edital **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA FISCALIZAÇÃO. EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS UTILIZADOS PARA FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO. COMPETÊNCIAS E CARACTERÍSTICAS PESSOAIS NECESSÁRIAS AO FISCAL DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO. A FISCALIZAÇÃO E OS BENEFÍCIOS PRODUZIDOS PARA OS USUÁRIOS DO TRANSPORTE E PARA A SOCIEDADE. PROCESSO ADMINISTRATIVO. ÉTICA PROFISSIONAL**, e uma vez que não há como se eximir de conhecimento da Lei, então está dentro do escopo do concurso o exigido na questão 36. Com destaque que a questão não exige qualquer conhecimento específico do CTB, seja artigo, inciso ou parágrafo, cabendo para responder a questão conhecimento adquirido para fiscalizar a atividade a qual o candidato se prontificou após a inscrição no concurso.

Fonte: O artigo 107 do Código de Trânsito Brasileiro estabelece que: “os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.”

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta é a letra A, ou seja, um aposto. Segundo Terra e Nicola (2008, p. 289), *aposto* é o termo acessório da oração que tem a função de esclarecer, identificar ou explicar um nome. Logo, em “Ao contrário do medo, que é uma reação a ameaças concretas, a ansiedade está mais para um mecanismo de antecipação dos aborrecimentos futuros.” (2º§), o trecho destacado corresponde a um aposto, pois explica o que é o medo (um nome). Cunha e Cintra (2016, p. 170) informam que o aposto pode ser representado por uma oração, como ocorre nesse caso.

De acordo com Cunha e Cintra, as demais informações não podem ser consideradas como corretas porque o *vocativo* serve apenas para invocar, chamar ou nomear, com ênfase maior ou menor, uma pessoa ou coisa personificada e não está subordinado a nenhum outro termo da frase (p. 175). O *adjunto adverbial* é o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio (p. 165). O *complemento verbal*, por sua vez, servirá como complemento de verbos transitivos diretos e/ou indiretos (p. 154). Sendo assim, embora as alternativas C e D estejam invertidas na questão, este fato não gerou dúvidas para os candidatos porque a resposta correta é a alternativa A. Portanto, a questão não foi anulada, tendo em vista que não houve prejuízo para os candidatos.

Fonte:

- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática de hoje**. São Paulo: Scipione, 2008.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A palavra “série” (2º§) é um ditongo crescente formado por uma semivogal (i) e uma vogal (e). Portanto, a resposta correta está na alternativa A - Ditongo crescente: agrupamento de uma semivogal e uma vogal.

Fontes:

- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática de hoje**. São Paulo: Scipione, 2008, p. 32.
- <https://www.soportugues.com.br/secoes/fono/fono3.php>

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. A questão guerreada solicita a aplicação do conhecimento sobre o adicional por serviço extraordinário, previsto na Lei Municipal nº 190 de 2010, devendo-se assinalar a única alternativa incorreta. Conforme disposto no artigo 60 da Lei Municipal nº 190/10, inciso I, o serviço extraordinário realizado aos sábados será remunerado com acréscimo de 50%, em relação à hora normal de trabalho, e não 100% conforme disposto na alternativa “B”, sendo esta a única alternativa incorreta. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 37

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “D”.

A questão versa sobre o emplaquetamento, registro físico que ocorre após o tombamento de um bem patrimonial no acervo.

De acordo com Dias (2006), o recebimento é o ato pelo qual o material solicitado é recepcionado, em local previamente designado. O aceite ocorre quando da vistoria do material recebido por servidor habilitado, que verifica sua compatibilidade com o contrato de aquisição ou documento equivalente. O setor de controle de materiais poderá registrar o bem em sistema próprio e esta informação deve em seguida ser passada ao setor de patrimônio, que procederá ao tombamento: formalização da inclusão física de um bem patrimonial no acervo do órgão, ocasião em que é atribuído um número por registro patrimonial, ou agrupa-se uma sequência de registros patrimoniais quando for por lote, que é denominado número de tombamento. Pelo tombamento, a cada material aplica-se uma conta patrimonial do plano de contas do órgão, de acordo com a finalidade para a qual foi adquirido. Os bens patrimoniais recebidos sofrem marcação física antes de serem distribuídos aos diversos centros de responsabilidade do órgão, o que significa a aplicação, no bem, de plaqueta de identificação, por colagem ou rebitamento, a qual contém o número de registro patrimonial.

Para Barbosa (2013), logo ao executar a incorporação deve ser realizado o tombamento, que nada mais é do que o ato de destinação de uma numeração ao bem. O bem, logo após tombado, deve passar pelo emplaquetamento, ou seja, adquirir uma marcação física e ter afixada uma plaqueta em um local visível com o número de identificação é único e intransferível. A fixação de placas para marcação física deve estar em local visível e não atrapalhar a visão de nenhuma outra informação constante no bem.

Dessa forma, a alternativa A) Aceite está incorreta, sendo o gabarito alterado para letra a letra **D) Emplaquetamento**, que apresenta a alternativa correta.

Fontes:

- BARBOSA, D. **Manual de controle patrimonial nas entidades públicas**. Brasília: Gestão Pública, 2013.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Instrução Normativa nº. 205, de 08 de abril de 1988**. [...] objetivo de racionalizar com minimização de custos o uso de material no âmbito do SISG através de técnicas modernas que atualizam e enriquecem essa gestão com as desejáveis condições de operacionalidade, no emprego do material nas diversas atividades.
- DIAS, A. F. S. **Gestão patrimonial na administração pública estadual**. Florianópolis. Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina. 2018.

Cargo: Ajudante Geral

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando o contexto textual, observa-se que os parênteses foram empregados para separar qualquer indicação de ordem explicativa, comentário ou reflexão. Convencer o leitor se trata de uma informação indevida; pois a informação “trem passando embaixo da janela não dá” não tem como objetivo persuadir; provar; suggestionar; ou, induzir o leitor. Pelo contrário, a informação entre parênteses se refere apenas a um comentário, uma opinião, um ponto de vista da autora do texto.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa escrita de maneira correta e segundo a gramática normativa da Língua Portuguesa é “As pessoas passam a vida experimentando diferentes caminhos que possam levar à felicidade”. A palavra experimentando deve ser grafada com a letra “x” e não com “s”. Nas demais afirmativas não há erro ortográfico; inclusive, na opção de resposta B, é citada a expressão substanciais (mudanças substanciais). Dessa forma, tal palavra se encontra escrita de maneira correta, pois não se trata da palavra substância, conforme mencionado no recurso.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa transcrita do texto “*Não se preocupe: não vou dar, pois não tenho, receita de ser feliz*” evidencia o verbo no imperativo negativo. Dessa forma, é possível afirmar que a ação verbal expressa “um pedido”; “um conselho”. Ao sugerir, no enunciado da questão, “é possível afirmar que a ação verbal destacada expressa” é possível depreender que se trata da fraseologia, da sentença destacada, ou seja, que se destaca, se sobressai para ser, então, analisada. Dessa forma, podemos afirmar que em “Não se preocupe: não vou dar, pois não tenho, receita de ser feliz” há um pedido.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As medidas do muro são 6 m e 8 m, cujo produto (área) resulta em 48 m² e a diferença entre os lados é de 2m, conforme gabarito preliminar.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede a equação que dá o preço em função do tamanho do tênis, e não do acréscimo ao tamanho 35. Desse modo, a equação a ser construída deve ser tal que descreva o preço para qualquer tamanho. Sendo assim, a equação $P = 300 + 10n$, em que n é o tamanho do tênis, não equivale ao caso descrito no enunciado, pois o tênis de tamanho 35, segundo essa equação custaria: $P = 300 + 10 \cdot 35 = 300 + 350 = 650$. Por outro lado, a equação dada como gabarito descreve o preço conforme o tamanho n : $P = 10(35) - 50 = 350 - 50 = 300$; $P = 10(36) - 50 = 360 - 50 = 310$ e assim por diante.

Desse modo, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta, uma vez que todas as afirmativas apresentadas na questão estão corretas, a saber: o efeito estufa corresponde a uma camada de gases que cobre a superfície da terra; é um fenômeno natural fundamental para manutenção da vida na Terra, pois sem ela o planeta poderia se tornar muito frio, inviabilizando a sobrevivência de diversas espécies; e, ainda; muitas atividades humanas emitem uma grande quantidade de gases formadores do efeito estufa (GEEs); esta camada tem ficado cada vez mais espessa, retendo mais calor na Terra. As opções de respostas C e D não denotam, necessariamente, uma ambiguidade. Ao retratar que “apenas uma afirmativa está incorreta” e “apenas duas afirmativas estão corretas”, a questão não interfere na sua interpretação e compreensão, já que “todas as afirmativas estão CORRETAS”; confirmando, assim, o gabarito. A expressão APENAS indica “exclusivamente”, “meramente”, “somente”, “unicamente”, fazendo, então, uma exclusão da afirmativa III, que, no caso, está completamente correta.

Fontes:

- https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/
- <https://www.sinonimos.com.br/apenas/>

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A quantidade exata de quilos de ouro roubados não prejudica a compreensão da questão, uma vez que o questionamento é em relação à localidade do Aeroporto de Cumbica, e não sobre o quantitativo de itens apreendidos. O enunciado apresenta informações que contextualizam a indagação feita, ou seja, assinala particularidades que envolvem o tema, contextualizando-o somente.

Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/policia-civil-prende-mais-um-envolvido-em-roubo-de-ouro-em-guarulhos/>

Questão: 26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema aborda sobre um tópico relevante sobre a abrangência do Rio São Francisco, um dos mais importantes cursos d'água do Brasil e da América do Sul. A questão se encontra conforme o conteúdo programático exigido nas normas editalícias; trata-se de assunto relacionado à sociedade e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o conhecimento pleiteado nessa questão é de inteira importância, a fim de se entender assuntos relacionados à sociedade e desenvolvimento sustentável de nosso país.

Conforme o conteúdo programático de “CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional e internacional”. Ressalta-se, ainda, que a opção de resposta é correta e completa citando e incluindo o Distrito Federal. Segundo o texto constitucional, o Distrito Federal é uma unidade da Federação que é um Estado e também um município, com as competências legislativas reservadas aos dois. Daí a natureza singular de Brasília. Cabe informar também que a Região Hidrográfica do São Francisco, conforme evidenciado no enunciado da questão, possui uma área de aproximadamente 634 mil quilômetros quadrados, correspondendo a 7,5% do território brasileiro, e seu principal rio é o São Francisco. O Velho Chico, como é conhecido, nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais e percorre Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe até chegar à foz, na divisa entre esses dois últimos estados. Sua Bacia hidrográfica também envolve parte do estado de Goiás e o Distrito Federal.

Fontes:

- <https://www.todamateria.com.br/hidrografia-do-brasil/>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/regiao-hidrografica-sao-francisco.htm>
- <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/rio-sao-francisco.htm>

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Alternativa correta é a opção de resposta A, uma vez que Mona Lisa é a obra-prima de Da Vinci, sendo considerado o quadro mais famoso do planeta; a Mona Lisa, ou La Gioconda, é prodígio de técnica que sintetiza as pesquisas do mestre nas mais variadas áreas do conhecimento. A reprodução do sorriso leva em conta os sinais mais sutis da musculatura do rosto, impossível de ser alcançado naquela por alguém que não tivesse passado um bom tempo dissecando cadáveres. Ressalta-se que o questionamento é enfático ao mencionar a obra mais famosa do mundo. Dessa forma, foi dada uma intensidade ao questionamento, já que tal pintor contempla diversas artes.

Fontes:

- <https://veja.abril.com.br/entretenimento/mona-lisa-prisioneira-das-selfies-em-seu-bunker-blindado-no-louvre/>
- <http://www.mis-sp.org.br/exposicoes/futura/93e899ff-42b3-4a72-84aa-75ce4fbc488a/leonardo-da-vinci-500-anos-de-um-genio>.

Cargo: Almoxarife

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Se a oração *“Isso lesa a autonomia e prejudica a realização de atividades simples e corriqueiras (...)”* (3º§) fosse reescrita no futuro do pretérito do indicativo, a transcrição correta seria: *“Isso lesaria a autonomia e prejudicaria a realização de atividades simples e corriqueiras”*. Portanto, a resposta correta está na alternativa D. Cabe salientar que o comando da questão indica que a oração deve ser reescrita no futuro do pretérito do indicativo propondo uma mudança nos verbos *“lesa”* e *“prejudica”*.

Fontes:

- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática de hoje**. São Paulo: Scipione, 2008.
- <https://www.conjugacao.com.br/verbo-lesar/>
- <https://www.conjugacao.com.br/verbo-prejudicar/>

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta está na alternativa A, ou seja, um aposto. Segundo Terra e Nicola (2008, p. 289), *aposto* é o termo acessório da oração que tem a função de esclarecer, identificar ou explicar um nome. Logo, em *“Ao contrário do medo, que é uma reação a ameaças concretas, a ansiedade está mais para um mecanismo de antecipação dos aborrecimentos futuros.”* (2º§), o trecho destacado corresponde a um aposto, pois explica o que é o medo (um nome). Cunha e Cintra (2016, p. 170) expõem que o aposto pode ser representado por uma oração, como ocorre neste caso.

De acordo esses autores, as demais informações não podem ser consideradas como corretas porque o *vocativo* serve apenas para invocar, chamar ou nomear, com ênfase maior ou menor, uma pessoa ou coisa personificada e não está subordinado a nenhum outro termo da frase (p. 175). O *adjunto adverbial* é o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio (p. 165). O *complemento verbal*, por sua vez, servirá como complemento de verbos transitivos diretos e/ou indiretos (p. 154). Diante do exposto, conclui-se que, embora as alternativas estejam ordenadas na sequência A, B, D e C, isto não prejudicou a leitura da questão e nem a marcação da folha de resposta porque a resposta correta é a alternativa A. Sendo assim, não há motivos para que esta questão seja anulada.

Fontes:

- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.

- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática de hoje**. São Paulo: Scipione, 2008.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

De acordo com o edital, o conteúdo se enquadra dentro do que foi apresentado na questão: “Noções de sistemas de Windows”. Desta forma, não há elementos que inviabilizem a questão.

Barra de Informações: barra que aparece para notificá-lo de que há um problema de segurança ou que uma janela pop-up foi bloqueada.

Fonte: LAMBERT, J.; LAMBERT, S. – Windows 10 passo a passo – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 558

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

Registro: Pode ser definido como um conjunto de campos relacionados com a mesma entidade lógica, ou seja, os dados são tratados como uma unidade.

Fonte: Referência: MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. – **Informática: conceitos e aplicações** – 5ª ed. – São Paulo: Érica, 2019. – Pág.: 176.

Questão: 13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

De acordo com o edital, o conteúdo se enquadra dentro do que foi apresentado na questão: “Noções do processador de texto MS-Word para Windows”. Desta forma, não há elementos que possam prejudicar o entendimento da questão.

[CTRL + SHIFT + Y] quando utilizadas simultaneamente aplica o estilo Normal a um texto selecionado.

Fonte: LAMBERT, J.; COX, J. – **Microsoft Word 2013 passo a passo**. Porto Alegre: Bookman, 2014. – Pág.: 517.

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. O comando da questão determina o assinalamento da única alternativa que não constitui os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, consagrados pelo artigo 3º da Carta Magna. A única alternativa incorreta é a trazida pelo gabarito preliminar, qual seja, a “defesa da paz”. Isso porque, tal alternativa constitui um princípio regente das relações internacionais, previsto EXPRESSAMENTE no artigo 4º da Constituição Federal. Veja:

Art. 4º A República Federativa do Brasil **rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:**

(...)

VI - defesa da paz;

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Constituição Federal de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. O comando da questão determina o assinalamento da única situação em que não haverá a aplicação da penalidade de advertência, de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 190, de 01 de julho de 2010. O artigo 145 da referida lei estabelece as situações em que o servidor poderá ser apenado com advertência, dentre as quais não se encontra a situação prevista na alternativa A. Isso porque, “atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas municipais” é apenável com suspensão, pena prevista no artigo 146 da Lei Municipal nº 190, de 2010. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 29**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analizada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. O comando da questão determina o assinalamento da única alternativa que importa em enriquecimento ilícito, conforme a Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

A alternativa A) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado, importa em improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, conforme disposto no artigo 10, inciso V da Lei nº 8.429.

Já a alternativa B) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea, importa em improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, conforme disposto no artigo 10, inciso VI da Lei nº 8.429.

A alternativa C) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, também importa em improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, conforme disposto no artigo 10, inciso VII da Lei nº 8.429.

Por fim, a alternativa D) Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades previstas no artigo 1º da referida Lei, é a única alternativa que importa em enriquecimento ilícito, conforme disposto no artigo 9º, inciso IV da Lei nº 8.429.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 34**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando o controle de estoque e seus níveis ideais, é possível inferir que as ações “definir o momento correto da compra; definir a quantidade ideal, buscar os melhores preços; e, buscar a qualidade no atendimento do cliente, interno ou externo” atendem corretamente ao questionamento abordado. Dessa forma, as afirmativas I, II, III e IV são coerentes.

Fontes:

- Gestão de estoques e operações industriais. VIEIRA, Hélio Flávio. Editora IESDE. 2009.
- Arquivo. Teoria e Prática. PAES, Marilena Leite. Editora FGV. 3ª edição. Rio de Janeiro. 2004.

Questão: 37**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

“Garantir excessos de materiais, a fim de que nunca falte nenhum dos itens que compõe o almoxarifado” não se trata de função de um almoxarifado. No entanto, o almoxarifado deve, sim, garantir instalações adequadas e recursos de movimentação e distribuição suficientes para um atendimento rápido e eficiente, ou seja, responsabilizar-se, comprometer-se, assegurar que as instalações estejam adequadas, a fim de alcançar movimentação e distribuição suficientes para um atendimento ágil e apropriado.

Fontes:

- Gestão de estoques e operações industriais. VIEIRA, Hélio Flávio. Editora IESDE. 2009.
- Arquivo. Teoria e Prática. PAES, Marilena Leite. Editora FGV. 3ª edição. Rio de Janeiro. 2004.

Questão: 40**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É possível depreender que “o recebimento de material é a etapa intermediária entre a compra e o pagamento ao fornecedor; somente após o recebimento é que o pagamento deve ser autorizado; o recebimento provisório refere-se à entrada de materiais. Nessa etapa, o recebedor assina no documento fiscal que acompanha o material, para fins de comprovação da data de entrega somente. Nota-se que a afirmativa III se refere ao recebimento provisório; dessa forma, tal assertiva é coerente.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Ao introduzir o 2º§, a escolha pelo uso do termo “como” denota que a informação apresentada enfatiza texto publicado em outro veículo de comunicação. ” Não pode ser considerada correta, pois, o termo “como” indica conformidade e não ênfase.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Introdução: 1º parágrafo; Desenvolvimento: 2º ao 8º parágrafo; Conclusão: 9º parágrafo.” não pode ser considerada correta. O texto está estruturado da seguinte forma:

1º e 2º - introdução: contextualização da questão.

3º ao 7º - Desenvolvimento: são apresentados argumentos que sustentam a tese defendida por meio de uma análise.

8º e 9º - Conclusão: decorre da argumentação feita.

Segundo parágrafo:

“Como mostrou reportagem do jornal The New York Times reproduzida por esta Folha, avanços no campo do reconhecimento de faces por computador lançam novos dilemas. Empresas podem reter dados faciais de seus clientes? Devem obter autorização para fazê-lo? E o que dizer do governo?”

Não há apresentação de argumentos, mas sim apresentação da questão (o reconhecimento de faces e dilemas) e questionamentos.

Fonte: Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) Expressão de uma exortação que demonstra o ponto de vista pessoal do enunciador.” não pode ser considerada correta de acordo com o enunciado da questão: “No último parágrafo do texto, pode-se identificar que – de modo predominante – a modalização verbal indica:”. Vejamos, então, o último parágrafo do texto:

“Um bom começo seria determinar que dispositivos dessa natureza só sejam usados com a ciência do cidadão, a quem cabe decidir se quer fazer parte da trama.”

A modalização verbal trata do estudo de que uma ideia pode ser transmitida de diferentes formas por meio dos verbos. Há verbos que são especialmente usados com sentidos que demonstram a intencionalidade de forma diferente nas variadas construções como, por exemplo, poder e dever. Assim, no parágrafo em análise, não há qualquer exortação, ou seja, uma advertência. Antes, a expressão das formas verbais “seria”, (que) “sejam” indica o caráter hipotética no uso do subjuntivo e futuro do pretérito do indicativo.

A alternativa “C) Solicitação para que novas ações sejam implementadas.” não pode ser considerada correta, pois, não há solicitação expressa pelos modos verbais empregados em análise. Mas sim um desejo do enunciador expresso como uma hipótese, desejo não é o mesmo que solicitação, a solicitação é um pedido, um apelo e é expressa pelo modo imperativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa, de Gladstone Chaves de Melo, Ed. Poseidon

Questão: 16

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “C”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Questão: 30

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “D”.

Analizada as razões recursais, verifica-se que estas merecem guarida. Isso porque, a Lei Municipal nº 190/2010, em seu artigo 154 prevê a configuração de abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais

de **30 (trinta) dias consecutivos**. Dentre as hipóteses previstas nas alternativas, somente configurará abandono de cargo a ausência injustificada por 60 (sessenta) dias consecutivos, prazo constante na alternativa D. Logo altera-se o gabarito para alternativa “D”.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque o parágrafo 2º, do artigo 82, da Lei Municipal nº 190/2010, é hialino em estabelecer que os servidores não poderão permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos de licença para o serviço militar; para a atividade política; para o desempenho de mandato em Sindicato da categoria; para tratamento da própria saúde ou por motivo de acidente em serviço ou para tratamento de doença profissional. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 36

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Foram diversos os argumentos debatidos em relação à questão sobre poluição das águas subterrâneas. Deve salientar-se que, têm-se várias vias de contaminação. Dessa forma, ao reavaliar as alternativas considera-se que, houve um erro em solicitar uma alternativa incorreta. Portanto, anula-se a questão em decorrência da ausência de uma alternativa clara e objetiva para pergunta solicitada.

Fontes:

- LIMA, Larisse Araújo Solo e águas subterrâneas Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico - CDT/UnB 26/6/2012
- POLUIÇÃO AMBIENTAL CAUSADA POR FÁRMACOS PARA USOS HUMANOS E VETERINÁRIOS TANNUS. Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão Oswaldo Cruz

Questão: 39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento debatido pelas razões recursais não condiz, pois faz-se necessário compreender que o *Cryptosporidium* que é um gênero de protozoário que causa criptosporidíase, um tipo de diarreia em humanos e outros animais. Deve-se atentar que, a questão refere-se sobre o incorreto, e os contaminantes da água, com exceção dos gases dissolvidos contribuem para a carga de sólidos e por isso são analisados separadamente, podendo ser classificados por suas características físicas (tamanho) ou químicas.

Fonte: MÓDULO II – PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO AMBIENTAL E CONTROLE DE FONTES CONFORMIDADE AMBIENTAL COM REQUISITOS TÉCNICOS E LEGAIS ESCOLA SUPERIOR DA CETESB GESTÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL.

Questão: 41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento debatido pelas razões recursais não condiz, a questão em discussão prevê a análise incorreta considerando as atividades poluidoras da água. A questão refere-se que, a celulose encontra-se entre os poluentes da indústria de papel. Dentre os resíduos gerados estão a matéria orgânica e os compostos organoclorados que não são biodegradáveis e podem ser incorporados à cadeia alimentar e serem tóxicos aos organismos vivos quando ultrapassam determinadas concentrações. Na maioria dos casos, estes compostos químicos não são detectados nas análises químicas comuns da água, mas são acumulados pelos moluscos bivalves e detectados nos seus tecidos, ou seja, devem ser utilizados bioindicadores para detectá-los. As alternativas não são conclusivas, mas condizem com a pergunta feita na questão.

Fonte: CETESB, 2018 Este material destina-se a uso exclusivo dos participantes do Curso de Pós Graduação Lato Sensu “Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais”, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

Questão: 43**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento debatido pelas razões recursais não condiz, pois a referência citada foi a mesma utilizada para fundamentação da questão, logo a questão correta refere-se a alternativa (C) mesosfera / mesopausa / mesosfera / mesopausa.

Fonte: METEOROLOGIA E CLIMATOLOGIA Mário Adelmo Varejão-Silva Versão digital 2 – Recife, 2006.

Questão: 46**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão solicita que marque alternativa incorreta. No processo de reavaliação da questão e das alternativas, julga-se que foram divulgadas na elaboração da questão mais de uma alternativa incorreta. Portanto, anula-se a questão para atender ao erro identificado após os recursos solicitados.

Fonte:

- CETESB, 2018 Este material destina-se a uso exclusivo dos participantes do Curso de Pós Graduação Lato Sensu “Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais”, CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
- Lei nº 7.804, de 1989
- LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Questão: 47**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O argumento debatido pelas razões recursais não condiz, a questão refere-se a prazos de validade das Licenças Ambientais este prazo é estabelecido no Art. 14º da Resolução CONAMA 237/97: “O órgão ambiental competente poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LP, LI e LO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA e/ou audiência pública, quando o prazo será de até 12 (doze) meses”.

Fonte: Moura, Mauro Gomes de Manual técnico do licenciamento ambiental com EIA-RIMA / Mauro Gomes de Moura. - Porto Alegre : FEPAM, 2006. 65p. - (Coleção referências; v.2.).

Cargo: Analista de Sistemas**Questão: 02****Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 21**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado pede o cosseno do ângulo β e não o seno, como diz o gabarito. Logo, o gabarito preliminar se mantém.

Questão: 22**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 34**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lei orgânica não estipula data de eleição. Esta já está prevista na Constituição, independentemente de qualquer comando da lei menor. A título de informação, a eleição deve acontecer no primeiro domingo de outubro e se houver segundo turno, este ocorrerá no último domingo do mesmo mês. A lei orgânica não tem o condão de modificar esse comando, tampouco qualquer estipulação que confirmar tais datas é inócua.

Questão: 38**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra "D".**

Através da resolução do cálculo, observa-se que o resultado será positivo.

$4062 - 1142 = 2920$ transformando em Hex. Obtém-se: +B68

Desta forma, o gabarito foi alterado de "B" para "D".

Fontes:

- LOURENÇO, Antônio Carlos et al. Circuitos digitais. São Paulo: Érica, 1996.
- STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores: projeto para o desempenho. Tradução de Carlos Camarão de Figueiredo. 5. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

Questão: 48**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita que seja indicada a definição de Polimorfismo, que em programação orientada a objetos é definida por:

O Polimorfismo permite a criação de várias classes com interfaces idênticas, porém com objetos e implementações diferentes. Ele possibilita que uma mensagem seja executada de acordo com as características do objeto que está recebendo o pedido de execução do serviço.

Tal definição é encontrada na alternativa D. conforme descrito no link informado.

D) São superclasses e classes relacionadas, com interfaces idênticas, porém com implementações diferentes.

Polimorfismo é o princípio pelo qual duas ou mais classes derivadas de uma mesma superclasse podem invocar métodos que têm a mesma identificação (assinatura) mas comportamentos distintos.

No que tange a tipos de polimorfismo, podem ser destacados sobrecarga e sobrescrição, entretanto a questão solicita a marcação afirmativa que melhor defina polimorfismo e não os tipos existentes, bem como as suas implementações.

Fontes:

- DEITEL, H.M.; DEITEL, P.J. Java Como Programar. 6. ed. São Paulo: Pearson-PrenticeHall, 2005.
- <http://www.dca.fee.unicamp.br/cursos/PooJava/polimorf/index.html>
- CADENHEAD, R.; LEMAY, L. Aprenda em 21 dias Java 2. Tradução de Daniel Vieira e Ana Beatriz Tavares. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Questão: 49**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A afirmativa correta é apresentada na alternativa B,

B) O backup incremental é mais rápido tanto para a execução quanto para a restauração de dados.

Por não copiar toda a base de dados, ele acaba sendo executado mais rápido, e por não analisar os dados a serem restaurados apenas os modificados precisa de um tempo menor de execução.

Observa-se que no link informado, é informada a seguinte afirmação:

O benefício de um backup incremental é que será copiada uma menor quantidade de dados do que um completo. Assim, esse backup será realizado mais rápido e necessitará menos espaço de armazenamento.

Fontes:

- BARROS, EURIAM Entendendo Os Conceitos De Backup - Restore E Recuperacao De Desastres, ed. Ciencia Moderna – 2007
- <http://www.aliancatecnologia.com/conteudo/2015/05/quatro-tipos-de-backup/>

Questão: 50**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “B”.**

O FCoE não permite o encapsulamento de FC dentro de quadros ethernet.

Fibre Channel over Ethernet (FCoE) foi desenvolvido com a intenção de manter o modelo Fibre Channel. No FCoE, o quadro nativo do FC é mapeado no quadro do Ethernet. Permitindo que tráfegos FC sejam transmitidos através da rede Ethernet.

Dessa forma, o gabarito passa de “C” para a letra “B”.

Fontes:

- GAI, Silvano. Data Center Networks and Fibre Channel over Ethernet (FCoE). Abril de 2008
- SANDirect.com, 22 de fevereiro de 2009 as 18:41.
- HEWLETT-PACKARD EDUCATION. Accelerated SAN Essentials Student Guide. 2007.

Cargo: Analista de Suporte**Questão: 02****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa que mostra corretamente a divisão silábica de duas palavras encontradas no texto é a D: “in-sa- tis-fei-to” e “ab-sur-da-men-te”. A palavra “existência” é uma paroxítona terminada em ditongo. Como não se separam letras que representam ditongos, o correto é dividi-la silabicamente da seguinte forma: e-xis-tên-cia. Já a palavra “reinventaria” possui hiato em sua sílaba final, devendo ser separada silabicamente da seguinte forma: “re-in-ven-ta-ri-a”. Por fim, a palavra “obviamente” deve ser separada silabicamente da seguinte forma: “ob-vi-a-men-te”.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 36.

Questão: 04**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A classificação de um advérbio ocorre “de acordo com a circunstância ou a ideia acessória que exprime” (CEGALLA, 2010, p. 259). O termo “finalmente”, localizado no penúltimo parágrafo do texto, é classificado como sendo um advérbio de tempo, por justamente exprimir circunstância ou ideia acessória de tempo, estando correta a alternativa B.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 260.

Questão: 13**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O sistema operacional gerencia o sistema de entrada e saída de dados (I/O), e para isso ele atua como um intermediário entre o software, o hardware e os usuários. Dessa forma, mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

Fonte: MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. – *Informática: conceitos e aplicações* – 5ª ed. – São Paulo: Érica, 2019. – Pág.: 165.

Questão: 28**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão requer o conhecimento sobre o art. 30 da Constituição Federal, ou seja, quer saber se o serviço de gás canalizado é de competência dos municípios.

Conforme prevê o capítulo IV – Dos Municípios, Art. 30. “Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência; (...).”

Ou seja, não compete aos municípios, explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado. Assim sendo, a única alternativa correta é a letra A.

Fonte: Livro: Constituição Federal do Brasil de 1988 – Atualizada 2019.

Questão: 36**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita que seja assinalada a alternativa incorreta, observa-se que a alternativa “D” define gerenciamento de incidentes como:

D) Gerenciamento de incidentes, deve antes de tudo analisar todos os logs em detalhe para que seja se tome alguma medida corretiva ou de restabelecimento dos serviços.

Entretanto, observa-se que Gerenciamento de incidente: tem como objetivo o reestabelecimento da operação de um serviço o mais rápido possível, buscando minimizar os impactos para o negócio. Onde a afirmativa, informa a necessidade de análise de logs detalhadamente e depois seja tomada alguma medida de correção, entretanto a ITL afirma que o objetivo de gerenciamento de incidentes visa o reestabelecimento da operação de um serviço o mais rápido possível.

Fonte: FERNANDES, A.A.; ABREU, V.F. Implantando a governança de TI: da estratégia à gestão dos processos e serviços. 2.ed. Rio de Janeiro: Brasport,2008.

Questão: 38**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão solicita que seja assinalada a afirmativa verdadeira sobre protocolos de comunicação.

Analisando as afirmativas, pode-se observar:

UDP transmite pacotes de dados, com controle de fluxo e alta confiabilidade

O protocolo UDP (User Datagram Protocol) é um protocolo da camada de transporte para ser usado com uma aplicação que transferirá seus dados denominados pacotes, sem se preocupar em estabelecer uma conexão prévia e, tampouco, se preocupar com a confiabilidade dos dados.

FTP tipicamente é utilizado na porta 21 para envio de dados.

20 para dados, 21 para comandos.

SNMP é utilizado para gerenciamento de dispositivos na rede, tipicamente utiliza a porta 80.

Tipicamente é utilizada a porta 161.

Desta forma a afirmativa correta é B: B) O protocolo HTTP é responsável pela transferência de hipertextos.

Fontes:

- NAKAMURA,E.T.;GEUS,P.L.Segurança de redes em ambientes cooperativos.2. ed.SãoPaulo:Futura,2003.
- TANENBAUM,A.S.Redes de computadores.4.ed.SãoPaulo:Campus,2003.

Cargo: Analista em Gestão, Orçamentária e Financeira**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “C) Entre as expressões “estilo da vida” e “estilo de vida” observa-se ocorrência de variação tanto morfológica quanto semântica.” foi considerada correta, pois, ocorrem as variações indicadas.

Em linguística, Morfologia é o estudo da estrutura, da formação e da classificação das palavras. A peculiaridade da morfologia é estudar as palavras olhando para elas isoladamente e não dentro da sua participação na frase ou período. A morfologia está agrupada em dez classes, denominadas classes de palavras ou classes gramaticais. São elas: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição.

Assim, em “estilo da vida” temos preposição + artigo em: da = de + a. Já em “estilo de vida” temos apenas a preposição “de”. O artigo, uma das classificações das palavras, foi eliminado, portanto, variação morfológica.

Em linguística, a semântica estuda o significado e a interpretação do significado de uma palavra, de um signo, de uma frase ou de uma expressão em um determinado contexto. Nesse campo de estudo se analisa, também, as mudanças de sentido que ocorrem nas formas linguísticas devido a alguns fatores, tais como tempo e espaço geográfico. A variação semântica é descrita no texto: “Geralmente, por estilo DE vida, entende-se um modelo que a gente imita para construir uma identidade e propô-la aos olhos dos outros. Mas o estilo DA vida, que é o que me interessa hoje, é outra coisa: é a forma literária na qual cada um narra sua própria vida, para si mesmo e para os outros.”

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 06**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O articulista é quem escreve o texto, não quem obrigatoriamente tenha assinado. A alternativa “D) Artigo assinado por um articulista que apresenta sua opinião sobre acontecimentos que refletem comportamentos da sociedade contemporânea.” não pode ser considerada correta, pois, de acordo com a fonte indicada ao final do texto não há um nome específico apresentado: (Por ‘FSP’ em 17/06/2014 na edição 803. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/enoticias/_ed803_faces_do_futuro/.](http://observatoriodaimprensa.com.br/enoticias/_ed803_faces_do_futuro/))

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 08**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) Ao introduzir o 2º§, a escolha pelo uso do termo “como” denota que a informação apresentada enfatiza texto publicado em outro veículo de comunicação. ” Não pode ser considerada correta, pois, o termo “como” indica conformidade e não ênfase.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 10**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) Têm como objetivo a busca pela análise de fatos, procurando textos analíticos e argumentativos.” foi considerada correta, pois, o texto apresentado se trata de um editorial e como tal busca leitores que não procuram apenas informações sobre os principais acontecimentos nacionais e internacionais, mas sim a análise de tais acontecimentos, considerados a partir do contexto maior em que se inserem. A afirmativa está, portanto, correta.

Fontes:

- DISCINI, Norma. A comunicação nos textos. São Paulo: Contexto, 2005.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 14**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “D) Expressão de uma exortação que demonstra o ponto de vista pessoal do enunciador.” não pode ser considerada correta de acordo com o enunciado da questão: “No último parágrafo do texto, pode-se identificar que – de modo predominante – a modalização verbal indica:”. Vejamos, então, o último parágrafo do texto:

“Um bom começo seria determinar que dispositivos dessa natureza só sejam usados com a ciência do cidadão, a quem cabe decidir se quer fazer parte da trama.”

A modalização verbal trata do estudo de que uma ideia pode ser transmitida de diferentes formas por meio dos verbos. Há verbos que são especialmente usados com sentidos que demonstram a intencionalidade de forma diferente nas variadas construções como, por exemplo, poder e dever. Assim, no parágrafo em análise, não há qualquer exortação, ou seja, uma advertência. Antes, a expressão das formas verbais “seria”, (que) “sejam” indica o caráter hipotética no uso do subjuntivo e futuro do pretérito do indicativo.

A alternativa “C) Solicitação para que novas ações sejam implementadas.” não pode ser considerada correta, pois, não há solicitação expressa pelos modos verbais empregados em análise. Mas sim um desejo do enunciador expresso como uma hipótese, desejo não é o mesmo que solicitação, a solicitação é um pedido, um apelo e é expressa pelo modo imperativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa, de Gladstone Chaves de Melo, Ed. Poseidon

Questão: 20**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em uma equação do segundo grau, quando o vértice coincide com uma de duas raízes, ele automaticamente coincide com duas (pois são duas raízes iguais). Além do mais, esse caso acontece se, e somente se, o discriminante da função for nulo.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 30**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “D”.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas merecem guarida. Isso porque, a Lei Municipal nº 190/2010, em seu artigo 154 prevê a configuração de abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de **30 (trinta) dias consecutivos**. Dentre as hipóteses previstas nas alternativas, somente configurará abandono de cargo a ausência injustificada por 60 (sessenta) dias consecutivos, prazo constante na alternativa D. Logo altera-se o gabarito para alternativa “D”.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 34**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque o parágrafo 2º, do artigo 82, da Lei Municipal nº 190/2010, é hialino em estabelecer que os servidores não poderão permanecer em licença da mesma espécie por período superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos de licença para o serviço militar; para a atividade política; para o desempenho de mandato em Sindicato da categoria; para tratamento da própria saúde ou por motivo de acidente em serviço ou para tratamento de doença profissional. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 35**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, contrariamente ao argumentado em sede recursal, não há “erro de informação” no enunciado da questão, que assim dispõe:

“Miller, servidor efetivo do Município de Suzano, comete infração apenável com a suspensão, prevista no artigo 146 da Lei Municipal nº 190, de 01 de julho de 2010. No momento em que a autoridade competente para iniciar o processo administrativo disciplinar toma conhecimento da infração cometida por Miller, inicia-se o prazo prescricional para instauração do PAD – Processo Administrativo Disciplinar. Na situação narrada, este prazo prescricional será:”.

A menção ao artigo 146 da Lei Municipal nº 190/2010 refere-se à infração cometida pelo servidor Miller, e apenável com suspensão prevista no artigo 146. Somente após a indicação do tipo de infração foi cometida pelo referido servidor é que se começa a tratar do PAD - Processo Administrativo Disciplinar, seguindo-se o comando da questão. Logo, verifica-se que não há qualquer indicação no enunciado da questão de que o artigo 146 refere-se ao PAD - Processo Administrativo Disciplinar, não havendo qualquer razão para sua anulação. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 36**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O comando da questão deixa claro que o texto introdutório deve ser considerado apenas como informativo:

“Considerando o texto apenas como informativo, em relação aos Balanços Públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.”

Referido texto antecedeu a questão para servir de fonte inspiradora e contextualizadora para sua resolução, haja vista, tratar-se de legislação e normativos que embasam, diuturnamente, o trabalho do Analista em Gestão Orçamentária e Financeira.

O instrumento convocatório (edital) do concurso não estabelece, não sugere e nem restringe as fontes a serem utilizadas para elaboração das questões. Contudo, exige conhecimentos de conteúdos inerentes às atribuições do cargo. Os conteúdos exigidos em edital encontram-se transcritos a seguir.

Os conteúdos explicitamente citados em edital que serviram de base e autorizaram a elaboração da questão sob análise encontram-se em destaque.

“Conteúdo Programático: ANALISTA EM GESTÃO, ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA Análise de demonstrações financeiras: índices financeiros, partes interessadas, tipos de comparações e tipos de categorias: liquidez, atividade, endividamento e lucratividade. O papel do valor do dinheiro no tempo: valor presente versus futuro, valor futuro de um montante único e uma anuidade e valor presente de um montante único e uma série defluxos de caixa. Processo decisório de orçamento de capital: motivações para o dispêndio de capital, etapas no processo e terminologia básica. Fluxos de caixa relevantes: fluxos de caixa de expansão versus de substituição, custos incorridos e custos de oportunidade, fluxo de caixa operacional e fluxo de caixa residual. Custo de capital: conceito básico, custo de fontes específicas de capital, custo de dívidas de longo prazo. Custo médio ponderado de capital e custo marginal. Sistema de preços: preços absolutos, relativos e preços de mercado. Relação entre quantidade demanda e o preço do próprio bem: escala de demanda individual, curva de demanda individual e exceções à lei de demanda. Conhecimento teórico de margem de contribuição e margem de lucro. Conhecimento básico sobre custo ABC ou custo por atividade e custo por absorção. **Contabilidade Pública e Orçamentária:** aspectos gerais. Estrutura e contabilização de operações típicas. Das receitas e despesas públicas. Empenho. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Dívida Ativa. Despesas de exercícios anteriores. **Resultado Financeiro e Patrimonial. Patrimônio Público. Balanços Públicos. Classificação econômica das receitas e despesas orçamentárias. Sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema orçamentário, sistema de compensação. Regimes contábeis.**”

Alternativa A – CORRETA. (Fonte: MCASP. Pag. 426)

“O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a. a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b. os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c. as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d. o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.”

Alternativa B – INCORRETA. (Fonte: MCASP. Pag. 426)

“O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento. Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.”

Alternativa C – CORRETA. (Fonte: MCASP. Pag. 431))

“Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por: a. Quadro Principal; b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.”

Alternativa D – CORRETA. (Fonte: MCASP. Pag. 431)

“A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.”

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O instrumento convocatório (edital) do concurso não estabelece, não sugere e nem restringe as fontes a serem utilizadas para elaboração das questões. Contudo, exige conhecimentos de conteúdos inerentes às atribuições do cargo.

Na questão sob análise, observa-se que o conteúdo sobre o qual se exigiu o conhecimento encontra-se explicitamente citado e a melhor fonte para elaboração da mesma é a legislação que estabelece a referida classificação da receita pública.

Os conteúdos explicitamente citados em edital que serviram de base e autorizaram a elaboração da questão sob análise encontram-se em destaque.

“Conteúdo Programático: ANALISTA EM GESTÃO, ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA *Análise de demonstrações financeiras: índices financeiros, partes interessadas, tipos de comparações e tipos de categorias: liquidez, atividade, endividamento e lucratividade. O papel do valor do dinheiro no tempo: valor presente versus futuro, valor futuro de um montante único e uma anuidade e valor presente de um montante único e uma série defluxos de caixa. Processo decisório de orçamento de capital: motivações para o dispêndio de capital, etapas no processo e terminologia básica. Fluxos de caixa relevantes: fluxos de caixa de expansão versus de substituição, custos incorridos e custos de oportunidade, fluxo de caixa operacional e fluxo de caixa residual. Custo de capital: conceito básico, custo de fontes específicas de capital, custo de dívidas de longo prazo. Custo médio ponderado de capital e custo marginal. Sistema de preços: preços absolutos, relativos e preços de mercado. Relação entre quantidade demanda e o preço do próprio bem: escala de demanda individual, curva de demanda individual e exceções à lei de demanda. Conhecimento teórico de margem de contribuição e margem de lucro. Conhecimento básico sobre custo ABC ou custo por atividade e custo por absorção. **Contabilidade Pública e Orçamentária:** aspectos gerais. Estrutura e contabilização de operações típicas. Das receitas e despesas públicas. Empenho. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Dívida Ativa. Despesas de exercícios anteriores. Resultado Financeiro e Patrimonial. Patrimônio Público. Balanços Públicos. **Classificação econômica das receitas e despesas orçamentárias.** Sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema orçamentário, sistema de compensação. Regimes contábeis.”*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. 8ª Edição/2019. Página: 73

4.2.4. Classificação da Despesa Orçamentária por Natureza

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de: a. Categoria Econômica; b. Grupo de Natureza da Despesa e c. Elemento de Despesa [...]

4.2.4.1. Estrutura da Natureza da Despesa Orçamentária

Os arts. 12 e 13 da Lei nº 4.320/1964, tratam da classificação da despesa orçamentária por categoria econômica e elementos. Assim como na receita orçamentária, o art. 8º estabelece que os itens da discriminação da despesa orçamentária mencionados no art. 13 serão identificados por números de código decimal, na forma do Anexo IV daquela Lei, atualmente consubstanciados no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, e constantes deste Manual.

O conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária forma um código estruturado que agrega a categoria econômica, o grupo, a modalidade de aplicação e o elemento. Essa estrutura deve ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de governo.

De acordo com o art. 5º da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, a estrutura da natureza da despesa a ser observada na execução orçamentária de todas as esferas de governo será “c.g.mm.ee.dd”, onde:

- a. “c” representa a categoria econômica;*
- b. “g” o grupo de natureza da despesa;*
- c. “mm” a modalidade de aplicação;*
- d. “ee” o elemento de despesa; e*
- e. “dd” o desdobramento, facultativo, do elemento de despesa.*

[...]

4.2.4.2. Categoria Econômica

A despesa orçamentária, assim como a receita orçamentária, é classificada em duas categorias econômicas, com os seguintes códigos: 3- Correntes e 4 - Despesas de Capital.

[...]

Observação: As despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento (no caso dos grupos de natureza da despesa 4 – investimentos e 5 – inversões financeiras) ou o registro de desincorporação de um passivo (no caso do grupo de despesa 6 – amortização da dívida).

Questão: 49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme se observa da transcrição do Conteúdo Programático, constante do instrumento convocatório (edital), ficou estabelecido que seria exigido em prova, conhecimentos sobre Custos de Capital (Custo do dinheiro) em suas inúmeras nuances. O conceito de *Trade-off* é importantíssimo e trata-se de **conceito básico** para se entender como funciona e como se define o Custo de Capital.

Os conteúdos explicitamente citados em edital que serviram de base e autorizaram a elaboração da questão sob análise encontram-se em destaque.

“Conteúdo Programático: ANALISTA EM GESTÃO, ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA *Análise de demonstrações financeiras: índices financeiros, partes interessadas, tipos de comparações e tipos de categorias: liquidez, atividade, endividamento e lucratividade. O papel do valor do dinheiro no tempo: valor presente versus futuro, valor futuro de um montante único e uma anuidade e valor presente de um montante único e uma série defluxos de caixa. Processo decisório de orçamento de capital: motivações para o dispêndio de capital, etapas no processo e terminologia básica. Fluxos de caixa relevantes: fluxos de caixa de expansão versus de substituição, custos incorridos e custos de oportunidade, fluxo de caixa operacional e fluxo de caixa residual. Custo de capital: conceito básico, custo de fontes específicas de capital, custo de dívidas de longo prazo. Custo médio ponderado de capital e custo marginal. Sistema de preços: preços absolutos, relativos e preços de mercado. Relação entre quantidade demanda e o preço do próprio bem: escala de demanda individual, curva de demanda individual e exceções à lei de demanda. Conhecimento teórico de margem de contribuição e margem de lucro. Conhecimento básico sobre custo ABC ou custo por atividade e custo por absorção. Contabilidade Pública e Orçamentária: aspectos gerais. Estrutura e contabilização de operações típicas. Das receitas e despesas públicas. Empenho. Restos a pagar. Suprimento de fundos. Dívida Ativa. Despesas de exercícios anteriores. Resultado Financeiro e Patrimonial. Patrimônio Público. Balanços Públicos. Classificação econômica das receitas e despesas orçamentárias. Sistema financeiro, sistema patrimonial, sistema orçamentário, sistema de compensação. Regimes contábeis.”*

A única alternativa correta é a letra **B**.

Referida questão se refere a conceitos básicos de Custo de Oportunidade e análise em processos de investimentos (Custo de Capital). Esses conceitos são facilmente encontrados em livros de análise financeira, microeconomia e macroeconomia. Para elaboração da questão foi utilizada a seguinte bibliografia:

MANKIOW, N. G. *Introdução à Economia* (5ª. ed.) Boston, Estados Unidos: Cengage Learning, 2008.

Cargo: Arquiteto

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. "Rios te correrão dos olhos, se chorares." (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser

considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa. ” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela. ” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento. ” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas. ”

Fonte:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Analisar criteriosamente diferentes comportamentos relacionados ao consumismo.” não pode ser considerada correta. O texto apresentado é um gênero discursivo que se define por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. Não há uma análise criteriosa, tal análise poderia ocorrer posteriormente diante de tais informações com o acréscimo de outras. Já a alternativa “C) Apresentar informações sobre um tema específico enfatizando um viés relacionado ao consumo

e consciência ambiental.” foi considerada correta tendo em vista a justificativa anterior. A alternativa “D) Estabelecer critérios que norteiem um comportamento consumidor compatível com as necessidades atuais da sociedade.” não pode ser considerada correta, pois, o texto jornalístico apresentado não tem por objetivo estabelecer critérios, ainda que a partir das informações apresentadas os leitores possam ter um entendimento diferente acerca do assunto tratado, o texto não é suficiente para estabelecer critério como o seria, por exemplo, um regulamento. A alternativa “B) Promover o confronto de ideias relacionadas ao consumismo e consumo consciente.” não pode ser considerada correta, pois, não há argumentos, pontos de vista de forma predominante no texto em confronto com posicionamentos contrários, as informações apresentadas são a sua principal finalidade.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, ressignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) Uma reação esperada mediante a chegada de qualquer potencial cliente em seu estabelecimento.” não pode ser considerada correta. Segundo parágrafo do texto, objeto da questão em análise:

“Eu estava pensando no meu jantar da noite passada – isto é, em nada – quando ela entrou. Nem abri os olhos. Disse: “A escola de cabeleireiros é ao lado”. Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco. Ela não queria a escola de cabeleireiros.”

Pode-se reconhecer que a incorreção da alternativa “D” está na referência feita à chegada de qualquer potencial cliente. Não é isso que vemos no trecho destacado, o narrador personagem só abriu seus olhos por causa da voz da

mulher, ele afirma: “Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco.”

Fonte: O próprio texto.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “C) Uma ação situada em um passado longínquo, distante.” foi considerada correta, pois, de acordo com o enunciado “No segmento “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo (...)”, a forma verbal destacada indica: ” a forma verbal “entrara” diz respeito ao pretérito mais que perfeito do modo indicativo, por isso indica uma ação em um passado distante, no sentido de que é um passado anterior a outro também passado. A alternativa “A) Ocorrência de um fato em continuidade no passado. ” não pode ser indicada como correta, pois, o tempo verbal que indica ocorrência de um fato em continuidade no passado é o pretérito imperfeito do modo indicativo. A alternativa “B) Um fato concluído pouco antes da fala do enunciador. ” não pode ser considerada correta, pois, a ideia apresentada diz respeito ao pretérito perfeito do indicativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Sacconi, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois, ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas,

recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho”. * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) A exploração espacial tem sido alvo do interesse, atualmente, de diferentes nações; fato que pode ser confirmado de forma concreta e evidente.” foi considerada correta, conforme pode ser comprovado de acordo com o trecho: “Sem pisar lá desde 1972, os Estados Unidos querem voltar, agora com a colaboração de outros países. Com orçamento menor do que na época da Guerra Fria, a Nasa conta hoje com a Agência Espacial Europeia e o Canadá. Outros atores têm a mesma ambição. A China, com um programa espacial em ascensão, planeja, sozinha, colocar um taikonauta na Lua. ” A alternativa “B) Fatores políticos, militares e tecnológicos são considerados responsáveis pela maior parte das descobertas científicas e tecnológicas.” não pode ser considerada correta, pois, a generalização da alternativa a torna incorreta quando usa a expressão “a maior parte”, na verdade, o texto refere-se especificamente a um feito: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, na face visível da Lua, e dois astronautas davam seus primeiros passos, ou pulos, no único satélite natural da Terra.”

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Densidade demográfica é definida pela razão entre o número de habitantes por quilômetro quadrado.

Logo, em 2008, tem-se: 20 hab/km² e, em 2018: $132000/5238 = 25,2$ hab/km².

Ou seja, a densidade demográfica aumentou de 20 hab/km² para 25,2 hab/km², aumento de 5,2 hab/km². Desse modo, o aumento percentual fica: $5,2/20 = 26\%$, conforme gabarito preliminar.

Mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No edital está previsto o conteúdo geometria plana e espacial, além de geometria analítica. Logo, além de se tratar de uma prova de nível superior, conhecimentos como “abscissa” e “ordenada” são conceitos básicos desses assuntos e estão incluídos no programa previsto para o concurso.

Questão: 21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Utilizando-se o Teorema de Pitágoras, obtém-se o valor do cateto adjacente ao ângulo β : 10,5 cm. Com isso, basta utilizar a definição de cosseno para se obter o resultado da questão:

$$\cos \beta = \frac{\text{cateto adjacente}}{\text{hipotenusa}} = \frac{10,5}{17,5} = 0,6$$

Mantém o gabarito preliminar.

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro calculam-se as raízes da equação apresentada: $x = 0$ e $x = -3$.

Sabe-se que o determinante da matriz Q é igual à raiz não natural da equação, ou seja: $\det Q = -3$.

Com isso, fica:

$$8x - 35 = -3$$

$$8x = 32$$

$$x = 4$$

Conforme gabarito preliminar.

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o erro material constante no enunciado da questão, na indicação da data de publicação da Lei Municipal nº 190 de 2010 não impede o bom entendimento ou afeta a resolução da questão, sendo certo que existe apenas uma Lei Municipal nº 190 que trata do estatuto do servidor público do Município de Suzano. Logo, não há de se falar em anulação da questão. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, a questão em comento trata da Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano, constante no Anexo II do Edital de abertura do certame – Conteúdo Programático.

Trata-se de conhecimento específico cobrado para os cargos de Nível Superior Completo, veja:

III. Conhecimento Específicos para cargos de Nível Superior Completo – Áreas Administrativas e Procurador Jurídico

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal (arts. 1º a 11; 29 e 30); Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992); Lei Municipal nº 190, de 01 de julho de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano. Lei Municipal nº 4.392, de 08 de julho de 2010 – Dispõe sobre a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Prefeitura Municipal de Suzano.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fontes:

- Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.
- https://d676e6gwpn3ec.cloudfront.net/concursos/1023/20_1033427.pdf, página 43.

Questão: 26**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o erro material constante no enunciado da questão, na indicação da data de publicação da Lei Municipal nº 190 de 2010 não impede o bom entendimento ou afeta a resolução da questão, sendo certo que existe apenas uma Lei Municipal nº 190 que trata do estatuto do servidor público do Município de Suzano. Logo, não há de se falar em anulação da questão.

Ademais, o parágrafo 1º do artigo 146, da Lei Municipal nº 190 de 2010 é o aplicado ao caso concreto trazido no enunciado da questão, e assim dispõe:

“§ 1º. **Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias** o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica, física, mental e psicológica, determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação”.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 28**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o erro material constante no enunciado da questão, na indicação da data de publicação da Lei Municipal nº 190 de 2010 não impede o bom entendimento ou afeta a resolução da questão, sendo certo que existe apenas uma Lei Municipal nº 190 que trata do estatuto do servidor público do Município de Suzano. Logo, não há de se falar em anulação da questão. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 30**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não obstante a possibilidade de erro material, o contexto da questão é bastante claro, não havendo aí que se falar em interpretação da frase do ponto de vista da língua portuguesa, a sobrelevar a compreensão jurídica do contexto. A construção recursal pretende fazer crer que a resposta demandaria interpretação semântica, gramatical, sendo certo que o contexto jurídico não deixa dúvidas do enunciado e da alternativa realmente incorreta. Gabarito mantido.

Questão: 32**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão remete aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada no gabarito preliminar é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão. Gabarito mantido.

Questão: 34**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A Lei orgânica não estipula data de eleição. Esta já está prevista na Constituição, independentemente de qualquer comando da lei menor. A título de informação, a eleição deve acontecer no primeiro domingo de outubro e se houver segundo turno, este ocorrerá no último domingo do mesmo mês. A lei orgânica não tem o condão de modificar esse comando, tampouco qualquer estipulação que confirmar tais datas é inócua.

Mantido o gabarito.

Questão: 36**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito apresenta resposta da questão como letra “A”, que corresponde a alternativa correta, mantendo-se o gabarito. As janelas residenciais não devem ser sinalizadas com piso tátil de acordo com a NBR 9050, que descreve o uso do mesmo para: “informar à pessoa com deficiência visual sobre a existência de desníveis ou situações de risco permanente, como objetos suspensos não detectáveis pela bengala longa; orientar o posicionamento adequado da pessoa com deficiência visual para o uso de equipamentos, como elevadores, equipamentos de autoatendimento ou serviços; informar as mudanças de direção ou opções de percursos; indicar o início e o término de degraus, escadas e rampas; indicar a existência de patamares nas escadas e rampas; indicar as travessias de pedestres.”. Ademais, as razões de recurso apresentam equívoco, conquanto o gabarito apresenta a resposta correta.

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, p. 48. 2015.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito apresenta resposta da questão como letra “C”, que corresponde a alternativa correta, mantendo-se o gabarito. De acordo com NBR 9050: “Para rampas em curva, a inclinação máxima admissível é de 8,33 % (1:12) e o raio mínimo de 3,00 m, medido no perímetro interno à curva”. Ademais, as razões de recurso apresentam equívoco, conquanto o gabarito apresenta a resposta correta.

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, p. 59. 2015.

Questão: 41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito apresenta resposta da questão como letra “A”, que corresponde a alternativa correta, mantendo-se o gabarito. Taxa de ocupação corresponde a porcentagem resultante da divisão entre a área ocupada e a área do imóvel, de acordo com o Art. 2º, XXV, da Lei Complementar Municipal de Suzano/SP Nº 25, 1º de março de 1996. Neste ponto, havendo previsão legal específica originária do objeto do concurso, concernente à atividade exigida, a interpretação da questão apresentada nas razões do recurso mostra-se equivocada, tratando-se de aplicação concreta da legislação ao caso apreciado.

Fonte: SUZANO/SP. Lei Complementar Municipal Nº 25, 1º de março de 1996.

Questão: 42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito apresenta resposta da questão como letra “A”, que corresponde a alternativa correta, mantendo-se o gabarito. A decoração do ambiente não faz parte dos atributos funcionais, formais e técnicos das instalações prediais da edificação. De acordo com a NBR 13531: “Instalação predial é o produto constituído por conjunto de componentes construtivo definidos e articulados em conformidade com princípios e técnicas específicos da arquitetura e engenharia para, ao integrar a edificação, desempenhar, em níveis adequados, determinadas funções (ou serviços) de condução de energia, gases, líquidos e sólidos. Exemplos: instalações hidráulicas (água fria, água quente, águas pluviais, esgotos), instalações elétricas (iluminação, energia) e instalações mecânicas (elevadores, ar-condicionado, coleta e tratamento de lixo).”. Destaca-se que a questão busca conhecimentos quanto a construção civil, não se confundindo com obrigações legais à administração pública. As razões de recurso apresentam confusão na aplicação e exigência da legislação pertinente ao seu destinatário.

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13531: Elaboração de projetos de edificações- Atividades técnicas. Rio de Janeiro, p. 2. 1995.

Questão: 43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito apresenta resposta da questão como letra “D”, que corresponde a alternativa correta, mantendo-se o gabarito. De acordo com o Anexo II do edital, há exigência de conhecimento sobre saúde e segurança do trabalho em canteiro de obras. A NR 18, item 18.4.1.3 estipula que instalações móveis, inclusive contêineres são aceitos em canteiros de obra desde que: “possua área de ventilação natural, efetiva, de no mínimo 15% (quinze por cento) da área do piso, composta por, no mínimo, duas aberturas adequadamente dispostas para permitir eficaz ventilação interna; garanta condições de conforto térmico; possua pé direito mínimo de 2,40m (dois metros e quarenta centímetros); garanta os demais requisitos mínimos de conforto e higiene estabelecidos nesta NR; possua proteção contra riscos de choque elétrico por contatos indiretos, além do aterramento elétrico.”

Fonte: NORMA REGULAMENTADORA. NR 18, item 18.4.1.3: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da construção. Portaria MTb nº 3.214, de 08 de junho de 1978 (Com alterações e atualizações da Portaria MTb nº 261, de 18 de abril de 2018).

Questão: 46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito apresenta resposta da questão como letra “B”, que corresponde a alternativa correta, mantendo-se o gabarito. As razões recursais apresentadas pautam-se, principalmente, na possibilidade de que não há opção única

de resposta. Todavia, de acordo com o “Manual Prático do Plano de Projetos” (VARGAS, 2009), uma das desvantagens da utilização do gráfico de Gantt é a aplicação do método em grandes projetos. Isso porque o diagrama de barras não mostra interdependências, o que propicia a elaboração do mesmo utilizando apenas a relação de atividades. Em pequenos projetos é funcional, mas para grandes projetos é recomendado utilizá-lo apenas como subproduto. Deste modo, todas as outras alternativas representam vantagens para utilização do gráfico de Gantt, somente não sendo vantagem sua utilização para grandes projetos.

Fonte: VARGAS, Ricardo Viana. Manual prático do plano de projeto: utilizando o PMBOK Guide. 4. Ed.- Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

Questão: 47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito apresenta resposta da questão como letra “D”, que corresponde a alternativa correta, mantendo-se o gabarito. De acordo com o livro “ABC da topografia: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros.” (BOTELHO; FRANCISCHI; PAULA, 2018) norte verdadeiro é sinônimo de norte geográfico. Ademais, as razões de recurso apresentam equívoco, conquanto o gabarito apresenta a resposta correta.

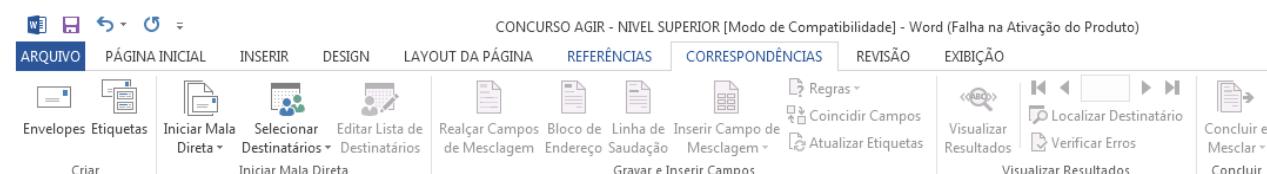
Fonte: BOTELHO, Manoel Henrique C; FRANCISCHI JR, Jarbas Prado de; PAULA, Lyrio Silva de. ABC da topografia: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2018, p.68.

Cargo: Assistente de Suprimentos

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão cita o MS-WORD 2013, entretanto o comando cobrado na questão, é comum a qualquer versão deste aplicativo. O acesso a este recurso se dá na aba correspondências, conforme gabarito.



MS-WORD 2013.



MS-WORD 2010.

Fonte: Microsoft Word 2013 - Passo a Passo - Joan Lambert (Autor), Joyce Cox (Autor)

Questão: 25

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve inconsistência do enunciado quanto ao correto texto legal, propiciando a ocorrência de mais de uma resposta possível, inviabilizando a questão como um todo.

Questão: 30

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado se mostrou inconsistente, gerando pluralidade de respostas possíveis, o que inviabiliza a questão.

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras “início” e “possível” são paroxítonas, a primeira terminada em ditongo e a segunda terminada em “l”. Lembrando que, conforme Cegalla (2010, p. 36), “*não se separam letras que representam ditongos*”. A palavra “eletrônica” é proparoxítona e “bebês” é oxítona, estando correta a letra D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 36 e 71.

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na frase “*Eu nunca tinha parado para enxergar o mundo de Leniro*”, caso substituíssemos o “eu” pelo pronome “nós”, ela ficaria assim: “Nós nunca tínhamos parado para enxergar o mundo de Leniro”. Assim, duas palavras ao todo (ou seja, incluindo na contagem a alterada por determinação do enunciado) precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal, estando correta a alternativa B. Lembrando que, ao figurar na forma infinitiva, o verbo “enxergar” permanece invariável.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 438-472.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O verbo “assistir” quando significa “ver, presenciar” é transitivo indireto, requisitando o uso da preposição “a”. Neste caso, a frase ficaria correta da seguinte forma: “Quando acordamos, a cada manhã, e as cenas da nossa vida se repetem como se assistíssemos sempre ao mesmo filme”. O verbo “arriscar”, na sua forma reflexiva, também é transitivo indireto, requisitando o uso da preposição “a”. Assim, a frase ficaria correta da seguinte forma: “Em nome da segurança, abrimos mão de experimentar novos enredos, tememos nos arriscar à possibilidade do diferente, temos tanto medo que fechamos os olhos ao espanto do mundo”. Dessa forma, está correta a alternativa D.

Fonte: LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, p. 73 e 79.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme Cegalla (2010), no processo de formação de palavras denominado derivação regressiva, substitui-se a terminação de um verbo pelas desinências “a”, “e” ou “o”. Substituindo-se a terminação “ar” do verbo “acessar” por “o”, tem-se “acesso”. Assim, a palavra “acesso” (2º§) é decorrente do processo de formação de palavras denominado derivação regressiva, estando correta a alternativa D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, p. 97.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o texto, o programa Dosvox foi criado pelo professor Antonio Borges, estando correta a alternativa A. Conforme o texto, “Às vezes, choramos diante da tela não por emoção, mas pela falta dela”. Assim, está incorreta a alternativa B. Conforme relata a autora do texto, “Graças à aparição dele [entenda-se Leniro] na minha vida, percebi que olhar para a deficiência apenas como a falta de algo, de um sentido, não é toda a verdade”. Assim, está incorreta a alternativa C. Conforme o texto, “ao se deparar com a realidade de um aluno, o professor Antonio Borges descobriu que precisava inventar algo que tornasse possível aos deficientes visuais (e não auditivos) ter acesso ao computador e à internet. Assim, está incorreta a alternativa D.

Fonte: PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 35-37.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na frase “*naquele momento, as opções existentes eram bastante precárias*” (2º§), o termo sublinhado poderia ser corretamente substituído pelo seu sinônimo “escassas”, estando correta a alternativa A. As palavras “longevas”, “anódinas” e “modorrentas” não têm relação de sinonímia com o termo “precárias”. Para que se possa substituir corretamente uma palavra por seu sinônimo, é preciso, antes de tudo, conhecer a sua significação, sendo que a significação das palavras no texto constitui um dos conteúdos programáticos do concurso.

Fonte: Dicionário Aulete digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/prec%C3%A1rio>.

Questão: 11**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

O conteúdo abordado na questão está dentro do que foi divulgado para o certame, uma vez que o conteúdo divulgado tem: “Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros.” O conteúdo refere-se ao Microsoft Word 2013, que se enquadra em um dos principais aplicativos comerciais para edição de textos. Desta forma não se encontra elementos para anular a questão.

Alt + Ctrl + A – Inserir um comentário no texto editado no Word 2013.

Fonte: LAMBERT, J.; COX, J. – **Microsoft Word 2013 passo a passo**. Porto Alegre: Bookman, 2014. – Pág.: 514.

Questão: 13**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente. A questão não apresenta elementos que a inviabilizem.

A combinação de teclas Win + Z, quando acionadas em conjunto, mostra comandos disponíveis em um aplicativo no modo de tela inteira.

Fonte: LAMBERT, J.; LAMBERT, S. – **Windows 10 passo a passo** – Porto Alegre: Bookman, 2016. – Pág.: 552

Questão: 14**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Mantém-se o gabarito divulgado anteriormente, por não encontrar elementos que a inviabilizem, uma vez que se encontra dentro do conteúdo apresentado.

PPP – (*Point-to-Point Protocol*) - Trata-se de um padrão voltado à conexão direta de computadores à Internet, através de linhas telefônicas discadas. O PPP oferece recursos mais avançados em relação ao antigo protocolo SLIP (*Serial Line Internet Protocol*), de mesmo propósito.

Fonte: VELLOSO, F. **Informática: conceitos básicos**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. – Pág.: 210

Questão: 16**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso foi prejudicado devido à argumentação inconsistente das razões recursais.

Questão: 18**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As proporções feitas nas razões recursais não estão corretas. Para encontrar a idade da pessoa mais nova deve-se montar uma proporção da seguinte forma:

16 anos e 3 meses = 192 + 3 = 195 meses.

Sendo a idade da pessoa mais nova x, tem-se:

$$\begin{aligned}\frac{3}{5} &= \frac{x}{195} \\ 5x &= 585 \\ x &= \frac{585}{5} \\ x &= 117\end{aligned}$$

Portanto a pessoa mais nova tem 117 meses = 9 anos e 9 meses

Desta forma pode-se afirmar que a soma das idades dessas duas pessoas é:

16 anos e 3 meses + 9 anos e 9 meses = 26 anos.

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta apenas uma alternativa correta, opção “A”, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 190/2010:

Art. 14. Posse é a aceitação expressa das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em Lei.

§ 1º. A posse será efetivada pela assinatura do respectivo termo pelo empossado e pela autoridade competente.

§ 2º. A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de nomeação, podendo ser prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado, devidamente justificado e fundamentado.

§ 3º. Em se tratando de servidor que esteja na data de publicação do ato de provimento em licença ou afastado por qualquer motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

Art. 15. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, além do exame relativo à aptidão psicológica e psiquiátrica, nos casos específicos.

Fonte: Lei Complementar Municipal nº 190/2010

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D”, traz os termos do art. 62 da Lei Complementar nº 190/2010, não sendo necessário descrever na questão que o trabalho noturno compreende do serviço prestado entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, pois isto vêm expresso na lei. Já a gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício no ano, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente, conforme art. 57. § 1º, da referida lei, e não 1/12 (um doze avos) da remuneração devida **em dezembro**.

Art. 62. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte terá o valor-hora acrescido de mais 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

Art. 57. § 1º. A gratificação natalina corresponderá a 1/12 (um doze avos) por mês de efetivo exercício no ano, da remuneração devida em dezembro do ano correspondente.

Art. 60. O serviço extraordinário será remunerado: II - com acréscimo de 100% (cem por cento), em relação à hora normal de trabalho, nos domingos e feriados.

Art. 68-A. O adicional por tempo de serviço é devido aos servidores, na seguinte proporção: I - à razão de 2% (dois por cento) de seu vencimento a cada período de 2 (dois) anos de efetivo exercício, contínuo ou não;

Fonte: Lei Complementar nº 190/2010

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O art. 21 da Lei 4.392/2010 e suas alterações dispõem da seguinte forma sobre os impedimentos de usufruir dos benefícios da evolução funcional os servidores:

Art. 21. Ficam impedidos de usufruir dos benefícios da evolução funcional os servidores:

I - afastados para ocupar cargos de provimento em comissão neste ou em outro órgão;

II - que sofreram pena de suspensão, após processo administrativo transitado em julgado, no interstício da evolução corrente;

III - que tiveram apontamentos de 02 (duas) ou mais advertências em seu prontuário, no interstício da evolução corrente;

IV - que tiveram 05 (cinco) ou mais faltas injustificadas, no interstício da evolução corrente;

V - que estiverem licenciados, por período superior a 180 (cento e oitenta) dias, no interstício da evolução corrente, salvo em virtude de acidente de trabalho ou para tratamento de doença profissional.

VI - que estejam em período de estágio probatório. (Inciso acrescentado pela Lei Municipal Nº 4.584/12)

Fonte: Lei Municipal nº 4.392, de 08 de julho de 2010

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As assertivas espelham exatamente o que contêm os artigos 23, caput e inciso I, 20 e 11, respectivamente, da lei de Improbidade Administrativa. É o que a questão pede, que sejam avaliadas as assertivas de acordo com a lei.

Questão: 28**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Todas as assertivas constam da Constituição da República, no conteúdo programático relativo aos artigos 1º ao 11.

Questão: 29**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O art. 8º da LRF expressa a responsabilidade do sucessor, assim dizendo:

“Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.”

Questão: 30**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado menciona que a questão deve ser respondida à luz da Constituição. A assertiva decreta que todo poder emana do povo, sendo exercido pelos seus representantes, tendo sido aí encerrada a afirmação. A assertiva, à luz do contido na Constituição da República, está incorreta, uma vez que o poder pode ser exercido pelos representantes e pela iniciativa popular.

Questão: 31**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustentam as razões recursais que na questão de número 31 o gabarito correto seria alternativa “D” e não “B” conforme gabarito publicado. Sustentam também que todas as alternativas estariam corretas, não havendo opção incorreta. Ocorre que o comando da referida questão solicita ao candidato apontar a alternativa que não pode ser considerada uma competência para que o servidor possa prestar um atendimento de qualidade, assim, dentre as alternativas apresentadas a única que não se enquadra é a alternativa “B” (Organização), uma vez que conforme descrição apresentada nesta opção, as ações de organização fogem da alçada do servidor e devem ser realizadas pelo órgão gestor, como climatização, iluminação, limpeza e conservação do local, em suma, neste acaso a opção “B” não aponta uma competência pessoal do servidor sobre a sua organização, mas sim, sobre a organização do local, como um todo, que deve ser provida pela gestão do órgão. As demais alternativas apontam corretamente opções consideradas como “competência”, como: conhecimento, habilidades e atitude. Diante dos argumentos apresentados, decide-se pela improcedência dos recursos e pela manutenção do gabarito publicado.

Fonte: Escola Nacional de Administração Pública. Atendimento ao Cidadão. Módulo 2: Competências Essenciais do Servidor Público.

Questão: 32**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustentam as razões recursais que na questão de número 32 todas as alternativas estariam corretas, não havendo, portanto, opção incorreta. Diante das razões recursais apresentadas, informa-se que dentre as opções apresentadas há sim uma resposta incorreta que é a letra “D” – Foco. Esta opção está incorreta porque a mesma traz uma definição sobre foco que, na verdade, refere-se à “credibilidade e organização”. A definição correta de foco seria “ser receptivo quanto ao atendimento realizado, escutar e olhar atentamente o cidadão sobre a demanda apresentada, bem como, evitar conversas, atender celular, comer ou emitir sons desagradáveis, etc”. Diante dos argumentos apresentados, decide-se pela improcedência dos recursos e pela manutenção do gabarito publicado.

Fonte: Excelência no Atendimento ao Cidadão: Boas Práticas no Serviço Público. Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais Centro de Apoio Operacional da Cidadania Macapá –AP/2017

Questão: 33**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Sustentam as razões recursais que na questão de número 33 há uma ausência de conteúdo programático. Diante das razões recursais apresentadas, informa-se que a referida questão foi elaborada em conformidade com o tema “atendimento ao público interno e externo”, conforme edital. O assunto abordado na referida questão reflete uma situação-problema muito comum no atendimento ao cidadão, que é a provável ocorrência de conflito e, desta forma, aborda a postura correta a ser adotada pelo servidor público diante da possibilidade de que esse problema possa efetivamente ocorrer. Assim, a questão está em conformidade com o conteúdo programático do concurso.

Diante dos argumentos apresentados, decide-se pela improcedência do recurso e pela manutenção do gabarito oficial.

Fonte: Excelência no Atendimento ao Cidadão: Boas Práticas no Serviço Público. Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Constitucionais Centro de Apoio Operacional da Cidadania Macapá –AP/2017

Questão: 35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Sustentam as razões recursais que na questão de número 35 a abordagem do tema “Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal”, decreto 1.171/1994, estaria em desacordo com o edital do concurso e, desta forma, solicitam a anulação da questão. Em resposta às razões recursais apresentadas, informa-se que: 1 - O referido edital cita o tema “ética profissional” de forma abrangente e não específica. 2 – O decreto 1.171/94 é um tema pacificado e comumente utilizado em provas de concurso público que abordem o conteúdo “ética profissional”. 3 – A referida legislação, apesar de não ter força de lei e ser uma norma de livre adesão, é considerada um documento norteador e educativo para a atuação dos servidores públicos do poder executivo, sendo assim, se suma importância em se tratando da Ética Profissional. Sustentam também que o gabarito da questão estaria incorreto, uma vez que existiria mais de uma resposta correta para atendimento ao comando da questão. As razões recursais apresentadas estão corretas, uma vez que houve omissão no comando da questão da palavra “EXCETO”. O intuito da questão era que o candidato apontasse a alternativa que estaria em desacordo com a referida legislação, portanto, alternativa “A”. No entanto, estando prejudicado o comando da questão, anula-se a questão de número 35.

Fonte: Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que na questão de número 36 a abordagem do tema “Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal”, decreto 1.171/1994, estaria em desacordo com o edital do concurso e, desta forma, solicitam a anulação da questão. Em resposta às razões recursais apresentadas, informa-se que: 1 - O referido edital cita o tema “ética profissional” de forma abrangente e não específica. 2 – O decreto 1.171/94 é um tema pacificado e comumente utilizado em provas de concurso público que abordem o conteúdo “ética profissional”, sendo o concurso em questão para a Prefeitura Municipal de Suzano, ou seja, um componente da esfera pública. 3 – A referida legislação, apesar de não ter força de lei e ser uma norma de livre adesão, é considerada um documento norteador e educativo para a atuação dos servidores públicos, sendo assim, de suma importância em se tratando da Ética Profissional. 4 – Os Códigos de Ética Municipais, quando existem, se baseiam no decreto 1.171/1994. 5 – Na falta de um Código de Ética Municipal os servidores públicos municipais “podem” orientar-se pelo decreto 1.171/1994. Assim, tendo em vista os argumentos apresentados, mantém-se o gabarito publicado.

Fonte: Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático “Noções de sistemas operacionais” está contido no edital do concurso: <<https://www.suzano.sp.gov.br/web/wp-content/uploads/2019/09/Concurso-P%C3%BAblico-Edital-01-2019-Administra%C3%A7%C3%A3o-1.pdf>> acesso em 18-12-19 as 13:40, página: 43.

Analisando as afirmativas da questão pode-se destacar:

I. Sistemas monotarefa: permitem que todos os recursos do sistema fiquem dedicados a uma única tarefa.

Afirmativa verdadeira: sistemas operacionais são chamados de monotarefa, pois permitem que todos os recursos do sistema fiquem dedicados a uma única tarefa.

II. Processamento em *batch*: caracteriza-se pelo processamento de grandes informações em lotes.

Afirmativa verdadeira: caracteriza-se por processar grandes quantidades de informações em "lotes". Os sistemas em *batch* tinham funções específicas de processamento e, atualmente, não são mais utilizados.

III. O *Windows* é um Sistema Operacional livre.

Afirmativa falsa, o *Windows* é um sistema operacional proprietário.

IV. Um sistema multitarefa é sempre multiusuário.

Afirmativa falsa, um sistema multitarefa pode ser tanto monousuário quanto multiusuário. Desta forma alternativa A, é a correta conforme gabarito preliminar.

Fontes:

- DEITEL, H. M.; DEITEL, P. J.; CHOFFNES, D. R. Sistemas operacionais. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005
- TAnEnBAUM, A. S. Sistemas operacionais modernos. 2. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

Cargo: Auxiliar de Topógrafo

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras – viés e também – são palavras oxítonas, ou seja, têm a última sílaba como sílaba tônica; a sua última sílaba é aquela que é pronunciada com mais força. As restantes sílabas da palavra são átonas, sendo pronunciadas com menor intensidade. As palavras oxítonas analisadas são obrigatoriamente escritas com acento gráfico na última sílaba, para marcar a sua tonicidade. As demais opções de respostas abrangem outras regras de acentuação gráfica, a saber: têm e há (monossílabos tônicos); diária (paroxítona terminada em ditongo crescente) e crítica (proparoxítona); distância (paroxítona terminada em ditongo oral) e mérito (proparoxítona).

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal não procede, conforme a resolução apresentada a seguir:

Ida	Volta
carro	carro
Carro	Moto
Carro	Ônibus
Moto	carro
Moto	Ônibus
Moto	Moto
Ônibus	carro
Ônibus	Ônibus
Ônibus	Moto

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 20

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “A”.

A resposta correta está presente na alternativa “A”, conforme a resolução a seguir:

Opção 1: Falsa

Opção 2: Verdadeira

Ressalta-se que o erro de grafia não impede a compreensão do nome atribuído ao método, uma vez que Bháskara ou Báskara possuem a mesma pronúncia.

Opção 3: Verdadeira

Portanto, a alternativa correta encontra-se na letra “A”.

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A classe dos proletários é a classe dos operários, constituída de indivíduos que se caracterizam pela sua condição permanente de assalariados e pelos seus modos de vida e atitudes decorrentes de tal situação, pois, no sistema capitalista, o proletariado é a classe social mais baixa. Estes trabalhadores não dispõem de meios de produção, são forçados a vender a sua força de trabalho à burguesia. Noutros termos, o proletariado se referia a um empregado do burguês, que, enquanto empregador, lhe pagava um salário pelo seu trabalho. Portanto, o significado e a definição

citados no recurso não abrangem, assim, outras formas de renda. É incorreto afirmar que a burguesia se trata da classe social que está ao lado do proletariado. Confirma-se, assim, as afirmativas I e II como corretas.

Fontes:

- <https://www.dicio.com.br/proletario/>
- <https://conceito.de/proletariado>

Questão: 26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A madeira é um recurso natural renovável muito utilizado na indústria e bastante aplicada na construção civil; portanto, a forma de como a madeira é extraída não altera a sua condição de recursos renováveis. Dessa forma, o minério, o petróleo e o carvão mineral são considerados recursos naturais não renováveis. A madeira excetua o questionamento abordado.

Fontes:

- <https://escolakids.uol.com.br/ciencias/recursos-naturais.htm>
- <https://www.gpabrazil.com.br/meio-ambiente/o-que-sao-recursos-naturais-renovaveis/>
- <https://sebraeinteligenciasetorial.com.br/produtos/noticias-de-impacto/madeira-pode-atender-demanda-crescente-por-habitacao/5ae1dab5c17b7518004062c9>

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A inconsistência gráfica evidenciada no enunciado da questão não altera a mensuração do conhecimento exigido, ou seja, não muda o conteúdo das afirmativas. É importante evidenciar que o enunciado se refere ao Plano Real, assim como as afirmativas apresentadas para análise; dessa forma, considerando o contexto textual e a conjuntura de ideias apontadas, não é possível, no entanto, se tratar de ‘empresa’ ou ‘loja’. Reitero, portanto, que tal lapso não interfere na compreensão e no entendimento do candidato.

Fonte: a própria questão e o sentido por ela apresentado.

Questão: 29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão infere sobre qual partido Dilma Rousseff ajudou a fundar em 1980. A indagação não depreende sobre quem foi fundador o partido PDT. Ela, com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolheu Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Fontes:

- <https://ultimosegundo.ig.com.br/dilma-rousseff/53e8e018a5fea40938000077.html>
- <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/conheca-a-presidencia/presidencia/presidenta/biografia>
- <https://novoextra.com.br/noticias/politica/2012/05/1962-dilma-expressa-pesar-pela-morte-de-ex-deputado-e-fundador-do-pdt>

Cargo: Bibliotecário

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de

complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa.” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela.” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento.” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fonte:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não obstante a possibilidade de erro material, o contexto da questão é bastante claro, não havendo aí que se falar em interpretação da frase do ponto de vista da língua portuguesa, a sobrelevar a compreensão jurídica do contexto. A construção recursal pretende fazer crer que a resposta demandaria interpretação semântica, gramatical, sendo certo que o contexto jurídico não deixa dúvidas do enunciado e da alternativa realmente incorreta. Mantém-se o gabarito.

Cargo: Contador

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica

que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 45

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão foi elaborada com o intuito de medir os conhecimentos do candidato acerca da composição do Patrimônio Líquido. Entretanto, a questão encontra-se sem alternativa que atenda ao enunciado, por esse motivo foi anulada.

Questão: 48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A letra “ A “ da questão está correta porque de acordo com a lógica contábil, o somatório total das contas de Passivo ($R\$15.500+4000+26.000- 4.000+20,300-14.000+15.220+21.820+8.300+11.000$), é = R\$96.140, que adicionados ao somatório das contas de Patrimônio Líquido ($120.000+18.500+12.300+8.200$) = R\$159.000 e o somatório dos dois totais, deve ser igual ao total do ATIVO = R\$25.140,00

Diante dos fatos, mantém-se o gabarito letra A, ou seja, 255.140,00.

Cargo: Desenhista Projetista

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o texto, “quem vive sob os holofotes, vive em pânico porque não sabe por quanto tempo conseguirá manter as luzes sobre si”. Assim, está correta a alternativa C. Conforme o texto, diz sua autora: “Tenho uma amiga que só se transformou em uma chefe capaz de ajudar a transformar para melhor a vida de quem trabalhava com ela quando se reconciliou com suas próprias expectativas”. Assim, está incorreta a alternativa D. Conforme o texto, diz sua autora: “Eu escreveria, obviamente, a maior obra-prima da humanidade. Meu primeiro livro já nasceria um clássico. Eu reinventaria a linguagem e daria novos parâmetros para a literatura. Depois de mim, Proust e Joyce estariam reduzidos ao rodapé do cânone”. Assim, está incorreta a alternativa C. Conforme o texto, a sua autora confessa que ser escritora é o que quis desde que pegou na mão o seu primeiro livro e conseguiu decifrá-lo. Assim, está incorreta a alternativa B.

Fonte: PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 35-37.

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que mostra corretamente a divisão silábica de duas palavras encontradas no texto é a D: “in-sa-tis-feito” e “ab-sur-da-men-te”. A palavra “existência” é uma paroxítona terminada em ditongo. Como não se separam letras que representam ditongos, o correto é dividi-la silabicamente da seguinte forma: e-xis-tên-cia. Já a palavra “reinventaria” possui hiato em sua sílaba final, devendo ser separada silabicamente da seguinte forma: “re-in-ven-ta-ri-a”. Por fim, a palavra “obviamente” deve ser separada silabicamente da seguinte forma: “ob-vi-a-men-te”.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 36.

Questão: 03**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa que apresenta, das duas palavras extraídas do texto, uma grafada incorretamente é a D, pois o correto é escrever “entretenimento”, e não “intretenimento”. A alternativa A mostra duas palavras grafadas incorretamente, já que o correto é escrever “reféns” e “aquém” com acento agudo na última sílaba. Por fim, os termos “apaziguou”, “cânone”, “externas” e “grandeza” estão grafados corretamente. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>.

Fonte: Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>.

Questão: 04**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A classificação de um advérbio ocorre “de acordo com a circunstância ou a ideia acessória que exprime” (CEGALLA, 2010, p. 259). O termo “finalmente”, localizado no penúltimo parágrafo do texto, é classificado como sendo um advérbio de tempo, por justamente exprimir circunstância ou ideia acessória de tempo, estando correta a alternativa B.

Fonte: CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 260.

Questão: 13**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O sistema operacional gerencia o sistema de entrada e saída de dados (I/O), e para isso ele atua como um intermediário entre o software, o hardware e os usuários. Diante do exposto, mantém-se o gabarito divulgado anteriormente.

Fonte: MARÇULA, M.; BENINI FILHO, P. A. – Informática: conceitos e aplicações – 5ª ed. – São Paulo: Érica, 2019. – Pág.: 165.

Questão: 16**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

São duas sequências intercaladas entre si.

Primeira sequência: 6, 9, 12, 15, 18, W.

Segunda sequência: 2, 4, 6, 8, 10.

Observado a primeira sequência: “6, 9, 12, 15, 18, W”, ela desenvolve-se somando-se três, a partir do primeiro número, a cada número sucessivamente. $W = 21$.

A primeira sequência é uma progressão aritmética de razão 3.

A segunda sequência 2, 4, 6, 8, 10 é uma progressão aritmética de razão 2. Ela não influencia no valor de “W”.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito, letra D.

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)
- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011. Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo
- Rocha, Enrique - Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Villar, Bruno - Raciocínio lógico / teoria e treinamento prático / Bruno Villar. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

Questão: 19**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alegação recursal é de que o conteúdo referente à questão não foi contemplado no edital. Abaixo, parte da página 42 do edital com o conteúdo programático de raciocínio lógico. O conteúdo cobrado na questão é estudado em Lógica Dedutiva e Argumentativa.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO Princípio da Regressão ou Reversão. Lógica Dedutiva, Argumentativa e Quantitativa. Lógica Matemática Qualitativa. Sequências Lógicas envolvendo Números, Letras e Figuras. Regra de

três simples e compostas. Razões Especiais. Análise Combinatória e Probabilidade. Progressões Aritmética e Geométrica. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Geometria plana e espacial. Trigonometria. Conjuntos numéricos. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º e 2º graus. Funções de 1º e 2º graus. Geometria analítica. Matrizes determinantes e sistemas lineares. Polinômios.

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)
- Rocha, Enrique. Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Carvalho, Sérgio. Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 464 p. – (Série provas e concursos)
- Villar, Bruno. Raciocínio lógico / teoria e treinamento prático / Bruno Villar. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme destaques abaixo, existe apenas uma opção que atende ao comando da questão. Portanto, somente a alternativa “C” está correta, vide:

- a) Art. 15. A evolução funcional para o nível imediatamente superior ao que o servidor se encontrar **se dará pela acumulação de pontos**, concedidos por critérios objetivos determinados pela Administração Municipal.
- b) Art. 19. A evolução funcional será processada e homologada até o mês de dezembro de cada ano e concedida **a partir do mês de fevereiro do ano seguinte**.
- c) Art. 22. Será de competência e iniciativa do servidor requerer os benefícios da evolução funcional, mediante a apresentação da documentação específica exigida.
- d) Art. 18. O servidor deverá apresentar junto à Diretoria de Recursos Humanos a documentação referente aos incisos I e II do art. 14 para análise, no mês de agosto do **biênio aquisitivo**.

Fonte: Lei Nº 4.392/10

Questão: 29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede para assinalar as afirmativas verdadeiras e as falsas, contidas no art. 5º da Constituição Federal, ou seja, é de acordo com o texto da CF.

Existem duas afirmativas que estão erradas.

Conforme estabelece o artigo 5º da CF - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XVII - É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; (verdadeira).

XXXIX - Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal; (verdadeira).

IX - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **dependendo** apenas de licença; (Falsa, pois independe de licença ou censura).

XIV - É assegurado **toda informação do sigilo da fonte**, quando necessário ao exercício profissional. (Falsa, pois é assegurado a todos o acesso à informação, e não a informação do sigilo da fonte).

Assim sendo, somente a alternativa A está correta.

Fonte: Livro: Constituição Federal do Brasil de 1988 – Atualizada 2019.

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que a alternativa correta deve ser a letra D, curva de nível, e não a letra C, ponto cotado. A alegação não se sustenta, eis que o ponto cotado pode ser em relação a nível do mar, ou a nível de um plano zero qualquer que desejar. O ponto cotado é parte integrante da altimetria, pois é a representação de um ponto no relevo (3D), projetada em um plano ou o que se chama de projeto (2D). Uma característica do ponto cotado é que a sua altitude sempre é escrita ao seu lado entre parênteses, para indicar de qual cota altimétrica em relação ao plano zero ele veio. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: A resposta está em ALVAREZ, Adriana A. M. Topografia para Arquitetos. Rio de Janeiro, Booklink, 2003, página 18.

Questão: 33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que os papéis variam dos formatos A0 até A4 e que o formato A7 não consta na dobradura de papéis. O recurso do candidato não se sustenta, eis que os formatos mais comuns de papel são da série A, conforme a ISO 216, que compreendem formatos de A0 até A10, bem como os formatos 2A0 e 4A0, ou seja, de acordo com a questão. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Fontes:

- Padrão Internacional ISO 216 – Tamanhos de papel
- Exercício proposto pelo professor.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que a questão não consta no conteúdo programático. A alegação não se sustenta, eis que no conteúdo programático, consta o item “Padronização do Desenho e Normas técnicas vigentes do tipo: formatos, dimensões e dobradura de papel.”, ou seja, se o tipo customizado do papel é possível realizar impressões. A alegação sustenta que o papel almaço não serve para impressão, mas sim para trabalhos manuscritos. O argumento não se sustenta, eis que se pode customizar a impressora e imprimir com os tipos de papéis descritos nas alternativas da questão, sendo a letra B a incorreta. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: Exercício proposto pelo professor.

Cargo: Educador Social

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta está na alternativa C, ou seja, as afirmativas II e III. Em II, afirma-se que “O autor apresenta uma situação hipotética para introduzir o tema a ser discutido no texto”. Esta afirmativa está correta porque André Biernath introduz o seu texto utilizando o seguinte enunciado: “**Imagine que**, em algumas horas, você fará a entrevista de emprego para a vaga dos seus sonhos”. Ao fazer isso, ele cria uma situação que pode ou não se realizar. Em III, afirma-se que “Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), não estamos na era mais ansiosa da história”. No 7º§, o autor explica que: “Apesar de os achados da OMS assustarem, é um erro considerar que estamos na era mais ansiosa da história – muitos estudos sugerem justamente o contrário.”.

As afirmativas I e IV estão incorretas. Em I, afirma-se que “O Brasil e o Paraguai apresentam os mesmos percentuais de distúrbios de ansiedade”. Porém, o texto informa que o Brasil possui 9,3% da população afetada, enquanto que o Paraguai apresenta uma taxa de 7,6%. Portanto, eles não apresentam os mesmos percentuais de distúrbios de ansiedade. Em IV, afirma-se que “A partir da década de 80, a ansiedade só passou a ser encarada com mais coerência por causa dos escritos de Sigmund Freud”. Entretanto, no 7º§, é possível ler que “a ansiedade só passou a ser encarada com mais coerência a partir [*e não por causa*] dos escritos de Sigmund Freud (1856-1939) e foi aceita nos manuais médicos como um problema de saúde digno de nota a partir da década de 1980”. Logo, conclui-se que os escritos de Freud também não foram na década de 80.

Fonte: (BIERNATH, André. **Transtorno de ansiedade: sem tempo para o agora**. Texto adaptado. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/mente-saudavel/ansiedade-afeta-o-organismo-e-pode-paralisar-sua-vida/> Acesso em 28/10/2019)

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta correta está na alternativa A, ou seja, um aposto. Segundo Terra e Nicola (2008, p. 289), *aposto* é o termo acessório da oração que tem a função de esclarecer, identificar ou explicar um nome. Logo, em “*Ao contrário do medo, que é uma reação a ameaças concretas, a ansiedade está mais para um mecanismo de antecipação dos aborrecimentos futuros.*” (2º§), o trecho destacado corresponde a um aposto, pois explica o que é o medo (um nome). Cunha e Cintra (2016, p. 170) expõem que o aposto pode ser representado por uma oração, como ocorre neste caso.

De acordo esses autores, as demais informações não podem ser consideradas como corretas porque o *vocativo* serve apenas para invocar, chamar ou nomear, com ênfase maior ou menor, uma pessoa ou coisa personificada e não está subordinado a nenhum outro termo da frase (p. 175). O *adjunto adverbial* é o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio (p. 165). O *complemento verbal*, por sua vez, servirá como complemento de verbos transitivos diretos e/ou indiretos (p. 154). Diante do exposto, conclui-se que, embora as alternativas estejam ordenadas na sequência A, B, D e C, isto não prejudicou a leitura da questão e nem a marcação da folha de resposta porque a resposta correta é a alternativa A. Sendo assim, não há motivos para que esta questão seja anulada.

Fontes:

- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática de hoje**. São Paulo: Scipione, 2008.

Questão: 05

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos apresentados não se referem à questão mencionada (questão 05) e não apresentam uma fundamentação teórica ou questionamento específico.

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. A questão guerreada solicita a aplicação do conhecimento sobre o adicional por serviço extraordinário, previsto na Lei Municipal nº 190 de 2010, devendo-se assinalar a única alternativa incorreta. Conforme disposto no artigo 60 da Lei Municipal nº 190/10, inciso I, o serviço extraordinário realizado aos sábados será remunerado com acréscimo de 50%, em relação à hora normal de trabalho, e não 100% conforme disposto na alternativa “B”, sendo esta a única alternativa incorreta. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o comando da questão solicita a indicação da única alternativa que não corresponde corretamente aos critérios de evolução funcional pela via acadêmica. O artigo 27, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 4.392, de 2010, assim prevê:

“§ 1º. Os títulos previstos no "caput" serão pontuados uma única vez, vedada sua acumulação”.

Destarte, o gabarito indica corretamente a alternativa que dispõe a possibilidade de os títulos serem acumulados, irrestritamente.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 4.392, de 2010.

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que houve erro na divulgação do gabarito. De acordo as razões recursais: “Conforme estatuto do idoso capítulo V, Art.21, a alternativa de número II, então todas as afirmativas da Questão 31 corretas: I,II,III e IV, sendo Gabarito Correto alternativa D e não C”. Contudo, a afirmativa II está errada, pois não é o idoso que deverá se adaptar ao currículo, mas sim o Poder Público que criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

Questão: 33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que houve erro na divulgação do gabarito: Recorro da questão 33, pois está INCORRETA, o Gabarito seria letra D”, “Porque a Revolução Industrial NÃO foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento de novos arranjos familiares, mas sim contribuiu para a formação do modelo de família nuclear”. As razões recursais não se sustentam, pois se ela contribuiu para sua formação, a partir da revolução industrial, a

família nuclear sofreu mudanças significativas, notadamente em relação ao papel da mulher no seio da família. Isto é, após a Primeira Guerra Mundial as mulheres na Europa começaram a ingressar na vida profissional, conquistando direitos sociais e políticos como, por exemplo, o direito ao voto.

Conforme afirma FALCÃO (2003, p 80) a inserção da mulher no mercado de trabalho: “Iniciou com as I e II Guerras Mundiais em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, algumas leis passaram a beneficiar as mulheres. Mesmo com estas conquistas algumas explorações continuaram a existir. Através da evolução dos tempos modernos as mulheres conquistaram seu espaço.”

No Brasil, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho deu-se a partir, principalmente, da década de 60, momento de especial crescimento econômico do país e de ampliação dos desejos de consumo da classe média urbana.

Nas últimas décadas do século XX a sociedade brasileira após anos de ditadura experimentou uma reforma política. Da mesma maneira, a sociedade, em seus vários níveis, tornou-se mais plural, e como não poderia deixar de ser, desde então, a família tem experimentado uma pluralidade de modelos coexistindo simultaneamente, no campo e na cidade.

Em nossa sociedade brasileira, no alvorecer do século XXI, encontramos o predomínio da família nuclear, com novas características. Ela não é mais patrimônio exclusivo da burguesia, uma vez que este modelo difundiu-se entre outras camadas sociais. As relações dos membros da família nuclear encontram-se bastante alteradas, por conta de fatores externos como a instabilidade econômica dos tempos de globalização e o desemprego estrutural.

Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/familia-nuclear/47108>

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que houve erro no enunciado, pois “começa falando sobre o direto e o respeito que é assegurado a criança e adolescente nos art 15 e 17 do ECA, e no decorrer do enunciado menciona a necessidade de que todas as medidas tomadas pelo educador para com a criança ou adolescente venham garantir e visar esses direitos, mas, quando chega no fechamento da questão diz de medidas que o ECA resultara para o devido estatuto, mas, não é claro se a medida é para o educador que cometeu ou venha cometer desrespeito violando o direito do menor ou o menor que cometeu ato infracional levando o leitor a ter dúvidas quantos a resposta.” As razões recursais não se sustentam, pois está claro na questão que deveria julgar como falsas ou verdadeiras as alternativas que se apresentavam como consequências da violação do direito ao respeito à criança e ao adolescente por parte do Educador.

Cargo: Eletricista

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal não procede, conforme a resolução apresentada a seguir:

Ida	Volta
carro	carro
Carro	Moto
Carro	Ônibus
Moto	carro
Moto	Ônibus
Moto	Moto
Ônibus	carro
Ônibus	Ônibus
Ônibus	Moto

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está de acordo com conteúdo programático do edital.

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 20

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “A”.

A resposta correta está presente na alternativa “A”, conforme a resolução a seguir:

Opção 1: Falsa

Opção 2: Verdadeira

Ressalta-se que o erro de grafia não impede a compreensão do nome atribuído ao método, uma vez que Bháskara ou Báskara possuem a mesma pronúncia.

Opção 3: Verdadeira

Portanto, a alternativa correta encontra-se na letra “A”.

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A ascensão de Vargas ao poder foi resultado direto da Revolução de 1930, que destituiu Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes (presidente eleito que assumiria o país).

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/era-vargas.htm>

Questão: 25

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As informações recursais não se referem ao questionamento abordado, isto é, a Lei da Ficha Limpa. Reitera-se que, conforme a informação evidenciada no recurso, o gabarito é a opção de resposta A.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão se encontra em conformidade com o Conteúdo Programático ao tratar sobre o Plano Real. Tal assunto retrata da política e da economia do nosso país, assim como as suas vinculações históricas. As questões 22, 23 e 29 também abordam temas solicitados no Conteúdo Programático, a saber: 22 (a questão trata da arquitetura e monumentos da capital federal; dessa forma, aborda os assuntos educação e arte, assim como suas vinculações históricas), 23 (a questão trata da Era Vargas; dessa forma, aborda o assunto política, assim como suas vinculações históricas); e, por fim, 29 (a questão trata da fundação de partido político; dessa forma, aborda o assunto política, assim como suas vinculações históricas).

Questão: 29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão infere sobre qual partido Dilma Rousseff ajudou a fundar em 1980. Ela, com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolheu Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Fontes:

- <https://ultimosegundo.ig.com.br/dilma-rousseff/53e8e018a5fea40938000077.html>
- <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/conheca-a-presidencia/presidencia/presidenta/biografia>
- <https://novoextra.com.br/noticias/politica/2012/05/1962-dilma-expressa-pesar-pela-morte-de-ex-deputado-e-fundador-do-pdt>

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras céu; zás; e, nós são monossílabos tônicos, ou seja, são vocábulos com uma única sílaba e que apresentam acentuação gráfica. A palavra até é oxítona, isto é, refere-se a uma palavra que tem a última sílaba como sílaba tônica. Tal vocábulo tem duas sílabas – dissílabo.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O trava-língua é uma espécie de jogo verbal que consiste em dizer, com clareza e rapidez, versos ou frases com grande concentração de sílabas difíceis de pronunciar, ou de sílabas formadas com os mesmos sons, mas em ordem diferente. Entretanto, o conceito de poema é diferencial; o poema é um tipo textual estruturado em versos e que pode conter rimas e metrificação. Na literatura, o poema é um arranjo de palavras que contêm significado. Por meio dele são expressos os pensamentos e os sentimentos do autor. Os poemas podem rimar ou não e geralmente fazem uso de figuras de linguagem.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A agricultura é uma atividade produtiva de grande importância para o homem, pois é a partir dela que temos o nosso sustento. A afirmativa III se refere à economia do estado de São Paulo; assim é possível afirmar que “a agricultura também é uma marca forte da região, com ênfase para a pecuária de corte e a produção de cana-de-açúcar”. As afirmativas I, II e III estão corretas.

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/estado-de-sao-paulo/>

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. “Rios te correrão dos olhos, se chorares.” (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa. ” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela. ” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento. ” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fonte:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, ressignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois, ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso

comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas, recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho.” * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) A exploração espacial tem sido alvo do interesse, atualmente, de diferentes nações; fato que pode ser confirmado de forma concreta e evidente.” foi considerada correta, conforme pode ser comprovado de acordo com o trecho: “Sem pisar lá desde 1972, os Estados Unidos querem voltar, agora com a colaboração de outros países. Com orçamento menor do que na época da Guerra Fria, a Nasa conta hoje com a Agência Espacial Europeia e o Canadá. Outros atores têm a mesma ambição. A China, com um programa espacial em ascensão, planeja, sozinha, colocar um taikonauta na Lua. ” A alternativa “B) Fatores políticos, militares e tecnológicos são considerados responsáveis pela maior parte das descobertas científicas e tecnológicas.” não pode ser considerada correta, pois, a generalização da alternativa a torna incorreta quando usa a expressão “a maior parte”, na verdade, o texto refere-se especificamente a um feito: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, na face visível da Lua, e dois astronautas davam seus primeiros passos, ou pulos, no único satélite natural da Terra.”

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha

Questão: 17

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja x a quantidade de gasolina que Gabriela possuía inicialmente em seu tanque:

$$x - \frac{1}{3}x = \frac{2}{3}x$$

- Para visitar seus pais, ela ficou com a seguinte quantidade de gasolina:

$$\frac{2}{3}x - \left(\frac{1}{4} \cdot \frac{2}{3}x \right) = \frac{2}{3}x - \frac{1}{6}x = \frac{1}{2}x$$

- Após visita aos pais, ela visitou a amiga, restando de gasolina:

Ao final, ela percebeu que havia 15 litros de gasolina, valor que corresponde à x/2, ou seja, metade da gasolina. Logo, havia 30 litros inicialmente. Mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 20**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em ponto P (x, y), chama-se x de abscissa e y de ordenada. Uma vez que o enunciado afirma que a ordenada é maior que a abscissa, tem-se que $y > x$. Para o ponto A (2, k), fica que $k > 2$. Desse modo, k não pode ser igual a 1, o que invalida o argumento apresentado pelas razões recursais.

Portanto, mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 22**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 30**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não obstante a possibilidade de erro material, o contexto da questão é bastante claro, não havendo aí que se falar em interpretação da frase do ponto de vista da língua portuguesa, a sobrelevar a compreensão jurídica do contexto. A construção recursal pretende fazer crer que a resposta demandaria interpretação semântica, gramatical, sendo certo que o contexto jurídico não deixa dúvidas do enunciado e da alternativa realmente incorreta. Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 32**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão remete o candidato aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada é no gabarito oficial é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão. Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 49**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A grama São Carlos é a mais comum nos parques e praças das cidades. Apresenta crescimento lento, tolera sombra, sendo bem resistente a pisoteios; sua manutenção é fácil e esparsa. Possui custo baixo de aquisição e manutenção sendo, assim, indicado para plantio em grandes áreas 1. A grama São Carlos (*Axonopus compressus*) é resistente a pisoteios (considerar que pisoteio é uma das formas de agressão ao gramado - porém, ela não tolera o tráfego) 2. Por outro lado, o fator principal que faz com que a grama Esmeralda (*Zoysia japonica*) não seja a resposta mais adequada é que a mesma não é a mais indicada para parques e praças, pois sua forração é muito agressiva e exerce pressão deletéria em mudas de árvores freqüentemente plantadas nestes locais 3. Além disso, não tolera tão bem o sombreamento tanto quanto a grama São Carlos 4. Ainda que experimentos científicos em situações de laboratório sejam de suma importância, a experiência de engenheiros agrônomos e paisagistas em campo corrobora com estas características da grama São Carlos explanadas no enunciado da questão.

Fontes:

- [1] Entrevista com a especialista em floricultura e paisagismo e professora do curso de Agronomia da Universidade Federal do Paraná, Daniela Carneiro, e com a paisagista Nadia Bentz, disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/paisagismo-jardinagem/aprenda-a-escolher-a-grama-certa-para-o-seu-jardim/>
- [2] Golombek, 2006, disponível em: <http://infograma.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Estresse.pdf>
- [3] Disponível em: <https://arvoresdesaopaulo.wordpress.com/2017/09/11/grama-esmeralda-a-inimiga-das-arvores/>
- [4] Disponível em: <https://www.cultivando.com.br/grama-esmeralda-zoysia-japonica/>

Cargo: Engenheiro Ambiental**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no

entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. "Rios te correrão dos olhos, se chorares." (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa. ” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela. ” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento. ” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom

comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês *Young Consumers*, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fonte:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, resignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa indicada como correta pelo gabarito divulgado foi a “C” e não a “D” conforme consta no recurso. A alternativa “C) os travessões do segundo parágrafo fossem substituídos por parênteses de acordo com a função exercida na frase.” foi indicada como correta, pois, parênteses [()] são sinais de pontuação que marcam um momento intercalado no texto, onde há acréscimo de informação acessória. Sendo acessória, a informação dos parênteses pode ser retirada da frase sem alterar o sentido da mesma, sendo assim dispensável. Na separação de orações intercaladas com verbos declarativos, principalmente quando curtas. Além dos parênteses, também é possível a utilização da vírgula ou de travessões na separação de orações intercaladas. A alternativa “B) o pronome “eu” do 2º parágrafo fosse substituído pelo substantivo próprio a que se refere.” não pode ser indicada como correta.

Vejamos a seguir os 1º e 2º parágrafos do texto:

Mort. Ed Mort. Detetive particular. Está na plaqueta. Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou

coisa pior. De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas. Não levei muito tempo para saber o que tinha havido. Alguém trocou minha plaqueta com a da escola de cabeleireiros, ao lado. A escola de cabeleireiros passou o dia vazia. Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. Mort. Ed Mort. Está na plaqueta certa.

Eu estava pensando no meu jantar da noite passada – isto é, em nada – quando ela entrou. Nem abri os olhos. Disse: “A escola de cabeleireiros é ao lado”. Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco. Ela não queria a escola de cabeleireiros.

Se em lugar de “Eu estava pensando” houvesse “Ed Mort estava pensando”, o enunciado do texto não seria atendido em sua totalidade: “Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto se”, já que a coerência seria prejudicada por mudar repentinamente o narrador personagem para simplesmente um personagem, ou seja, mudaria o foco narrativo para 3ª pessoa de forma abrupta.

A alternativa “D) a forma verbal destacada em “Comecei a escrever enquanto ela falava. A Bic era alugada.” fosse substituída por “começaria.” Não pode ser considerada correta. De acordo com o texto: “Tenho um certo charme rude, não nego. Sou violento. Sorrio para o lado. Uso costeletas. No cartão estava escrito Joli Decorações e um nome, Dorilei. Virei do outro lado. Comecei a escrever enquanto ela falava. A Bic era alugada.”, a ação expressa em “comecei” indica uma ação iniciada já a forma verbal “começaria” indica uma ação de realização duvidosa, o que acarretaria em prejuízo da coerência textual.

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “C) Uma ação situada em um passado longínquo, distante.” foi considerada correta, pois, de acordo com o enunciado “No segmento “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo (...)”, a forma verbal destacada indica: ” a forma verbal “entrara” diz respeito ao pretérito mais que perfeito do modo indicativo, por isso indica uma ação em um passado distante, no sentido de que é um passado anterior a outro também passado. A alternativa “A) Ocorrência de um fato em continuidade no passado. ” não pode ser indicada como correta, pois, o tempo verbal que indica ocorrência de um fato em continuidade no passado é o pretérito imperfeito do modo indicativo. A alternativa “B) Um fato concluído pouco antes da fala do enunciator. ” não pode ser considerada correta, pois, a ideia apresentada diz respeito ao pretérito perfeito do indicativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Sacconi, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada

oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois, ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas, recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho”. * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 17

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “B”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro calculam-se as raízes da equação apresentada: $x = 0$ e $x = -3$.

Sabe-se que o determinante da matriz Q é igual à raiz não natural da equação, ou seja:

$\det Q = -3$.

Com isso, fica:

$$8x - 35 = -3$$

$$8x = 32$$

$$x = 4$$

Conforme gabarito preliminar.

Questão: 25**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque não há erro material na indicação do gabarito preliminar. Mister se faz ressaltar que o cargo concorrido é para Engenheiro Ambiental e não Analista Ambiental, devendo-se buscar o gabarito preliminar do cargo de Engenheiro Ambiental. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Questão: 29**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisada as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque não há erro material na indicação do gabarito preliminar. Mister se faz ressaltar que o cargo concorrido é para Engenheiro Ambiental e não Analista Ambiental, devendo-se buscar o gabarito preliminar do cargo de Engenheiro Ambiental. Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Questão: 30**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Não obstante a possibilidade de erro material, o contexto da questão é bastante claro, não havendo aí que se falar em interpretação da frase do ponto de vista da língua portuguesa, a sobrelevar a compreensão jurídica do contexto. A construção recursal pretende fazer crer que a resposta demandaria interpretação semântica, gramatical, sendo certo que o contexto jurídico não deixa dúvidas do enunciado e da alternativa realmente incorreta. Gabarito mantido.

Questão: 32**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão remete aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada no gabarito preliminar é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão. Gabarito mantido.

Questão: 35**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado da questão remete aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada no gabarito preliminar é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão. Gabarito mantido.

Questão: 36**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “A”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Questão: 38**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Recentemente (termo utilizado no enunciado da questão), a região litorânea de Angra dos Reis/RJ tem sido um dos assuntos mais abordados no que tange ao potencial ecoturístico sub aproveitado, tal como não o é Cancun (região litorânea do México). As outras cidades citadas (as litorâneas São Francisco do Sul e Bertioga), apesar de terem uma significativa atividade turística, não têm o potencial de Angra. Já Bonito (Pantanal matogrossense) tem seu potencial turístico explorado se aproximando da capacidade de suporte da região, além de não ser uma região litorânea (tal como Cancun).

Fonte: Noticiário, em geral.

Questão: 42**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “A”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Questão: 44**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “D”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Questão: 45

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “C”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Questão: 46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado solicitou o tipo de aquífero e seu nome [no caso de Suzano/SP, o tipo é Fraturado e o nome é Pré-Cambriano (Cristalino)], assim como seu potencial explotável (3 a 23 m³/h).

Questão: 47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O artigo 54 da Lei 9.605/1988, em seu § 1º, diz que, em caso de crime culposo, a pena será de detenção, de seis meses a um ano, E MULTA, o que não consta nos dizeres na letra A. Portanto, a resposta da letra D está plenamente correta.

Os valores das multas estão estabelecidos no Decreto 6.514/2008 (arts. 61 e 62), decreto este que é aplicado em associação à Lei 9.605/1998 pelos órgãos competentes.

Fontes:

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm

Questão: 48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas II e IV estão incorretas:

II. Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais; - Art. 6º II RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986

IV. Os empreendimentos e atividades serão licenciados em um único nível de competência. – Art. 7º RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997

Portanto, mantém-se o gabarito original.

Fontes: CONAMA 01/1986 e 237/1997.

Questão: 49

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “B”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ainda que o erro de grafia em um termo constante do enunciado da questão (ou seja, não se trata de um termo a ser escolhido objetivamente em uma das quatro alternativas), este não induz ao erro em se escolher quaisquer dos outros parâmetros apresentados que não ‘Sólidos Totais Dissolvidos e coliformes termotolerantes’.

Fonte: Art. 12 da RESOLUÇÃO CONAMA 396/2008.

Cargo: Engenheiro Civil**Questão: 02**

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na frase “Ele comentava em seu texto sobre o vazio que todos nós trazemos conosco, as sombras que, por mais que tentemos trabalhar em terapia, ainda persistem e nos atormentam” (1º§), a forma verbal “atormentam” pode ser substituída por um dos seus seguintes sinônimos: “angustiam”, “afligem” ou “apoquentam”. Já “escarnecem” não tem relação de sinonímia com “atormentam”, estando correta a alternativa C.

Fonte: Dicionário Aulete digital. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/atormentar>.

Questão: 04**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na frase “Eu escrevo na internet e seria hipocrisia da minha parte dizer que não me importo em ser ou não ser lido, de ter ou não muitos likes etc” (3º§), se o termo “eu” fosse substituído pelo pronome “nós”, ela ficaria assim: “Nós escrevemos na internet e seria hipocrisia da nossa parte dizer que não nos importamos em ser ou não ser lidos, de ter ou não muitos likes etc”. Assim, seis palavras ao todo obrigatoriamente precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal, estando correta a alternativa D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 438-472.

Questão: 06**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

No período “É libertador, porém, expressar isso com franqueza, pois não há nada de errado no reconhecimento desse desejo” (3º§), para manter a ideia de oposição que expressa, a palavra sublinhada pode ser substituída pelas seguintes conjunções ou locuções conjuntivas: “no entanto”, “não obstante” e “todavia”, que também são coordenativas adversativas. Caso fosse substituída por “por conseguinte”, passaria a expressar ideia de conclusão, estando correta a alternativa D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 438-472.

Questão: 07**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando as opções apresentadas nas alternativas, as frases ficariam corretamente escritas da seguinte maneira: “É aqui que está a questão do holofote, pois Arthur parece ter a sensação de que está começando a ser visto, e isso só foi possível depois que ele assumiu o personagem Coringa, que imprime medo nas pessoas e que é visto como uma espécie de justiceiro. Também foi após a fama ao receber um convite real para o programa de Murray Franklin que ele alcança de forma doentia o ou aquilo que tanto deseja: o reconhecimento”. O verbo “imprimir” é transitivo direto e indireto, requisitando, portanto, dois objetos, sendo “medo” o direto e “nas pessoas” o indireto. A primeira lacuna, portanto, deve ser preenchida com “nas”. Já, na segunda lacuna, indifere se ela for preenchida com “o” ou “aquilo”. Assim, está correta a alternativa D.

Fonte: LUFT, C. P. *Dicionário prático de regência nominal*. São Paulo: Ática, 2010, p. 47 e 327.

Questão: 12**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O autor do texto considera interessante a metáfora sobre os holofotes e a capacidade de visão de quem está sob o seu foco. A metáfora pode ser definida como o desvio da significação própria de uma palavra, nascido de uma comparação mental ou característica comum entre dois seres ou fatos, estando correta a alternativa D. Lembrando que a alternativa B traz a definição de pleonismo, a A de silepse e a C de elipse.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 313.

Questão: 13**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Na oração adaptada do texto, “É libertador expressar isso com franqueza” (3º§), o sujeito é indeterminado, estando correta a alternativa D. Isto porque o verbo “expressar” foi empregado no infinitivo impessoal, não havendo, portanto, indicação do agente da ação verbal.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 325.

Questão: 14**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Conforme o texto, “Após o assassinato de três homens ricos no metrô de Gotham City, a mídia jornalística retrata Arthur como alguém que quer fazer uma revolução, mas, em princípio, isso não era o que ele pensava ou almejava”. Assim, está incorreta a primeira afirmação. Conforme o texto, “Foi após a fama ao receber um convite real para o programa de Murray Franklin que ele alcança de forma doentia o que tanto deseja: o reconhecimento. O mais louco é que há um misto entre ele ser visto como um vilão por muitos, enquanto, por outros, é tido como um herói”. Assim, está correta a segunda afirmação. Desse modo, a resposta certa para a questão está localizada na alternativa B.

Fonte: PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 271-285.

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede a negação do conectivo “se e somente se” $A \leftrightarrow B$

O conectivo se e somente se possui duas negações.

Primeira negação:

$$\neg(A \leftrightarrow B) = \text{ou } A \text{ ou } B$$

“Ou um número é primo ou possui apenas dois divisores”.

A questão não apresentou essa negação como resposta.

Segunda negação:

$$\neg(A \leftrightarrow B) = (A \wedge \neg B) \vee (B \wedge \neg A)$$

“Um número é primo e não possui apenas dois divisores ou possui apenas dois divisores e o número não é primo”.

A questão apresentou essa negação na opção letra D.

Avaliando a opção “C”.

C) “Um número é primo e não possui apenas dois divisores e possui apenas dois divisores e o número não é primo”.

A opção “C” não pode ser resposta correta. O termo em destaque, em negrito e entre aspas é incorreto. Observe abaixo.

C) “Um número é primo e não possui apenas dois divisores **“e”** possui apenas dois divisores e o número não é primo”.

De acordo com as regras de negação dos conectivos, o correto, é, em seu lugar usar o conectivo “ou”.

Através da tabela verdade é possível comprovar as regras de negação do conectivo “se e somente se”.

A	B	$A \leftrightarrow B$	$\neg(A \leftrightarrow B)$	(Ou A ou B)	$\neg A$	$\neg B$	$A \wedge \neg B$	$B \wedge \neg A$	$(A \wedge \neg B) \vee (B \wedge \neg A)$
V	V	V	F	F	F	F	F	F	F
V	F	F	V	V	F	V	V	F	V
F	V	F	V	V	V	F	F	V	V
F	F	V	F	F	V	V	F	F	F

Observando as colunas $\neg(A \leftrightarrow B)$ e (ou A ou B), verifica-se que são, linha a linha, iguais.

$$\neg(A \leftrightarrow B) = (\text{ou } A \text{ ou } B).$$

Observando as colunas: $\neg(A \leftrightarrow B)$ e $[(A \wedge \neg B) \vee (B \wedge \neg A)]$ verifica-se que são, linha a linha, iguais.

$$\neg(A \leftrightarrow B) = [(A \wedge \neg B) \vee (B \wedge \neg A)].$$

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. – (Provas e concursos)
- Rocha, Enrique. Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Carvalho, Sérgio. Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 464 p. – (Série provas e concursos)

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É a avaliação de um argumento, se as premissas garantirem a conclusão, argumento válido.

Parte-se do pressuposto de que todas as premissas são verdadeiras

- “Se chove, então fico molhado”;
- “Se não fico molhado, então não me enxugo”; e,
- “Não fico molhado”.

Inicia-se pela proposição simples: “Não fico molhado”, que é verdadeira

Uma possível conclusão: “não fico molhado”.

Analisando a proposição composta: “Se chove, então fico molhado”

“Não fico molhado” é uma proposição verdadeira, “fico molhado” é uma proposição falsa.

Na proposição composta: “Se chove, então fico molhado”, o conseqüente é falso, para que a proposição composta seja verdadeira é necessário que o antecedente seja falso (as premissas são verdadeiras)

“Chove” é uma proposição falsa, “não chove” é uma proposição verdadeira

Outra possível conclusão: “não chove”.

Analisando a proposição composta: “Se não fico molhado, então não me enxugo”. A proposição composta apresentada é verdadeira, ela é uma premissa. Seu antecedente, “não fico molhado” é verdadeiro. Para que a proposição composta seja verdadeira, o consequente também tem que ser verdadeiro. “Não me enxugo” é uma proposição verdadeira.

Outra possível conclusão: “não me enxugo”.

As possíveis conclusões são:

“Não fico molhado”

“Não chove”

“Não me enxugo”

A única opção que apresenta uma dessas conclusões é a letra C.

A análise do argumento pode ser feita de maneira resumida seguindo o esquema abaixo e lembrando que em um argumento as premissas são verdadeira.

se chove, então fico molhado
F3 F2

se não fico molhado, então não me enxugo
V4 V5

não fico molhado
V1

Possíveis conclusões: Não fico molhado
Não chove
Não me enxugo

Fontes:

- Rocha, Enrique. Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Carvalho, Sérgio. Raciocínio lógico simplificado, vol. 1: teoria, questões comentadas e exercícios / Sérgio Carvalho, Weber Campos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 464 p. – (Série provas e concursos)

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De 8 para 11, soma 3.

De 11 para 16, soma 5.

De 16 para 23, soma 7.

De 23 para 32, soma 9.

De 32 para 43, soma 11.

Os valores que são somados aos elementos da sequência são os números ímpares. Os dois próximos números a serem somados são 13 e 15.

De 43 para x, soma 13, x = 56.

De 56 para y, soma 15, y = 71.

x + y = 127. Resposta letra C

As razões recursais dispõem que a sequência apresentada: **8, 11, 16, 23, 32, 43, x, y**, pode ser dividida em duas sequências entrelaçadas.

Primeira sequência: **8, 16, 32, x**.

É uma progressão geométrica de razão 2.

De 8 para 16, multiplicou-se por dois.

De 16 para 32, multiplicou-se por dois.

De 32 para x, multiplicando-se por dois, 64. O valor de x é 64.

A primeira sequência **8, 16, 32, x**, também pode ser vista como.

De 8 para 16, soma-se 8.

De 16 para 32 soma-se 16.

De 32 para x, soma-se 24. Ou seja, a sequência que é somada à sequência dada aumenta de 8 em 8, é uma progressão de razão 8. O valor x é 56.

As duas considerações sobre a sequência apresentada ser dividida em duas sequências intercaladas levam a valores diferentes para x. Isso se deve ao fato de que na sequência com os termos **8, 16, 32, x**, não é possível determinar com certeza o valor de x.

Segunda sequência: **11, 23, 43, y**.

Sustentam as razões recursais que essa sequência possui o seguinte desenvolvimento.

De 11 para 23, soma-se 12.

De 23 para 43, soma-se 20.

E a partir dessas duas observações considera que o número somado ao 43 para obter-se y é 28. Está considerando que a sequência 12, 20, ... é uma progressão aritmética de razão 8. Se isso é verdade, o valor do termo a ser somado ao 43 para obter-se y é 28. Como a sequência 12, 20 possui apenas dois termos não é possível afirmar com certeza qual o próximo número, aquele a ser somado ao 43 para obter-se y.

Pelo exposto a sequência apresentada pela questão não pode ser dividida em duas outras sequências.

Fonte:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. – (Provas e concursos)
- Rocha, Enrique. Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que o conteúdo programático cobrado na questão, **combinação com repetição**, não está no edital.

Abaixo, parte da página 42 do edital do concurso. Em negrito e entre aspas o conteúdo cobrado na questão em epígrafe. Vale também citar que o conteúdo cobrado é combinação simples e não combinação com repetição conforme sustentação recursal.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO (somente para Nível Superior – Áreas Administrativas) Princípio da Regressão ou Reversão. Lógica Dedutiva, Argumentativa e Quantitativa. Lógica Matemática Qualitativa. Sequências Lógicas envolvendo Números, Letras e Figuras. Regra de três simples e compostas. Razões Especiais. **“Análise Combinatória”** e Probabilidade. Progressões Aritmética e Geométrica. Conjuntos: as relações de pertinência, inclusão e igualdade; operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Geometria plana e espacial. Trigonometria. Conjuntos numéricos. Equações de 1º e 2º grau. Inequações de 1º e 2º grau. Funções de 1º e 2º grau. Geometria analítica. Matrizes determinantes e sistemas lineares. Polinômios

SOLUÇÃO

São todas as possíveis comissões, ou seja, as comissões em que não estejam nem Ana nem Pedro, as comissões em que esteja Ana e Pedro não estejam, as comissões em que Pedro esteja e Ana não esteja e as comissões em que os dois, Ana e Pedro estejam, MENOS, as comissões em que Ana e Pedro aparecem juntos.

Todas as possíveis comissões: $C_{12,3} = \frac{12!}{3!9!} = 220$

As comissões em que Ana e Pedro aparecem juntos: $C_{10,1} = \frac{10!}{1!9!} = 10$

Total das comissões em que Ana e Pedro não aparecem juntos: $220 - 10 = 210$.

Letra C.

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)
- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011. Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo
- Rocha, Enrique. Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)

Questão: 25**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a resposta é a assertiva “A”, exatamente como divulgado no gabarito preliminar.

Fonte: Estatuto dos servidores municipais.

Questão: 30**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que as assertivas II e III são verdadeiras. A assertiva I é FALSA, pois o prazo é de 20 dias. A assertiva II é correta e corresponde à única assertiva VERDADEIRA, conforme gabarito. A assertiva III é FALSA, pois a pena de suspensão não é necessariamente aplicada pela autoridade máxima, tudo nos termos do art. 219 da lei Complementar n. 190/2010 do Município de Suzano.

Fonte: Estatuto dos servidores municipais.

Questão: 32**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão diz claramente que houve a facilitação da participação no processo licitatório pelo servidor João, **mediante pagamento** por parte de Maria, ou seja, a questão pede para caracterizar o ato do servidor público João. Dentre as alternativas, a única alternativa correta que condiz com o fato que foi narrado na questão é a letra **C** - Ato de improbidade administrativa, que importa "**enriquecimento ilícito**".

Qualquer outra alternativa está incorreta ou incompleta.

O artigo 9º da lei 8429 (Lei de improbidade administrativa) embasa essa questão:

Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente:

I - receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

Questão: 35**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A questão apresentou o tema NACIONALIDADE, o qual não consta no conteúdo programático para este cargo, conforme anexo II Conteúdo programático:

LEGISLAÇÃO Constituição Federal (arts. 1º a 11; 29 e 30); Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992); Lei Municipal nº 190, de 01 de julho de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano. Lei Municipal nº 4.392, de 08 de julho de 2010 – Dispõe sobre a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Prefeitura Municipal de Suzano.

Assim sendo, a questão foi anulada.

Fonte: Edital de Abertura de Inscrições nº. 01/2019 – Administração – Prefeitura Municipal de Suzano Secretaria Municipal de Administração.

Questão: 36**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais trazem informações sobre outras diversas questões do certame, mas nada a respeito da questão nº 36, que, por isso, é impossível uma justificativa plausível.

As razões recursais sustentam que “O presidente da República vetou a previsão da administração contratada no projeto que resultou na Lei nº 8.666/93, de tal forma que não existe base legal para essa modalidade de contratação. E, como o princípio da legalidade determina que, no direito público, é vedado ao administrador tudo o que não é permitido, a ausência de previsão legal impede a utilização dessa forma de execução com base na Lei de Licitações e Contratos, sendo assim, a questão deve ser anulada.”. As razões recursais não se sustentam, eis que, conforme o enunciado em nenhum momento diz que a obra deve ser pública, conforme argumentado, ou seja, para contratações particulares a Remuneração por serviços de administração contratada pode ser utilizada.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Tisaka, Maçahiko Orçamento na construção civil : consultoria, projeto e execução / Maçahiko Tisaka. — São Paulo : Editora Pini, 2006, página 36.

Questão: 37**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a NBR 12.284/1991 (Áreas de Vivência em Canteiro de Obras – Procedimento) não consta no conteúdo programático. O recurso não se sustenta, eis que a referida norma trata de áreas de vivência em canteiro de obras, bem como no conteúdo programático é cobrado o item “Canteiro de Obras”, qual é totalmente relacionado com a norma citada.

As razões recursais sustentam que “Segundo a Norma Regulamentadora - NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) as áreas descritas na alternativa D, devem possuir iluminação natural e artificial, além de ventilação natural, tornando assim, a alternativa D também uma opção incorreta, como pede o comando da questão.”. O recurso não se sustenta, eis que a NR-18 no item 18.4.2.9.3, letra diz que: “ter iluminação natural e/ou artificial.” e não natural e artificial como argumenta, ou seja, a letra D é correta.

As razões recursais sustentam que a alternativa A está incorreta, pois a NR-18 diz que o canteiro deve ter cinquenta ou mais trabalhadores (igual ou maior que cinquenta). O recurso não se sustenta, eis que, na letra A está escrito “Todo canteiro de obras com mais de cinquenta trabalhadores deve possuir ambulatório para atendimento de emergências e consultas.”, ou seja, a expressão “ou mais” não se refere a maior igual a 50, mas sim 50 ou 51, 52, 53, 54, ... trabalhadores.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em NBR 12.284/1991 (Áreas de Vivência em Canteiro de Obras - Procedimento), itens 4.8.2, 4.8.4.1, 4.8.9.1 e 4.8.12.

Questão: 38**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a resposta correta é a letra D e não a letra B, conforme o gabarito divulgado. O recurso não se sustenta, eis que no gabarito divulgado a resposta é a letra D, que é o mesmo gabarito proposto por esta banca.

As razões recursais sustentam que a questão trata de usos comum e não comuns para a fundação tipo radier, bem como a letra A, trata de uso não comum, mas que também pode ser entendida como uso comum. O recurso não se sustenta, eis que o mesmo não argumenta qual alternativa é questionável, pois apresenta somente alguns conceitos sobre o uso do radier. A questão trata do item “fundações” conforme o conteúdo programático, qual foi utilizada referência bibliográfica bastante comum nos meios acadêmicos em diversas instituições de ensino. A questão é objetiva e trata de situações bastante corriqueiras em obras as quais são utilizadas este tipo de fundação.

As razões recursais, trazem comentários de profissionais da área, bem como especifica algumas referências para as suas argumentações. O recurso não se sustenta, pois a questão foi tratada pela banca como de nível fácil, bem como a referência bibliográfica utilizada é bastante comum nos meios acadêmicos em diversas instituições de ensino. A questão é objetiva e trata de situações bastante corriqueiras em obras as quais são utilizadas este tipo de fundação.

As razões recursais sustentam que na alternativa B, “no caso de um silo construído sobre Radier, quando ele estivesse vazio a sobrepressão hidrostática levantaria a fundação causando levantamentos, tornando o item incorreto.”. O recurso não se sustenta, eis que a argumentação tem duplo sentido, pois pode ser o radier ou o solo quando está vazio. Se for o radier a argumentação está incorreta pois uma das funções do radier é justamente essa, combater a pressão hidrostática, sendo o radier vazio ou não. Se for o solo a argumentação está incorreta, pois não conterà a pressão hidrostática do solo.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em BUDHU, Muni. Fundações e Estruturas de Contenção. 1ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2015, página 297.

Questão: 39**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que o gabarito correto é a letra B, e não a letra A. O recurso não se sustenta, eis que o gabarito divulgado já é a letra B.

Fonte: A resposta está em McCormac, Jack Topografia / - 6. ed. - Rio de Janeiro: LTC, 2019, página 331.

Questão: 40**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que há erro de digitação na questão 40, item II, que conforme a norma técnica é protensão e não pretensão. O recurso não se sustenta, eis que os conceitos, neste caso são semelhantes, ou seja, protensão é dar tensão aos cabos de aço antes da cura do concreto, bem como pretensão (ou pré tensão) é uma solicitação, qual será exigida dos cabos antes da cura do concreto.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Fonte:

- A resposta está em NBR 6.118/2014 (Projeto de estruturas de concreto – procedimentos), item 3.
- https://www.google.com/search?ei=9Cb6XbeoL7rC5OUPzdqW0Ak&q=pretens%C3%A3o&oq=pretens%C3%A3o&gs_l=psy-ab.3..0l10.65312.67174..67608...0.2..0.149.1130.0j9.....0....1..gws-wiz.....0i71j0i67j0i131.QyGISn2uHPg&ved=0ahUKEwi38rGnpL_mAhU6IbkGHU2tBZoQ4dUDCAo&uact=5

Questão: 41**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que “Funções do projetista está na NBR 8160, que não está no conteúdo divulgado, deveria ser incluído no conteúdo a norma ou ter formulado outra questão com o conteúdo divulgado.”. O recurso não se sustenta, eis que no conteúdo programático para o cargo de engenheiro civil tem-se o item “instalações de esgoto”, bem como a NBR 8.160/199 (Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução) está inserida como conteúdo no item citado. Lembrando que a NBR 8.160/1999 é bastante utilizada no meio acadêmico em diversas instituições de ensino, assim como por projetistas de instalações prediais de esgoto.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em NBR 8.160/1998 (Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário – Projeto e Execução), itens 8.2.3 e 8.2.4.

Questão: 42**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que “Por tanto a questão deve ser anulada por não citar a ABNT: NBR 13300 Redes telefônicas internas em prédios, como conteúdo programático, onde é fundamental para responder à questão da prova. O simples fato de citar Instalações de telefone generalizando o caso, não configura abordagem específicas de Normas.”. O recurso não se sustenta, eis que para um ótimo projeto e sua execução devemos levar em consideração as normas técnicas e referências bibliográficas confiáveis largamente utilizadas pela comunidade dos engenheiros civis. A prática de profissionais nem sempre leva a soluções dentro das normas técnicas, até mesmo porque bons profissionais consultam normas para a melhor qualidade de seus projetos e execuções.

As razões recursais sustentam que a resposta correta é a letra A e não a letra C. O recurso não se sustenta, eis que o gabarito divulgado preliminarmente já é a letra A.

Portanto, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Creder, Hélio, 1926-2005 Instalações elétricas / Hélio Creder ; atualização e revisão Luiz Sebastião Costa. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro : LTC, 2018, página 411.

Questão: 43**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que as treliças, segundo a NBR 6.118/2014 (Projeto de estruturas de concreto — Procedimento) “A NBR 6118/2014 classifica elementos lineares como aqueles que o comprimento longitudinal supera em pelo menos três vezes a maior dimensão da seção transversal, sendo também denominados barras. São eles: vigas, pilares, tirantes e arcos.”. O recurso não se sustenta, eis que não são citadas as treliças neste trecho da referida norma. Lembrando que no item 22.3 da referida norma diz o seguinte: “A treliça idealizada é isostática e nos nós são concentradas as forças externas aplicadas ao elemento estrutural e as reações de apoio, formando um sistema autoequilibrado. As reações de apoio devem ser previamente obtidas através de uma análise linear ou não linear.”.

As razões recursais sustentam que “No item 14.6 da mesma norma, é definido estrutura de elementos lineares como Estrutura ou parte de estrutura que possam ser assimiladas a elementos lineares (vigas, pilares, tirantes, arcos, pórticos, grelhas e TRELIÇAS).” O recurso não se sustenta, eis que em sua argumentação é omitida o início e final do item, 14.6, que é: “Hipóteses básicas Estruturas ou partes de estruturas que possam ser assimiladas a elementos lineares (vigas, pilares, tirantes, arcos, pórticos, grelhas, treliças) podem ser analisadas admitindo-se as seguintes

hipóteses: ...". Como é uma hipótese tem-se que se considerar uma estrutura linear, mas na realidade nem sempre é, pois faz-se uma transformação para a facilitação de cálculos. Lembrando que no item 22.3 da referida norma diz o seguinte: "A treliça idealizada é isostática e nos nós são concentradas as forças externas aplicadas ao elemento estrutural e as reações de apoio, formando um sistema autoequilibrado. As reações de apoio devem ser previamente obtidas através de uma análise linear ou não linear."

As razões recursais sustentam que a alternativa correta seja a letra A e não a letra B. O recurso não se sustenta, eis que segundo a NBR 6.118/2014, como é uma hipótese, tem-se que se considerar uma estrutura linear, mas na realidade nem sempre é, pois faz-se uma transformação para a facilitação de cálculos. Lembrando que no item 22.3 da referida norma diz o seguinte: "A treliça idealizada é isostática e nos nós são concentradas as forças externas aplicadas ao elemento estrutural e as reações de apoio, formando um sistema autoequilibrado. As reações de apoio devem ser previamente obtidas através de uma análise linear ou não linear."

As razões recursais sustentam que a alternativa A também é correta e que a questão deve ser anulada. O recurso não se sustenta, eis que segundo a NBR 6.118/2014, como é uma hipótese, tem-se que se considerar uma estrutura linear, mas na realidade nem sempre é, pois faz-se uma transformação para a facilitação de cálculos. Lembrando que no item 22.3 da referida norma diz o seguinte: "A treliça idealizada é isostática e nos nós são concentradas as forças externas aplicadas ao elemento estrutural e as reações de apoio, formando um sistema autoequilibrado. As reações de apoio devem ser previamente obtidas através de uma análise linear ou não linear."

Portanto, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Onouye, Barry. Estática e resistência dos materiais para arquitetura e construção de edificações. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2018, página 115.

Questão: 44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a questão não se encontra no conteúdo programático do concurso público. O recurso não se sustenta, eis que conforme o conteúdo programático tem-se o item "instalações hidráulicas", cujas instalações de água fria estão inseridas no referido item, bem como a NBR 5.626/1998 (Instalação predial de água fria).

As razões recursais sustentam que a alternativa correta deveria ser a letra A e não B, conforme divulgado. O recurso não se sustenta, eis que para o solicitado na questão, e observando a NBR 5.626/1998, vê-se que a resposta correta é 0,7, ou seja, a letra B.

As razões recursais sustentam que deveria ter a vazão para se achar a perda de carga, conforme enunciado da questão. O recurso não se sustenta, eis que a perda de carga é calculada em razão do diâmetro, tipo de conexão e quantos graus ela tem. Ou mesmo se é de passagem direta ou passagem lateral, no caso dos tês.

As razões recursais sustentam que a questão foi mal redigida e que a mesma deve ser anulada. O recurso não se sustenta, eis que o enunciado da referida questão é objetivo e direto, pedindo o valor da perda de carga para o cotovelo 90°, diâmetro 20 mm, para tubo rugoso (tubo de aço-carbono, galvanizado ou não) para água fria.

As razões recursais sustentam que a resposta correta é 0,4 e que a questão deve ser anulada. O recurso não se sustenta, eis que no anexo A-2 da NBR 5.626/1998, está bem claro que a resposta é 0,7.

As razões recursais sustentam que no enunciado da questão faltou o raio do cotovelo, bem como a unidade do número nas alternativas dadas pela banca. O recurso não se sustenta, eis que não é necessário para achar o resultado (é necessário o tipo de conexão, seu grau e seu diâmetro, apenas), assim como não existe unidade para a perda de carga, que é adimensional.

As razões recursais sustentam que é impossível calcular o valor da perda de carga pela fórmula sugerida na questão, eis que não dispõe de recursos digitais como calculadora, por exemplo. O recurso não se sustenta, eis que para achar a perda de carga não se calcula nada, pois o valor já é tabelado. Lembrando que a questão é de nível difícil, retirada de fonte extremamente confiável e largamente utilizada na comunidade da engenharia civil.

Mantenha-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em NBR 5.626/1998 (Instalação Predial de Água Fria), anexo A, item A.2.

Questão: 45

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a resposta correta é a letra A e não a letra D. O recurso não se sustenta, eis que o gabarito divulgado já é a letra A. Mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em LOPES, José Demerval Saraiva. Pequenas Barragens de Terra: planejamento, dimensionamento e construção. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005, página 83.

Questão: 46**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a resposta correta é a letra B e não a letra A. O recurso não se sustenta, eis que o gabarito divulgado já é a letra B.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Abitante, André Luís. Materiais de construção [recurso eletrônico] / André Luís Abitante, Ederval de Souza Lisboa. – Porto Alegre: SAGAH, 2017, página 70.

Questão: 47**Recurso Procedente. Questão anulada.**

As razões recursais sustentam que as alternativas C e D estão corretas, tornado a questão nula. O recurso se sustenta, eis que os solos lateríticos e os expansivos (massapê da Bahia), são considerados solos residuais.

Fonte: A resposta está em Caputo, Homero Pinto, 1923-1990 Mecânica dos solos e suas aplicações, volume 1: fundamentos / Homero Pinto Caputo, Armando Negreiros Caputo, J. Martinho de A. Rodrigues. - 7.ed. - Rio de Janeiro : LTC, 2015, página 17.

Questão: 50**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a resposta correta é a letra C e no gabarito está como letra B. O recurso não se sustenta, eis que o gabarito divulgado é a letra C. $D = (\pi \times R \times AC)/180^\circ \rightarrow D = (\pi \times 900 \times 30^\circ)/180^\circ \rightarrow D = 150\pi$ metros.

Mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em Pimenta, Carlos R.T. e Oliveira, Márcio P. Projeto Geométrico de Rodovias 2ª edição. São Carlos: Editora Rima, 2004, página 30.

Cargo: Engenheiro de Segurança do Trabalho**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. “Rios te correrão dos olhos, se chorares.” (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa. ” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela. ” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento. ” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 04**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) Analisar criteriosamente diferentes comportamentos relacionados ao consumismo.” não pode ser considerada correta. O texto apresentado é um gênero discursivo que se define por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. Não há uma análise criteriosa, tal análise poderia ocorrer posteriormente diante de tais informações com o acréscimo de outras. Já a alternativa “C) Apresentar informações sobre um tema específico enfatizando um viés relacionado ao consumo e consciência ambiental.” foi considerada correta tendo em vista a justificativa anterior. A alternativa “D) Estabelecer critérios que norteiem um comportamento consumidor compatível com as necessidades atuais da sociedade.” não pode ser considerada correta, pois, o texto jornalístico apresentado não tem por objetivo estabelecer critérios, ainda que a partir das informações apresentadas os leitores possam ter um entendimento diferente acerca do assunto tratado, o texto não é suficiente para estabelecer critério como o seria, por exemplo, um regulamento. A alternativa “B) Promover o confronto de ideias relacionadas ao consumismo e consumo

consciente.” não pode ser considerada correta, pois, não há argumentos, pontos de vista de forma predominante no texto em confronto com posicionamentos contrários, as informações apresentadas são a sua principal finalidade.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, ressignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) Uma reação esperada mediante a chegada de qualquer potencial cliente em seu estabelecimento.” não pode ser considerada correta. Segundo parágrafo do texto, objeto da questão em análise:

“Eu estava pensando no meu jantar da noite passada – isto é, em nada – quando ela entrou. Nem abri os olhos. Disse: “A escola de cabeleireiros é ao lado”. Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco. Ela não queria a escola de cabeleireiros.”

Pode-se reconhecer que a incorreção da alternativa “D” está na referência feita à chegada de qualquer potencial cliente. Não é isso que vemos no trecho destacado, o narrador personagem só abriu seus olhos por causa da voz da mulher, ele afirma: “Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco.”

Fonte: O próprio texto.

Questão: 10**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 14**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “D) A exploração espacial tem sido alvo do interesse, atualmente, de diferentes nações; fato que pode ser confirmado de forma concreta e evidente.” foi considerada correta, conforme pode ser comprovado de acordo com o trecho: “Sem pisar lá desde 1972, os Estados Unidos querem voltar, agora com a colaboração de outros países. Com orçamento menor do que na época da Guerra Fria, a Nasa conta hoje com a Agência Espacial Europeia e o Canadá. Outros atores têm a mesma ambição. A China, com um programa espacial em ascensão, planeja, sozinha, colocar um taikonauta na Lua. ” A alternativa “B) Fatores políticos, militares e tecnológicos são considerados responsáveis pela maior parte das descobertas científicas e tecnológicas.” não pode ser considerada correta, pois, a generalização da alternativa a torna incorreta quando usa a expressão “a maior parte”, na verdade, o texto refere-se especificamente a um feito: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, na face visível da Lua, e dois astronautas davam seus primeiros passos, ou pulos, no único satélite natural da Terra.”

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 15**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha

Questão: 22**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 25**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque a Lei Municipal nº 190, de 2010, deve ser aplicada atualizada, não sendo possível cobrar dos candidatos conhecimento de algo que já se encontra revogado.

Ademais, a utilização da palavra “percebem” fideliza o disposto na legislação, que utiliza tal expressão.

Por fim, a lei é hialina em especificar quais os servidores terão direito à Gratificação por Trabalho em Local de Dificil Lotação: Profissionais da Saúde e da Educação. Veja:

Art. 54. Além do vencimento e das vantagens constantes desta Lei, será concedida a Gratificação por Trabalho em Local de Difícil Lotação, no percentual de 15% (quinze por cento) do valor de seu vencimento, especificamente aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de:

I - Profissionais da Saúde;

II - Profissionais da Educação;

III - (VETADO)

§ 1º. A gratificação de que trata o “caput” não será incorporada ao vencimento para nenhum fim.

§ 2º. Os servidores que percebem a gratificação nos termos do “caput” perderão o direito no momento em que cessar sua atuação nos referidos locais.

§ 3º. O disposto neste artigo deverá ser regulamentado através de ato próprio da autoridade do respectivo Poder.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque a única alternativa correta é justamente a indicada no gabarito preliminar, trazendo a conceituação do que seria progressão funcional. As demais alternativas encontram-se em desacordo com os artigos 32, 33 e 34 da Lei Municipal nº 190, de 2010. Veja:

Seção III – Da Progressão Funcional por Tempo de Serviço

Art. 32. Progressão funcional por tempo de serviço é o acesso ao padrão imediatamente seguinte ao atual na tabela de vencimentos, concedido ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo da administração geral.

Art. 33. A progressão funcional por tempo de serviço se dará a cada período de 05 (cinco) anos de efetivo exercício. (Redação dada pela Lei Municipal Nº 4.584/12).

Art. 34. A progressão funcional e os direitos e vantagens dela decorrentes, serão devidos a partir do primeiro dia do mês subsequente em que o servidor completar o período constante do art. 33. (Redação dada pela Lei Municipal Nº 4.584/12).

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não obstante a possibilidade de erro material, o contexto da questão é bastante claro, não havendo aí que se falar em interpretação da frase do ponto de vista da língua portuguesa, a sobrelevar a compreensão jurídica do contexto. A construção recursal pretende fazer crer que a resposta demandaria interpretação semântica, gramatical, sendo certo que o contexto jurídico não deixa dúvidas do enunciado e da alternativa realmente incorreta. Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão remete aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada é no gabarito oficial é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão. Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei orgânica não estipula data de eleição. Esta já está prevista na Constituição, independentemente de qualquer comando da lei menor. A título de informação, a eleição deve acontecer no primeiro domingo de outubro e se houver segundo turno, este ocorrerá no último domingo do mesmo mês. A Lei orgânica não tem o condão de modificar esse comando, tampouco qualquer estipulação que confirmar tais datas é inócua. Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 36**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “B”.**

A razão recursal sustenta que a alternativa correta para a questão é a letra B e não a alternativa D. A alegação se sustenta, eis que, conforme a NR-17 (Ergonomia), nos itens 8.2 e 8.2.1, a única alternativa coerente para a questão é a letra B. Dessa forma, o gabarito foi alterado da letra D para a letra B.

Fonte: A resposta está em NR-17 (Ergonomia), itens 8.2 e 8.2.1.

Questão: 38**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “B”.**

A razão recursal sustenta que a alternativa correta para a questão é a letra B e não a alternativa D. A alegação se sustenta, eis que, conforme a NR-14 (Fornos), no item 14.2.1, a única alternativa coerente para a questão é a letra B. Outra alegação sustenta que não há resposta incorreta na questão, solicitando a sua anulação. O argumento não se sustenta, eis que o item 14.2.1 está escrito de forma incorreta na letra B. Dessa forma, o gabarito foi alterado da letra D para a letra B.

Fonte: A resposta está em NR – 14 (Fornos), itens 14.1, 14.2 e 14.3.

Questão: 42**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que “Em relação ao 2º item da questão, dada pelo gabarito como Verdadeira, a alternativa é Falsa, já que a capacitação para movimentação, manuseio e armazenagem de chapas de rochas ornamentais deve atender ao conteúdo programático e carga horária do ANEXO 1 da NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais.) e não a NR-11 propriamente dita. “. Sustenta também que “Além disso, no próprio anexo 1 da NR-11, no item 5.4, temos: "A capacitação para movimentação, manuseio e armazenagem de chapas de rochas ornamentais deve atender ao conteúdo programático e carga horária conforme item 5.7." Sendo essa a redação da norma divergente da redação dada pela prova. Além de que o item 5.7 que trata sobre Programas de capacitação também se encontra no ANEXO 1 da NR-11 e não na NR-11 propriamente dita, o que corrobora para que o 2º item da questão nº42 seja dada como Falta, invalidando a questão. A alegação não se sustenta, eis que ao anexo I da NR-11 não é separado da norma, mas sim parte integrante da norma, pois várias NR's possuem anexos e os mesmos são partes integrantes, ou seja, é uma continuação da norma. O item 5.4 que corrobora com o item 5.7 do anexo I da NR-11 também faz parte da própria NR-11, ou seja, a NR-11 e o anexo I da NR-11 são uma coisa só, a própria NR-11. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), item 5.4.

Questão: 46**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que a questão não faz parte do conhecimento do cargo e nem está no conteúdo programático, bem como solicita a anulação da questão. A alegação não se sustenta, eis que ao final do conteúdo programático para o cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, está escrito o seguinte: “Probabilidade e estatística. Cálculo de probabilidade. Variáveis aleatórias e suas distribuições. Medidas características de uma distribuição de probabilidade. Modelos probabilísticos. Análises estática e dinâmica de observações. Noções de testes de hipóteses.” Com isso, pode-se dizer que a questão trata de um simples cálculo de probabilidade e faz parte do conteúdo programático do cargo. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Fonte: Exercício proposto pelo professor.

Questão: 47**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A razão recursal sustenta que “Considerando que o mercado dita as normas de preço dos trabalhos conforme a capacidade de desenvolvimento pessoal de cada indivíduo sendo a entrega dos trabalhos fator decisivo para a precificação e valoração dos trabalhos, conclui-se que a alternativa D também deve ser considerada correta. Sendo assim, não há alternativa incorreta. Diante do exposto, solicito a anulação da questão.”. A alegação não se sustenta, eis que para efeito de aplicação do código de ética (conteúdo programático, conforme o edital do concurso público) não há relação alguma do mercado com a justa remuneração, o que faz com que a premissa seja bastante subjetiva, pois nem sempre o mercado rege a justa remuneração, o que põe em dúvida a opinião, o que não deve ocorrer em questões objetivas. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em resolução CONFEA 1.002/2002, artigo 12.

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. "Rios te correrão dos olhos, se chorares." (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa. ” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de

lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela. ” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento. ” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês *Young Consumers*, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas. ”

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Analisar criteriosamente diferentes comportamentos relacionados ao consumismo.” não pode ser considerada correta. O texto apresentado é um gênero discursivo que se define por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. Não há uma análise criteriosa, tal análise poderia ocorrer posteriormente diante de tais informações com o acréscimo de outras. Já a alternativa “C) Apresentar informações sobre um tema específico enfatizando um viés relacionado ao consumo e consciência ambiental.” foi considerada correta tendo em vista a justificativa anterior. A alternativa “D) Estabelecer critérios que norteiem um comportamento consumidor compatível com as necessidades atuais da sociedade.” não pode ser considerada correta, pois, o texto jornalístico apresentado não tem por objetivo estabelecer critérios, ainda que a partir das informações apresentadas os leitores possam ter um entendimento diferente acerca do assunto tratado, o texto não é suficiente para estabelecer critério como o seria, por exemplo, um regulamento. A alternativa “B) Promover o confronto de ideias relacionadas ao consumismo e consumo consciente.” não pode ser considerada correta, pois, não há argumentos, pontos de vista de forma predominante no texto em confronto com posicionamentos contrários, as informações apresentadas são a sua principal finalidade.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em

que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, resignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) Uma reação esperada mediante a chegada de qualquer potencial cliente em seu estabelecimento.” não pode ser considerada correta. Segundo parágrafo do texto, objeto da questão em análise:

“Eu estava pensando no meu jantar da noite passada – isto é, em nada – quando ela entrou. Nem abri os olhos. Disse: “A escola de cabeleireiros é ao lado”. Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco. Ela não queria a escola de cabeleireiros.”

Pode-se reconhecer que a incorreção da alternativa “D” está na referência feita à chegada de qualquer potencial cliente. Não é isso que vemos no trecho destacado, o narrador personagem só abriu seus olhos por causa da voz da mulher, ele afirma: “Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco.”

Fonte: O próprio texto.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “C) Uma ação situada em um passado longínquo, distante.” foi considerada correta, pois, de acordo com o enunciado “No segmento “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo (...)”, a forma verbal destacada indica: ” a forma verbal “entrara” diz respeito ao pretérito mais que perfeito do modo indicativo, por isso indica uma ação em um passado distante, no sentido de que é um passado anterior a outro também passado. A alternativa “A) Ocorrência de um fato em continuidade no passado. ” não pode ser indicada como correta, pois, o tempo verbal que indica ocorrência de um fato em continuidade no passado é o pretérito imperfeito do modo indicativo. A alternativa “B) Um fato concluído pouco antes da fala do enunciatador. ” não pode ser considerada correta, pois, a ideia apresentada diz respeito ao pretérito perfeito do indicativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Sacconi, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 12**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois, ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas, recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho”. * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 15**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha

Questão: 18**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado faz menção à produção semanal, ou seja, por um período de 7 dias, uma vez que a semana possui esse número de dias. Não foi feita nenhuma restrição aos dias de funcionamento, o que deixa evidente a ideia de uma semana completa. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão remete o candidato aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada é no gabarito oficial é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão.

Diante do exposto, o gabarito foi mantido.

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão remete o candidato aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada é no gabarito oficial é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão.

Diante do exposto, o gabarito foi mantido.

Questão: 36

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O caderno de provas apresentou inconsistência tipográfica, já que exigia dos candidatos a identificação de cores, esta situação prejudica a melhor interpretação/resolução da questão.

Questão: 39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão 39 indica: *“As principais modificações introduzidas no REURB – Nova Política Nacional, com base na Lei nº 13.645/2017, se refere a processos de regularização fundiária, políticas de habitação, assentamento irregular, dentre outras. NÃO se refere ao objetivo da Lei:”*

As razões recursais dispõem que: *“que a questão seja anulada, pois não constava no edital, em conhecimentos específicos, o conhecimento da Lei 13.645/2017”*.

Note que o conteúdo programático inclui: **“ ENGENHEIRO DE TRAFEGO Morfologia Urbana e suas Complexidades. Leitura da cidade. Estudo do lugar. Planos Urbanísticos. Legislação Urbanística - planos, programas e leis. Densidade urbana e coeficiente de ocupação. Planos diretores. Código de Obras Municipal. Elementos da Engenharia de Tráfego: Via, Veículo e Usuário. Características Básicas do Tráfego: Volume, Velocidade e Densidade. Mobilidade Urbana. Dimensionamento de Semáforos. Controladores. Mobilidade e Tráfego: Implantação de vias; Dimensionamento e hierarquização viária; Formas alternativas de mobilidade. Fluxo de Saturação. Acidentes de Tráfego: Conceitos, Causas, Fatores Envolvidos em Acidentes de Trânsito; Tratamento de Pontos Críticos em acidentes de Trânsito. Rodovias de pista simples: capacidade, classificação, condições ideais e níveis de serviço. Capacidade de Vias. Vias de Duas Faixas; Vias de Faixas Múltiplas; Rampas de Acesso; Entrelaçamento. Rodovias de quatro ou mais faixas: limites de aplicação, condições ideais, níveis de serviço. Controle de Tráfego. Ética Profissional.”** Com detalhe em negrito que cobre o dito pelo candidato que não faz parte do conteúdo programático.

A alegação não procede, pois o princípio da legalidade está previsto no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Isso posto, o princípio da obrigatoriedade da lei é condição de eficácia do princípio da legalidade, havendo presunção absoluta de que o destinatário da lei a conhece e não pode se escusar de seu cumprimento alegando ignorância ou erro. Assim, está disposto no Art. 3º da Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657 de 1942, alterado na Lei 12 376, de 30 de dezembro de 2010. Toda Lei, uma vez publicada no Diário Oficial e passando a vigorar, tem fixado o momento em que a lei entra em vigor, portanto, sendo obrigatória e tendo efeito quando do seu descumprimento, ou seja, passa a ser eficaz. Ademais, uma vez que a Lei 13.645/2017 preconiza o uso do solo e parâmetros para estruturação de tráfego e fluxos de transportes é matéria exigida ao candidato e, portanto, mesmo não estando explícita a Lei no edital, trata-se de matéria afeta a função e necessária para exercício profissional. Estando em acordo com o conteúdo programático.

Fonte: Lei 13.645/2017, principalmente em:

Art. 10. Constituem objetivos da Reurb, a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios:

- I - identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;
- II - criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;
- III - ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;
- IV - promover a integração social e a geração de emprego e renda;
- V - estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e sociedade;
- VI - garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;
- VII - garantir a efetivação da função social da propriedade;
- VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;
- IX - concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;
- X - prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;
- XI - conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;
- XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

Art. 11. Para fins desta Lei, consideram-se:

- I - núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 , independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;
- II - núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;
- III - núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;
- IV - demarcação urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a ser promovida a critério do Município;
- V - Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;
- VI - legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;
- VII - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;
- VIII - ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais.

§ 1º Para fins da Reurb, os Municípios poderão dispensar as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público ou ao tamanho dos lotes regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão diz: *“Para dimensionar um semáforo, é necessário seguir um roteiro, a fim de reduzir ou diminuir falhas no sistema via/veículo/motorista. NÃO se adéqua à etapa para dimensionar um semáforo:”*. A resposta a questão conforme o gabarito é A) Calcular o ciclo ótimo pela fórmula de Webster.

A razão recursal indica: *“De acordo com o MANUAL DE ESTUDOS DE TRÁFEGO DO DNIT:*

Capítulo 4.1 VOLUME DE TRÁFEGO:

"Esse volume, que melhor representa a utilização ou serviço prestado pela via, é usado para indicar a necessidade de novas vias ou melhorias das existentes, estimar benefícios esperados de uma obra viária, determinar as prioridades de investimentos, calcular taxas de acidentes, prever as receitas dos postos de pedágio, etc."

Entende-se também como "novas melhorias" o dimensionamento correto de semáforos. Através do fluxo diário das aproximações é possível determinar o dimensionamento de um semáforo.

Portanto a questão não possui uma questão errada, não havendo assim alternativa para a questão."

O Manual citado não trata de dimensionamento de semáforos, sendo referência para tal o Manual de Sinalização Semafórica: http://www.sinaldetransito.com.br/normas/manual_de_sinalizacao_semaforica_DENATRAN.pdf, livros e disciplinas de cursos de engenharia de tráfego. Notoriamente em consultados indicam que o Calcular o ciclo ótimo pela fórmula de Webster não se trata de um elemento para dimensionar um semáforo. Sendo os outros itens inclusos nos manuais e boas práticas apontados em livros textos e apostilas.

Desta feita, a solicitação apresentada no recurso é improcedente.

Fonte: O Manual citado não trata de dimensionamento de semáforos, sendo referência para tal o Manual de Sinalização Semafórica:

http://www.sinaldetransito.com.br/normas/manual_de_sinalizacao_semaforica_DENATRAN.pdf e Apostila de Engenharia de Tráfego, Módulo 2 da Universidade Federal de Santa Catarina indica oito etapas para dimensionar um semáforo. A saber:

ROTEIRO PARA DIMENSIONAMENTO DE SEMÁFOROS

- 1º) Determinar os fluxos de saturação das aproximações.
- 2º) Determinar a demanda horária (veic/h) das aproximações.
- 3º) Determinar o diagrama de estágios e as fases respectivas do cruzamento.
- 4º) Calcular as taxas de ocupação das aproximações e a partir dos valores críticos determinar Y.
- 5º) Calcular o tempo perdido total (Tp) a partir do tempo perdido de cada fase (I).
- 6º) Calcular o ciclo ótimo pela fórmula de Webster.
- 7º) Determinar os tempos de verde efetivo de cada fase do cruzamento.
- 8º) Determinar os tempos de verde de foco p/ implantação no controlador de tráfego.

Questão: 41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal se equivoca ao indicar que o tema/assunto não foi informado no conteúdo programático. O concurso é para Engenheiro de Tráfego e os modelos indicados na questão: *"Uma das propostas de análise da abordagem macroscópica e modelo linear de velocidade-concentração foi elaborada por Greenshields, em 1935. São consideradas variáveis de interesse para os modelos macroscópicos:"* são parte da formação de um engenheiro de tráfego em qualquer curso superior. Desta feita, a alegação é improcedente.

Fonte: TRANSPORTATION RESEARCH BOARD. Highway Capacity Manual. TRB, Nacional Research Council, Washington, D.C., 2010 tece recomendações sobre problemas como indicado. Complementarmente, recomenda-se a leitura da Apostila de Engenharia de Tráfego, Módulo 2 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Questão: 42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal encontra-se equivocada ao indicar que o tema/assunto não foi informado no conteúdo programático. O concurso é para Engenheiro de Tráfego e os modelos indicados na questão: *"Há várias propostas de análise para a abordagem macroscópica: modelo de Greenshields, Greenberg e Underwood, dentre outras. Considere uma situação onde a velocidade de fluxo livre é de 60 km/h, a concentração máxima é de 1.000 veículos e o máximo fluxo é de 600 km/h. Utilizando o modelo de Greenshields, qual seria a velocidade dos carros na via quando a concentração for de 300 veículos?"* são parte da formação de um engenheiro de tráfego em qualquer curso superior. A resposta B conforme solução abaixo: Com o modelo $v=60*(1-(300/1000))=42$ km/h item B) é a certa.

3.4.1.1 Modelo linear

Os modelos lineares de velocidade-concentração têm a representação gráfica que aparece na figura 3.4.

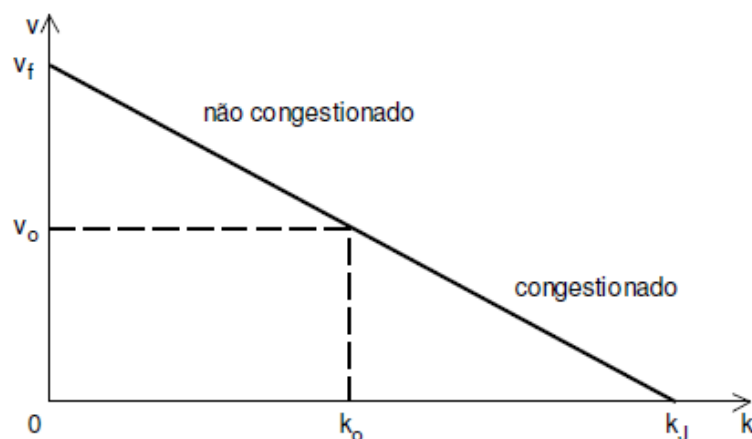


Figura 3.4 Representação gráfica do modelo linear de velocidade-concentração

A primeira proposta de modelo linear de velocidade-concentração foi elaborada por Greenshields em 1935, com a seguinte formulação:

$$v = v_f \left(1 - \frac{k}{k_j} \right) \quad (3.19)$$

Este modelo tem a vantagem da simplicidade, mas observações de campo revelaram que o comportamento linear da curva velocidade-concentração acontece apenas nas faixas intermediárias de v e k , como mostra a figura 3.5.

Desta feita, a solicitação recursal é improcedente.

Fonte: TRANSPORTATION RESEARCH BOARD. Highway Capacity Manual. TRB, National Research Council, Washington, D.C., 2010 tece recomendações sobre problemas como indicado. Complementarmente, recomenda-se a leitura da Apostila de Engenharia de Tráfego, Módulo 2 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Questão: 43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A primeira alegação é equivocada ao indicar que o tema/assunto não foi informado no conteúdo programático. O concurso é para Engenheiro de Tráfego e os modelos indicados na questão são parte da formação de um engenheiro de tráfego em qualquer curso superior.

Por seu turno, a segunda razão recursal apresenta o seguinte argumento: “Segundo o Manual de Estudo de Tráfego do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) os conceitos de fluxo e de concentração (densidade) são apresentados como segue: Seção 4.1.1 Conceitos Gerais: Define-se Volume de Tráfego (ou Fluxo de Tráfego) como o número de veículos que passam por uma seção de uma via, ou de uma determinada faixa, durante uma unidade de tempo. É expresso normalmente em veículos/dia (vpd) ou veículos/hora (vph). Seção 2 Definições: Densidade - número de veículos por unidade de comprimento da via. Dito isso, observando o enunciado da questão, claramente são apresentados os conceitos de ‘concentração máxima’ (referindo-se a densidade de saturação) e de ‘máximo fluxo’ (maior volume que pode ser escoado em uma seção em determinada unidade de tempo), contudo ocorre um erro gritante quanto as unidades associadas aos conceitos apresentados. ‘Concentração máxima’ é associada a unidade de ‘veículos’, quando o correto seria ‘veículos por quilômetro’; e ‘máximo fluxo’ é associado a unidade ‘quilômetros por hora’, quando o correto seria ‘veículos por hora’. Essa situação denota um claro erro de unidades que impossibilita o respondente a chegar à resposta com as unidades corretas. Especificamente o Modelo de Greenshields e outros, utiliza-se o fluxo (q) em veículos/hora, e concentração - no modelo tratado como densidade - (k) em veículos/quilômetro. Frente a essa situação, peço a anulação da questão.”

A questão foi enunciada da seguinte forma: “Há várias propostas para a abordagem macroscópica dos modelos clássicos de Greenshields, Greenberg e Underwood, conhecida como modelos de fluxo-concentração. Considere uma situação onde a velocidade de fluxo livre é de 60 km/h, a concentração máxima é de 1.000 veículos e o máximo fluxo

é de 600 km/h. Utilizando o modelo parabólico, oriundo do modelo de Greenshields para a relação velocidade-concentração, qual seria a velocidade ótima e a concentração ótima respectivamente?”

A resposta a questão deve seguir o seguinte rito:

A formulação matemática correspondente é o chamado modelo parabólico, oriundo do modelo de Greenshields para a relação velocidade-concentração:

$$q = vk = v_f \left(k - \frac{k^2}{k_J} \right) \quad (3.26)$$

No ponto correspondente a $q_{\text{máx}}$, tem-se $\frac{dq}{dk} = 0$, portanto:

$$\frac{dq}{dk} = v_f \left(1 - 2 \frac{k_o}{k_J} \right) = 0 \Rightarrow k_o = \frac{k_J}{2} \quad (3.27)$$

Conseqüentemente, de Greenshields, chega-se a:

$$v_o = v_f \left(1 - \frac{k_J}{2k_J} \right) = \frac{v_f}{2} \quad (3.28)$$

E utilizar as equações 3.27 e 3.28 para identificar a alternativa certa o aluno efetuando as contas encontrará $k_0 = (1000/2) = 500$ veículos e $V_0 = 60/2 = 30$ km/h sendo resposta para o item a questão B.

Desta feita, as alegações apresentadas não sustentam a defesa classificando-se como improcedentes.

Fonte: TRANSPORTATION RESEARCH BOARD. Highway Capacity Manual. TRB, National Research Council, Washington, D.C., 2010 tece recomendações sobre problemas como indicado. Complementarmente, recomenda-se a leitura da Apostila de Engenharia de Tráfego, Módulo 2 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Questão: 47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta:

“O enunciado considera um acidente de trânsito como um evento raro, aleatório e originado a partir de diversos fatores inter-relacionados, sempre precedidos de uma ou mais pessoas falharem na cooperação com seu ambiente. Segundo o Traffic Engineering Handbook, acidente é uma falha do sistema rodovia / veículo / motorista, na execução de uma ou mais operações necessárias à realização de uma viagem sem danos materiais ou pessoais, cujos fatores causais poderão ser encontrados nos pontos em que essas operações foram erradas.

Logo, fica claro que para considerar um evento um acidente precisa haver o fator erro, ser aleatório (ou seja, não proposital) e os fatores causais podem ser encontrados. Agora vamos considerar as opções.

I. Batida entre dois carros, tendo um veículo atravessado o semáforo vermelho - Nesse caso há uma clara falha do motorista que não respeita as normas de trânsito e por isso é considerado um acidente.

II. Colisão lateral de uma moto que fazia entrega de comidas e um veículo de passeio. - Nesse caso não sabemos se foi proposital, ou seja, não aleatório, se houve alguma falha ou se não houve falha, por isso, quando se considera apenas o fato da colisão NAO pode-se afirmar que foi um acidente, pois pode não ter acontecido nenhuma falha e ser um crime proposital e não aleatório. Nesse caso não é considerado, de acordo com o próprio enunciado, um acidente.

Todas as demais alternativas apresentam uma clara falha do sistema, veículo ou motorista e por isso são acidentes. Por tanto o gabarito correto dessa questão é D) I, III e IV, apenas.”

A alegação é equivocada, pois a questão toma como premissa: *“o Traffic Engineering Handbook, acidente é uma falha do sistema rodovia / veículo / motorista, na execução de uma ou mais operações necessárias à realização de uma viagem sem danos materiais ou pessoais, cujos fatores causais poderão ser encontrados nos pontos em que*

essas operações foram erradas.” Inclusive exposto pelo candidato, logo não há margem para interpretar se o acidente foi proposital. A priori todos os acidentes seguem a premissa.

Desta feita, a solicitação é improcedente e a resposta certa é que todos os itens estão certos.

Questão: 48

Recurso Procedente. Questão Anulada.

As razões recursais sustentam:

Alegação um: *“O gabarito apresentou como alternativa correta a D) Verificação dos tempos de semáforo, pois tempos de ciclos muito longos ou muito curtos incentivam à violação do sinal. Neste caso, a resposta correta para a correção dos tipos de acidentes mencionados no enunciado seria a apresentada na alternativa B) Coordenação semafórica bem efetuada e com sinalização de apoio. A coordenação semafórica adequada possibilita o controle dos tempos de espera dos motoristas para um tempo adequado e tolerável, reduzindo a chance de violação dos sinais semafóricos pelo tempo de espera. Desta forma, a alternativa B deve ser considerada a correta, por englobar, inclusive, o exposto através da alternativa D.”*

Alegação dois: *“ O uso da implantação semaforizada assim como da conversão a esquerda com fase exclusiva depende do volume de fluxos de veículos da aproximação na hora pico. A conversão a esquerda tem grande importância para evitar acidentes dos diferentes tipos pois reduz os pontos de conflitos, principalmente em ambientes urbanos. O critério para implantação é descrito a seguir.*

Seção 4C.08 - Critério 7: Histórico de acidentes

Esclarecimentos: Este critério tem por finalidade tratar os casos em que a principal razão considerada para a implantação de um semáforo num certo local é a gravidade e frequência dos acidentes que ali ocorre.

Descrição do critério: Deve ser considerada a possibilidade da implantação de um semáforo numa interseção ou numa seção de meio de quadra se um estudo de engenharia concluir que as três condições a seguir são atendidas simultaneamente.

Primeira condição - Um conjunto adequado de alternativas, contando com a devida observação e fiscalização, já foi aplicado anteriormente e não conseguiu obter redução na frequência dos acidentes.

Segunda condição - Foram registrados cinco ou mais acidentes, do tipo que pode ser corrigido por semáforo, durante um período de 12 meses, sendo que cada um desses acidentes ou causou vítimas, ou acarretou danos materiais consideráveis, ou implicou em ambos os danos. Portanto, não se pode ignorar o fato da conversão a esquerda protegida evitar qualquer tipo de acidente.

Por isso, essa questão possui mais de uma alternativa correta e precisa ser anulada.

Fonte:

- *Apostila de Manual semaforizado USP*
- *https://www.stt.eesc.usp.br/setti/stt602/referencias/Coca_Cap_8.pdf*
- *http://sinaldetransito.com.br/artigos/criterios_implantacao_semaforos.pdf*

Alegação três: *“Segundo Goldner (2019, p. 18), para os tipos de acidentes colisão 90 graus, frente-traseira e angular, recomenda-se adotar como medidas corretivas:*

i. Verificação dos tempos de semáforo (tempos de ciclos muito longos ou muito curtos incentivam à violação do sinal),

ii. Verificação da localização e visibilidade dos focos,

iii. Quando possível recomenda-se utilizar fase especial para conversão à esquerda,

iv. Coordenação semafórica - reduz velocidade e n° de acidentes quando bem efetuada e com sinalização de apoio,

v. Proibição de estacionamento e paradas de veículos na aproximação, de modo a manter a capacidade.

Nesse âmbito, segundo comando da questão 48 para sinalar as alternativas que devem ser executadas para corrigir acidentes de colisão 90 graus, frente, traseira e angular, estão corretas as alternativas:

A. Utilização de fase especial para conversão à esquerda.

B. Coordenação semafórica bem efetuada e com sinalização de apoio;

D. Verificação dos tempos de semáforo, pois tempos de ciclos muito longos ou muito curtos incentivam à violação do sinal.

Assim, solicito encarecidamente à banca a revisão do gabarito da questão 48 da prova específica para o cargo de Engenheiro de Tráfego, pois acredito que questão apresenta mais de uma alternativa correta.

Fonte: *GOLDNER, Lenise Grando. Engenharia de Tráfego - 2º Módulo. PET Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível*

em:<<http://pet.ecv.ufsc.br/arquivos/apoio-didatico/trafegomodII.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019.”

A questão é enunciada da seguinte forma: “Há recomendações que engenheiros de tráfego adotem, para correção de acidentes, colisão 90 graus, frente, traseira e angular. Deve ser executado para corrigir tais tipos de acidentes:”

Conforme Fonte abaixo, há várias medidas e por erro de escrita ou tipográfico a chamada da prova pede as medidas corretivas, existindo mais de uma opção na questão. Desta feita, a questão foi anulada.

Fonte: GOLDNER, Lenise Grando. Engenharia de Tráfego - 2º Módulo. PET Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível

em:<<http://pet.ecv.ufsc.br/arquivos/apoio-didatico/trafegomodII.pdf>>. Verificar página 18.

Questão: 50

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A razão recursal aponta para falhas nos itens resposta no seguinte texto:

“Resumidamente, o modelo de Gipps assume que a velocidade do seguidor é dada pelo menor entre os valores produzidos pelas equações (4.28) e (4.29). Quando a equação (4.28) produz o valor mínimo, as condições de tráfego favorecem o fluxo livre e a velocidade do seguidor é ajustada para que este alcance a velocidade desejada por seu motorista. Quando a equação (4.29) produz o valor mínimo, a velocidade do seguidor é ajustada para que seja mantida uma distância de segurança em relação a seu líder de modo a evitar uma colisão no caso deste último frear bruscamente.”

Ou seja, “as condições de tráfego favorecem o fluxo livre” e “velocidade do seguidor é ajustada para que este alcance a velocidade desejada por seu motorista” são assumidos como pressupostos do modelo de Gipps. Tanto a alternativa D, apontada pelo gabarito, quanto a alternativa B estão incorretas, ou seja, NÃO são assumidos como pressupostos do modelo de Gipps e assim, são as respostas à questão.

SILVA, Paulo Cesar Marques da. ENGENHARIA DE TRÁFEGO: TEORIA DO FLUXO DE TRÁFEGO. Brasília - DF: [s.n.], 2007. 28 p. Disponível em:

<<http://www.sinaldetransito.com.br/artigos/teoria-do-fluxo-de-traffic.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019.”

4.3 O MODELO DE GIPPS

O pesquisador australiano Gipps (1981) desenvolveu uma formulação multi-regime para a lei de sequência, que combina aspectos das duas abordagens anteriores. As equações do modelo de Gipps para a velocidade do seguidor são:

$$v_n(t + \tau) = v_n(t) + 2.5a_n\tau \left(1 - \frac{v_n(t)}{V_n}\right) \sqrt{0.025 + \frac{v_n(t)}{V_n}} \quad (4.28)$$

e

$$v_n(t + \tau) = b_n\tau + \sqrt{b_n^2\tau^2 + b_n\{2[x_{n-1}(t) - s_{n-1} - x_n(t)] - v_n(t)\tau - \frac{v_{n-1}(t)^2}{b}\}} \quad (4.29)$$

onde: a_n é a aceleração máxima que o motorista do veículo n deseja usar,

b_n é a taxa máxima de frenagem que o motorista do veículo n deseja usar,

s_n é o comprimento efetivo do veículo n (incluindo o afastamento guardado pelo seu seguidor quando ambos estão parados),

V_n é a velocidade com que o motorista do veículo n deseja se deslocar,

$x_n(t)$ é a posição do veículo n no instante t ,

τ é o tempo de reação, assumido como constante para todos os veículos e

Conforme material indicado pelo recurso e copiado acima, apenas os itens B) e D) estão corretos, portanto, a questão foi anulada.

Cargo: Engenheiro Florestal

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que

consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa.” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela.” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento.” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fonte:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Analisar criteriosamente diferentes comportamentos relacionados ao consumismo.” não pode ser considerada correta. O texto apresentado é um gênero discursivo que se define por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. Não há uma análise criteriosa, tal análise poderia ocorrer posteriormente diante de tais informações com o acréscimo de outras. Já a alternativa “C) Apresentar informações sobre um tema específico enfatizando um viés relacionado ao consumo e consciência ambiental.” foi considerada correta tendo em vista a justificativa anterior. A alternativa “D) Estabelecer critérios que norteiem um comportamento consumidor compatível com as necessidades atuais da sociedade.” não pode ser considerada correta, pois, o texto jornalístico apresentado não tem por objetivo estabelecer critérios, ainda que a partir das informações apresentadas os leitores possam ter um entendimento diferente acerca do assunto tratado, o texto não é suficiente para estabelecer critério como o seria, por exemplo, um regulamento. A alternativa “B) Promover o confronto de ideias relacionadas ao consumismo e consumo consciente.” não pode ser considerada correta, pois, não há argumentos, pontos de vista de forma predominante no texto em confronto com posicionamentos contrários, as informações apresentadas são a sua principal finalidade.

Fonte:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 05**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, ressignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 07**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa indicada como correta pelo gabarito divulgado foi a “C” e não a “D” conforme consta no recurso. A alternativa “C) os travessões do segundo parágrafo fossem substituídos por parênteses de acordo com a função exercida na frase.” foi indicada como correta, pois, parênteses [()] são sinais de pontuação que marcam um momento intercalado no texto, onde há acréscimo de informação acessória. Sendo acessória, a informação dos parênteses pode ser retirada da frase sem alterar o sentido da mesma, sendo assim dispensável. Na separação de orações intercaladas com verbos declarativos, principalmente quando curtas. Além dos parênteses, também é possível a utilização da vírgula ou de travessões na separação de orações intercaladas. A alternativa “B) o pronome “eu” do 2º parágrafo fosse substituído pelo substantivo próprio a que se refere.” não pode ser indicada como correta.

Vejam os 1º e 2º parágrafos do texto:

Mort. Ed Mort. Detetive particular. Está na plaqueta. Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas. Não levei muito tempo para saber o que tinha havido. Alguém trocou minha plaqueta com a da escola de cabeleireiros, ao lado. A escola de cabeleireiros passou o dia vazia. Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. Mort. Ed Mort. Está na plaqueta certa.

Eu estava pensando no meu jantar da noite passada – isto é, em nada – quando ela entrou. Nem abri os olhos. Disse: “A escola de cabeleireiros é ao lado”. Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco. Ela não queria a escola de cabeleireiros.

Se em lugar de “Eu estava pensando” houvesse “Ed Mort estava pensando”, o enunciado do texto não seria atendido em sua totalidade: “Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto se”, já que a coerência seria prejudicada por mudar repentinamente o narrador personagem para simplesmente um personagem, ou seja, mudaria o foco narrativo para 3ª pessoa de forma abrupta.

A alternativa “D) a forma verbal destacada em “Comecei a escrever enquanto ela falava. A Bic era alugada.” fosse substituída por “começaria.” Não pode ser considerada correta. De acordo com o texto: “Tenho um certo charme rude, não nego. Sou violento. Sorrio para o lado. Uso costeletas. No cartão estava escrito Joli Decorações e um nome, Dorilei. Virei do outro lado. Comecei a escrever enquanto ela falava. A Bic era alugada.”, a ação expressa em “comecei” indica uma ação iniciada já a forma verbal “começaria” indica uma ação de realização duvidosa, o que acarretaria em prejuízo da coerência textual.

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “C) Uma ação situada em um passado longínquo, distante.” foi considerada correta, pois, de acordo com o enunciado “No segmento “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo (...)”, a forma verbal destacada indica: ” a forma verbal “entrara” diz respeito ao pretérito mais que perfeito do modo indicativo, por isso indica uma ação em um passado distante, no sentido de que é um passado anterior a outro também passado. A alternativa “A) Ocorrência de um fato em continuidade no passado. ” não pode ser indicada como correta, pois, o tempo verbal que indica ocorrência de um fato em continuidade no passado é o pretérito imperfeito do modo indicativo. A alternativa “B) Um fato concluído pouco antes da fala do enunciador. ” não pode ser considerada correta, pois, a ideia apresentada diz respeito ao pretérito perfeito do indicativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Sacconi, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) A exploração espacial tem sido alvo do interesse, atualmente, de diferentes nações; fato que pode ser confirmado de forma concreta e evidente.” foi considerada correta, conforme pode ser comprovado de acordo com o trecho: “Sem pisar lá desde 1972, os Estados Unidos querem voltar, agora com a colaboração de outros países. Com orçamento menor do que na época da Guerra Fria, a Nasa conta hoje com a Agência Espacial Europeia e o Canadá. Outros atores têm a mesma ambição. A China, com um programa espacial em ascensão, planeja, sozinha, colocar um taikonauta na Lua. ” A alternativa “B) Fatores políticos, militares e tecnológicos são considerados responsáveis pela maior parte das descobertas científicas e tecnológicas.” não pode ser considerada correta, pois, a generalização da alternativa a torna incorreta quando usa a expressão “a maior parte”, na verdade, o texto refere-se

especificamente a um feito: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, na face visível da Lua, e dois astronautas davam seus primeiros passos, ou pulos, no único satélite natural da Terra.”

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Seja x a quantidade de gasolina que Gabriela possuía inicialmente em seu tanque:

- Para visitar seus pais, ela ficou com a seguinte quantidade de gasolina: $x - \frac{1}{3}x = \frac{2}{3}x$
- Após visita aos pais, ela visitou a amiga, restando de gasolina: $\frac{2}{3}x - \left(\frac{1}{4} \cdot \frac{2}{3}x\right) = \frac{2}{3}x - \frac{1}{6}x = \frac{1}{2}x$

Ao final, ela percebeu que havia 15 litros de gasolina, valor que corresponde à $x/2$, ou seja, metade da gasolina. Logo, havia 30 litros inicialmente.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro calculam-se as raízes da equação apresentada: $x = 0$ e $x = -3$.

Sabe-se que o determinante da matriz Q é igual à raiz não natural da equação, ou seja:

$\det Q = -3$.

Com isso, fica:

$$8x - 35 = -3$$

$$8x = 32$$

$$x = 4$$

Diante do exposto, mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei orgânica não estipula data de eleição. Esta já está prevista na Constituição, independentemente de qualquer comando da lei menor. A título de informação, a eleição deve acontecer no primeiro domingo de outubro e se houver segundo turno, este ocorrerá no último domingo do mesmo mês. A lei orgânica não tem o condão de modificar esse comando, tampouco qualquer estipulação que confirmar tais datas é inócua. Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 36**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Estudos mais recentes¹ demonstram que os tipos de climas predominantes no Estado de São Paulo são: Cfa (33,4% do território), Aw (30,8%) e Cwa, predominante em apenas 17,4% de seu território (principalmente na região da Depressão Periférica. Sendo assim, como nenhuma alternativa satisfaz essa premissa, a questão foi anulada.

Fonte: [1] Ver tabela 3 em http://www.lerf.eco.br/img/publicacoes/Alvares_etal_2014.pdf

Questão: 37**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O enunciado no item I está plenamente de acordo com o Conteúdo Programático 'Legislação Ambiental', especialmente o exposto no art. 11 da Resolução SMA nº 32/2014 aplicada no Estado de São Paulo pelos órgãos competentes.

Fonte: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/legislacao/2014/04/resolucao-sma-32-2014/>

Questão: 38**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra C.**

Ocorreu uma inconsistência na divulgação do gabarito, uma vez que a resposta correta efetivamente é a que consta na Letra C e não na D, a saber: 20 metros cúbicos, conforme art. 23; 20%, conforme art. 12, II; e, 50%, de acordo com o art. 66, §3. II da Lei Federal nº 12.651/2012.

Fonte: Lei Federal nº 12.651/2012.

Questão: 39**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O assunto abordado mencionado pela razão recursal foi abordado, efetivamente, na questão 40 (e não na 39), e está plenamente de acordo com os conteúdos programáticos e com o cargo em questão; além disso, se trata de uma das atividades econômicas mais importantes do município de Suzano/SP.

Questão: 43**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Em trabalhos relacionados com a produção de celulose NO BRASIL, as espécies de eucalipto com maior potencial para este uso são *Eucalyptus alba*, *E. saligna*, *E. grandis*, *E. urophylla*, *E. globulus* e *E. dunnii*. Por outro lado, *E. botryoides* e *E. maidenii* são mais indicados para construção civil e serraria, respectivamente.

Fonte: Livro "Cultivo de Eucalipto – Implantação e Manejo", trechos disponíveis em: <https://www.afe.com.br/artigos/qual-tipo-de-eucalipto-escolher>.

Questão: 45**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

Todas as alternativas estão corretas no que se refere a sensoriamento remoto. Dessa forma, a questão foi anulada.

Fonte: Paulo Roberto Meneses Tati de Almeida (Organizadores) Introdução ao Processamento de Imagens de Sensoriamento Remoto Brasília 2012.

Questão: 47**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Com base na questão 47, tem-se apenas uma alternativa incorreta pois, os *humívoros* são aqueles cupins que vivem em ninhos feitos no chão e nunca em cima de árvores, os quais alimentam-se de húmus. No intestino também há a presença de microrganismos do grupo das bactérias. A principal família é a *Termitidae*, encontrada em todo o Brasil, construindo ninhos grandes e complexos. Essa família é bastante diversificada e compreende cerca de 85% das espécies de cupins conhecidas do Brasil. Dessa forma, as outras alternativas estão corretas.

Fonte: BERTI-FILHO, E. Manual de pragas em florestas. Cupins ou térmitas. BERTI-FILHO, E. coord., V3.IPEF/SIF. 56p, 1993.

Questão: 48**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão refere-se à alternativa incorreta. Assim, alternativa incorreta deve ser (A). Pois correto é, afirmar que Recuperação: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não

degradada, que pode ser diferente de sua condição original, conforme Lei nº 9.985 de 2000. Restauração: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível da sua condição original, conforme Lei nº 9.985 de 2000. Dessa forma, a interpretação da questão ocorre de forma individual por conta de cada candidato. O argumento debatido não condiz, a interpretação do conteúdo da prova é de responsabilidade do candidato. A responsabilidade na elaboração da questão, não deixa lacunas e dúvidas sobre a veracidade das alternativas e do concurso. O tipo de argumento utilizado, não pressupõe o pedido de anulação da questão.

Fonte: Castro, Dilton. Práticas para restauração da mata ciliar. / organizado por Dilton de Castro; Ricardo Silva Pereira Mello e Gabriel Collares Poester. -- Porto Alegre : Catarse – Coletivo de Comunicação, 2012.

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento debatido não condiz, pois devemos considerar que a citação referida na alternativa (C) é característica da ordem Odonata cujo abdome é alongado, com 10 urômeros, e um par de cerco no último segmento. As demais características condizem com as características da ordem *Orthoptera*.

Fonte: Universidade Federal Rural da Amazônia Instituto de Ciências Agrárias Disciplina de Entomologia Geral. Manual de Entomologia Geral Prof. Dr. Paulo Roberto Silva Farias

Cargo: Entrevistador Social

Questão: 01

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 02

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 03

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 05

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 06

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 08

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 09

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão 10: “*Proliferam por todo mundo ONGs, institutos, fundos e entidades (...)*” (3º§), pode-se afirmar que não houve erro na divulgação do gabarito, pois o sujeito é composto e não indeterminado.

Segundo Terra e Nicola (2008, p. 252), o sujeito recebe o nome de composto quando apresenta mais de um núcleo, como no exemplo dado pelos autores “Vendem-se **bois**, **vacas** e **bezerros**”, no qual pode-se identificar três núcleos

(bois, vacas e bezerros). No enunciado da referida questão são identificados quatro sujeitos, ou seja, núcleos do verbo “proliferam”. São eles os substantivos: “ONGs”, “institutos”, “fundos” e “entidades”, portanto o sujeito é composto. No entendimento desses autores, ocorre sujeito indeterminado quando a informação dada pelo predicado se refere a um elemento que não se pode (ou não se quer) identificar, como no exemplo dado “Precisa-se de remédios” (p. 252).

Fontes:

- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed., Rio de Janeiro: Lexikon, 2016, p. 140-142.
- TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática de hoje**. São Paulo: Scipione, 2008, p. 251-255.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Justificativa de cada item da questão:

A) Microfones são dispositivos de entrada e saída. [INCORRETA]

Justificativa: Os microfones são dispositivos apenas de entrada.

B) As placas de redes são consideradas periféricos apenas de saída de dados. [INCORRETA]

Justificativa: As placas de redes são dispositivos de entrada e saída.

C) SSD é um dispositivo de armazenamento sem partes móveis, sendo construído com circuitos integrados semicondutores. [CORRETA]

D) Os HDs constituem importante dispositivo de armazenamento; também conhecido como memória auxiliar, trata-se de um tipo de armazenamento volátil. [INCORRETA]

Justificativa: HDs são não voláteis.

Fontes:

- Carvalho, Antonio João. **Informática para Concursos**. 5ª ed. 2013. Elsevier Editora Ltda.
- <https://www.infowester.com/ssd.php>, acesso em 02/11/2019.
- <http://www.inf.ufsc.br/~j.barreto/cca/perifer/perifericos.htm>, acesso em 02/11/2019.
- <https://sites.google.com/site/hardwarememoria2/>, acesso em 02/11/2019.

Questão: 16

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por ausência de fundamentação no pedido.

Questão: 17

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

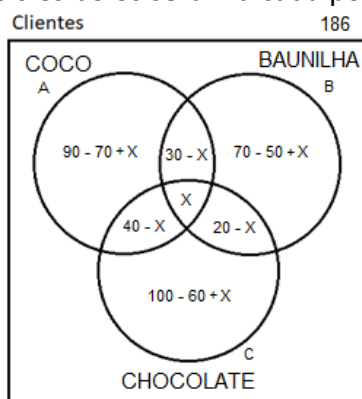
O recurso foi prejudicado por ausência de fundamentação no pedido.

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que não existe resposta correta para a questão, porém não é verdade, visto que se faz necessário considerar o quantitativo de pessoas que gostam dos três bolos, não podendo considerar que a interseção entre os três conjuntos é vazia. Construindo-se o diagrama de Venn tem-se:

A quantidade de pessoas que gostam dos três bolos será indicada por x.



$$n(A \cup B \cup C) = 90 - 70 + x + 70 - 50 + x + 100 - 60 + x + 20 - x + 30 - x + 40 - x + x = 186$$

$$x = 186 - 170$$

$$x = 16$$

Pode-se resolver a questão também pela definição de união de conjuntos.

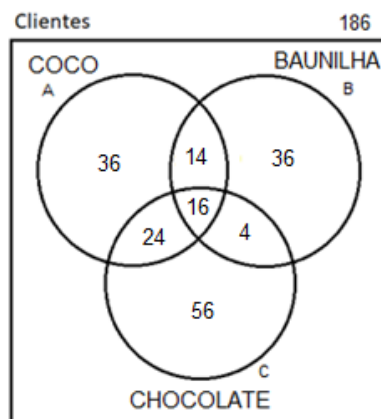
Pela União de três conjuntos tem-se que:

$$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C) + n(A \cap B \cap C)$$

$$186 = 90 + 70 + 100 - 30 - 40 - 20 + x$$

$$x = 16$$

Substituindo o valor de x no diagrama tem-se:



Desta forma, o total de pessoas que gostam somente coco é de:

$$90 - 70 + x = 90 - 70 + 16 = 36$$

Assim, o recurso é IMPROCEDENTE e o gabarito da presente questão permanece INALTERADO.

Fontes:

- PAIVA, Manoel. **Matemática - Paiva**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- EGENSZAJN, David; IEZZI, Gelson; ALMEIDA, Nilze De; DOLCE, Osvaldo; PÉRIGO, Roberto. **Matemática: Ciência E Aplicações**: (1º ao 3º ano - Ensino Médio). 9. ed. Saraiva Educação, 2016.

Questão: 22

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por ausência de fundamentação no pedido.

Questão: 24

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão deu um dado e solicitou a assinalação de acordo com o contido na lei orgânica municipal. Lado outro, não há fundamentação no pedido das razões recursais.

Questão: 25

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Houve inconsistência do enunciado quanto ao correto texto legal, propiciando a ocorrência de mais de uma resposta possível, inviabilizando a questão como um todo.

Questão: 29

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por ausência de fundamentação no pedido.

Questão: 30

Recurso Procedente. Questão anulada.

A questão pretendia a assinalação da alternativa incorreta, o que não constou no enunciado da mesma.

Questão: 36**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão pede que sejam analisadas as afirmativas e marque o que está correto. O decreto de nº 6.564/2008 afirma no artigo 4º, parágrafo 2º que:

§ 2º Para fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada às crianças e adolescentes menores de dezesseis anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo dispensável proceder à avaliação da incapacidade para o trabalho.

Fonte: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6564.htm

Questão: 37**Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 40**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “D”.**

As razões recursais procedem e podem ser confirmadas no texto apresentado no Manual do Entrevistador (4ª ed) na pág. 13:

Além de incluir as famílias não cadastradas no Sistema de Cadastro Único, os municípios devem tomar medidas que garantam que as informações coletadas pelo entrevistador estejam sempre atualizadas. Assim, a fim de assegurar a boa qualidade dos dados cadastrais e garantir que as informações registradas no Cadastro Único estejam sempre de acordo com a realidade das famílias, o município deve realizar a atualização periódica dos registros cadastrais.

Fonte: Disponível em: [file:///C:/Users/Operador/Downloads/manual_do_entrevistador_4_ed%20\(6\).pdf](file:///C:/Users/Operador/Downloads/manual_do_entrevistador_4_ed%20(6).pdf)

Cargo: Fisioterapeuta**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. “Rios te correrão dos olhos, se chorares.” (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 03**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa.” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela.” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento.” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês *Young Consumers*, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 05**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer as razões recursais.

Fonte:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior.” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho.” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular.” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego.” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, ressignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois, ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas, recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho”. * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 15**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha

Questão: 17**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque a Lei Municipal nº 190, de 2010, deve ser aplicada atualizada, não sendo possível cobrar dos candidatos conhecimento de algo que já se encontra revogado.

Ademais, a utilização da palavra “percebem” fideliza o disposto na legislação, que utiliza tal expressão.

Por fim, a lei é hialina em especificar quais os servidores terão direito à Gratificação por Trabalho em Local de Difícil Lotação: Profissionais da Saúde e da Educação. Veja:

Art. 54. Além do vencimento e das vantagens constantes desta Lei, será concedida a Gratificação por Trabalho em Local de Difícil Lotação, no percentual de 15% (quinze por cento) do valor de seu vencimento, especificamente aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo de:

I - Profissionais da Saúde;

II - Profissionais da Educação;

III - (VETADO)

§ 1º. A gratificação de que trata o “caput” não será incorporada ao vencimento para nenhum fim.

§ 2º. Os servidores que percebem a gratificação nos termos do “caput” perderão o direito no momento em que cessar sua atuação nos referidos locais.

§ 3º. O disposto neste artigo deverá ser regulamentado através de ato próprio da autoridade do respectivo Poder.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 18**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Analisadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o erro material constante no enunciado da questão, na indicação da data de publicação da Lei Municipal nº 190 de 2010 não impede o bom entendimento ou afeta a resolução da questão, sendo certo que existe apenas uma Lei Municipal nº 190 que trata do estatuto do servidor público do Município de Suzano. Logo, não há de se falar em anulação da questão.

Ademais, o parágrafo 1º do artigo 146, da Lei Municipal nº 190 de 2010 é o aplicado ao caso concreto trazido no enunciado da questão, e assim dispõe:

“§ 1º. Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica, física, mental e psicológica, determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação”.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 21**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Tal questionamento é sobre os principais reservatórios do vírus influenza. Portanto, o homem, os suínos, os equinos, as focas e as aves são considerados os principais reservatórios. As aves migratórias, principalmente as aquáticas e as silvestres, desempenham importante papel na disseminação natural da doença entre distintos pontos do globo terrestre. Os répteis, no entanto, possuem características em fase de experimentação e pesquisas.

Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Ministério da Saúde é o gestor nacional do SUS; formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Inco e oito hospitais federais. O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. O IBGE oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções: produção e análise de informações estatísticas; coordenação e consolidação das informações estatísticas; produção e análise de informações geográficas; coordenação e consolidação das informações geográficas; estruturação e implantação de um sistema das informações ambientais; documentação e disseminação de informações; e, coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.

Fontes:

- <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>
- <http://www.saude.gov.br/o-ministro/681-institucional/40029-sistema-nacional-de-saude>

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Outro componente do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) é a Plataforma Arouca, um banco de dados nacional do SUS, sob responsabilidade da Secretaria Executiva da UNA-SUS/Fiocruz, que concentra todos os dados dos cursos e suas ofertas. A ferramenta contém ainda o registro histórico dos profissionais de saúde do SUS e seus certificados educacionais. Por meio dessa ferramenta o usuário poderá visualizar os cursos ofertados, filtrados conforme a profissão, o interesse e/ou região. A questão está em conformidade com o Conteúdo Programático, pois aborda tema Organização dos Serviços de Saúde do Brasil, assim como Políticas Públicas de Saúde.

Fontes:

- <http://www.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao>
- <http://www.saude.gov.br/trabalho-educacao-e-qualificacao/gestao-da-educacao/qualificacao-profissional/universidade-aberta-do-sus-modulos-educacionais-una-sus>

Questão: 25

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mecanismos de mobilização social representam dispositivos para a articulação de movimentos populares na luta pelo SUS e o direito à saúde, ampliando espaços públicos (coletivos) de participação e interlocução entre trabalhadores de saúde, gestores e movimentos populares. A afirmativa B denota informações específicas do Conselho Nacional de Saúde, considerando os debates ocorridos nos Conselhos de Saúde, nas três esferas de Governo, na X Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, nas Plenárias Regionais e Estaduais de Conselhos de Saúde, nas 9a, 10a e 11a Conferências Nacionais de Saúde, e nas Conferências Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde em maio de 2012.

Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_estrategica_participasus_2ed.pdf

Questão: 28

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As informações recursais não correspondem à questão 28.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está em conformidade com o Conteúdo Programático, pois aborda tema Organização dos Serviços de Saúde do Brasil, assim como Políticas Públicas de Saúde.

Fonte: Edital do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Suzano / SP.

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Modo de transmissão ocorre com o contato direto pessoa a pessoa, por meio de secreções respiratórias de pessoas infectadas, assintomáticas ou doentes. A transmissão por fômites não é importante. Assim, a afirmativa II está correta e coerente. No Brasil, a doença meningocócica é endêmica, com ocorrência de surtos esporádicos. O

meningococo é a principal causa de meningite bacteriana no país. Os coeficientes de incidência têm sido reduzidos nos últimos anos, com registro de menos de um caso para cada 100.000 habitantes, entre os anos de 2014 e 2016. Acomete indivíduos de todas as faixas etárias, porém, aproximadamente 30% dos casos notificados, ocorrem em crianças menores de 5 anos de idade. Os maiores coeficientes de incidência da doença são observados em lactentes, no primeiro ano de vida. Nos surtos e epidemias, observam-se mudanças nas faixas etárias afetadas, com aumento de casos entre adolescentes e adultos jovens.

Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na obra Liebenson, Craig. Treinamento funcional na prática desportiva e reabilitacional neuromuscular. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017, no capítulo 5, página 51, que trata do processo de avaliação clínica e a determinação do elo principal, o autor Craig Liebenson, destaca que objetivos primários na assistência ao paciente ou seu desenvolvimento atlético são diminuir a intolerância as atividades (como por exemplo andar, sentar, se curvar), eliminar a dor, promover a forma física e prevenir lesões. Afirmar ainda que para melhorar a função é necessário antes, uma avaliação da capacidade funcional e/ou dos padrões de movimentos do paciente ou atleta, em particular, identificar o “elo-chave” da patologia funcional que ele apresenta. Pontua ainda que com relação aos padrões de movimento defeituosos comuns que não devem passar despercebidos estão entre outros, a capacidade de carregar peso ou de se agachar em um paciente de disco lombar; o agachamento em apoio monopodal em um paciente com síndrome patelofemoral ou para reduzir o risco de lesão do ligamento cruzado anterior; o ritmo escapuloumbral deficiente em um paciente com síndrome do manguito rotador e a flexão craniocervical em um paciente com dor no pescoço ou cefaleia. Desta forma, todas as afirmativas corretas, sendo a alternativa a ser marcada é a “A”.

Fonte: Liebenson, Craig. Treinamento funcional na prática desportiva e reabilitacional neuromuscular. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Questão: 41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na obra Dutton, Mark. Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2015, no capítulo 28, páginas 1580 e 1581, que trata da reabilitação pós-cirúrgica da extremidade superior, o autor Mark Dutton, destaca que sempre ocorre um alongamento cápsular significativo quando a articulação glenoumbral subluxa ou desloca-se de forma traumática ou atraumática. Salienta ainda que, dependendo da gravidade, o alongamento capsular apresenta frouxidão ou instabilidade dessa articulação. Afirmar que há uma série de procedimentos cirúrgicos para a instabilidade do ombro, como, reconstrução capsulolabial anterior aberta, reconstrução artroscópica e capsulorrafia térmica. Explica que na fase I do processo reabilitacional pós operatório (3 dias a 3 semanas após a cirurgia), alguns fatores devem de ser levados em conta, como Os exercícios pendulares de Codman devem ser feitos com sustentação do cotovelo. Dependendo do procedimento e das instruções médicas sobre as restrições à ADM, o paciente pode fazer exercícios leves com roldanas para a flexão até 90° e elevação no plano escapular até 60°. Afirmar ainda que o paciente deve iniciar exercícios isométricos leves de rotação interna e externa, flexão, extensão e abdução do ombro para restaurar a atrofia muscular, mantendo o braço abaixo de 90° para abdução e em 90° para flexão. Explica que a ADM ativa é executada para o cotovelo, o punho e a mão, incluindo flexão e extensão do cotovelo, pronação e supinação do antebraço, flexão e extensão do punho e fechar e abrir a mão. Conclui destacando que as técnicas de mobilização do tecido mole e liberação miofascial e a terapia do ponto-gatilho são as mais adequadas. A ADM passiva sem dor pode ser executada dentro de todos os planos, desde que não exerça tensão na rotação externa. Desta forma, todas as afirmativas estão corretas, sendo a alternativa a ser marcada é a “A”.

Fonte: Dutton, Mark. Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

Questão: 43

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na obra Leite, Nelson M.; Faloppa, Flávio. Propedêutica ortopédica e traumatológica. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013, no capítulo 21, páginas 293 a 300, que trata da propedêutica das doenças neuromusculares, os autores Danilo Masiero, José Antônio Pinto e Paulo Kenji Honmoto, destacam que as doenças neuromusculares da infância incluem um grande grupo de patologias, geralmente de caráter hereditário, que afetam a medula espinhal, os nervos periféricos, a placa mioneurál e os músculos. Relatam ainda que as amiotrofias espinhais se caracterizam por um processo degenerativo das células do corno anterior da medula. A incidência é de 1:20.000 nascidos vivos. Aponta

que com relação aos principais indicadores clínicos, sinais propedêuticos da atrofia muscular espinhal, estão a fasciculação em extremidades e língua, história de hipocinesia fetal, arreflexia com hipotonia muscular e tremor fino dos dedos e fraqueza muscular grave. Desta forma, apenas a última afirmativa está correta, sendo a alternativa a ser marcada a “A”, pois os sinais apresentados pelos pacientes são: Fasciculação em extremidades e língua, História de hipocinesia fetal, Arreflexia com hipotonia muscular e Tremor fino dos dedos e fraqueza muscular grave.

Fonte: Leite, Nelson M.; Faloppa, Flávio. Propedêutica ortopédica e traumatológica. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Questão: 45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na obra Oatis, Carol A. Cinesiologia: A mecânica e a patomecânica do movimento humano. 2ª ed. Barueri - SP: Manole, 2014, no capítulo 7, páginas 109 a 113, que trata da biomecânica das articulações, os autores, Margery A. Lockard e Carol A. Oatis, colocam que a rotação em torno de um eixo produz movimento em um plano que é perpendicular àquele eixo. Portanto, a flexão da maioria das articulações, ocorre em torno do eixo medial-lateral e acontece no plano sagital. De forma semelhante, a abdução da maioria das articulações, ocorre no plano frontal em torno de um eixo anteroposterior. A rotação da maioria dos pontos, ocorre no plano transversal em torno do eixo longitudinal. A maioria das articulações do corpo é diartrodial ou sinovial e se movimenta livremente. Estes autores, destacam que com relação a classificação das articulações sinoviais, podemos ter os seguintes exemplos:

- Articulação em dobradiça (gínglimo) é uniaxial. Um exemplo é a articulação interfalângica distal.
- Articulação condiloide é biaxial. Um exemplo é a articulação metacarpofalângica dos dedos.
- Articulação elipsoide é biaxial. Um exemplo é a articulação do punho (radiocarpal).
- Articulação deslizante (plana) é anaxial. Um exemplo é a articulação mediotarsal do pé.

Desta forma, a alternativa incorreta a ser marcada é a “A”.

Fonte: Oatis, Carol A. Cinesiologia: A mecânica e a patomecânica do movimento humano. 2ª ed. Barueri - SP: Manole, 2014.

Questão: 47

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na obra Maitin, Ian B. CURRENT medicina e reabilitação: diagnóstico e tratamento. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016, no capítulo 28, página 460 e 461, que trata de órteses, os autores Lanvin Taylor e Stanley Yoo destacam que a função da extremidade superior na utilização da mão de modo que ela possa acessar e manipular objetos no espaço é atingida por pensão, que é o ato de segurar, pegar ou agarrar um objeto. O ombro, o cotovelo e o punho funcionam juntos para colocar a mão em um local desejado a fim de serem realizadas tarefas motoras finas e amplas. Afirmam ainda que o principal objetivo das órteses de extremidade superior, portanto, é manter a função da mão, restaurando ou preservando a própria preensão ou permitindo o posicionamento ideal da mão no espaço a fim de manipular objetos no ambiente. Com relação aos objetivos comuns na área de órteses de extremidade superior, os referidos autores afirmam que as mesmas devam de substituir músculos fracos ou ausentes; proteger segmentos danificados ou lesionados limitando as cargas ou o movimento; prevenir deformidade e corrigir contratura e unir-se a outros aparelhos de auxílio. Desta forma, todas as afirmativas corretas, sendo a alternativa a ser marcada é a “A”.

Fonte: Maitin, Ian B. CURRENT medicina e reabilitação: diagnóstico e tratamento. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

Questão: 48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na obra Cipriano, Joseph J. Manual fotográfico de testes ortopédicos e neurológicos. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012, no capítulo 2, páginas 36 e 37, que trata da avaliação postural, o autor Steven P. Weiniger, destaca que a postura é como um corpo se equilibra. Por conseguinte, a análise postural é uma avaliação da função do sistema motor (ossos, músculos e ligamentos) e do controle do sistema nervoso do sistema motor. A postura neutra de um indivíduo ocorre quando o encéfalo e o sistema nervoso usam a informação a partir de três fontes para equilibrar o corpo no espaço: ao ficar em pé, ao sentar ou ao mover-se. O autor pontua que no tocante à observação destas três fontes de equilíbrio, destacam-se os seguintes fatores: – Olhos: conseguimos ver o que é nivelado. Ouvidos: o aparato vestibular dá ao encéfalo a informação sobre a posição relativa e o movimento de cada ouvido interno. Músculos e articulações: os proprioceptores nos músculos, ligamentos e tendões informam ao encéfalo o quanto cada um está sendo estressado. O encéfalo integra a informação que recebe para equilibrar o corpo. Desta forma, todas as alternativas estão corretas, sendo a alternativa a ser marcada ser a “A”.

Fonte: Cipriano, Joseph J. Manual fotográfico de testes ortopédicos e neurológicos. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na obra Leite, Nelson M.; Faloppa, Flávio. Propedêutica ortopédica e traumatológica. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013, no capítulo 23, páginas 1324 e 325, que trata da propedêutica da mielomeningocele, os autores Alexandre F. de Lourenço, José Antônio Pinto e Eiffel Tsuyoshi Dobashi, destacam que a mielomeningocele é uma das mais graves malformações compatíveis com a vida e acomete diversos sistemas orgânicos, notadamente o sistema nervoso, o sistema geniturinário e o sistema musculoesquelético. Pontuam ainda, que há uma grande variação da incidência em diferentes partes do mundo, explicada pela influência da composição genética da população e de fatores ambientais. Colocam ainda que o defeito pode ocorrer em qualquer nível ao longo do eixo neural, mas predomina na região lombossacra. Com relação à classificação dos níveis funcionais da mielomeningocele, os referidos autores, destacam serem 04 os níveis. Torácico: Paralisia total dos membros inferiores; Lombar alto: L1-L2, flexores e adutores do quadril; Lombar baixo: L3-L4-L5, quadríceps e tibial anterior e por fim, Sacral: S1-S2, paralisia dos intrínsecos do pé, fraqueza do tríceps. Desta forma, todas as afirmativas estão corretas, sendo a alternativa a ser marcada é a "D".

Fonte: Leite, Nelson M.; Faloppa, Flávio. Propedêutica ortopédica e traumatológica. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Cargo: Gestor Ambiental

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa "A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada." não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: "No segmento "– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão." (1º§), pode-se afirmar que:". De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. "Rios te correrão dos olhos, se chorares." (Olavo Bilac). A alternativa "D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado." foi considerada correta, pois, a expressão "exagerado consumismo" foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de "personificar", ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa "B) A expressão "de um tempo para cá" demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa." não pode ser considerada correta, pois, "de um tempo para cá" não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa "D) A substituição de "aderir à onda do consumo de" por "consumir" alteraria o tipo de complemento verbal da oração: "do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis." não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: "Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.", de acordo com o enunciado da questão: "De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período "Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de

produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Cargo: Gestor de Contratos

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quando se estuda a morfologia da língua portuguesa, aprende-se que o verbo é uma das classes de palavras existentes. Logo, questionar a conjugação de um verbo envolve o emprego dessa classe gramatical, sendo que o emprego de classes de palavras corresponde a um item presente no conteúdo programático desta prova.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. Cia Editora Nacional, 2010, p. 195.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na frase “Eu escrevo na internet e seria hipocrisia da minha parte dizer que não me importo em ser ou não ser lido, de ter ou não muitos likes etc” (3º§), se o termo “eu” fosse substituído pelo pronome “nós”, ela ficaria assim: “Nós escrevemos na internet e seria hipocrisia da nostra parte dizer que não nos importamos em ser ou não ser lidos, de ter ou não muitos likes etc”. Assim, seis palavras ao todo obrigatoriamente precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal, estando correta a alternativa D.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 438-472.

Questão: 13

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na oração adaptada do texto, “É libertador expressar isso com franqueza” (3º§), o sujeito é indeterminado, estando correta a alternativa D. Isto porque o verbo “expressar” foi empregado no infinitivo impessoal, não havendo, portanto, indicação do agente da ação verbal.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 325.

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De 8 para 11, soma 3.

De 11 para 16, soma 5.

De 16 para 23, soma 7.

De 23 para 32, soma 9.

De 32 para 43, soma 11.

Os valores que são somados aos elementos da sequência são os números ímpares. Os dois próximos números a serem somados são 13 e 15.

De 43 para x, soma 13, $x = 56$.

De 56 para y, soma 15, $y = 71$.

$x + y = 127$. Resposta letra C

As razões recursais dispõem que a sequência apresentada: **8, 11, 16, 23, 32, 43, x, y**, pode ser dividida em duas sequências entrelaçadas.

Primeira sequência: **8, 16, 32, x**.

É uma progressão geométrica de razão 2.

De 8 para 16, multiplicou-se por dois.

De 16 para 32, multiplicou-se por dois.

De 32 para x, multiplicando-se por dois, 64. O valor de x é 64.

A primeira sequência **8, 16, 32, x**, também pode ser vista como.

De 8 para 16, soma-se 8.

De 16 para 32 soma-se 16.

De 32 para x, soma-se 24. Ou seja, a sequência que é somada à sequência dada aumenta de 8 em 8, é uma progressão de razão 8. O valor x é 56.

As duas considerações sobre a sequência apresentada ser dividida em duas sequências intercaladas levam a valores diferentes para x. Isso se deve ao fato de que na sequência com os termos **8, 16, 32, x**, não é possível determinar com certeza o valor de x.

Segunda sequência: **11, 23, 43, y**.

Sustenta o recurso que essa sequência possui o seguinte desenvolvimento.

De 11 para 23, soma-se 12.

De 23 para 43, soma-se 20.

E a partir dessas duas observações considera que o número somado ao 43 para obter-se y é 28. Está considerando que a sequência 12, 20, ... é uma progressão aritmética de razão 8. Se isso é verdade, o valor do termo a ser somado ao 43 para obter-se y é 28. Como a sequência 12, 20 possui apenas dois termos não é possível afirmar com certeza qual o próximo número, aquele a ser somado ao 43 para obter-se y.

Pelo exposto a sequência apresentada pela questão não pode ser dividida em duas outras sequências.

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)
- Rocha, Enrique. Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que a assertiva III é verdadeira, pautando os argumentos em equivocada interpretação da norma. O art. 198 da Lei Complementar n. 190/2010 usa o pronome possessivo “sua” para referir-

se ao “processo”: “sua prorrogação”, a prorrogação do “processo”. Isso posto, o processo é “prorrogável” e não “improrrogável”, o que torna a assertiva III FALSA e confirma o gabarito publicado.

Fonte: Estatuto dos servidores municipais.

Questão: 26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentam as razões recursais que a assertiva III não permite inferir que a licença é remunerada, alegando que o servidor pode exercer outras funções no Sindicato. Ocorre que a questão refere-se a desempenho de “mandato”, portanto, equivale à expressão “Diretoria Executiva”. Os cargos da “Diretoria Executiva” são exercidos mediante mandato e não há mandato fora da Diretoria. Assim, a questão é literal e refere-se à “licença para desempenho de mandato em sindicato da categoria”, que é remunerada, conforme previsto no art. 96 do Estatuto dos Servidores.

Fonte: Estatuto dos servidores municipais.

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme a lei 8.429 de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa em seu art. 11, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo; IV - negar publicidade aos atos oficiais; V - frustrar a licitude de concurso público.

Ou Seja:

(F) Frustrar a **ilicitude** de concursos públicos. (Correto: frustrar a licitude de concurso público).

(V) Revelar fato ou circunstâncias de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo. (correto).

(F) Negar publicidade aos atos **não** oficiais. (Correto: negar publicidade aos atos oficiais).

(V) Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência. (correto).

Sendo assim, resposta correta, letra A.

Fonte: Lei nº 8.429 de 02 de Junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

Questão: 35

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A questão apresentou o tema NACIONALIDADE, o qual não consta no conteúdo programático para este cargo, conforme anexo II Conteúdo programático:

LEGISLAÇÃO Constituição Federal (arts. 1º a 11; 29 e 30); Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992); Lei Municipal nº 190, de 01 de julho de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano. Lei Municipal nº 4.392, de 08 de julho de 2010 – Dispõe sobre a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Prefeitura Municipal de Suzano.

Assim sendo, a questão foi anulada.

Fonte: Edital de Abertura de Inscrições nº. 01/2019 – Administração – Prefeitura Municipal de Suzano Secretaria Municipal de Administração.

Questão: 36

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o conteúdo programático “[...] conceito e objetivo do sistema contábil [...] atos geradores, obrigações e créditos tributários, ICMS, IRPJ, COFINS [...]”, considerado em sentido genérico, uma vez que o edital exige conhecimento básico sobre os tributos especificados, e a Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003 criou a tributação sob o regime não cumulativo para o COFINS, o que se enquadra como conceito, objetivo, fato gerador... do referido tributo.

Em momento algum foi solicitado o conhecimento da referida lei e de particularidades nela existentes que estivessem aquém do previsto, tendo em vista que a base de cálculo de um tributo constitui-se em um conhecimento básico do mesmo.

Tal assunto pode ser encontrado em diferentes literaturas de Direito Tributário, Contabilidade Tributária, e não somente na lei, mas que a princípio é a principal fonte de conhecimento dos elementos de constituição do tributo.

Quanto à não especificação do item “D) Receita decorrente da venda de bens do ativo não circulante”, não descaracteriza a mesma como exceção, tendo em vista que a própria lei, antes de especificar ou classificar os ativos não circulantes é clara ao definir “[...] as receitas decorrentes da venda de **bens** do Ativo Não Circulante [...]”, ou seja, a exclusão se aplica somente a bens de tal grupo. Nesse sentido, ressalta-se que em conformidade com a Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976:

Art. 179 As contas serão classificadas do seguinte modo: [...] II - no Ativo Realizável a Longo Prazo: Os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas (artigo 243), diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

Portanto, neste subgrupo devem ser apresentadas contas que representam direitos, dessa forma não abrangidas pelo item D), que conforme exposto, trata somente de bens.

Em tempo, sobre a base de cálculo da Cofins não cumulativa, prevê a Lei nº. 10.833/2003:

Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica com os seus respectivos valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do **caput** do art. 183 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

§ 2º A base de cálculo da Cofins é o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, conforme definido no **caput** e no § 1º.

O Decreto-Lei nº. 1.598, de 26 de dezembro de 1977 dispõe sobre a receita bruta:

Art. 12. A receita bruta compreende

I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria;

II - o preço da prestação de serviços em geral;

III - o resultado auferido nas operações de conta alheia; e

IV - as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos incisos I a III.

Portanto, não tendo sido verificado qualquer tipo de vício, incongruência ou incompatibilidade na questão, a mesma deve ser mantida.

Fontes:

- ANDRADE, E. S. M.; LINS, L. S.; BORGES, V. L. **Contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRASIL. **Lei nº. 6.404, de 12 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações.
- BRASIL. **Lei nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003**. Altera a legislação tributária e dá outras providências.
- FRABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- PAULSEN, L. **Curso de direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o conteúdo programático “[...] conceito e objetivo do sistema contábil [...] atos geradores, obrigações e créditos tributários, ICMS, IRPJ, COFINS [...]”, considerado em sentido genérico, uma vez que o edital exige conhecimento básico sobre os tributos especificados, e a Lei nº. 9.340 de 27 de dezembro de 1996 tem em seu texto dispositivos que tratam do COFINS e do IRPJ.

Especificamente na Seção V Arrecadação de Tributos e Contribuições – Retenções de Tributos e Contribuições, o artigo 64 aponta que:

Art. 64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.

§ 1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.

§ 2º O valor retido, correspondente a cada tributo ou contribuição, será levado a crédito da respectiva conta de receita da União.

§ 3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pela contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.

§ 4º O valor retido correspondente ao imposto de renda e a cada contribuição social somente poderá ser compensado com o que for devido em relação à mesma espécie de imposto ou contribuição.

Tal dispositivo legal se enquadra em conceito, objetivo, fato gerador da COFINS, não tendo sido solicitado o conhecimento da referida lei e de particularidades nela existentes que estivessem aquém do previsto, tendo em vista que a forma de recolhimento de um tributo constitui-se em um conhecimento básico do mesmo.

Tal assunto também pode ser encontrado em diferentes literaturas de Direito Tributário, Contabilidade Tributária, e não somente na lei, mas que a princípio é a principal fonte de conhecimento básico sobre os tributos.

Portanto, não tendo sido verificado qualquer tipo de vício, incongruência ou incompatibilidade na questão, a mesma deve ser mantida.

Fonte:

- ANDRADE, E. S. M.; LINS, L. S.; BORGES, V. L. **Contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRASIL. **Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.
- FRABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- PAULSEN, L. **Curso de direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

Questão: 41

Recurso Procedente. Questão Anulada.

Considerando os dados apresentados e realizada a análise horizontal e vertical obteve-se como resultado:

ATIVO	2017	AH	AV	2018	AH	AV
Disponível	2.000,00			5.000,00		
Contas a Receber	10.000,00			12.000,00		
Estoques	15.000,00			18.000,00		
Outros Recebíveis	3.000,00			5.000,00		
<i>Ativo Circulante</i>	<i>30.000,00</i>	<i>100,0%</i>	<i>25,0%</i>	<i>40.000,00</i>	<i>33,33%</i>	<i>25,0%</i>
Investimentos	30.000,00			40.000,00		
Imobilizado	50.000,00			70.000,00		
Intangível	10.000,00			10.000,00		
<i>Ativo Não Circulante</i>	<i>90.000,00</i>	<i>100,0%</i>	<i>75,0%</i>	<i>120.000,00</i>	<i>33,33%</i>	<i>75,0%</i>
Ativo Total	120.000,00		100,0%	160.000,00		100,0%
PASSIVO	2017			2018		
Contas a Pagar	5.000,00			6.000,00		
Outras obrigações	2.000,00			3.000,00		
<i>Passivo Circulante</i>	<i>7.000,00</i>	<i>100,0%</i>	<i>5,8%</i>	<i>9.000,00</i>		<i>5,6%</i>
Empréstimos	5.000,00			9.000,00		
Financiamentos	3.000,00			7.000,00		
<i>Passivo Não Circulante</i>	<i>8.000,00</i>	<i>100,0%</i>	<i>6,7%</i>	<i>16.000,00</i>	<i>66,66%</i>	<i>10,0%</i>
Capital Social	100.000,00			150.000,00		
Resultados Acumulados	5.000,00			-15.000,00		
<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>105.000,00</i>	<i>100,0%</i>	<i>87,5%</i>	<i>135.000,00</i>	<i>28,6%</i>	<i>84,4%</i>
Passivo Total	120.000,00		100,0%	160.000,00		100,0%

Considerando a análise horizontal (de evolução) e vertical (de estrutura) do balanço patrimonial, calculadas por meio de simples cálculos da razão entre os valores que se deseja definir verifica-se que a única assertiva correta é a “II – O Passivo (Circulante e Não Circulante) correspondia a 12,5% do Total do Passivo em 2017, aumentando 3,10% de

sua participação no ano de 2018, quando passou a representar 15,6% do Passivo Total". Já a assertiva III estaria correta se apresentado o aumento do Passivo em 66,66% e não com a redução: "III – O Ativo Circulante teve um aumento de 33,33% no ano de 2018 em relação ao ano de 2017, enquanto o Passivo (circulante e não circulante) teve **uma redução de 66,66%**".

Portanto, não havendo alternativa correta, a questão foi ANULADA.

Fonte: ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Questão: 42

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o conteúdo programático "[...] balanço patrimonial e demonstrações financeiras [...]", consideradas em sentido amplo, atendo à exigência do edital de conhecimento básico sobre as mesmas. A lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 constitui-se no instituto legal que normatiza a estrutura e elementos das demonstrações contábeis no Brasil.

A referida lei aponta que:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício: I - balanço patrimonial; II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; III - demonstração do resultado do exercício; e IV – demonstração dos fluxos de caixa; e V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. [...] § 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. §5º As **notas explicativas** devem: I – Apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; [...] III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada;

Assim, não foi solicitado conhecimento específico de particularidades da referida lei, e sim parte do dispositivo que trata de conteúdo previsto no edital de forma ampla, que inclusive é encontrado de forma amplamente divulgada em literaturas contábeis.

A alternativa correta vincula-se ao apontado pela legislação e por autores da área como parte do mínimo que as Notas Explicativas devem apresentar, sendo: "Segundo a Lei nº 6.404/76 citada, constitui-se em assunto predeterminado a ser tratado em notas explicativas evidenciar: [...] C) **Informações que não foram fornecidas nas próprias demonstrações contábeis**"; sendo as demais alternativas referentes a informações que necessariamente são apresentadas nas demonstrações contábeis.

Portanto, não tendo sido verificado qualquer tipo de vício, incongruência ou incompatibilidade na questão, a mesma deve ser mantida.

Fontes:

- BRASIL. **Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as sociedades por ações.
- GELBECKE, E.R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Manual de contabilidade societária:** aplicável a todos os tipos de sociedades. 3. ed. 2018. São Paulo: Atlas.

Questão: 43

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso foi prejudicado por não corresponder à questão mencionada.

Questão: 45

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra "B".

O gabarito foi alterado para a letra B, pois apenas as assertivas I e II estão corretas.

Teorias extremistas não são adotadas no tocante à responsabilidade civil do Estado. A teoria do Risco Integral, portanto, não é aplicada na legislação pátria.

Questão: 46**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O contrato, como acordo de vontades é título executivo extrajudicial. A possibilidade de que o mesmo possa ser discutido na esfera judicial compreende, em face disso, mesmo que não haja valor financeiro no pacto, a aplicação de multa por descumprimento. Daí o “fundo econômico”, sempre presente nos contratos de qualquer natureza.

Vide: <https://domtotal.com/direito/uploads/pdf/9ca48257c22954cf9eb6b75038715337.pdf>

Questão: 48**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Diz o art. 28, III da Lei 8.666/93 que - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, **no caso de sociedades por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

É dizer, a questão solicita a resposta de acordo com a lei, sendo certo que a assertiva generalizou documento que a lei restringe como necessário somente no caso de sociedade por ações.

Questão: 49**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A questão não menciona em nenhuma de suas assertivas a necessidade de que o contrato estabeleça o modo de sua interpretação, mas sim, a clareza dos termos contratuais, expressando “...Não deve haver, na redação, estipulações de interpretação duvidosa ou obscura”. A questão compreende a elaboração correta de um contrato, não havendo, pois, qualquer fundamento na pretensão recursal.

Cargo: Jornalista**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. “Rios te correrão dos olhos, se chorares.” (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02**Recurso Procedente. Questão Anulada.**

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que

consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa.” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela.” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento.” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Analisar criteriosamente diferentes comportamentos relacionados ao consumismo.” não pode ser considerada correta. O texto apresentado é um gênero discursivo que se define por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. Não há uma análise criteriosa, tal análise poderia ocorrer posteriormente diante de tais informações com o acréscimo de outras. Já a alternativa “C) Apresentar informações sobre um tema específico enfatizando um viés relacionado ao consumo e consciência ambiental.” foi considerada correta tendo em vista a justificativa anterior. A alternativa “D) Estabelecer critérios que norteiem um comportamento consumidor compatível com as necessidades atuais da sociedade.” não pode ser considerada correta, pois, o texto jornalístico apresentado não tem por objetivo estabelecer critérios, ainda que a partir das informações apresentadas os leitores possam ter um entendimento diferente acerca do assunto tratado, o texto não é suficiente para estabelecer critério como o seria, por exemplo, um regulamento. A alternativa “B) Promover o confronto de ideias relacionadas ao consumismo e consumo consciente.” não pode ser considerada correta, pois, não há argumentos, pontos de vista de forma predominante no texto em confronto com posicionamentos contrários, as informações apresentadas são a sua principal finalidade.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, resignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 07

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa indicada como correta pelo gabarito divulgado foi a “C” e não a “D” conforme consta no recurso. A alternativa “C) os travessões do segundo parágrafo fossem substituídos por parênteses de acordo com a função exercida na frase.” foi indicada como correta, pois, parênteses [()] são sinais de pontuação que marcam um momento intercalado no texto, onde há acréscimo de informação acessória. Sendo acessória, a informação dos parênteses pode ser retirada da frase sem alterar o sentido da mesma, sendo assim dispensável. Na separação de orações intercaladas com verbos declarativos, principalmente quando curtas. Além dos parênteses, também é possível a utilização da vírgula ou de travessões na separação de orações intercaladas. A alternativa “B) o pronome “eu” do 2º parágrafo fosse substituído pelo substantivo próprio a que se refere.” não pode ser indicada como correta.

Vejam os 1º e 2º parágrafos do texto:

Mort. Ed Mort. Detetive particular. Está na plaqueta. Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas. Não levei muito tempo para saber o que tinha havido. Alguém trocou minha plaqueta com a da escola de cabeleireiros, ao lado. A escola de cabeleireiros passou o dia vazia. Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. Mort. Ed Mort. Está na plaqueta certa.

Eu estava pensando no meu jantar da noite passada – isto é, em nada – quando ela entrou. Nem abri os olhos. Disse: “A escola de cabeleireiros é ao lado”. Mas quando ela falou, abri os olhos depressa. Se sua voz pudesse ser engarrafada seria vendida como afrodisíaco. Ela não queria a escola de cabeleireiros.

Se em lugar de “Eu estava pensando” houvesse “Ed Mort estava pensando”, o enunciado do texto não seria atendido em sua totalidade: “Seriam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto se”, já que a coerência seria prejudicada por mudar repentinamente o narrador personagem para simplesmente um personagem, ou seja, mudaria o foco narrativo para 3ª pessoa de forma abrupta.

A alternativa “D) a forma verbal destacada em “Comecei a escrever enquanto ela falava. A Bic era alugada.” fosse substituída por “começaria.” Não pode ser considerada correta. De acordo com o texto: “Tenho um certo charme rude, não nego. Sou violento. Sorrio para o lado. Uso costeletas. No cartão estava escrito Joli Decorações e um nome, Dorilei. Virei do outro lado. Comecei a escrever enquanto ela falava. A Bic era alugada.”, a ação expressa em “comecei” indica uma ação iniciada já a forma verbal “começaria” indica uma ação de realização duvidosa, o que acarretaria em prejuízo da coerência textual.

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “C) Uma ação situada em um passado longínquo, distante.” foi considerada correta, pois, de acordo com o enunciado “No segmento “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo (...)”, a forma verbal destacada indica: ” a forma verbal “entrara” diz respeito ao pretérito mais que perfeito do modo indicativo, por isso indica uma ação em um passado distante, no sentido de que é um passado anterior a outro também passado. A alternativa “A) Ocorrência de um fato em continuidade no passado. ” não pode ser indicada como correta, pois, o tempo verbal que indica ocorrência de um fato em continuidade no passado é o pretérito imperfeito do modo indicativo. A alternativa “B) Um fato concluído pouco antes da fala do enunciatador. ” não pode ser considerada correta, pois, a ideia apresentada diz respeito ao pretérito perfeito do indicativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Sacconi, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois,

ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas, recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho”. * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não obstante a possibilidade de erro material, o contexto da questão é bastante claro, não havendo aí que se falar em interpretação da frase do ponto de vista da língua portuguesa, a sobrelevar a compreensão jurídica do contexto. A construção recursal pretende fazer crer que a resposta demandaria interpretação semântica, gramatical, sendo certo que o contexto jurídico não deixa dúvidas do enunciado e da alternativa realmente incorreta. Diante do exposto, o gabarito foi mantido.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão remete aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada é no gabarito oficial é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão. Diante do exposto, o gabarito foi mantido.

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei orgânica não estipula data de eleição. Esta já está prevista na Constituição, independentemente de qualquer comando da lei menor. A título de informação, a eleição deve acontecer no primeiro domingo de outubro e se houver segundo turno, este ocorrerá no último domingo do mesmo mês. A Lei orgânica não tem o condão de modificar esse comando, tampouco qualquer estipulação que confirmar tais datas é inócua. Diante do exposto, o gabarito foi mantido.

Questão: 36

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão não é jurídica e sim jornalística, que tem suas regras de ética. De acordo com o “Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros” e o jornalista tem que se ater a essa norma, que o protege e o defende diante da justiça. E no segundo artigo do código diz que a informação precisa ser correta.

“Art. 2º – A divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade.”

Lembrando ainda que uma profissão não pode se ater a questões opinativas pessoais simplesmente.

Fonte: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>

Questão: 37

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado está errado na prova, o correto seria “Assinale a alternativa INCORRETA sobre o trabalho em assessoria de imprensa: ” e não “CORRETA” como está na questão mencionada.

Questão: 39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta é a C por ela além de anunciar a novidade sobressai um detalhe que nem precisa estar citado anteriormente, e sim chamar atenção para um nicho social, no caso a terceira idade. Não se trata de haver ali um parque exclusivo para essa ou aquela idade, o espaço é para todos e o assessor de imprensa não tem que ser um mero, expositor daquilo que está na cara, tem que ser criativo e buscar saltar aos olhos detalhes, precisamos de profissionais que olhem além do comum.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A aceitação dos efeitos é por si só um erro, assim como toda e qualquer aceitação em um estudo teórico, o efeito imprevisto deve ser estudado, resolvido, questionado, mas aceitá-lo simplesmente não, aceitação é inércia e inércia não é estudo teórico é abandono do estudo.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_da_comunica%C3%A7%C3%A3o

A wikipédia é apenas mais uma fonte de estudo, não é algo vedado aos estudos, muito pelo contrário é uma fonte acessível e que como qualquer fonte deve-se ter sempre cuidado. Desde uma escritura sagrada à uma informação de texto da Internet deve-se usar com bom senso e se está aberta a público em geral para pesquisas e estudos, ponto para a informação.

Questão: 43

Recurso Procedente. Questão Anulada.

O enunciado da questão está: “Sobre utilização de mídias sociais por instituições, assinale a afirmativa INCORRETA” o correto seria “Sobre utilização de mídias sociais por instituições, assinale a afirmativa CORRETA”.

Questão: 44

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quando se trata de EXCESSÃO não se está excluindo nenhum outro item que está nas questões da prova, apenas a C está errada, a questão D está contida nos acertos quando se questiona o que está ou não relacionado ao *Fake News*. A questão não é apenas se a Deep Web faz parte ou não dos casos de *Fake News*, o caso é entender o que é excludente na questão.

Questão: 45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Nunca uma ferramenta tecnológica irá determinar a conduta do usuário e se o fizer estará cumprindo sua função errada, tanto a ferramenta, quanto a quem usa, uma ferramenta, como o próprio nome indica “Conjunto de instrumentos e utensílios empregados num ofício” ela está a serviço do usuário e não ao contrario como sugere a opção “A”.

Questão: 47

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “A”.

A razão recursal procede, uma vez que a alternativa que possui a sequência correta está contida na letra “A”, conforme resolução a seguir:

I. Comercial, pois tem o propósito de anunciar uma marca, um produto ou serviço para o público.

II. Institucional, uma vez que está interessada em fazer um alerta para um tema social importante, trazer à tona uma discussão ética, promover medidas de prevenção de doenças, dentre outras questões relevantes.

III. Comercial, pois busca convencer o público a adotar uma determinada atitude ou a aderir a um grupo ou crença particular.

IV. Comercial, cuja principal característica é deixar claro para sua audiência que o material se trata de um esforço promocional.

A publicidade comercial é aquela que mais nos rodeia e que nos incentiva diretamente à compra. Através de métodos de persuasão, o consumidor é convencido a adquirir um determinado produto ou serviço (exemplos: automóveis, espetáculos de cinema, viagens, etc.).

Por sua vez, a publicidade institucional destina-se, sobretudo, a alertar os consumidores para determinados aspectos da vida em sociedade, nomeadamente os de prevenção e implementação de regras de vida (exemplo: campanhas de solidariedade, de prevenção da Sida, etc.).

Dessa forma, o gabarito foi alterado de “C” para a letra “A”.

Questão: 48

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “D”.

A questão correta é a (D) pois a única afirmativa falsa é a “Divulgar projetos, novidades, ações realizadas e outras informações que sejam interessantes para o consumidor.”

Cargo: Médico Veterinário 20h

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. "Rios te correrão dos olhos, se chorares." (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 02

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A alternativa “D) A substituição de “aderir à onda do consumo de” por “consumir” alteraria o tipo de complemento verbal da oração: “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”” não pode ser considerada correta. Houve ambiguidade na afirmação feita. O resultado após a substituição proposta seria: “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que consumir produtos ditos sustentáveis.”, de acordo com o enunciado da questão: “De acordo com as relações sintáticas estabelecidas no período “Estudo indica que consumir em menor quantidade pode gerar efeitos mais positivos do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, pode-se afirmar que:” Na realidade, o complemento verbal “à onda” é transitivo indireto e o complemento verbal “produtos ditos sustentáveis” é transitivo direto. São assim, portanto, tipos de

complementos verbais diferentes, porém, a alternativa termina dizendo que seria alterado o complemento verbal da oração “do que aderir à onda do consumo de produtos ditos sustentáveis.”, o que não é verdade porque se a oração foi retirada não seria possível alterar o seu complemento verbal. A alternativa “C) As expressões “em menor quantidade” e “mais positivos” indicam, igualmente, circunstâncias em relação às formas verbais a que se referem.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “efeitos mais positivos” demonstra que não há uma circunstância em relação a uma forma verbal, mas sim uma característica em relação ao substantivo “efeitos”.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa.” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela.” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento.” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Analisar criteriosamente diferentes comportamentos relacionados ao consumismo.” não pode ser considerada correta. O texto apresentado é um gênero discursivo que se define por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. Não há uma análise criteriosa, tal análise poderia ocorrer posteriormente diante de tais informações com o acréscimo de outras. Já a alternativa “C) Apresentar informações sobre um tema específico enfatizando um viés relacionado ao consumo e consciência ambiental.” foi considerada correta tendo em vista a justificativa anterior. A alternativa “D) Estabelecer critérios que norteiem um comportamento consumidor compatível com as necessidades atuais da sociedade.” não pode ser considerada correta, pois, o texto jornalístico apresentado não tem por objetivo estabelecer critérios, ainda que a partir das informações apresentadas os leitores possam ter um entendimento diferente acerca do assunto tratado, o texto não é suficiente para estabelecer critério como o seria, por exemplo, um regulamento. A alternativa “B) Promover o confronto de ideias relacionadas ao consumismo e consumo consciente.” não pode ser considerada correta, pois, não há argumentos, pontos de vista de forma predominante no texto em confronto com posicionamentos contrários, as informações apresentadas são a sua principal finalidade.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 06

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de

morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o rato albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, ressignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “C) Uma ação situada em um passado longínquo, distante.” foi considerada correta, pois, de acordo com o enunciado “No segmento “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo (...)”, a forma verbal destacada indica: ” a forma verbal “entrara” diz respeito ao pretérito mais que perfeito do modo indicativo, por isso indica uma ação em um passado distante, no sentido de que é um passado anterior a outro também passado. A alternativa “A) Ocorrência de um fato em continuidade no passado. ” não pode ser indicada como correta, pois, o tempo verbal que indica ocorrência de um fato em continuidade no passado é o pretérito imperfeito do modo indicativo. A alternativa “B) Um fato concluído pouco antes da fala do enunciator. ” não pode ser considerada correta, pois, a ideia apresentada diz respeito ao pretérito perfeito do indicativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Saconni, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

Questão: 10

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito divulgado indicou como correta para a questão em análise a alternativa “A) “faz quase 50 anos que”. e não a “D” conforme afirma a razão recursal.

Fonte: Gabarito divulgado.

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio

do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois, ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas, recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho”. * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) A exploração espacial tem sido alvo do interesse, atualmente, de diferentes nações; fato que pode ser confirmado de forma concreta e evidente.” foi considerada correta, conforme pode ser comprovado de acordo com o trecho: “Sem pisar lá desde 1972, os Estados Unidos querem voltar, agora com a colaboração de outros países. Com orçamento menor do que na época da Guerra Fria, a Nasa conta hoje com a Agência Espacial Europeia e o Canadá. Outros atores têm a mesma ambição. A China, com um programa espacial em ascensão, planeja, sozinha, colocar um taikonauta na Lua. ” A alternativa “B) Fatores políticos, militares e tecnológicos são considerados responsáveis pela maior parte das descobertas científicas e tecnológicas.” não pode ser considerada correta, pois, a generalização da alternativa a torna incorreta quando usa a expressão “a maior parte”, na verdade, o texto refere-se especificamente a um feito: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, na face visível da Lua, e dois astronautas davam seus primeiros passos, ou pulos, no único satélite natural da Terra.”

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 15

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) “[...] a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, [...]” não pode ser considerada correta, pois, não ocorre o uso de linguagem figurada no trecho destacado. Linguagem figurada é aquela em que uma palavra ou frase expressa uma ideia através de uma outra palavra ou frase, se utilizando de uma certa semelhança que pode ser real ou imaginária. No trecho transcrito da prova aplicada: “Acredite-se ou não, há quase

50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade,” pode-se observar que o termo “Tranquilidade” foi escrito com inicial maiúscula, demonstrando ser um substantivo próprio. O gabarito divulgado apresenta a alternativa “C” como correta e não a “D” conforme as razões recursais.

Fonte: Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No edital está previsto o conteúdo geometria plana e espacial, além de geometria analítica. Logo, além de se tratar de uma prova de nível superior, conhecimentos como “abscissa” e “ordenada” são conceitos básicos desses assuntos e estão incluídos no programa previsto para o concurso.

Questão: 22

Recurso Procedente. Questão Anulada.

A redação da questão ficou com interpretação dúbia, possibilitando duas formas de interpretação e de resolução. Por esse motivo, a questão foi anulada.

Questão: 23

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Primeiro, calculam-se as raízes da equação apresentada: $x = 0$ e $x = -3$.

Sabe-se que o determinante da matriz Q é igual à raiz não natural da equação, ou seja:

$\det Q = -3$.

Com isso, fica:

$$8x - 35 = -3$$

$$8x = 32$$

$$x = 4$$

Conforme gabarito preliminar.

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Analizadas as razões recursais, verifica-se que estas não merecem acolhimento. Isso porque, o enunciado da questão é claro em solicitar a marcação da alternativa correta em consonância com a Lei Municipal nº 190, de 2010, que assim prevê:

Art. 93. A servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos seguintes termos:

I - no caso de adoção ou guarda judicial de criança até 2 (dois) meses de idade, o período de licença será de 180 (cento e oitenta) dias;

II - no caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 2 (dois) meses até 1 (um) ano de idade, o período de licença será de 120 (cento e vinte) dias;

III - no caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 1 (um) ano até 4 (quatro) anos de idade, o período de licença será de 60 (sessenta) dias;

IV - no caso de adoção ou guarda judicial de criança a partir de 4 (quatro) anos até 8 (oito) anos de idade, o período de licença será de 30 (trinta) dias.

Ademais, o entendimento dos Tribunais Superiores não pode ser cobrado dos candidatos, por não constar no conteúdo programático do Edital normatizador do presente certame.

Ante o exposto, mantém-se o gabarito apresentado preliminarmente.

Fonte: Lei Municipal nº 190, de 2010 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Suzano.

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão remete aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada é no gabarito oficial é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão.

Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão remete aos termos da lei. Assim, nos termos da lei, a alternativa divulgada é no gabarito oficial é a que não condiz com as especificações legais, sendo ela, portanto, a resposta correta da questão. Diante do exposto, mantém-se o gabarito.

Questão: 45

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que o edital não prevê a doença Malária, tendo em vista que o mesmo lista algumas zoonoses. Entretanto, em análise básica do edital percebe-se o seguinte texto:

... "Zoonoses: etiologia, grupos e classificação (SCHWABE, 1969) das zoonoses, patogenicidade, sintomatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia. Teníase, cisticercose, tuberculose, leishmaniose, raiva, leptospirose, brucelose, toxoplasmose, carbúnculo, fasciose, doença de Chagas, esquistossomose, dengue, febre amarela, fagicolose, anisakiase, sarcosistose, hantavirose."...

Em que pese o edital indicar algumas zoonoses, ele não se limita somente a elas. A frase anterior ao item Teníase termina em ponto final, ou seja, não tem continuidade obrigatória com os itens da frase seguinte. Termina-se a frase em ponto final, ou seja, a etiologia, grupo, classificação das zoonoses, patogenicidade, sintomatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia poderá ser de qualquer doença com participação de animais em seu ciclo. O recurso prosperaria se após a palavra profilaxia houvesse dois pontos, ou seja, seriam somente as doenças listadas. Como exemplo prático, temos o texto do edital conforme transcrito abaixo:

... "Características do mel de abelhas: fraudes."...

Nota-se que sobre as características do mel, somente deverá ser avaliado pela prova o quesito fraudes, e nenhum outro além.

Questão: 46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que o edital não prevê a inspeção de ovos. Em que pese o edital trazer de forma descritiva itens para a inspeção de derivados cárneos, leite e mel, ele também apresenta o item abaixo:

... "Reinspeção no consumo: legislação."...

A função do médico veterinário se dá tanto na inspeção dos produtos de origem animal como na reinspeção no local de venda. Desta forma, como está descrito no edital, a reinspeção não está limitada somente aos itens descritos. O item reinspeção se apresenta de forma ampla no edital.

Questão: 48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que o edital não prevê a doença Psitacose (clamidiose), tendo em vista que o mesmo lista algumas zoonoses. Entretanto, em análise básica do edital percebe-se o seguinte texto:

... "Zoonoses: etiologia, grupos e classificação (SCHWABE, 1969) das zoonoses, patogenicidade, sintomatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia. Teníase, cisticercose, tuberculose, leishmaniose, raiva, leptospirose, brucelose, toxoplasmose, carbúnculo, fasciose, doença de Chagas, esquistossomose, dengue, febre amarela, fagicolose, anisakiase, sarcosistose, hantavirose."...

Em que pese o edital indicar algumas zoonoses, ele não se limita somente a elas. A frase anterior ao item Teníase termina em ponto final, ou seja, não tem continuidade obrigatória com os itens da frase seguinte. Termina-se a frase em ponto final, ou seja, a etiologia, grupo, classificação das zoonoses, patogenicidade, sintomatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia poderá ser de qualquer doença com participação de animais em seu ciclo. O recurso prosperaria se após a palavra profilaxia houvesse dois pontos, ou seja, seriam somente as doenças listadas. Como exemplo prático, temos o texto do edital conforme transcrito abaixo:

... "Características do mel de abelhas: fraudes."...

Nota-se que sobre as características do mel, somente deverá ser avaliado pela prova o quesito fraudes, e nenhum outro além.

Questão: 49**Recurso procedente. Gabarito alterado para a alternativa D.**

Sustenta o recurso que a alternativa apresentada no gabarito (Letra C – derivados lácteos) não está correta e que a alternativa certa seria a Letra D – Produtos Lácteos Compostos.

De acordo com art. 365, “Para os fins deste Decreto, produtos lácteos compostos são os produtos no qual o leite, os produtos lácteos ou os constituintes do leite representem mais que cinquenta por cento do produto final massa/massa, tal como se consome, sempre que os ingredientes não derivados do leite não estejam destinados a substituir total ou parcialmente qualquer dos constituintes do leite.”

Cargo: Motorista**Questão: 01****Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O 2º§ e o 3º§ do texto evidenciam, claramente, que “o isolamento causado pela paixão” se trata do assunto principal abordado no texto, como: “O amor é necessário, a paixão é descartável. Mas é bom quando acontece. Todos os outros valores ficam irrelevantes – a fome que mata em Biafra, as torres do World Trade Center desabando, o nosso time sendo rebaixado à segunda divisão. Tive um amigo que viveu uma paixão durante sete anos, como aquele Jacó do soneto de Camões, que se amarrou em Raquel, “serena e bela”. Não tomou conhecimento do assassinato de Kennedy, do Golpe Militar de 64, dos Beatles, da morte de Guevara, do AI-5, do tricampeonato em 1970. As demais colocações são secundárias e acessórias; não determinando o tema mais relevante discutido no texto.

Fonte: O próprio texto.

Questão: 02**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

É possível considerar que o objetivo comunicativo do texto é “convencer o leitor com argumentos próprios”, já que diversos exemplos são relatados no texto, de maneira subjetiva, como: “Todos somos vítimas de ideias erradas a nosso respeito” (1º§); “Tive um amigo que viveu uma paixão durante sete anos, (...)” (3º§); “Céus e terras deixam de existir, ficamos entupidos como um ralo que não escoar nosso desatino” (7º§). As demais afirmações são inadequadas e inapropriadas ao contexto textual. Distinguir sentimentos necessários como amor e paixão não se trata do objetivo comunicativo do texto, isto é, o objetivo central que atua na formação de opinião do leitor, tentando convencê-lo ou persuadi-lo, por meio de explicações e argumentos.

Fonte: O próprio texto.

Questão: 04**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Advérbios são palavras que indicam uma circunstância. Essa circunstância (de tempo, de lugar, de modo, de intensidade, dentre outras) modifica um verbo, um adjetivo ou um advérbio. Em “Sinceramente, quem sou eu para responder a questão tão alienada, digna daquele concílio bizantino que discutia o sexo dos anjos?”, a palavra “sinceramente” exprime uma circunstância de modo. Tal expressão denota insatisfação ou repreensão, segundo o contexto em que se encontra empregada. Significa: “francamente”; “honestamente”; “autenticamente”. As demais opções de respostas são inadequadas à conjuntura de ideias.

Fonte: GARCIA, Moacyr Otton et al. Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Questão: 08**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Considerando o contexto textual, é possível depreender que a expressão “descartável” significa “sem importância”; “insignificante”; “irrelevante”. As demais opções de respostas são contrárias às ideias apresentadas e evidenciadas no texto. A expressão desinteressante compromete o sentido textual, considerando o concatenamento de ideias e argumentos evidenciados ao longo do texto. Dessa forma, anunciar que a paixão é descartável quer dizer que tal sentimento é sem importância; vai muito além de ser desinteressante, ou seja, sem graça; indiferente; comum; banal.

Fonte: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – Editora Objetiva.

Questão: 09**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O presente do indicativo é um tempo verbal utilizado para falar de uma ação que ocorre no momento da fala. Assim, ele permite situar o tempo presente indicando uma ação habitual, uma verdade ou características do sujeito. Indica também uma característica do sujeito, um estado permanente de uma situação ou a verdade científica dos fatos. Dessa forma, ao revelar que “Todos somos vítimas de ideias erradas a nosso respeito”, é correto afirmar que a ação verbal expressa um fato: atual; recente; habitual. Provável se trata de particularidade de ação verbal no futuro do presente do modo indicativo como em “Eu serei pra você / o que não importa saber” (Beijo partido, Toninho Horta.)
Fonte: GARCIA, Moacyr Otton et al. Comunicação em prosa moderna. Aprenda a escrever aprendendo a pensar. 27 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

Questão: 16**Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “A”.**

Segue a resolução da questão:

85% de 5000 ml = 4250 ml

Logo, foram utilizados 750 ml de cloro e detergente.

Para 150 ml de cloro, há 600 ml de detergente, pois $150/600 = 1/4$

Logo, foram utilizados 150 ml de cloro.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 21**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a opção de resposta D, uma vez que o comando da questão pede para assinalar a alternativa que evidencia o município que não é limítrofe ao município de Suzano, ou seja, que excetua, que não faz limite com tal cidade. Os municípios limítrofes são: Itaquaquecetuba a norte; Mogi das Cruzes a leste; Santo André a sul; Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires a sudoeste; Ferraz de Vasconcelos a oeste; e, Poá a noroeste. São Bernardo do Campo não é um município que faz divisa, isto é, limítrofe com Suzano.

Fonte: <http://spcidades.com.br/cidade.asp?codigo=332>

Questão: 22**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O tema aborda sobre um tópico relevante que trata do modelo de organização social, política, econômica e cultural dos países da Europa Ocidental na Idade Média. A questão se encontra conforme o conteúdo programático exigido nas normas editalícias; trata-se de assunto relacionado à sociedade e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o conhecimento pleiteado nessa questão é de inteira importância, a fim de se entender assuntos relacionados à educação e sociedade com vinculação história a nível nacional e internacional. Conforme o conteúdo programático de “CONHECIMENTOS GERAIS Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional e internacional”.

Questão: 24**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa correta é a opção de resposta A, uma vez que ao afirmar que a Antártida “Tem grandes riquezas minerais e uma alta extração de minério de ferro” é falsa, pois, oficialmente, nenhum país é proprietário de qualquer pedaço de terra da região. Alguns países possuem interesse em anexar terras antárticas aos seus territórios, principalmente por causa de suas riquezas minerais; mas, ressalta-se que lá a mineração é proibida. A afirmativa “Os mares e os oceanos em torno do continente gelados são povoados por várias espécies de peixes e mamíferos, como as baleias-azuis e as focas” é verídica e os exemplos citados concatenam as ideias dos povoados existentes naquela localidade.

Fonte: <https://escolakids.uol.com.br/geografia/10-curiosidades-sobre-antartida.htm>

Questão: 27

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A canção “Garota de Ipanema” foi composta, em 1962, por Vinícius de Moraes e Tom Jobim. “Garota de Ipanema” é uma música conhecida mundialmente e ícones como Madonna, Amy Winehouse e Frank Sinatra já interpretaram sua versão em inglês “The Girl from Ipanema”, escrita por Norman Gimbel em 1963. Entretanto, antes da música tornar-se sucesso, Vinícius a refez e colocou referências de sua musa inspiradora: a modelo Helô Pinheiro, que tinha o costume de passar todos os dias no antigo ‘Bar Veloso’ (hoje Garota de Ipanema) em Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. As demais opções de respostas não são coerentes ao questionamento realizado.

Fonte: <https://www.estadosecapitaisdobrasil.com/sem-categoria/quem-compos-a-musica-garota-de-ipanema/>

Questão: 29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema aborda sobre um tópico relevante que trata dos recursos naturais, ou seja, dos elementos essenciais à existência do ser humano e à manutenção da vida e também a respeito dos recursos biológicos naturais. Ressaltamos que os recursos biológicos são recursos naturais de extrema importância para a vida do homem na Terra. Segundo a Convenção da Diversidade Biológica, os recursos biológicos compreendem recursos genéticos, organismos ou partes destes, populações, ou qualquer outro componente biótico de ecossistemas, de real ou potencial utilidade ou valor para a humanidade. A partir dos recursos biológicos, o homem pode obter materiais e energia através da exploração por meio de atividades como a agropecuária, a pesca, a caça, agricultura e extração de madeira das florestas. A questão se encontra conforme o conteúdo programático exigido nas normas editalícias; trata-se de assunto relacionado à educação e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o conhecimento pleiteado nessa questão é de inteira importância. Conforme o conteúdo programático de “CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional e internacional”.

Fonte:

- <https://escolakids.uol.com.br/ciencias/recursos-naturais.htm>
- <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/fontes-de-energia-1-recursos-energeticos-disponiveis-no-brasil.htm>
- <https://www.infoescola.com/ecologia/recursos-biologicos/>

Cargo: Motorista de Ambulância**Questão: 05**

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Adjetivo é a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se “encaixa” diretamente ao lado de um substantivo. A única afirmativa cuja expressão destacada não se refere a um adjetivo é “Vejo que, longe de ser objeto de certa ironia e atribuída somente a livros de autoajuda (...), ela serve para análises filosóficas, psicanalíticas”. O vocábulo certo (e flexões) pode ser classificado, morfológicamente, como adjetivo ou pronome indefinido. Tal classificação dependerá da posição desta palavra em relação ao substantivo que a acompanha. Quando a palavra certo está anteposta ao substantivo, é classificada pronome indefinido. Entretanto, as demais palavras assinaladas se tratam de adjetivos, a saber: boa (caracteriza o substantivo “rima”); bobo (caracteriza o substantivo “movimento”); e, por fim, cerradas (caracteriza o substantivo “cortinas”).

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa transcrita do texto “Não se preocupe: não vou dar, pois não tenho, receita de ser feliz” evidencia o verbo no imperativo negativo. Dessa forma, é possível afirmar que a ação verbal expressa “um pedido”; “um conselho”. Ao sugerir, no enunciado da questão, “é possível afirmar que a ação verbal destacada expressa” é possível depreender que se trata da fraseologia, da sentença destacada, ou seja, que se destaca, se sobressai para ser, então, analisada. Dessa forma, podemos afirmar que em “Não se preocupe: não vou dar, pois não tenho, receita de ser feliz” há um pedido.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 16

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há fundamentação na apresentação do recurso ou qualquer argumento em defesa para pedir uma mudança de gabarito.

Portanto, recurso se encontra prejudicado e o gabarito preliminar se mantém.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede a equação que dá o preço em função do tamanho do tênis, e não do acréscimo ao tamanho 35. Desse modo, a equação a ser construída deve ser tal que descreva o preço para qualquer tamanho. Sendo assim, a equação $P = 300 + 10n$, em que n é o tamanho do tênis, não equivale ao caso descrito no enunciado, pois o tênis de tamanho 35, segundo essa equação custaria: $P = 300 + 10 \cdot 35 = 300 + 350 = 650$. Por outro lado, a equação dada como gabarito descreve o preço conforme o tamanho n : $P = 10(35) - 50 = 350 - 50 = 300$; $P = 10(36) - 50 = 360 - 50 = 310$ e assim por diante.

Desse modo, mantém-se o gabarito preliminar.

Fonte: DANTE, Luiz Roberto. Matemática- Contextos e Aplicações. São Paulo: Ática, 2011 (Ensino Médio – Vol. 1, 2 e 3)

Questão: 22

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa A está correta, uma vez que todas as afirmativas apresentadas na questão estão corretas, a saber: o efeito estufa corresponde a uma camada de gases que cobre a superfície da terra; é um fenômeno natural fundamental para manutenção da vida na Terra, pois sem ela o planeta poderia se tornar muito frio, inviabilizando a sobrevivência de diversas espécies; e, ainda, muitas atividades humanas emitem uma grande quantidade de gases formadores do efeito estufa (GEEs); esta camada tem ficado cada vez mais espessa, retendo mais calor na Terra. Ao afirmar que “é um fenômeno natural fundamental para manutenção da vida na Terra, pois sem ela o planeta poderia se tornar muito frio, inviabilizando a sobrevivência de diversas espécies” é possível depreender que sem a manutenção da vida na Terra seria impossível qualquer sobrevivência no planeta, que se tornaria muito frio. As informações destacadas estão relacionadas e retomam ao tema abordado. A afirmativa é compreensível e apresenta informações coerentes, não comprometendo o entendimento da mensagem estabelecida.

Questão: 26

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema aborda sobre um tópico relevante sobre a abrangência do Rio São Francisco, um dos mais importantes cursos d'água do Brasil e da América do Sul. A questão se encontra conforme o conteúdo programático exigido nas normas editalícias; trata-se de assunto relacionado à sociedade e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o conhecimento pleiteado nessa questão é de inteira importância, a fim de se entender assuntos relacionados à sociedade e desenvolvimento sustentável de nosso país.

Conforme o conteúdo programático de “CONHECIMENTOS GERAIS: Programa de Atualidades: Domínio de tópicos relevantes de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, a nível nacional e internacional”. Ressaltamos, ainda, que a opção de resposta é correta e completa citando e incluindo o Distrito Federal. Segundo o texto constitucional, o Distrito Federal é uma unidade da Federação que é um Estado e também um município, com as competências legislativas reservadas aos dois. Daí a natureza singular de Brasília. Cabe-nos informar também que a Região Hidrográfica do São Francisco, conforme evidenciado no enunciado da questão, possui uma área de aproximadamente 634 mil quilômetros quadrados, correspondendo a 7,5% do território brasileiro, e seu principal rio é o São Francisco. O Velho Chico, como é conhecido, nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais e percorre Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe até chegar à foz, na divisa entre esses dois últimos estados. Sua Bacia hidrográfica também envolve parte do estado de Goiás e o Distrito Federal.

Fontes:

- <https://www.todamateria.com.br/hidrografia-do-brasil/>
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/regiao-hidrografica-sao-francisco.htm>
- <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/rio-sao-francisco.htm>

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O 4º§ nos informa que “Deixar cair os quadros é um pouco mais que isso, é perder a resistência, é reconhecer que há algo que já não podemos suportar. Não precisa ser necessariamente uma carga negativa, pode ser uma carga positiva, mas que nos obriga a solicitar mais força dentro de nós”. E, ainda, o 5º§ denota que “Nossos pregos são feitos de material maciço, mas nunca se sabe quanto peso eles podem aguentar. O quanto podemos conosco? Uma boa definição para felicidade: ser leve para si mesmo”. Os trechos assinalados comprovam que o texto tem como objetivo “convencer o leitor da sua força no tocante às responsabilidades”. As demais opções de respostas se referem a ideias secundárias abordadas no texto. São informações completivas ligadas à ideia principal.

Fonte: O próprio texto.

Questão: 16

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Número de jogadores que estão jogando: 10

Número de jogadores que estão aguardando: 4

Logo, a razão é $4/10 = 2/5$

Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

Questão: 21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sustentabilidade é a capacidade de sustentação ou conservação de um processo ou sistema. A palavra sustentável deriva do latim sustentare e significa sustentar, apoiar, conservar e cuidar. O conceito de sustentabilidade aborda a maneira como se deve agir em relação à natureza. Além disso, ele pode ser aplicado desde uma comunidade até todo o planeta. A única palavra que não está relacionada à sustentabilidade é “denegrir”, pois está relacionada ao conceito de “desonrar”; “desacreditar”; “manchar”.

Fontes:

- <https://www.sinonimos.com.br/denegrir/>
- <https://www.todamateria.com.br/sustentabilidade/>

Questão: 08

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A relação estabelecida incorretamente é em “Senão, corremos o risco de criar adultos insuportáveis” – conteúdo. Na verdade, a preposição assinalada estabelece uma relação de causa; ou seja, qual a causa corremos o risco? As demais associações estão em conformidade com a gramática da Língua Portuguesa.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 09

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As palavras pragmática; décadas; fábricas são proparoxítonas, ou seja, têm a antepenúltima sílaba como sílaba tônica, ou seja, a antepenúltima sílaba é aquela que é pronunciada com mais força. As restantes sílabas da palavra são átonas, sendo pronunciadas com menor intensidade. A única palavra que foge a tal regra é família, pois tem a penúltima sílaba como sílaba tônica, ou seja, a sua penúltima sílaba é aquela que é pronunciada com mais força. As restantes sílabas da palavra são átonas, sendo pronunciadas com menor intensidade. Trata-se de paroxítona terminada em ditongo crescente.

Fonte: Pasquale & Ulisses – Gramática da Língua Portuguesa – Editora Scipione.

Questão: 11

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal não procede, conforme a resolução apresentada a seguir:

Ida	Volta
carro	carro
Carro	Moto
Carro	Ônibus
Moto	carro
Moto	Ônibus
Moto	Moto
Ônibus	carro
Ônibus	Ônibus
Ônibus	Moto

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 12

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal é improcedente, conforme pode ser observado na resolução a seguir:

$$2x^2 - 192 = 200 \rightarrow x^2 = 196 \rightarrow x = 14$$

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

$$x^2 + 2x = -1$$

$$x^2 + 2x + 1 = 0$$

Usando Bháskara obtemos que $\Delta = 0 \rightarrow x = -2/2 = -1$.

A resposta correta é a letra A, conforme o gabarito divulgado.

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Aplicando o método Bháskara observamos que todas as alternativas são verdadeiras, logo a resposta correta é a letra D.

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Questão: 20

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “A”.

A resposta correta está presente na alternativa “A”, conforme a resolução a seguir:

Opção 1: Falsa

Opção 2: Verdadeira

Opção 3: Verdadeira

Portanto, a alternativa correta encontra-se na letra “A”.

Fonte: “A conquista da matemática”- Giovanni, Giovanni Jr e Castrucci/ Matemática-Bianchini

Cargo: Procurador Jurídico

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a questão não oferece resposta, contudo, vejamos: a assertiva “A” é FALSA, pois Marcondes reside no Município e tem a idade necessária, 21 anos, portanto, pode ser eleito Vereador em Campinas. A assertiva “B” é VERDADEIRA, pois Marcondes não tem a idade mínima de 30 anos exigida pelo art. 14, §3º, VI, b da Constituição Federal para concorrer ao pleito de Governador de São Paulo. A assertiva “C” é FALSA, pois a idade mínima para ser eleito Senador é 35 anos. A assertiva “D” é FALSA, pois o art. 14, § 8º da Constituição Federal estabelece que o militar alistável é elegível.

Fonte: Constituição Federal, art. 14.

Questão: 06**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a questão não oferece resposta, contudo, vejamos: nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, quanto maior a população local, menor deve ser a despesa percentual com Vereadores. Assim, para Municípios com mais de 500.000 habitantes, o limite máximo permitido é 4,5%, como indicado no enunciado. Desse modo, o incremento para 5,5% ofende a Constituição, o que torna a assertiva “B” VERDADEIRA. A assertiva “A” é falsa, pois o limite máximo é 70% da receita da Câmara Municipal. A assertiva “C” é FALSA, pois o limite é de 75%, conforme, dispõe o art. 29 da Constituição Federal. A assertiva “D” é FALSA, pois o limite da despesa total com os vereadores, em relação à receita do Município é invariável e fixa em 5%, conforme dispõe o art. 29, inciso VII da Constituição Federal.

Fonte: Constituição Federal, art. 29 e 29-A.

Questão: 09**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O recurso sustenta que a questão não oferece resposta, contudo, observe-se que os concursos para ingresso na carreira docente são de “provas e títulos”, obrigatoriamente, nos termos do art. 206. V da Constituição Federal. Assim a assertiva “D” é FALSA, pois menciona também a hipótese de concurso apenas de “provas”.

Fonte: Constituição Federal, art. 206.

Questão: 12**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que os órgãos não se qualificam como agências executivas, o que faz com base exclusivamente na regulamentação aplicável ao governo federal. Ocorre que os Estados e Municípios possuem autonomia federativa para regulamentação do art. 37, § 8º no âmbito de suas competências legislativas. Assim, a despeito de a União ter limitado o contrato de gestão para, apenas, suas autarquias e fundações, a Constituição Federal estende a possibilidade também para a celebração do acordo de resultados celebrados com os dirigentes dos órgãos públicos. É da natureza destes contratos de gestão, a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira. A dispensa de licitação é conferida pelo princípio da simetria com o centro em relação às agências executivas federais.

Fonte: Constituição Federal, art. 37, 8º. Hermenêutica constitucional. Autonomia Federativa.

Questão: 15**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que o ato descrito no enunciado se classifica como externo, contudo, o ALCANCE direto do ato é o setor de protocolo, órgão interno da administração municipal. Assim, a rigor do critério classificatório, ao criar obrigações para sua própria estrutura de funcionamento, a classificação adequada é a de ato interno. Não se confunde a classificação quanto ao “alcance” com a classificação quanto aos “destinatários”, argumento apresentado pelas razões recursais. Ressalte-se que o enunciado apontou, também, o elemento “finalidade” do ato que é o “melhor atendimento ao cidadão”. Ora, se observado o critério da “finalidade” do ato, todos os atos administrativos seriam, invariavelmente, classificados como externos, pois sempre a finalidade última do ato administrativo é o atendimento ao cidadão. Ademais, a assertiva “B” é FALSA, já que a validade está associada aos elementos competência, objeto, forma, motivo e finalidade do ato e não ao seu ciclo de formação. A assertiva “C” é FALSA: a eficácia está ligada à produção de efeitos do ato, seja ele válido ou inválido, visto que mesmo os atos nulos da Administração gozam da presunção de validade. A assertiva “D” é FALSA, pois o vício de motivo, assim como o vício de objeto classifica o ato como nulo. Assim, em especial diante da análise das demais assertivas, o candidato não encontraria dificuldade em assinalar a resposta conforme gabarito oficial.

Fonte: Manuais de Direito Administrativo.

Questão: 16**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

As razões recursais sustentam que a Constituição Federal, nos moldes do art. 37, XVI não menciona a acumulação de cargo público com emprego privado. Note-se, que o art. 37, inciso XVI não trata da proibição de exercício de atividade privada, apenas trata da vedação de acumulação de cargos públicos. Assim, as alíneas do inciso XVI do art. 37 são exceções expressas à vedação de acumular cargos públicos. Não há vedação constitucional ao exercício de atividades privadas.

Questão: 18

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a questão não oferece resposta. Nos termos da Lei n. 9.784/99, a assertiva “A” é FALSA, pois os prazos em anos contam-se data a data, o que difere da contagem em dia. Exemplo: um prazo publicado em 29/02, em ano bissexto, encerra-se em 28/02 do ano seguinte, não havendo o interstício de 365 dias. (art. 66, § 3º) A assertiva “B” é VERDADEIRA pelo mesmo motivo, o prazo em meses é contado data a data. Exemplo, o prazo de um mês publicado em 31/01 encerra-se em 28/02, não havendo o interstício de 30 dias. (art. 66, § 3º) A assertiva “C” é FALSA, pois na contagem de dias, exclui-se o dia do início, sendo o primeiro dia útil a terça, e o quinto dia útil a segunda feira seguinte. (art. 66, caput) A assertiva “D” é falsa, pois a contagem não é em dias úteis, considerando sábado o primeiro dia e segunda o terceiro dia. (art. 66, caput e § 2º). Por fim, ressalte-se que o processo administrativo não se sujeita a contagem de prazo do Código de Processo Civil.

Fonte: Lei n. 9.784/99, arts. 66 a 67.

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a questão não oferece resposta, em face do valor do imóvel objeto da investidura. Ocorre que o limite atual de utilização da modalidade de convite é de R\$ 176.000,00, conforme dispõe o Decreto n. 9.412/2018. Assim, até o limite de R\$ 88.000,00 (50% do limite de convite), conforme art. 17, §3º, a investidura ocorre na modalidade licitação dispensada, confirmando o gabarito publicado.

Ressalte-se, por fim, que a Lei de Licitações estabelece modalidades “competitivas” e “não-competitivas”: ambas são procedimentos formais que não se confundem com “ausência de licitação”. A inexigibilidade e a dispensa são “modalidades licitatórias”, há autuação, edital, termo de referência, pesquisa de preço, minuta de contrato, justificativa de escolha do fornecedor, enfim: toda a formalização do procedimento licitatório. No caso, tais modalidades são “não-competitivas” e não “inexistentes” como aduz equivocadamente o recorrente.

Fonte: Lei n. 8.666/93. art. 17, § 3º e Decreto n. 9.412/18

Questão: 21

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Em relação a afirmativa n. I, nota-se que está incorreta. Vejamos:

Personalidade jurídica denota a aptidão genérica para titularizar direitos e obrigações civis.

- O primeiro Livro do Código Civil cuida dos sujeitos de direito, define as pessoas que poderão integrar e influenciar relações jurídicas. Elementos subjetivos da relação jurídica.

- Há assim uma aproximação entre a noção de pessoa, natural ou jurídica, e a noção de sujeito de direito. CC, art. 1. (Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.)

- Essa ideia de que toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil remete à noção de capacidade de direito/gozo/aquisição. É a capacidade para titularizar direitos na ordem civil, aptidão genérica para protagonizar direitos e deveres, que não se confunde com a capacidade para exercício pessoal de tais direitos, conceito que se liga à dita capacidade de fato.

- Extrai-se assim que quem não é pessoa não poderá titularizar direitos e deveres na ordem civil. Assim, os entes despersonalizados não poderiam fazê-lo.

Em relação a afirmativa n. II, nota-se que está correta. Vejamos:

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Sendo assim, a afirmativa refere-se à literalidade da lei.

Em relação a afirmativa no III, nota-se que está correta. Vejamos:

“Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

~~II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;~~

~~III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;~~

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

IV - os pródigos.

~~Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.~~

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)”

Sendo assim, a afirmativa reflete a literalidade da lei.

A Lei n. 13146/15 estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando profundamente o regime de capacidade positivado no Código Civil.

- A Lei altera ainda expressamente a redação do Código Civil, que agora dispõe serem absolutamente incapazes para praticar os atos da vida civil somente os menores de 16 (dezesesseis) anos (CC, art. 3).

- Altera-se, por consequência, o rol dos relativamente incapazes, incluindo, além dos ébrios habituais e os viciados em tóxicos, aqueles que por causa transitória ou permanente não puderem exprimir sua vontade (que antes eram considerados absolutamente incapazes), os maiores de 16 (dezesesseis) e menores de 18 (dezoito) e os pródigos. Retiram-se, assim, os deficientes, excepcionais, que agora serão plenamente capazes.

- O CC, art. 4, III, que fala em incapacidade relativa daqueles que não puderem exprimir sua vontade por causa transitória ou permanente, passa ser cláusula geral de admissibilidade excepcional de interdição de deficientes, sendo certo que essa limitação à capacidade de fato se restringirá a certos atos ou à maneira de exercê-los (CC, art. 4, *caput*). A decisão de interdição determinará a extensão da incapacidade, e poderá englobar somente atos patrimoniais e negociais (L13146, art. 85)

Em relação a afirmativa n. IV, nota-se que está incorreta. Vejamos:

“Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.”

Desta forma, a afirmativa está em desacordo com texto legal.

Logo a única resposta correta é a letra C.

Fonte: Código Civil

Questão: 29

Recurso Procedente. Gabarito alterado para a letra “C”.

A resposta encontra-se na literalidade do art. 189 CPC

Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:

I - em que o exija o interesse público ou social;

II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;

III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade;

IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.

§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.

§ 2º O terceiro que demonstrar interesse jurídico pode requerer ao juiz certidão do dispositivo da sentença, bem como de inventário e de partilha resultantes de divórcio ou separação.

Ou seja, causas referentes à idoso não corre, por si só, em segredo de justiça;

Logo a única resposta correta é a letra C.

Fonte: Código de Processo Civil

Questão: 30

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta encontra-se na literalidade do art. 26 e 27 do Código Civil.

Vejamos:

Art. 26. Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando três anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.

Art. 27. Para o efeito previsto no artigo anterior, somente se consideram interessados:

- I - o cônjuge não separado judicialmente;
- II - os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários;
- III - os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte;
- IV - os credores de obrigações vencidas e não pagas.

Logo a única incorreta é a alternativa A.

Fonte: Código Civil

Questão: 31

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos interpostos não merecem prosperar.

Todos argumentam acerca de não observância do conteúdo programático, inexistência de alternativa correta, existência de mais de uma alternativa correta ou simplesmente erro na divulgação do gabarito.

O gabarito, entretanto, foi corretamente divulgado.

O tema da questão está inserido nas limitações ao poder de tributar, sendo certo que a Constituição aduz que: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, **é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público**”.

Portanto, é inconstitucional o referido decreto, por ferir o princípio da liberdade de tráfego de mercadorias.

Fonte: Constituição Federal, artigo 150, V;

Questão: 32

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos interpostos não merecem prosperar.

Todos argumentam acerca de não observância do conteúdo programático, inexistência de alternativa correta, existência de mais de uma alternativa correta ou simplesmente erro na divulgação do gabarito.

A questão aborda o tema fato gerador, matéria contida no conteúdo programático do concurso. Para responder corretamente à questão faz-se necessário saber usar o conceito do fato gerado do ICMS, que consiste em um imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual, intermunicipal e de comunicação, sendo cobrado pelos Estados e pelo Distrito Federal.

Portanto, mantém-se o gabarito original.

Fonte: Artigo 155, II da CF;

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos interpostos não merecem prosperar.

Todos argumentam acerca de não observância do conteúdo programático, inexistência de alternativa correta, existência de mais de uma alternativa correta ou simplesmente erro na divulgação do gabarito.

O gabarito, entretanto, foi corretamente divulgado.

Imperativo esclarecer que no que concerne à privatividade, registra-se que só se pode admitir tal atributo em relação à competência impositiva da União, fundamentando tal entendimento na compreensão de que, no eventual exercício da competência extraordinária, a União pode criar e cobrar tributos que são da competência dos Estados-Membros e Municípios, circunstância esta que de per se não afasta a privatividade como uma das características da competência tributária. Assim, em face da competência extraordinária exclusiva da União, a privatividade é característica exclusiva do ente federal, argumento este que autoriza o reconhecimento de que a privatividade não pode ser elencada genericamente entre as características da competência tributária.

Por sua vez, sendo o exercício da competência tributária uma prerrogativa legislativa, e inexistindo mecanismos eficientes na Constituição Federal que obriguem o Legislativo a legislar, inclusive instituindo tributos, a facultatividade é ilação a que se chega a partir da interpretação sistemática das normas constitucionais e, por esta razão, não se pode afirmar, em relação ao exercício da competência tributária, que a inércia do legislador caracteriza omissão inconstitucional.

Assim, a opção de criar ou não tributos é uma decisão discricionária dos titulares da atividade legislativa. Trata-se de uma opção política.

Por fim, destaca-se que no Brasil, o exercício da competência tributária é prerrogativa do Poder Legislativo, que pode instituir tributos, por meio de lei ordinária ou complementar – esta última, nas hipóteses de empréstimo compulsório e impostos da competência residual da União.

Diante disto, as afirmativas I e III são as únicas verdadeiras.

Fonte: Questão formulada a partir da doutrina Competência Tributária - SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS, de Betina Treiger Gruppenmacher;

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos interpostos não merecem prosperar.

Todos argumentam acerca de não observância do conteúdo programático, inexistência de alternativa correta, existência de mais de uma alternativa correta ou simplesmente erro na divulgação do gabarito.

Primeiramente, cabe esclarecer que no comando da questão exigia-se a análise as duas afirmativas contidas em cada alternativa e marcasse a opção onde ambas estariam corretas, sendo complementares. Ou seja, deveria guardar relação uma com a outra.

Alternativa “A”, não pode ser considerada correta, pois na responsabilidade por substituição, o indivíduo que pratica o fato gerador jamais chega a ser, realmente, sujeito passivo da obrigação – tendo em vista a existência prévia de dispositivo legal, atribuindo a responsabilidade a uma terceira pessoa. Desta forma, diferente do que ocorre na responsabilidade por transferência, na responsabilidade por substituição a dívida é – desde sua origem, em decorrência de previsão legal – do próprio responsável, muito embora este não tenha realizado o fato gerador. Alternativa “B” está incorreta, uma vez que vai de encontro com o texto do art. 130 e seu Parágrafo Único do CTN. Por sua vez, o texto do art. 132 do CTN demonstra a inadequação da alternativa “C”.

Diante disto, apenas a alternativa “D” se mostra correta, nos termos no art. 133 do CTN, *“A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato”*. Ou seja, a pessoa que adquire fundo de comércio e continua a exploração comercial sob a mesma ou outra razão social responde integral e solidariamente com o vendedor pelos tributos devidos relativos ao fundo até a data da aquisição, esta é a previsão do art. 133 do CTN c/c incisos I do mesmo dispositivo.

Fonte: Código Tributário Nacional artigo 133 do CTN;

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão exige que o candidato indique a opção incorreta. Logo, a alternativa “C” atende ao solicitado pelo enunciado, pois a greve é um direito social dos trabalhadores e uma garantia fundamental com previsão constitucional, por sua vez o *“lok-out”* não. Tal situação é tratada pela CLT, que diz que:

Art. 722 - Os empregadores que, individual ou coletivamente, suspenderem os trabalhos dos seus estabelecimentos, sem prévia autorização do Tribunal competente, ou que violarem, ou se recusarem a cumprir decisão proferida em dissídio coletivo, incorrerão nas seguintes penalidades: (...)

§ 1º - Se o empregador for pessoa jurídica, as penas previstas nas alíneas "b" e "c" incidirão sobre os administradores responsáveis.

§ 2º - Se o empregador for concessionário de serviço público, as penas serão aplicadas em dobro. Nesse caso, se o concessionário for pessoa jurídica o Presidente do Tribunal que houver proferido a decisão poderá, sem prejuízo do cumprimento desta e da aplicação das penalidades cabíveis, ordenar o afastamento dos administradores responsáveis, sob pena de ser cassada a concessão.

§ 3º - Sem prejuízo das sanções cominadas neste artigo, os empregadores ficarão obrigados a pagar os salários devidos aos seus empregados, durante o tempo de suspensão do trabalho.

O *lock-out* autoriza até mesmo a rescisão indireta do contrato de trabalho, na medida em que a lei considera-o falta ou descumprimento contratual pelo empregador, máxime se o ato patronal importar redução do trabalho de modo a diminuir a importância dos salários (CLT, art. 483, “d” e “g”, § 3º).

Fonte: CLT

Questão: 42**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Universalidade da cobertura e do atendimento

A meta da Seguridade Social é garantir a proteção universal. Do ponto de vista objetivo (universalidade da cobertura), deve-se garantir amparo ao indivíduo em face de toda e qualquer situação de vida que provoque um estado de necessidade (contingência social). Exemplo: a doença incapacitante e a maternidade impossibilitam o exercício de atividade remunerada durante determinado período. Logo, devem ser protegidas pela Seguridade Social.

A universalidade do atendimento, por sua vez, é a dimensão subjetiva da universalidade já que se refere aos titulares do direito à proteção. Afinal, quais indivíduos têm direito à proteção da Seguridade Social? Para a melhor doutrina, o sistema deve proteger todas as pessoas residentes no território nacional, sem qualquer discriminação.

Fonte: LEITAO, Andre Studart. *Manual de Direito Previdenciário*, 4ª edição...

Questão: 43**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

Nos termos da Constituição da República, compete à Justiça Estadual e do Distrito Federal julgar o requerimento de benefício previdenciário decorrente de acidente do trabalho indeferido administrativamente.

Art. 129. Os litígios e medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho serão apreciados:

I - na esfera administrativa, pelos órgãos da Previdência Social, segundo as regras e prazos aplicáveis às demais prestações, com prioridade para conclusão; e

II - na via judicial, pela Justiça dos Estados e do Distrito Federal, segundo o rito sumaríssimo, inclusive durante as férias forenses, mediante petição instruída pela prova de efetiva notificação do evento à Previdência Social, através de Comunicação de Acidente do Trabalho–CAT.

Parágrafo único. O procedimento judicial de que trata o inciso II deste artigo é isento do pagamento de quaisquer custas e de verbas relativas à sucumbência.

Fonte: Constituição da República de 1988.

Questão: 44**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

I - Basicamente, a consumação do crime de sonegação fiscal previdenciária pressupõe duas omissões sucessivas. A primeira refere-se ao descumprimento da obrigação acessória de declarar o fato gerador da contribuição. A segunda decorre da primeira omissão e tem a ver com o não recolhimento da contribuição.

II - Com efeito, para o STJ, o crime de sonegação de contribuição previdenciária, por se tratar de delito de caráter material, também só se configura após a constituição definitiva, no âmbito administrativo, das exações que são objeto das condutas. Consequentemente, estando em curso processos administrativos nos quais se questiona a exigibilidade das contribuições devidas ao INSS, não há justa causa para a persecução criminal (HC 114.051/SP, julgado em 17-3-2011)

III - A jurisprudência tem aplicado o mesmo raciocínio da Súmula Vinculante n. 24 do STF em relação ao crime de sonegação fiscal previdenciária. Vale dizer: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei n. 8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo”.

IV - Apropriação indébita previdenciária - CP: Art. 168-A. (...) § 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à Previdência Social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

Sonegação fiscal previdenciária - CP: Art. 337-A. § 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à Previdência Social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

Portanto, apenas as afirmativas I e II estão corretas.

Questão: 45**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o art. 124 da Lei n. 8.213/91 e o art. 167 do Decreto n. 3.048/99, salvo no caso de direito adquirido, não é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios da Previdência Social, inclusive quando decorrentes de acidente do trabalho: IV – salário-maternidade com auxílio-doença;

A regra é que um segurado do RGPS só pode receber, nessa condição (como segurado), um único benefício de cada vez. Com efeito, a respeito das aposentadorias, por exemplo, de acordo com o art. 18, § 2º, da Lei n. 8.213/91 e o art. 103 do Decreto n. 3.048/99, o aposentado pelo RGPS que estiver exercendo atividade remunerada, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família, à reabilitação profissional e ao salário-maternidade.

Não há óbice para a acumulação de aposentadoria e pensão por morte, afinal tais benefícios decorrem de relações previdenciárias diversas. Enquanto a aposentadoria decorre da própria condição de segurado, a pensão por morte decorre do óbito de outro segurado. Nesse sentido, foi editada a Súmula 36 da TNU: “Não há vedação legal à cumulação da pensão por morte de trabalhador rural com o benefício da aposentadoria por invalidez, por apresentarem pressupostos fáticos e fatos geradores distintos”

Por outro lado, nada obsta que um indivíduo seja beneficiário de duas aposentadorias, quando decorrentes de regimes previdenciários diversos. Na verdade, é possível que um indivíduo perceba, simultaneamente, até três aposentadorias decorrentes de regimes previdenciários diversos: duas à conta de regimes próprios e uma à conta do RGPS. Exemplo: Romeu é servidor público do Estado do Ceará (médico de um hospital). É também servidor público federal, atuando como professor universitário na Universidade Federal do Ceará. Além dessas duas atividades públicas (acumuláveis), Romeu foi contratado para exercer atividade como professor em instituição particular, fato que provoca a sua filiação obrigatória ao RGPS. Cumpridos os requisitos legais, Romeu terá direito a três aposentadorias.

Assim, a alternativa incorreta é a opção “C”.

Questão: 46

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que a alternativa “C” é vaga ao afirmar que apenas uma assertiva é verdadeira, ora, independentemente do formato, toda questão de múltipla escolha exige, identificar as assertivas falsas e as verdadeiras. Argumento sem qualquer fundamento lógico ou plausibilidade.

Fonte: Edital – previsão de questões de múltipla escolha.

Cargo: Psicólogo Social

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) As expressões utilizadas produzem um sentido exagerado proposital, atribuindo ênfase à situação apresentada.” não pode ser considerada correta. De acordo com o enunciado da questão: “No segmento “– e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão.” (1º§), pode-se afirmar que:”. De acordo com a Estilística que estuda os processos de manipulação da linguagem que permitem a quem fala ou escreve sugerir conteúdos emotivos e intuitivos por meio das palavras além de estabelecer princípios capazes de explicar as escolhas particulares feitas por indivíduos e grupos sociais no que se refere ao uso da língua; o sentido exagerado pode ser expresso pela hipérbole, expressão intencionalmente exagerada com o intuito de realçar uma ideia. Exemplos: Faria isso milhões de vezes se fosse preciso. "Rios te correrão dos olhos, se chorares." (Olavo Bilac). A alternativa “D) A partir da personificação de um comportamento específico, é apresentada a ideia de que são necessárias reflexões sobre o consumismo exagerado.” foi considerada correta, pois, a expressão “exagerado consumismo” foi personificada. A personificação, também chamada de prosopopeia ou animismo, é uma figura de linguagem, mais precisamente, uma figura de pensamento muito utilizada nos textos literários. Ela está diretamente relacionada com o significado (campo semântico) das palavras e corresponde ao efeito de “personificar”, ou seja, dar vida aos seres inanimados. A personificação é utilizada para atribuir sensações, sentimentos, comportamentos, características e/ou qualidades essencialmente humanas (seres animados) aos objetos inanimados ou seres irracionais. A alternativa “B) A expressão “de um tempo para cá” demonstra a determinação do tempo em que os fatos ocorrem por meio da linguagem conotativa.” não pode ser considerada correta, pois, “de um tempo para cá” não é tempo determinado, mas indeterminado, não há datas ou quaisquer marcadores que indiquem um tempo preciso ou determinado.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 03

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito oficial já apresenta a alternativa “A) A produção vista como sustentável carece de uma retomada de conceitos e profunda análise para que a classificação dos produtos seja analisada e divulgada de forma mais criteriosa.” como correta conforme requer o recurso de acordo com o fragmento: “Os analistas se debruçaram em dois perfis de pessoas: aquelas com o hábito de reaproveitar bens, em vez de sair às compras; e os adeptos da aquisição de produtos “verdes”. De acordo com os pesquisadores, o primeiro grupo, menos afoito, apresentou índices mais altos de bem-estar pessoal, além de ter modo de vida pouco danoso para a natureza. O resultado da pesquisa bate de frente com uma indústria vigorosa. De acordo com a consultoria Nielsen, estima-se que 64% de lares dos Estados Unidos já compraram itens enquadrados como sustentáveis. Não há levantamento brasileiro, mas por aqui também é tendência forte. A consciência ambiental é sempre louvável. Mas convém ter cautela.” A alternativa “B) O consumo pautado em tendências exclusivamente sustentáveis de fato não é capaz de proporcionar os benefícios esperados pelo indivíduo que se propõe a praticar tal comportamento.” não pode ser considerada correta conforme demonstra o trecho a seguir:

“O direito de comprar o que o dinheiro honestamente juntado permite é um dos bons e inegociáveis avanços do capitalismo – e, no entanto, de um tempo para cá, o exagerado consumismo foi levado ao tribunal do bom comportamento, e com doses de razão. Um estudo publicado no periódico inglês Young Consumers, de pesquisadores de marketing da Universidade do Arizona (EUA), fez barulho ao sugerir que consumir menos traz efeitos mais positivos para o ambiente e para cada indivíduo do que simplesmente substituir produtos por versões que, em teoria, seriam ecologicamente corretas.”

Fontes:

- Gabarito divulgado.
- O próprio texto.

Questão: 04

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A) Analisar criteriosamente diferentes comportamentos relacionados ao consumismo.” não pode ser considerada correta. O texto apresentado é um gênero discursivo que se define por apresentar informações sobre temas específicos e por caracterizar situações e acontecimentos a partir da observação direta dos fatos. Não há uma análise criteriosa, tal análise poderia ocorrer posteriormente diante de tais informações com o acréscimo de outras. Já a alternativa “C) Apresentar informações sobre um tema específico enfatizando um viés relacionado ao consumo e consciência ambiental.” foi considerada correta tendo em vista a justificativa anterior. A alternativa “D) Estabelecer critérios que norteiem um comportamento consumidor compatível com as necessidades atuais da sociedade.” não pode ser considerada correta, pois, o texto jornalístico apresentado não tem por objetivo estabelecer critérios, ainda que a partir das informações apresentadas os leitores possam ter um entendimento diferente acerca do assunto tratado, o texto não é suficiente para estabelecer critério como o seria, por exemplo, um regulamento. A alternativa “B) Promover o confronto de ideias relacionadas ao consumismo e consumo consciente.” não pode ser considerada correta, pois, não há argumentos, pontos de vista de forma predominante no texto em confronto com posicionamentos contrários, as informações apresentadas são a sua principal finalidade.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 05

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto, o que se afirma em: “IV. Estabelece uma comparação entre comportamentos diferentes atribuídos a indivíduos com características diferentes.” não pode ser considerado correto. De acordo com o enunciado da questão: O título do texto: Comprar menos é melhor do que comprar “verde”, não há como caracterizar os indivíduos que apresentam os comportamentos citados. A alternativa “B) II e III.” foi indicada como correta no gabarito divulgado, conforme requer o recurso.

Fontes:

- Título do texto em análise.
- Gabarito divulgado.

Questão: 06**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

De acordo com o texto, o que se afirma em: “III. O período “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo – a não ser cobradores, que eram expulsos sob ameaças de morte ou coisa pior. ” (1º§) evidencia que o detetive particular demonstra conformismo em seu ambiente de trabalho. ” não pode ser considerado correto. Conformismo denota atitude ou tendência de se aceitar uma situação incômoda ou desfavorável sem questionamento nem luta; resignação, passividade. Ao dizer que ninguém entrara no escritório durante meses, não há comprovação de que haja conformismo por parte do narrador personagem, mas apenas de que as atividades no escritório não estavam indo bem. O que se afirma em “II. A referência às baratas e ao rato albino demonstra o uso de uma linguagem conotativa que confirma e enfatiza a real situação profissional em que se encontrava o detetive particular. ” foi considerado correto, pois, alguns trechos como “Voltaire, o ratão albino, que subloca um canto da minha sala, emigrou para lá. Quando recoloquei a plaqueta no lugar, Voltaire voltou. Ele gosta de sossego. ” Quando a linguagem está no sentido conotativo, significa que ela está sendo utilizada em seu sentido figurado, ou seja, aquele cujas palavras, expressões ou enunciados ganham um novo significado em situações e contextos particulares de uso. O sentido conotativo modifica o sentido denotativo (literal) das palavras e expressões, ressignificando-as. O trecho destacado demonstra a atribuição de características humanas a um animal podendo-se inferir que tanto a presença de um rato e de baratas com tamanha “intimidade” reflete a decadência profissional do narrador personagem.

Fontes:

- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.
- O próprio texto.

Questão: 09**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “C) Uma ação situada em um passado longínquo, distante.” foi considerada correta, pois, de acordo com o enunciado “No segmento “Durante meses ninguém entrara no meu escri – escritório é uma palavra grande demais para descrevê-lo (...)”, a forma verbal destacada indica: ” a forma verbal “entrara” diz respeito ao pretérito mais que perfeito do modo indicativo, por isso indica uma ação em um passado distante, no sentido de que é um passado anterior a outro também passado. A alternativa “A) Ocorrência de um fato em continuidade no passado. ” não pode ser indicada como correta, pois, o tempo verbal que indica ocorrência de um fato em continuidade no passado é o pretérito imperfeito do modo indicativo. A alternativa “B) Um fato concluído pouco antes da fala do enunciator. ” não pode ser considerada correta, pois, a ideia apresentada diz respeito ao pretérito perfeito do indicativo.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Sacconi, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. Ed. Atual.

Questão: 10**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

A alternativa “A) Estranheza.” não pode ser considerada correta, pois, a expressão “fizeram bocas.” é uma expressão popular que pode ter seu significado alterado de acordo com o contexto em que se insere. No contexto em análise: “De repente, começou o movimento. Entrava gente o dia inteiro. Gente diferente. Até as baratas estranharam e fizeram bocas.”, as baratas fizeram bocas demonstra um descontentamento, ou seja, uma insatisfação com o movimento que havia começado, já que elas gostavam do ambiente abandonado sem nenhum cliente, a estranheza já havia sido declarada na mesma frase por meio da expressão “ Até as baratas estranharam”.

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 12**Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.**

O editorial é um texto explicitamente formal (o que não significa dizer totalmente, mas sim claramente ou predominantemente). Representa o periódico no qual circula e, por esse motivo, deve garantir sua imagem por meio do uso da referência padrão da língua escrita. A norma-padrão é o nome que se dá à variedade da língua usada oficialmente e ensinada nas escolas. Trata-se de uma convenção que tem por objetivo estabelecer um “modelo” de

língua que possa ser compreendido por todo o país. A linguagem formal é aquela que usamos em situações mais formais, sendo marcada pelo uso da norma culta. É utilizada em situações profissionais, acadêmicas ou quando não existe familiaridade entre os interlocutores, ou seja, em situações que exigem mais seriedade. Como características apresenta: Utilização da norma culta, respeitando rigorosamente as normas gramaticais; utilização de um vocabulário extenso; pronúncia correta e clara das palavras, não utiliza coloquialismos, abreviações ou gírias, não há restrição quanto à utilização da linguagem figurada. A alternativa “A) Ocorre grande variação em relação ao grau de formalidade ainda que a adequação à norma culta esteja preservada.” não pode ser considerada correta, pois, ocorreria se houvesse utilização da linguagem formal e linguagem informal de modo equivalente. A alternativa “B) É possível identificar a presença, no texto, de diferentes vozes que representam pessoas envolvidas no assunto abordado.” não pode ser considerada correta. “Todo texto traz a voz daquele que enuncia, que fala, mesmo quando sua presença não está textualmente marcada por um “Na minha opinião”, “Para mim”, “Eu acho que”. As escolhas lexicais (verbos, substantivos, adjetivos) e a organização textual já dão indícios da caracterização, da formação e da opinião do enunciador. É por isso que se pode escrever um texto dissertativo em terceira pessoa, como se a tese defendida fosse uma verdade universal. Há sempre um “eu” por trás de qualquer discurso, mas, além dele, podem ser evocadas diversas vozes, que trarão seus próprios discursos: a de outros autores, a de outras culturas, a do senso comum. Isso ocorre quando o (a) autor (a) dá a palavra a outros enunciadores por concordar ou discordar de seus discursos. Visto que o “eu” está sempre pressuposto, é necessário identificar a introdução da voz do outro. A melhor forma (ou talvez a mais segura) de marcar essa presença alheia é pelo discurso direto, em que se faz uso de aspas, recuo (citações de mais de 3 linhas em textos científicos), travessão (em textos narrativos), etc. No entanto, o discurso indireto também pode ser explorado por meio de expressões como “o autor afirma que”, “segundo a pesquisadora”, “conforme a pesquisa”... Nesses casos, pode-se atribuir a voz ativa a quem foi citado (pelo nome ou por uma identificação – autor, pesquisadora) ou ao objeto produzido (o livro, o artigo, a pesquisa). Pode-se, ainda, usar a voz passiva: “Foi discutido neste trabalho”. * A alternativa “D) Trata-se de um texto explicitamente formal em que a utilização da norma padrão da língua escrita é uma referência, garantindo a imagem que se quer transmitir aos leitores.” não apresenta a expressão “extrema” conforme afirma um dos recorrentes.

Fontes:

- Azeredo, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. Publifolha.
- Fernanda Massi, Mestre e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara e Pós-doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. <https://www.letraria.net/as-vozes-de-um-texto/>

Questão: 14

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “D) A exploração espacial tem sido alvo do interesse, atualmente, de diferentes nações; fato que pode ser confirmado de forma concreta e evidente.” foi considerada correta, conforme pode ser comprovado de acordo com o trecho: “Sem pisar lá desde 1972, os Estados Unidos querem voltar, agora com a colaboração de outros países. Com orçamento menor do que na época da Guerra Fria, a Nasa conta hoje com a Agência Espacial Europeia e o Canadá. Outros atores têm a mesma ambição. A China, com um programa espacial em ascensão, planeja, sozinha, colocar um taikonauta na Lua. ” A alternativa “B) Fatores políticos, militares e tecnológicos são considerados responsáveis pela maior parte das descobertas científicas e tecnológicas.” não pode ser considerada correta, pois, a generalização da alternativa a torna incorreta quando usa a expressão “a maior parte”, na verdade, o texto refere-se especificamente a um feito: “Acredite-se ou não, há quase 50 anos a cápsula de pouso Águia descia no mar da Tranquilidade, na face visível da Lua, e dois astronautas davam seus primeiros passos, ou pulos, no único satélite natural da Terra.”

Fontes:

- O próprio texto.
- Savioli, Francisco Platão. Para Entender o Texto - Leitura e Redação. Ed. Ática.

Questão: 28

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A partir da publicação do Decreto Nº 9.795, de 17 de maio de 2019, a Atenção Primária à Saúde (APS) adquire status de Secretaria no âmbito do Ministério da Saúde, enfatizando-se assim sua relevância e prioridade no Sistema Único de Saúde. Acompanhe por aqui as principais competências atribuídas à SAPS, bem como os Departamentos e algumas de suas atribuições. Entre as principais competências da Secretaria, destacam-se:

- Desenvolver e coordenar estratégias que reorientem o modelo de atenção à saúde na direção dos atributos essenciais e derivados da APS, como acesso de primeiro contato, longitudinalidade, integralidade, coordenação da

atenção, orientação centrada na família, orientação comunitária e competência cultural;

- Fomentar estratégias que fortaleçam a APS e a Estratégia Saúde da Família, a fim de alcançar os objetivos de responsabilização dos serviços de atenção primária à saúde pela saúde da população com alta resolutividade clínico-assistencial;
- Promover, coordenar e apoiar a implementação de estratégias que fortaleçam a atuação clínica multiprofissional centrada na pessoa e que estejam em consonância com a Estratégia Saúde da Família, com foco nas principais necessidades em saúde da população;
- Desenvolver estratégias que fortaleçam a APS como centro de comunicação da rede de atenção à saúde, coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e dos serviços disponibilizados na rede assistencial;
- Fomentar a implementação de políticas e ações intersetoriais de promoção da equidade em saúde, de forma a acolher e articular as demandas de grupos em situação de iniquidade no acesso e na assistência à saúde para a superação de desigualdades e vulnerabilidades sociais;
- Desenvolver estratégias de formação e provimento de profissionais para a APS, prioritariamente para a Estratégia Saúde da Família;
- Coordenar a formulação e a definição de diretrizes para o financiamento federal das políticas, dos programas e das estratégias estruturantes e suficientes para alcançar uma atenção primária à saúde de qualidade;
- Coordenar a implementação, fortalecimento e avaliação da Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas e da rede de atenção psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas no âmbito do SUS;
- Coordenar a organização das ações da Política Nacional de Promoção da Saúde, com ênfase nas ações de promoção da atividade física, promoção e prevenção de doenças crônicas, prevenção e controle do tabagismo e na articulação de ações intersetoriais;
- Promover, em conjunto com a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, ações de integração da atenção primária à saúde aos serviços de urgência e emergência, à atenção especializada e às ações de vigilância em saúde.

Fonte: <https://aps.saude.gov.br/sobre>

Questão: 29

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Período de incubação: Em geral, de 1 a 4 dias. Período de transmissibilidade: Indivíduos adultos saudáveis infectados transmitem o vírus entre 24 e 48 horas antes do início de sintomas, porém em quantidades mais baixas do que durante o período sintomático. Nesse período, o pico da excreção viral ocorre principalmente entre as primeiras 24 até 72 horas do início da doença, e declina até níveis não detectáveis por volta do 5º dia, após o início dos sintomas.

Fonte: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_saude_3ed.pdf

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cargo de Psicólogo Social possui, em sua composição, questões de noções de saúde pública. A questão versa sobre “Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento”. Dessa forma, a questão está em conformidade com o Conteúdo Programático.

Questão: 39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Gazzaniga, Heatherton e Halpern (2018, p. 558-559) os mecanismos de defesa consistem em conflitos entre o id e o superego que provocam ansiedade, fazendo com que o ego então lance mão de estratégias mentais inconscientes para se proteger do sofrimento. Segundo os autores, “(Vários mecanismos de defesa comuns estão listados na Tab. 13.1.) Por exemplo, as pessoas com frequência racionalizam seu comportamento, culpando fatores situacionais sobre os quais elas têm pouco controle. Talvez você já tenha dito aos seus pais ou amigos que não telefonou para eles porque estava muito ocupado estudando para uma prova. Encontrar desculpas como essas evita que as pessoas se sintam mal e também pode prevenir que outras pessoas fiquem zangadas com elas. Boa parte do trabalho teórico sobre os mecanismos de defesa pode ser creditada à filha de Freud, Anna Freud (1936). Nos últimos 40 anos, a pesquisa psicológica apoiou consideravelmente a existência de muitos dos mecanismos de defesa (Baumeister, Dale, & Sommers, 1998). Segundo os pesquisadores contemporâneos, no entanto, esses mecanismos não atenuam o conflito inconsciente pelos desejos libidinais. Por exemplo, ocorre formação reativa quando uma pessoa evita um pensamento desconfortável sobre si adotando o pensamento oposto. Em um estudo da formação reativa em homens, foi solicitado aos participantes que expressassem sua visão sobre a

homossexualidade (Adams, Wright, & Lohr, 1996). Eles então assistiram a vídeos que retratavam o sexo gay. Os homens que expressaram as visões mais negativas da homossexualidade mostraram maior excitação psicológica quando assistiram aos vídeos do que aqueles que aceitavam mais a homossexualidade. Esses achados sugerem que a repressão de impulsos homossexuais pode levar à formação reativa. A reação consiste em homofobia.”.

TABELA 13.1 Mecanismos de defesa comuns

Mecanismo	Definição	Exemplo
Negação	Recusa em reconhecer a fonte de ansiedade	Uma pessoa doente ignora as recomendações médicas.
Repressão	Exclusão da consciência da fonte de ansiedade	A pessoa não se recorda de um evento desagradável.
Projeção	Atribuição de qualidades inaceitáveis do <i>self</i> a outra pessoa	Uma pessoa competitiva descreve outras pessoas como supercompetitivas.
Formação reativa	Eliminação de um pensamento desconfortável ao enfatizar excessivamente outro pensamento	Uma pessoa com desejos homossexuais não admitidos faz comentários homofóbicos.
Racionalização	Inventar uma razão ou desculpa aparentemente lógica para um comportamento que de outra forma seria vergonhoso	A pessoa sonega os impostos porque “todos fazem isso”.
Deslocamento	Desviar a atenção de um objeto para outro	A pessoa grita com os filhos depois de um dia ruim no trabalho.
Sublimação	Canalizar impulsos socialmente inaceitáveis para um comportamento construtivo, até mesmo admirável	Um sádico se torna cirurgião ou dentista.

Além de Gazzaniga, Heatherton e Halpern (2018), Fenichel (2005, p. 140-141) diz que “as formações reativas são capazes de usar impulsos cujos objetivos se opõem aos objetivos do impulso original. Podem aumentar a força dos impulsos desta ordem tanto melhor quanto servem para conter o impulso original; assim é que um conflito entre um impulso instintivo e uma ansiedade ou sentimento de culpa toma, por vezes, a aparência de conflito entre instintos opostos. Por exemplo, certo indivíduo é capaz de ser reativamente pré-genital para o fim de rejeitar a genitalidade; ou ainda reativamente heterossexual para rejeitar a homossexualidade, ou vice-versa; reativamente passivo-receptivo para rejeitar a agressividade, vice-versa”.

A questão refere ao modelo de personalidade proposto a partir da teoria apresentada por Sigmund Freud. Essa teoria define e descreve os mecanismos de defesa do ego. É pedido que o candidato identifique a afirmativa correta referente a tais mecanismos. Sinteticamente, com base nas referências citadas, sobretudo Gazzaniga, Heatherton e Halpern (2018, p. 558-559), o mecanismo da formação reativa refere à eliminação de um pensamento desconfortável ao enfatizar excessivamente outro pensamento. A expressão outro na frase do item de opção de resposta indica a oposição, a formação secundária à formação original e desconfortável.

Fontes:

- Fenichel, O. (2005). Teoria Psicanalítica das Neuroses – fundamentos e bases da doutrina psicanalítica. São Paulo: Atheneu, p. 140-142.
- Gazzaniga, M.; Heatherton, T. & Halpern, D. (2018). Ciência psicológica. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed. Cap. 13.

Questão: 41

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede, em seu enunciado, uma característica fundamental para a avaliação de uma pessoa, das suas funções mentais e as possíveis alterações inerentes a tais transtornos. Essa característica é relativa à pessoa acometida e não às repercussões de seus comportamentos. Dessa forma, a opção que responde ao que é pedido no enunciado é a descrição presente na letra C, pois nela contém apenas indicadores relativos a expressão emocional e comportamental pertinentes aos Transtornos Disruptivos do Controle dos Impulsos e de Conduta. Conforme explicitado na página 461 do DSM-5, os referidos indicadores consistem nas “causas subjacentes dos problemas de autocontrole das emoções e do comportamento” e não nos “comportamentos que violam os direitos dos outros e/ou colocam o indivíduo em conflito significativo com normas sociais ou figuras de autoridade”.
Fonte: Manual diagnóstico e estatístico de transtorno – DSM-5. (2013). Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli. [et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 461-480.

Questão: 48

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto do enunciado da questão apresenta, segundo Figueiredo (1996), o eixo norteador das proposições e orientações normatizadoras do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Para o autor, ética e ontologia consistem

em um problema, cuja finalidade é sinalizar um posicionamento diferenciado frente às várias áreas do conhecimento da ciência psicológica. Contudo, esse problema ressalta discussões além do âmbito acadêmico para construção de conhecimento, pois se refere também à atuação profissional. Com base nisso e também de acordo com o texto do Código de Ética Profissional – CEP do Psicólogo (Resolução 010/2005, p. 6), esse instrumento pauta-se no “princípio geral de aproximar-se mais de um instrumento de reflexão do que de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo”.

Fontes:

- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005, de 27 de agosto de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília, DF, 2005.
- Figueiredo, Luís Cláudio. REVISITANDO AS PSICOLOGIAS - Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos, 2ª Edição revista e ampliada. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 1996.

Questão: 49

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Cheniaux (ANO, p. 126) a “orientação é a capacidade de se situar em relação a si mesmo e ao ambiente. Não é propriamente uma função psíquica; consiste, de fato, no resultado dos rendimentos e da integração de diversas funções psíquicas – como a percepção, a atenção, a memória, o pensamento, a inteligência e o afeto. A orientação resulta especialmente da atividade de apercepção (ou apreensão). A apercepção representa a capacidade de relacionar entre si as percepções para alcançar a significação do contexto. Por exemplo, na tela do televisor vemos um extenso gramado com algumas marcações brancas e duas traves, além de uma bola e homens uniformizados correndo e, por meio da apercepção, concluímos que se trata de uma partida de futebol”.

Essa definição permite identificar os tipos de orientação que, segundo a mesma autora, “divide-se em autopsíquica e alopsíquica, classificação esta proposta por Wernicke. A orientação autopsíquica refere-se à própria pessoa, e consiste num dos elementos da consciência do eu. A orientação alopsíquica refere-se ao mundo externo e pode ser subdividida em: orientação temporal, orientação espacial, orientação quanto às outras pessoas e orientação situacional” (p. 126-127).

No que se refere às alterações da orientação alopsíquica elas podem ser quantitativas ou qualitativas, dando origem e/ou explicando diferentes distúrbios. Entre as alterações quantitativas, conforme pedido na questão, a referida autora coloca que “a desorientação alopsíquica muitas vezes se acompanha de perplexidade, de vivências de estranheza – de não familiaridade – em relação ao mundo externo, como acontece na síndrome de desrealização. O indivíduo não consegue apreender plenamente as informações senso-perceptivas: a atividade de apercepção está prejudicada. As desorientações podem ser classificadas, de acordo com a alteração psicopatológica considerada primária, em: confusional, amnésica, apática, delirante, por déficit intelectual e por estreitamento da consciência.

A desorientação confusional está relacionada a um rebaixamento do nível da consciência e, conseqüentemente, a um prejuízo da atenção e das demais funções cognitivas. Ocorre no delírium.

A desorientação amnésica está relacionada a um prejuízo da memória, principalmente da capacidade de fixação. Ocorre no transtorno amnésico e nas demências, e ainda nos transtornos dissociativos (como a amnésia psicogênica).

A desorientação apática está relacionada a um prejuízo quantitativo do afeto ou da conexão. O paciente não se situa em relação ao mundo externo em função de desinteresse. Ocorre nos quadros esquizofrênicos em que predominam os sintomas negativos e na depressão.

Um exemplo de desorientação delirante seria o da síndrome de Capgras [ver cap. 11 – Pensamento 2 (delírio)]. Nesta, o paciente não reconhece um familiar ou amigo como tal, acreditando que o mesmo foi substituído por um sósia, fisicamente idêntico. A síndrome de Capgras pode ser considerada uma forma de jamais vu [ver cap. 8 – Memória]. Ela ocorre na esquizofrenia, em transtornos afetivos e orgânicos psicóticos, e no transtorno delirante. A desorientação amnésica, a apática e a delirante foram descritas por Kraepelin.

Desorientação por déficit intelectual: Um déficit intelectual, como ocorre na demência e no retardo mental, dificulta a apreensão do mundo externo e pode causar desorientação.

Desorientação por estreitamento da consciência: Na desorientação por estreitamento da consciência, a alteração qualitativa da atenção prejudica a apreensão do mundo externo. Isso é observado nos estados crepusculares epiléptico e histérico” (p. 127-128).

Mediante o exposto, destaca-se que a questão pede para que sejam avaliadas em verdadeiras ou falsas as afirmativas referentes às alterações. Com isso, a segunda afirmativa é falsa por possuir a caracterização da quarta afirmativa da questão. Ou seja, a desorientação confusional consiste em um rebaixamento do nível de consciência e,

consequentemente, em um prejuízo da atenção e demais funções cognitivas; enquanto desorientação amnésica consiste em um prejuízo de memória principalmente da capacidade de fixação. Há apenas uma inversão das descrições para desorientação confusional e desorientação amnésica.

Fonte: Cheniaux, Elie. (2015). Manual de psicopatologia. 5.ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Questão: 50

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento não se refere ao conteúdo abordado na questão 50, o qual trata de entrevista motivacional. Porém, embora não tenha sido abordado diretamente os conteúdos pertinentes à “a atuação do Psicólogo na Política de Assistência Social, conforme descrito no Edital de Abertura de Inscrições nº. 01/2019 – Administração: Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Guia do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. Guia do CREAS - Centro de Referência de Atendimento Especializado de Assistência Social”, todo o conteúdo abordado estava previsto no edital, posto que a atuação situada em contexto social não pode ser despreendida de todo o conhecimento científico da Psicologia. Ciência esta que contempla tanto indivíduo, quanto coletividades, já que indicadores de saúde e de saúde mental são mensurados qualitativa e quantitativamente em quaisquer contextos marcados por diferentes tipos de interação e interrelação social e entre pessoas, característica e pressuposto essencial da Psicologia Social.

Fontes:

- Bock, A. M. B. (2003). A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Jacques, M. G. C., Strey, M. N., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., & Fonseca, T. M. G. (2003). Psicologia social contemporânea (8ª ed.) Petrópolis: Vozes.
- Krüger, H. (1989). Introdução à Psicologia Social. Coleção Temas Básicos de Psicologia – Rappaport, C.R. Coord. São Paulo: EPU. Vol. 12.
- Lane, S.T.M. & Codo, W. (1993). Psicologia Social – o homem em movimento. 11ªed. São Paulo: brasiliense.
- SPINK, M.J. Psicologia social e saúde. Petrópolis, Vozes. 2003
- Zurba, M. C. (org). Psicologia e saúde coletiva. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2011. 240 p

Cargo: Técnico em Segurança do Trabalho

Questão: 01

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o texto, “quem vive sob os holofotes, vive em pânico porque não sabe por quanto tempo conseguirá manter as luzes sobre si”. Assim, está correta a alternativa C. Conforme o texto, diz sua autora: “Tenho uma amiga que só se transformou em uma chefe capaz de ajudar a transformar para melhor a vida de quem trabalhava com ela quando se reconciliou com suas próprias expectativas”. Assim, está incorreta a alternativa D. Conforme o texto, diz sua autora: “Eu escreveria, obviamente, a maior obra-prima da humanidade. Meu primeiro livro já nasceria um clássico. Eu reinventaria a linguagem e daria novos parâmetros para a literatura. Depois de mim, Proust e Joyce estariam reduzidos ao rodapé do cânone”. Assim, está incorreta a alternativa C. Conforme o texto, a sua autora confessa que ser escritora é o que quis desde que pegou na mão o seu primeiro livro e conseguiu decifrá-lo. Assim, está incorreta a alternativa B.

Fonte: PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2007, p. 35-37.

Questão: 02

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa que mostra corretamente a divisão silábica de duas palavras encontradas no texto é a D: “in-sa- tis-fei-to” e “ab-sur-da-men-te”. A palavra “existência” é uma paroxítona terminada em ditongo. Como não se separam letras que representam ditongos, o correto é dividi-la silabicamente da seguinte forma: e-xis-tên-cia. Já a palavra “reinventaria” possui hiato em sua sílaba final, devendo ser separada silabicamente da seguinte forma: “re-in-ven-ta-ri-a”. Por fim, a palavra “obviamente” deve ser separada silabicamente da seguinte forma: “ob-vi-a-men-te”.

Fonte: CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2010, p. 36.

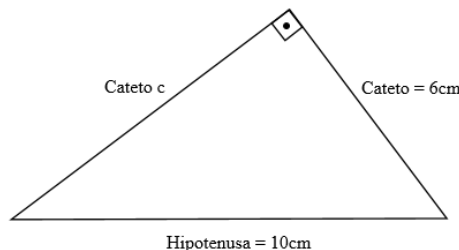
Questão: 19

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As alegações recursais não fazem referências à questão citada.

Questão: 20

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.



Calculando o valor do cateto c.

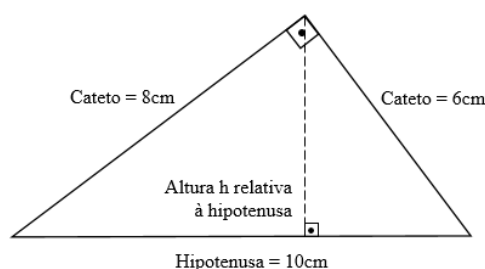
Teorema de Pitágoras:

$$a^2 = b^2 + c^2$$

$$10^2 = 6^2 + c^2$$

$$c = 8.$$

Altura relativa à hipotenusa é o segmento com uma das extremidades na hipotenusa e a outra extremidade no vértice oposto à hipotenusa, a altura é perpendicular à hipotenusa.



Pelas relações métricas no triângulo retângulo: $a \cdot h = b \cdot c$, em que: "a" é hipotenusa, "b", é um dos cateto, "c" é outro cateto e "h" é a altura relativa à hipotenusa.

$$a \cdot h = b \cdot c \Rightarrow 10 \cdot h = 6 \cdot 8 \Rightarrow h = 4,8cm.$$

A altura relativa à hipotenusa é 4,8cm. Letra C.

Sustenta a razão recursal que: O enunciado solicita a medida da altura relativa a hipotenusa em centímetros. Para tal nos é informado o valor da hipotenusa (10) e de um dos catetos (6), em centímetros. Logo, **a medida do lado relativo à altura da hipotenusa** será o cateto restante. Utilizando a formula encontrada temos: hipotenusa ao quadrado = cateto ao quadrado + cateto ao quadrado. Substituindo os valores já fornecidos temos $100 = \text{cateto ao quadrado} + 36$; $64 = \text{cateto ao quadrado}$; cateto = 8. A resposta não aparece em nenhuma das alternativas.

Há um equívoco, não existe **lado relativo à altura da hipotenusa**. O que existe é altura relativa à hipotenusa.

Nas alegações recursais foi calculado o outro cateto do triângulo apresentado. Qualquer um dos dois catetos não representam a altura relativa à hipotenusa.

Fonte:

- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011.
- Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périco

Questão: 33

Recurso Prejudicado. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Como a alegação não faz referência nenhuma à questão citada, tem-se o recurso como prejudicado. Mantém-se o gabarito.

Questão: 35

Recurso Procedente. Questão anulada.

A razão recursal sustenta que as alternativas A, C e D estão incorretas, bem como a questão faz referência ao "exceto", ou seja, pede a questão incorretas, com isso, a questão foi anulada. A alegação se sustenta, pois somente a letra B é correta, bem como as letras A, C e D são incorretas.

Fonte: A resposta está em NR 17 – ERGONOMIA, item 6.1.2.

Questão: 38

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que a questão é sobre desenho técnico e que não está no conteúdo programático do edital. A alegação não se sustenta, eis que ao final do conteúdo programático para o cargo de Técnico de Segurança do Trabalho, diz o seguinte: “Arranjo físico. Movimentação e armazenamento de materiais. Agentes ambientais. Equipamentos de proteção individual (EPI’s) e Equipamentos de proteção coletiva (EPC’s). Primeiros Socorros. Desenho técnico. Ergonomia. Princípios de tecnologia industrial. Aspectos de saúde coletiva. Com isso, tem-se que desenho técnico faz parte do conteúdo programático para o cargo, conforme o edital amplamente divulgado. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em NR 17 – ERGONOMIA, item 6.1.2.

Questão: 40

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais sustentam que em nenhuma literatura faz referência a compressa de álcool sobre a picada (letra C), mas sim a compressa de água quente (letra B). O recurso não se sustenta, eis que bolsa de água quente é muito quente, bem como o ideal é aplicar gelo ou compressas frias no local, por conta do inchaço e da dor. A compressa de álcool é para a desinfecção do local da picada, bem como a procura do médico é para o procedimento de tratamento correto.

Fonte: A resposta está em PAOLESCHI, Bruno. 1ª Edição. CIPA: guia prático de segurança do trabalho. São Paulo: Érica, 2009, página 112.

Cargo: Técnico em Suprimentos**Questão: 01**

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme o texto, “quem vive sob os holofotes, vive em pânico porque não sabe por quanto tempo conseguirá manter as luzes sobre si”. Assim, está correta a alternativa C. Conforme o texto, diz sua autora: “Tenho uma amiga que só se transformou em uma chefe capaz de ajudar a transformar para melhor a vida de quem trabalhava com ela quando se reconciliou com suas próprias expectativas”. Assim, está incorreta a alternativa D. Conforme o texto, diz sua autora: “Eu escreveria, obviamente, a maior obra-prima da humanidade. Meu primeiro livro já nasceria um clássico. Eu reinventaria a linguagem e daria novos parâmetros para a literatura. Depois de mim, Proust e Joyce estariam reduzidos ao rodapé do cânone”. Assim, está incorreta a alternativa A. Conforme o texto, a sua autora confessa que ser escritora é o que quis desde que pegou na mão o seu primeiro livro e conseguiu decifrá-lo. Assim, está incorreta a alternativa B.

Fonte: PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2007, p. 35-37.

Questão: 17

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

$$probabilidade = \frac{\text{número de casos que interessam}}{\text{número total de casos}}$$

Número total de casos é a quantidade de comissões que podem ser formadas, independentemente se Pedro participa ou não.

$$\text{Número total de casos: } C_{10,3} = \frac{10!}{3! \cdot 7!} = 120$$

Número de casos que interessam é a quantidade de comissões que podem ser formadas e nas quais Pedro está presente.

$$\text{Número de casos que interessam: } C_{9,2} = \frac{9!}{2! \cdot 7!} = 36$$

$$probabilidade = \frac{36}{120} = 30\%. \text{ Letra B.}$$

Nas alegações recursais, não constam os cálculos que conduziram à resposta apresentada, 33,33%. O que impossibilita à banca de fazer uma justificativa, apontando alguma divergência em relação à solução exposta acima.

Fontes:

- Morgado, A. C. (Augusto César), 1944.- Raciocínio lógico-quantitativo: teoria, questões resolvidas, questões de concursos, mais de 700 questões / Augusto C. Morgado & Benjamin Cesar. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 264p. –(Provas e concursos)
- Matemática : volume único / Gelson Iezzi...[et al.]. – 5. ed. – São Paulo : Atual, 2011. Outros autores: Osvaldo Dolce, David Degenszajn, Roberto Périgo
- Rocha, Enrique. Raciocínio lógico: teoria e questões / Enrique Rocha. – 2.ed – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (Provas e concursos)
- Villar, Bruno. Raciocínio lógico / teoria e treinamento prático / Bruno Villar. 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

Questão: 24

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não há nenhum erro nas afirmativas, pois estas reproduzem o teor da Lei Complementar 190, de 08 de julho de 2010, vejamos:

I - Art. 12. A **nomeação** será:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira ou isolado;

II - Art. 14. **Posse** é a aceitação expressa das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em Lei.

III - Art. 16. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.

§ 1º. A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe **exercício**.

Fonte: Lei Complementar Municipal nº 190, de 08 de julho de 2010

Questão: 33

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o autor, as quantidades a serem adquiridas influenciam no processo de aquisição de materiais. Existe a alternativa de definir a quantidade total a ser comprada por um intervalo de tempo relativamente prolongado. Esta quantidade é baseada no total de vendas do produto final e da necessidade de peças de reposição (pós-venda). Esse volume global pode ser usado para negociar contratos que assegurem a disponibilidade do material por longos períodos. Há ainda o tamanho do lote individual de entrega de compra.

A alternativa fazia referência ao processo de vendas e não de aquisição.

Fonte: BALLOU, Ronald H. – Logística Empresarial – Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física – São Paulo – Editora Atlas – 2008 – Pág. 251

Questão: 34

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Caixas => São adequadas para itens de pequenas dimensões: construídas pela própria empresa ou adquiridas no mercado em dimensões padronizadas, as caixas encontram grande aplicação na armazenagem também na própria linha de produção.

Prateleiras => São fabricadas em madeira ou perfis metálicos, destinando-se a peças maiores ou para o apoio de gavetas ou caixas padronizadas. Utiliza-se madeira não só por motivos econômicos, mas também por ser mais mole, não danificando os produtos estocados quando de impactos eventuais.

Racks => São construídos especialmente para acomodar peças longas e estreitas, como tubos, vergalhões, barras, tiras, etc. São, às vezes, montados sobre rodízios, permitindo seu deslocamento para junto de determinada área de operação. Os racks são fabricados em madeira ou aço estrutural.

Empilhamento => Constitui uma variante na armazenagem de caixas e certos produtos, diminuindo a necessidade de divisões nas prateleiras ou formando uma espécie de prateleira por si só. É o arranjo que permite o aproveitamento máximo do espaço vertical

Fonte: DIAS, Marco Aurélio P. – Administração de Materiais – Uma abordagem logística – 4ª edição – São Paulo – Editora Atlas – 1993 – Pág.176

Questão: 35

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o autor temos os seguintes conceitos:

Convocação => Organização das equipes de 1ª contagem (reconhecedores). Organização das equipes de 2ª contagem (revisores). Com antecedência de três semanas distribuir a lista de convocação para cada funcionário, com esclarecimentos e motivação para o bom andamento dos trabalhos.

Cartão de Inventário => Salvo poucas exceções, o meio de registro será cartão com partes destacáveis para até três contagens. Se necessário os cartões poderão ser impressos em cores distintas para identificar tipos de estoque a serem contados.

Cut-off – É um dos procedimentos mais importantes do inventário; se a sua organização não for bem feita, corre-se o risco de o inventário não corresponder à realidade. Poderá consistir em um mapa com todos os detalhes dos três últimos documentos emitidos antes da contagem (notas fiscais, notas de entrada, requisição de materiais, devolução de materiais).

Arrumação física => As áreas e os itens a serem inventariados deverão ser arrumados da melhor forma possível, agrupando os produtos iguais, identificando todos os materiais com seus respectivos cartões, deixando os corredores livres e desimpedidos para facilitar a movimentação, isolando os produtos que não devam ser inventariados, se for o caso.

Fonte: DIAS, Marco Aurélio P. – Administração de Materiais – Uma abordagem logística – 4ª edição – São Paulo – Editora Atlas – 1993 – Pág.194

Questão: 37

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O autor Ronald Ballou afirma que:

A armazenagem de mercadorias prevendo seu uso futuro exige investimento por parte da organização. O ideal seria a perfeita sincronização entre oferta e demanda, de maneira a tornar a manutenção de estoques desnecessária. Entretanto, como é impossível conhecer exatamente a demanda futura e como nem sempre os suprimentos estão disponíveis a qualquer momento, deve-se acumular estoque para assegurar a disponibilidade de mercadorias e minimizar os custos totais de produção e distribuição.

Fonte: BALLOU, Ronald H. – Logística empresarial – Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física – São Paulo – Editora Atlas – 2014 – Pág. 204.

Questão: 39

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão pede a alternativa que contempla a exceção sobre as quatro razões básicas para uma organização utilizar espaço físico de armazenagem.

Para o autor Ronald Ballou, essas razões são: reduzir custos de transporte e produção, coordenar suprimentos e demanda, necessidades de produção e considerações de marketing (melhoria do nível de serviço devido a melhor entrega, assim como a maior disponibilidade).

De acordo com Ballou a curva ABC tem outro propósito.

Curva ABC => Serve para o propósito de classificar os estoques para controlar o capital investido. O princípio da curva ABC estabelece que 20% de uma linha de produtos (em número e itens) é responsável por 80% das vendas realizadas (em valor). A linha completa de produtos pode ser classificada desde o item de maior até o de menor venda. Portanto, a curva ABC tem o objetivo de controlar o valor investido em estoque.

Fonte: BALLOU, Ronald H. – Logística Empresarial – Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física – São Paulo – Editora Atlas – 2008 – Pág. 155 e 224.

Cargo: Topógrafo**Questão: 34**

Recurso Improcedente. Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A razão recursal sustenta que “A alternativa divulgada como correta apresenta-se grafada como "De flexão", se quis dizer-se "Deflexão", incorrendo então em um erro ortográfico, tem-se ainda um erro teórico, pois deflexão é o ângulo formado pelo prolongamento de um alinhamento e outro alinhamento (GARCIA, Gilberto J. e Piedade, 1987 – pg. 64.), sendo que o enunciado trata do ângulo interno entre dois alinhamentos, e a deflexão não coincide com o

ângulo interno, isso, é claro, dentro do contexto de uma poligonal fechada, como o enunciado contextualiza, mesmo porque, só faz sentido falar em ângulo interno quando trata-se de um polígono.”. Sustenta também que: “O enunciado ainda cita: "com base nos ângulos horizontais corridos". O que distancia ainda mais de um conceito de deflexão, haja visto o fato de que para se medir uma deflexão em campo, utiliza-se, usualmente, a técnica de "tombar a luneta" do teodolito (rotacioná-la 180º na vertical) antes de visar a ré, voltando-a na posição original, ainda girando pela vertical, após a visada, observando-se assim o prolongamento do alinhamento da ré, feito isso, ao visar a vante tem-se a deflexão. A alegação não se sustenta, eis que deflexão, de flexão ou de-flexão são a mesma coisa, pois são termos encontrados em várias bibliografias usuais. O referido ângulo é calculado pelos ângulos internos, ou seja, mesmo se a poligonal for aberta ou fechada, depende-se do ângulo interno, sendo um polígono ou apenas um alinhamento qualquer. Outro fator é o próprio cálculo do ângulo, onde existem várias técnicas para tal, bem como a anotação e confecção da caderneta de campo não necessariamente é feita de forma definitiva em campo e nem o cálculo do referido ângulo qual pede a questão.

Dessa forma, mantém-se o gabarito.

Fonte: A resposta está em ALVAREZ, Adriana A. M. Topografia para Arquitetos. Rio de Janeiro: Booklink, 2003, página 70.

III DAS CONCLUSÕES

Face ao exposto, após análise dos recursos, os mesmos foram julgados, de acordo com as decisões e fundamentações supraelencadas.

Publique-se,

15 de janeiro de 2020

INSTITUTO CONSULPLAN